



**Universidade Federal de Juiz de Fora**  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Carla de Oliveira Romão

**DO PROTAGONISMO À LIDERANÇA: TRAJETÓRIAS DE JOVENS MULHERES  
EM TEMPOS DE DEMOCRACIA E DE GOLPE**

Juiz de Fora

2021

Carla de Oliveira Romão

**DO PROTAGONISMO À LIDERANÇA: TRAJETÓRIAS DE JOVENS MULHERES  
EM TEMPOS DE DEMOCRACIA E DE GOLPE**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Área de Concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Daniela Auad

Juiz de Fora  
2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Oliveira Romão, Carla.

DO PROTAGONISMO À LIDERANÇA: TRAJETÓRIAS DE JOVENS MULHERES EM TEMPOS DE DEMOCRACIA E DE GOLPE / Carla de Oliveira Romão. -- 2021.

268 f. : il.

Orientadora: Daniela Auad

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Jovens Mulheres. 2. Políticas Públicas. 3. Juventude. 4. Educação. 5. Feminismos. I. Auad, Daniela, orient. II. Título.

**Carla de Oliveira Romão**

**Do protagonismo à liderança: trajetórias de jovens mulheres em tempos de democracia e de golpe**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Aprovada em 02 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA



---

Dra. Daniela Auad – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Dra. Elisabeth Murilho da Silva  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Dra. Silvana Mota Barbosa  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Dra. Flavia Mateus Rios  
Universidade Federal Fluminense



---

Dra. Viviane Melo de Mendonça  
Universidade Federal de São Carlos

## DEDICATÓRIA

A quem acredita na luta coletiva, feminista,  
antirracista e na prática da democracia radical,  
seguimos juntas e juntos em busca do bem viver.

## AGRADECIMENTOS

Eu sou a personificação dos sonhos mais revoltosos das minhas e dos meus ancestrais. Agradeço a elas e a eles por estar aqui. Agradeço a quem eu conheço e sei nome e sobrenome e a quem está na minha ancestralidade e eu não sei quem são. Nossa diáspora forçada e insistente nos separou, mas temos laços que atravessam a corporalidade. Gratidão por me permitir ser vida, nesta vida e neste tempo. Espero honrar vocês sempre na luta e em luta em busca do bem viver para todas e todos nós.

Às muitas companheiras que tive a oportunidade de conhecer e que me mostraram possibilidades de ser feminista que atravessam insistentemente a grafia no singular do movimento feminista, são muitas, mas me refiro aqui a algumas destas muitas mulheres: Daiana da Silva, Alaiane de Fátima, Julia Zanetti, Virgínia Figueiredo, Iara Amora, Taisa Falcão, Letícia Maione, Rebecca dos Santos, Larissa Vitória, Yagam Rebecca. Gratidão por me ajudarem a me formar como feminista.

A Maria Rita Neves e Luciene Mochi, a jornada solitária de estar em um programa de pós-graduação em outro estado foi amenizada com a amizade de vocês. Obrigada pela presença de vocês neste caminho e por serem feministas tão ativas e radicais. Seguimos juntas.

À Akbar Pinheiro, seu companheirismo foi imprescindível nessa jornada. Gratidão.

À Professora Miriam Leite, minha orientadora na graduação e no mestrado, por ser uma formadora ativa na minha compreensão sobre o mundo acadêmico. Foram muitas horas de grupos, leituras e debates. Esses momentos foram muito importantes para mim, me formaram. Gratidão.

À Professora Daniela Auad, orientadora desta tese, pela liberdade e confiança dada a mim para compor uma temática tão pouco explorada como a das jovens mulheres. Foi um desafio escrever, mas também foi muito importante poder contar com o seu olhar em momentos chaves do processo.

Essa pesquisa não seria possível sem a contribuição das sujeitas políticas: Julia Zanetti, Fernanda Grigolin, Iara Amora, Larissa Borges, Áurea Carolina, Morgana Cortes, Jeniffer Oliveira, Mariana Oliveira, Mariana Teodosio, Ana Carolina Gonçalves, Mariana Fernandes, Laura Moreira da Silva e Beatriz Saraiva. Gratidão. Agradeço por disponibilizarem seu tempo para que esta pesquisa fosse possível e espero, de coração, ter contribuído com a escrita de um pouco da história das jovens mulheres.

Às contribuições de Leandro Teófilo de Brito, você foi mais que um amigo, muito obrigada por sua presença nesse processo.

À Larissa Silveira Dias que me auxiliou no processo de transcrição.

À Vanusa da Silva revisora da presente tese. Agradeço de coração sua atenção generosa.

Às Professoras Elisabeth Murilho, Silvana Barbosa, Flávia Rios, Viviane Mendonça, Olga Milanés, Elita Martins, Jacqueline Cabral e Zuleide Paiva meu agradecimento e meu carinho pelo aceite do convite para compor a banca de avaliação.

Ao Sindicato dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias (SEPE/DC) sem a postura ativa desse sindicato a minha licença para missão de estudos não seria possível. Também, é importante registrar o agradecimento à Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias que deferiu o processo relativo à minha licença.

Às minhas alunas e alunos que me motivam a ser uma melhor professora, a ser uma melhor pessoa.

“Eles combinaram de nos matar, mas a gente combinamos de não  
morrer”

*Conceição Evaristo.*



## RESUMO

A presente tese problematiza o processo de construção das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas no contexto brasileiro. As jovens mulheres estão em uma interseção, são jovens e são mulheres ao mesmo tempo; mas, muitas vezes, não estão presentes nas políticas formadas para esses grupos e isso se dá em um contexto nacional no qual o Brasil, em um passado recente, havia assumido a necessidade de formação de políticas públicas para as mulheres e jovens. Apesar disso, as jovens mulheres possuem uma trajetória de participação política atuante no cenário brasileiro, o que a presente tese comprova ao mapear a trajetória deste segmento dentro da política nacional. Através de pesquisa bibliográfica identifiquei que a formação das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas é datada do início dos anos de 2000. Observo, ainda, que a atuação das jovens mulheres nas ocupações estudantis de 2015 e 2016 demonstra a força e a potência das jovens como sujeitas políticas ativas, sendo considerado um processo que consolida a presença das jovens e, portanto, essa identidade. Dessa maneira, tornou-se importante entrevistar mulheres dos dois perfis - mulheres que eram jovens no início dos anos 2000 e jovens mulheres que atuaram nas ocupações de 2015 e 2016 – a fim de identificar a movimentação que culmina na formação e na consolidação deste segmento. Dentre as metodologias utilizadas está a entrevista semiestruturada que me ajuda a formar diálogo com as interlocutoras da pesquisa, essa ferramenta é significada a partir da crítica feminista à ciência. A pesquisa se constitui a partir, também, de uma perspectiva feminista e visibiliza a importância do movimento feminista para a formação e a consolidação da sujeita política jovens mulheres. A interlocução teórica é baseada no diálogo com intelectuais que ajudam a pensar a formação e atuação das jovens mulheres levando em consideração a interseccionalidade que as atravessam. São intelectuais que tendem a trazer o - s para juventude, para o feminismo, para a política e demais elementos que são mobilizados para essa construção, questionando sua formação singular. As entrevistas permitem entender as percepções das minhas interlocutoras no diálogo com as referências utilizadas para a construção da tese. São narrativas baseadas em suas memórias e não pretendem estabelecer uma verdade, mas as significações atribuídas por elas às questões vivenciadas tanto na formação deste processo nos anos 2000, quanto nas ocupações de 2015 e 2016. Suas falas evidenciam a sistemática luta por inclusão das jovens mulheres e a ansia de terem suas vozes ouvidas e consideradas em uma tentativa contínua de promover uma reescrita subalterna, na qual seus diversos pertencimentos possam ser considerados na formação das políticas públicas e na organização escolar. A tese pretende contribuir com a formação de um histórico sobre as jovens mulheres como sujeitas ativas no cenário nacional, assim como com a sua visibilidade na arena política. Almejando que esta sujeita política consiga, através de sua atuação, padrões mais democráticos em sua existência no social, permitindo, assim, que a sociedade brasileira possa ser um espaço melhor para as mulheres, em todas as suas composições, existirem.

Palavras-chave: Jovens Mulheres. Políticas Públicas. Juventude. Educação. Feminismos.

## ABSTRACT

The present thesis problematizes the construction process of young women as active political people in the Brazilian context. Young women are in a intersection, they are young and they are women at the same time; but, many times, they are not present in the policies created for these groups and this happens in a national context in which Brazil, in a recent past, had assumed the need for the formation of public policies for women and youth. Besides that, young women have a trajectory of active political participation in the Brazilian scenario, which this thesis proves when mapping the trajectory of this segment within national politics. Through bibliographic research I identify that the formation of young women as active political people is dated to the beginning of the 2000s. I also observe that the performance of young women in student occupations in 2015 and 2016 demonstrates the strength and potency of young women as active political subjects, being considered a process that consolidates the presence of young women and, therefore, that identity. Therefore, it became important to interview women from both profiles - women who were young in the early 2000s and young women who worked in the 2015 and 2016 occupations - in order to identify the movement that culminates in the formation and consolidation of this segment. Among the methodologies used is the semi-structured interview that helps me to form a dialogue with the research interlocutors, this tool is meant based on feminist criticism of science. The research is also constituted from a feminist perspective and highlights the importance of the feminist movement for the formation and consolidation of the political young women. The theoretical interlocution is based on dialogue with intellectuals who help to think about the formation and performance of young women taking into account the intersectionality that crosses them. They are intellectuals who tend to pluralize the youth, the feminism, the politics and other elements that are mobilized for this construction, questioning their singular formation. The interviews allow us to understand the perceptions of my interlocutors in the dialogue with the references used to construct the thesis. They are narratives based on their memories and do not intend to establish a truth, but the meanings attributed by them to the issues experienced both in the formation of this process in the 2000s and in the occupations of 2015 and 2016. Their speeches show the systematic struggle for inclusion of young women and the longing to have their voices heard and respected in a continuous attempt to promote a subaltern rewriting, in which their diverse belongings can be considered in the creation of public policies and school organization. The thesis aims to contribute to the formation of a history about young women as active participants in the national scenario, as well as to their visibility in the political arena. Aiming that this political woman to achieve, through hers performance, more democratic standards in its existence in the social, thus allowing Brazilian society to be a better space for women, in all their compositions, to exist.

Keywords: Young Women. Public Policy. Youth. Education. Feminism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Produções da CAPES com a temática das Jovens Mulheres.....	62
Quadro 2 - Separação de autoria por temática.....	65
Quadro 3 - Produções sobre Jovens Mulheres – Marco temporal 1950 - 1990.....	161
Quadro 4 - Produções sobre Jovens Mulheres – Marco temporal 2000.....	162
Gráfico 1 - Número de produções encontradas tendo como referência temas de interesse.....	65
Gráfico 2 - Produção de Teses e Dissertações por Região.....	122

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPD	Comissão Nacional de População e Desenvolvimento
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIES	Financiamento Estudantil
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
Forito	Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MBL	Movimento Brasil Livre
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude
OJN	Observatório de Juventude Negra
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
Pro-Jovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SPM	Secretaria Nacional de Política para as Mulheres
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade de Santa Catarina
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 JUVENTUDE(S)</b> .....	32
1.1 Juventude(s) é mais que uma palavra .....	34
1.2 Juventudes como campo de políticas públicas .....	38
1.3 Juventudes como campo de produção acadêmica .....	52
1.4 Das juventudes às jovens mulheres .....	56
1.4.1 As jovens mulheres na produção acadêmica: quem são? .....	65
<b>2 FEMINISMO(S)</b> .....	75
2.1 Histórico do Feminismo .....	76
2.2 O S do(s) Feminismo(s).....	84
2.3 As jovens dos/nos feminismos .....	96
<b>3 POR UMA METODOLOGIA CRÍTICA, COM VISTAS A UMA SUJEITA INTERSECCIONAL</b> .....	108
3.1 A crítica feminista à Ciência “Neutra e Objetiva” .....	109
3.2 Por uma metodologia feminista.....	113
3.3 A pesquisa e seus caminhos.....	117
<b>4 O CAMPO POLÍTICO</b> .....	124
4.1 A democracia e a política como uma questão .....	126
4.2 A Sujeita Política.....	136
<b>5 AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS</b> .....	146
5.1 Se fechar, nós ocupa!.....	147
5.2 #OcupaTudo .....	151
5.3 O segundo levante de ocupações .....	157
5.4 Do protagonismo à liderança – as jovens mulheres nas ocupações .....	161
5.5 Ocupação por uma nova Educação.....	167
<b>6 SOBRE TORNAR-SE UMA SUJEITA POLÍTICA</b> .....	172
6.1 As interlocutoras da pesquisa .....	172
6.1.1 Mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000 .....	174
6.1.2 Jovens Mulheres que atuaram nas Ocupações de 2015 e 2016 .....	175

6.2 Análise das Entrevistas a partir das categorias .....	177
6.2.1 Juventude .....	178
6.2.2 Feminismo .....	190
6.2.3 Campo Político .....	204
6.2.4 Ocupações .....	213
<b>7 SOBRE SER UMA SUJEITA POLÍTICA ATIVA – APONTAMENTOS FINAIS...</b>	<b>228</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>235</b>
<b>ENTREVITAS ANALISADAS .....</b>	<b>248</b>
<b>APÊNDICE A -Parecer do Comitê de Ética da UFJF .....</b>	<b>249</b>
<b>APÊNDICE B -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>252</b>
<b>APÊNDICE C -Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Mulheres que eram Jovens no início dos anos de 2000 .....</b>	<b>253</b>
<b>APÊNDICE D -Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Jovens Mulheres que atuaram nas Ocupações Estudantis em 2015 e 2016.....</b>	<b>255</b>
<b>APÊNDICE E: Lista de Teses e Dissertações coletadas no Portal da CAPES e usadas como referência na Tese.....</b>	<b>257</b>

## INTRODUÇÃO

*o lixo vai falar, e numa boa*<sup>1</sup>.

*Lélia Gonzalez*

A frase de Lélia, em que me baseio para começar a narrativa desse processo de pesquisa, pode parecer forte para alguns ouvidos ou para todos. Além de forte, denota também uma ousadia típica das mulheres que saíram dos círculos viciosos em que as socializações nas quais crescemos insistem em nos manter. Nisso as cores, as faixas etárias e as condições econômicas das mulheres encontram uma intersecção: sair do que é socialmente imposto é sempre uma ruptura para a qual precisamos ter ousadia. Sem sombra de dúvida, os elementos que destaco acima influenciam em como iremos romper com nossos círculos. Algumas poderão enxergar, desde cedo, que o que lhes é apresentado como normal é algo que por costume foi naturalizado, mas não precisa ser assim. Outras levarão mais tempo e outras mais poderão nunca entender o motivo pelo qual sua trajetória de vida se fez tão sofrida.

Saber o lugar que a sociedade diz que é o possível para ser ocupado por você é importante, não para ficar nele, mas, sim, para romper com ele e, neste rompimento, construir outras possibilidades de atuação, sabendo que as variadas interseções de sua identidade irão acompanhar e, por vezes, limitar suas possibilidades de inserção social. Lélia Gonzalez, mulher negra, doutora em Antropologia, professora e militante<sup>2</sup> sabia que o lugar relegado para si e para os seus era o de lixo, e isso não a desqualificava, servia de motor para tornar sua crítica à sociedade mais consistente. Quando Lélia afirma que o lixo vai falar não se remete somente às mulheres negras, mas também aos homens negros, pois negras e negros sofrem preconceitos e discriminações que lhes são específicas por trazerem em seus corpos signos ao que social e historicamente foi subjugado em nosso país: ser negra e ser negro.

Esse é o lixo, e ela vai falar, numa boa. Lélia ao argumentar nestes dizeres assume e subverte o seu lugar de fala, um lugar construído para si através de uma visão crítica sobre a sociedade, mas, também, um lugar que foi projetado socialmente para ela, que por mais que quisesse ser uma *lady* trazia em seu corpo características que negavam o acesso pleno ao

---

<sup>1</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Lélia Gonzalez – Primavera para as Rosas Negras. Diáspora Africana, 2018, p. 193.

<sup>2</sup> Ao longo da escrita, buscarei evidenciar os nomes, sobrenomes, formação e profissão de nossas referências teóricas. A fim de não ficar exaustivo farei isso na primeira menção a autora.



espaço da branquitude<sup>3</sup>. E é nesta dinâmica que pretendo construir esta primeira parte do texto, reconhecendo o pertencimento a um espaço que, ao invés de minimizar os sujeitos ali situados, pode potencializá-los. Uma vez que esses sujeitos possuem condições de fazer uma leitura do social diferente daquela que historicamente é feita nos círculos acadêmicos. Entretanto, essa construção é feita através de um longo processo, cada qual com o seu. Em relação a mim, nessas primeiras linhas, faço um esforço para reconhecer fragmentos desta construção de forma sintética e, ao mesmo tempo, aponto os elementos que considero relevantes, nesse momento, para apresentar um pouco a autora desta tese e os caminhos que me trouxeram até aqui.

Construo com essas primeiras considerações, uma trajetória como sujeita vivendo em sociedade, uma sujeita com o duplo signo: sou mulher e sou negra. E, somam-se a essas condições, o fato de ser oriunda da Baixada Fluminense, pobre e a primeira da família a ter acesso ao ensino superior e à pós-graduação. Essas configurações me fazem ter uma vivência específica no social, que influenciam a minha ação no mundo, não sendo diferente em minhas produções acadêmicas, como esta tese. Nisso, dialogo com Marie-Christine Josso (2007), socióloga e antropóloga que, ao trabalhar com histórias de vida, argumenta que precisamos entender nossa identidade como evolutiva, que precisa levar...

[...] em consideração à perspectiva existencial através da qual a vida em suas dimensões psicossomáticas e socioculturais toma forma, se deforma, se transforma, e, dessa maneira, impõe a criação ou recriação de sentido para si – mais ou menos possível de partilhar com outros – e de novas formas de existência e de subsistência (JOSSO, 2007, p.415).

Ao argumentar nesses termos, reconheço o processo de formação identitária como algo que ocorre durante toda a vida, na qual, ao longo de nossa existência, podemos reconhecer elementos que não são nomeados, mas que estão presentes em nós e, que, socialmente são reconhecidos. Um bom exemplo disso é a questão da cor. Cresci em um país onde ser negra era visto como algo ruim e, portanto, as pessoas não se nomeavam como pertencentes a essa cor, era comum as pessoas se nomearem como cor café com leite, marrom, morena, entre outros só para não se afirmar negro. Como bem exemplificado pelo IBGE, em 1976, quando faz uma PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios –

---

<sup>3</sup> Branquitude está sendo compreendida aqui como traços da identidade racial do branco no Brasil. A proposta é refletir sobre o local que o branco ocupa ou ocupou no contexto brasileiro, retirando desta forma a compreensão do branco como um sujeito universal, ou seja, aquele que não precisa ser nomeado (BENTO, 2002).

na qual permite que os indivíduos participantes da amostra nomeiem sua cor de forma livre e há assim uma variação de cento e trinta e cinco cores diferentes na população brasileira<sup>4</sup>.

Edith Piza, psicóloga, e Fúlvia Rosemberg, doutora em psicologia, ao debaterem sobre esta temática, refletem que a dificuldade em se nomear como negro é herança de uma dita democracia racial, que nunca se concretizou em nosso território, fazendo com que os indivíduos reconheçam que não são brancos, mas também não se aceitem ou não se reconheçam como negros (PIZA; ROSEMBERG, 1998/1999). Mas, não se reconhecer como pessoa negra não impede que, ao transitar em determinados espaços, não tenhamos nossa cor “reconhecida” e passemos a ser tratados de acordo com ela.

Lélia Gonzalez foi um das intelectuais brasileiras que debateu sobre esse processo de formação das identidades a partir da perspectiva racial e vê a importância de dialogar com essas questões sem as neuroses que marcam a formação cultural do Brasil. Expondo dessa forma a herança racista presente em nossa sociedade. A autora compreende neurose como um comportamento presente na população brasileira, principalmente naquelas e naqueles que são identificados como brancos. Em suas palavras: “[...] o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento” (GONZALEZ, 2018, p.200). Esses ocultamentos estão presentes, também, em um imaginário que permite à população brasileira acreditar em uma dita democracia racial, sendo que a maior parte da população pobre é preta. Faz parte desses ocultamentos, também, o fato de que algumas pessoas negras circularem em certos espaços, mas serem reconhecidos só quando é conivente aos brancos, sempre mantendo o seu status de objeto, por exemplo, na figura da mulata do carnaval ou da empregada doméstica (GONZALEZ, 2018).

A epígrafe que abre este texto quer dialogar com todas essas facetas, reconhecendo ser parte dela e que nisso há problemas sim, mas diversas potencialidades, que Lélia soube bem explorar em suas produções. Fazendo com que a gente reconheça que ainda persiste o imaginário da negra e do negro como lixo, mas que agora a gente vai falar e vai produzir, numa boa. A seguir, trago alguns elementos de minha trajetória pessoal para depois apresentar minha proposta de pesquisa para o doutoramento.

Nasci em 1986, sou filha de uma mãe separada, de pai só tenho o nome. Cresci vendo todas as dificuldades que minha mãe enfrentava para sustentar a mim e ao meu irmão e, para ela, era inconcebível que nós deixássemos de estudar. Algumas vezes, em casa, faltava o

---

<sup>4</sup> Extraído do sítio virtual: <http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo05.pdf>, último acesso em 25 de maio de 2020.

alimento, mas nunca me faltou o básico para ir à escola. Morávamos em Belford Roxo, Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, uma região que até hoje sofre com os descasos do poder público. Sou a filha mais nova, mas, apesar dos dizeres populares afirmarem que às filhas e filhos mais novos são dados todos os mimos, não pude viver isso, pois eu tenho um irmão mais velho que sempre teve seus caprichos atendidos e creio que esse foi o primeiro elemento que me permitiu enxergar as diferenças entre meninas e meninos, mulheres e homens. Estranhava a forma como eu era diferenciada dos meninos da família. Eu não me sentia diferente, porém, em diversos momentos, eu era mandada a ser diferente: “– Feche as pernas”, “– Tire as mãos daí”, “– Se comporte”, “– Por que você não consegue ficar limpinha?”, “– Você precisa arrumar a casa direito”, “– Meninas não soltam pipa ou sobem em árvores”. Até que, em um momento, eu soube que não era diferente deles, era desigual a eles. Tive um irmão e quatro primos convivendo comigo em minha primeira infância. Esse foi o primeiro fato que me fez sentir que eu não podia ser igual, porque não era vista e tratada de maneira igual. Foi na distinção entre o ser menina e o ser menino que aprendi a primeira forma de diferenciação social entre os sujeitos.

A segunda foram as referências ao meu pertencimento étnico-racial, meus traços negros sempre foram destacados e motivo de chacota feita, muitas vezes, pelos meus primos. Meu cabelo ostensivamente comparado ao de Bombril, uma palha de aço utilizada para a limpeza doméstica, meus cachos sempre foram repelidos e a única forma de escondê-los era fazendo uma grande trança e esticando ao máximo o cabelo e passando creme para que nada saísse do lugar. Meus lábios eram depreciados por serem grossos. No início dos anos 1990, eu não era chamada de negra. Até hoje, as pessoas possuem reticências para nomear de negras pessoas com o tom de pele como o meu. Eu era identificada como parda, morena, morena clara, cor de jambo e outros adjetivos. Como argumenta Sueli Carneiro (2011, p.70), filósofa e doutora em educação: “Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representado em sua diversidade”. Demorei muito tempo para entender qual era minha cor de verdade, sabia que não fazia parte dos *racialmente hegemônicos*. Mas, então, quem eu era? Mesmo assim, não demorei nem cinco anos da minha vida para ver que o meu tom de pele e meus traços me estigmatizavam socialmente.

Essas temáticas, desde o início, sensibilizavam-me. Não entendia bem o motivo de questionar e não aceitar o que, ao meu redor, era tão naturalizado e me faltavam instrumentos para entender o que se passava. No ensino médio, frequentei uma escola de formação de professoras e, mais uma vez, não entendi algo que era corriqueiro naquele cenário escolar: as

turmas formadas, em sua maioria por jovens mulheres, eram nomeadas no genérico masculino, éramos os professores, mesmo que em sala não houvesse representantes do sexo masculino.

Nessa escola tive a oportunidade de participar de oficinas ministradas por jovens mulheres feministas que trabalhavam na CAMTRA<sup>5</sup> – Casa da Mulher Trabalhadora – uma ONG – Organização não governamental – que atuava com formação para jovens. No Instituto de Educação, essas jovens ministravam oficinas com temáticas variadas, dentre elas: gravidez na adolescência, DST<sup>6</sup>/AIDS, participação política, todas com uma perspectiva crítico feminista. A partir deste encontro, pude entender melhor as coisas que se passavam ao meu redor, nomeando o machismo, o racismo e as variadas desigualdades que são vivenciadas no meio social.

Foi também no contato com o Núcleo de Mulheres Jovens da CAMTRA que conheci os chamados movimentos sociais, que problematizam a ordem social imposta, que estigmatiza os sujeitos que não são representativos dela, a saber, todos, exceto o sujeito homem, branco e heterossexual. A partir deste encontro, eu decido fazer Ciências Sociais. A formação obtida junto aos movimentos sociais e na academia me permitem fazer uma reflexão e entender que, talvez, desde a primeira infância eu fosse feminista. Compreendendo ser feminista como a sujeita que questiona o lugar “dado” a ela e, com isso, produz críticas ao mundo ao seu redor. É também neste íterim que me encontro em condições de formular a minha identidade étnico-racial, reconhecendo-me primeiramente como parda, para logo em seguida rejeitar esse tipo de nomeação e assumir a minha negritude como constituinte da minha identidade. Esse processo se deu através de um diálogo interno promovido pelos vestibulares que prestei e a necessidade de preencher o campo cor/raça, além de ter sido um momento no qual eu pude ter mais contato com diversas temáticas que, até então, eram desconhecidas para mim, como os cursos de formação de diferentes movimentos sociais, como os promovidos pelo MST – Movimento dos Sem Terra, pelo movimento hip-hop do Rio de Janeiro, pela continuidade da minha participação no Núcleo de Mulheres Jovens da CAMTRA. Somam-se a isso os questionamentos gerados no âmbito dos pré-vestibulares comunitários, o EducArte em Nova Iguaçu e EducAfro em São João de Meriti, que foram frequentados por mim nos anos de 2004 e 2005.

Presto o vestibular em 2005 e passo para a UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – para fazer Ciências Sociais na turma noturna. Início meus estudos em março de

---

<sup>5</sup> Sítio: [www.camtra.org.br](http://www.camtra.org.br), último acesso em 25 de fevereiro de 2017.

<sup>6</sup> A nomenclatura correta agora é IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis.

2006 e, no mês seguinte, sou aprovada e chamada em um concurso para ser docente de educação infantil na Secretaria Municipal de Educação de Mesquita, município da Baixada Fluminense. Como seria impossível fazer faculdade sem trabalhar, assumo a dupla jornada: trabalho de manhã, universidade à noite e atividades de militância alternadas em dias de semana e finais de semana, a depender da demanda. Essa tríade construiu a minha rotina durante anos e aguçou o meu olhar para diversas questões que me fizeram cada vez mais questionar a nossa posição no meio social. Quando digo ‘nossa’, refiro-me especialmente às mulheres, as jovens, as negras, as pobres. O cansaço gerado por esse percurso era dado como normal por mim, uma vez que estar cansada parece ser uma condição naturalizada para a classe social de onde eu vinha e demorei muito tempo para entender a necessidade do cuidado de si (e ainda me vejo buscando isso), uma vez que as mulheres parecem sempre estar cuidando do outro. Mesmo quando, de repente, identificamos problemas internos, eles são minimizados pelas pessoas ao nosso redor. Saúde mental ainda é um tabu entre nós, vide os muitos casos de depressão e conseqüente suicídio que temos observado e enfrentado. O Brasil possui uma população de 11,5 milhões de pessoas vivendo com depressão, segundo a Organização Mundial da Saúde. Em reportagem da BBC, a pesquisadora Jenny Smolen argumenta que não brancos possuem maior tendência a sofrer com doenças como depressão. Esse fato não possui relação direta com fatores genéticos, mas sim, com os muitos casos de discriminação que estas pessoas enfrentam ao longo da vida<sup>7</sup>.

Em minha vida acadêmica, uma questão se fez presente e atravessa os textos que produzo: a tentativa de entender o porquê da insistente desigualdade vivenciada pelas mulheres; apesar dos avanços em nível legal, a sociedade brasileira ainda é um ambiente muito hostil para nós mulheres vivermos. Afirmo isso, pois quando observamos os dados de nossa realidade podemos perceber que o grupo mulheres, em suas variadas interseções, vivenciam condições precarizadas nos mais diferentes segmentos. Por exemplo, no mundo do trabalho são as mulheres as que mais estudam, mas, mesmo assim, acabam por receber  $\frac{3}{4}$  do que o salário médio de um homem. Esse dado é oriundo de uma pesquisa publicada pelo IBGE, *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, que pretende analisar a vida das brasileiras de acordo com uma série de indicadores propostos pelas Nações Unidas (IBGE, 2018). Ainda segundo esse estudo, observamos uma sub-representação feminina na política, pois em 2017 tínhamos somente 10,5% de deputadas federais em exercício, apesar de o Brasil ter uma lei que obrigada os partidos políticos a terem uma

---

<sup>7</sup> Extraído do sítio: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44400381>, último acesso em 30 de abril de 2019.

candidatura de, no mínimo, 30% de mulheres, a Lei 12.034/09. Nas eleições de 2018, esse número subiu para 15% de mulheres eleitas como deputadas federais<sup>8</sup>, mas ainda se apresenta como irrisório diante da população de mulheres no Brasil.

Segundo o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil publicado por Julio Waiselfisz, sociólogo, pesquisador da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), podemos observar um crescimento dos crimes que vitimizam as mulheres. Em 1980, havia uma taxa de homicídio de 2,3 vítimas para 100 mil habitantes e em 2013 essa taxa foi de 4,8 vítimas. Neste intervalo de tempo, houve um aumento de 111,1%. Com esses dados, o Brasil se torna o quinto país mais perigoso para uma mulher viver. As mulheres negras são as maiores vítimas destes homicídios, sendo que entre as mulheres brancas a tendência é de queda para essa vitimização, enquanto para as mulheres negras a tendência é de crescimento. Segundo dados do Mapa, temos que o “número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de mulheres negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas” (WAISELFISZ, 2017, p.30).

De forma triste, a observação desses dados nos ajuda a constatar que em nossa sociedade persiste uma desigualdade vivenciada pelas mulheres. Tendo como base, também, esses dados busco entender as práticas que perpetuam essa realidade para as mulheres. Ao procurar entender estes fenômenos busco observar as relações sociais para compreender as dinâmicas de como sobrevivem no cotidiano as práticas que reproduzem a forma tradicional de enxergar, entender, tratar e de nomear as mulheres. E como, através de mecanismos muito sutis, nós permanecemos informando às novas gerações que a forma subalterna que a mulher foi enxergada no mundo ocidental, em tempos históricos anteriores ao atual, ainda é válida para a nossa sociedade. As pesquisas acadêmicas desenvolvidas por mim até aqui se constituem como uma tentativa de entender a forma como o machismo sobrevive em nossa sociedade, muitas vezes, de forma capilar, ou seja, se permeando em diversos setores e assim sobrevivendo. Entendendo o machismo como uma forma de poder, que não precisa de um agente que o dite, já que ele está presente em diversas instituições de nossa sociedade (FOUCAULT, 2008/2009).

Na tentativa de observar este fenômeno, faço no trabalho final da graduação – Ciências Sociais/UERJ – uma pesquisa, sob orientação da Professora Miriam Leite, com

---

<sup>8</sup>De acordo com o sítio: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicaoemnumeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>, último acesso em 25 de fevereiro de 2019.

professoras e professores da educação básica tentando compreender como elas e eles estavam nomeando o gênero e a sexualidade e se estavam conseguindo trabalhar com visões não tradicionais de meninas e meninos. O que obtive nesse primeiro momento de pesquisa me surpreendeu, pois, apesar de existirem professoras e professores que trabalham com visões não tradicionais de meninas e meninos, nas falas registradas, as meninas ainda eram muito culpabilizadas por não corresponderem às expectativas sociais geradas para o seu sexo. Essa pesquisa acaba por ir ao encontro de outras produções feitas com maior fôlego e encontram resultados similares. Refiro-me a pesquisas como a de Daniela Auad (2006), que ao realizar sua investigação para tese de doutoramento, descreve a convivência entre meninas e meninos de uma determinada escola, argumentando que: “Esse retrato da tradicional socialização feminina é um modo de reforçar e perpetuar uma determinada divisão sexual do trabalho. Nessa divisão, as meninas e mulheres são obedientes, cuidadosas, trabalham duro e asseguram a ordem, sem jamais subvertê-la” (AUAD, 2006, p.35).

Na dissertação de mestrado – feita no Programa de Pós-Graduação da UERJ (PROPED-UERJ), sob a orientação da Professora Miriam Leite – passo do encontro feito com professoras e professores para o material que subsidia as aulas de muitas e muitos desses. Pesquisei os livros didáticos para tentar compreender as significações produzidas sobre o feminino em materiais didáticos contemporâneos. A dissertação produzida possui o título de *Identificações do feminino em materiais didáticos contemporâneos*. Questionava, neste momento, se as denúncias sobre sexismo nos materiais didáticos iniciadas nos anos 80, no Brasil, haviam sido absorvidas na produção atual passados mais de trinta anos. Os resultados dessa pesquisa foram pouco animadores: encontramos materiais de Ciências que significam o corpo feminino exclusivamente como reprodutor e, assim, abordavam a temática da maternidade sem trazer o papel dos homens nesse processo para além da ovulação. Nomeavam o feto como bebê; apagavam as referências femininas da História e reforçavam os papéis tradicionais de mulheres e homens na Matemática. Essa pesquisa, feita em consonância com teorias da área da linguística, foi muito importante para reforçar a atenção necessária para as práticas de linguagem que, muitas vezes, passam despercebidas em nosso cotidiano, mas que criam efeitos de verdade em nossas vidas, ditando normas e comportamentos que são continuamente reforçadas em diversos momentos de nossa socialização (ROMÃO, 2014).

Nessas pesquisas, o cenário escolar – professoras e material didático – é eleito como um local de grande interesse para tentar entender como se perpetua a imagem da mulher na sociedade, primeiro por se constituir como um local de acesso à instrução formal, uma instrução que, segundo a LDB 9394/96, tem em seus objetivos a formação para a cidadania e,



portanto, a escola deveria educar para práticas mais igualitárias e democráticas entre os indivíduos. Segundo porque a escola se constitui como um espaço de frequência obrigatória em nossa sociedade, ou seja, é um espaço que a maioria de nós, independente da classe social, irá frequentar em algum momento da vida. Além disto, a escola pública, em algumas regiões, é a única forma de o Estado Brasileiro se fazer presente na vida de muitas meninas e meninos que nascem nesse Brasil e, portanto, deveria se organizar de forma mais inclusiva, explorando as potencialidades de todas e todos e não contribuindo com a estigmatização social dos sujeitos. Sendo assim, os resultados das pesquisas que desenvolvo pretendem também se constituir como uma denúncia social para entendermos porque convivemos com índices tão alarmantes na vivência de nossa cidadania, índices esses que diminuem a vida e as oportunidades das mulheres negras, das mulheres indígenas, das mulheres brancas pobres, dos homens negros, da juventude, das pessoas pobres como um todo.

Chego ao momento atual no qual construo a tese de doutoramento, trazendo em seu cerne a crítica feminista que foi minha formadora. Com isso, pretendo dialogar sobre minha proposta de pesquisa, incorporando a minha perspectiva pessoal de ser mulher negra, feminista, professora e tantas outras coisas. Digo isso, porque ainda é debate no meio acadêmico e científico a premissa de uma suposta neutralidade. Elaborarei mais sobre esta temática em capítulo sobre a metodologia, mas, de modo sucinto, posso dizer que as vivências das sujeitas influenciam na sua visão de mundo. Portanto, neutralidade não poderia ser condizente com seres formados culturalmente.

No processo seletivo indiquei como proposta de projeto de pesquisa para o doutoramento uma linha de investigação que tentasse compreender como as jovens mulheres da atualidade significam o feminismo, buscando entender se os movimentos, promovidos em sua maioria por jovens mulheres, intitulados como *Primavera Feminista*, tinham gerado um eco nos *tabus* sobre o feminismo. Uma vez que o feminismo é uma prática política difusa, usando a compreensão de Pinto (2003), mas que através destas ações ganhava nova roupagem, podendo ter um maior volume de informações a respeito desta concepção e, conseqüentemente, uma maior adesão.

O interesse em adentrar no universo das jovens mulheres se dá primeiramente por ter vivido a minha juventude imersa em questionamentos que são típicos do universo adulto, isso significa que a moratória social não estava dada para sujeitas jovens como eu: periféricas. Nos últimos anos, pude entender que a forma como a juventude é nomeada não é a forma como a grande maioria da juventude brasileira vive, pois apesar de a sociedade brasileira informar que temos o direito de estudar, muitas vezes, esse direito tem que ser conciliado com a



necessidade de sobreviver, ou mesmo enquanto informa sobre a liberdade que a juventude tem, não informa que estamos presas e presos às obrigações de casa e de cuidado com as irmãs e irmãos mais novos. As juventudes que vivem nas periferias, mulheres negras, lésbicas, negros, gays, pobres vivem imersas em opressões sociais e internas, tentando sobreviver e existir em uma conjuntura nada favorável, e, ao mesmo tempo, trazem o estigma social da juventude, que é ostensivamente nomeado como o melhor momento da existência dos indivíduos. Mas, será que esse grupo pode ser jovem? Como é ser jovem com signos sociais que são subalternizados? Como é no caso das jovens mulheres?

As jovens mulheres, enquanto grupo, vêm sendo ignoradas na formulação de políticas públicas e se constituem como um quantitativo expressivo de nossa população. Em 2014, o Brasil possuía uma população de jovens de 50 milhões, deste total 25 milhões eram jovens mulheres (MACEDO; SOARES, 2014). Essas jovens convivem com no mínimo duas marcações sociais – ser jovem e ser mulher – que podem tornar sua trajetória social mais limitante, já que o Estado Brasileiro ainda não conseguiu consolidar os direitos sociais destes segmentos. Isso faz com que as mulheres e as e os jovens apresentem estatisticamente as maiores taxas de desemprego e ocupações informais. Esse quadro se agrava quando criamos interseções com as demais possibilidades identitárias destas sujeitas, tais como: jovem mulher negra, jovem mulher negra e lésbica, jovem homem negro, jovem homem negro e gay, mulher negra, dentre outras.

Podemos exemplificar esses dados acessando o *Atlas da Violência*, publicado em 2017, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no qual se conclui que os jovens entre 15 e 29 anos são as maiores vítimas da violência. Entre 2005 e 2015, mais de 318 mil jovens foram assassinados (IPEA; FSBP, 2017). Em uma edição recente do Atlas da Violência, de 2019, temos o ano de 2017 como o ano em que mais jovens morreram, 35.783 jovens foram assassinados, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país. Do total de jovens mortos em 2017, 75,5% eram jovens negros. O documento aponta esses dados como um recorde negativo, nos últimos 10 anos, nunca houve tanta morte de jovens no país (IPEA; FSBP, 2019). O que indica um sério agravamento da realidade para a população jovem quando observamos as marcações identitárias, ou seja, ser jovem é uma realidade desafiadora no contexto brasileiro, mas os desafios impostos a essa população dependerá das outras composições de sua identidade e a depender dessa composição a sua existência será limitada, como as dos jovens negros em nosso país que lidam, conjuntamente com suas famílias, com um verdadeiro genocídio.

Quando analisamos os dados referentes ao sexo, o relatório traz uma queda de 7,8% no número de mulheres não negras mortas no período entre 2005 e 2015, entretanto, observa-se um aumento de 22% de morte de mulheres negras no mesmo período (IPEA; FSBP, 2017). Já na edição de 2019, o documento aponta que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, foram registradas 4.936 mulheres mortas, sendo o maior número de morte de mulheres desde 2007. Além disto, aponta no ano de 2017, que 66% das mulheres mortas no país eram negras (IPEA; FSBP, 2019).

Quando essas pesquisas abordam o homicídio da juventude, não trazem os números de jovens mulheres e quando fala sobre mulheres, não diz a idade dessas, o que pode nos indicar uma invisibilização das especificidades das jovens mulheres na produção de pesquisas em nível nacional. As jovens mulheres estão em uma interseção, são jovens e são mulheres, ao mesmo tempo; mas, muitas vezes, não estão presentes nas políticas formadas para esses grupos e isso se dá em um contexto nacional no qual o Brasil, em um passado recente, havia assumido a necessidade de formação de políticas públicas para as mulheres e jovens.

Nosso país, no início dos anos 2000, criou uma série de secretarias que indicavam a preocupação que o governo federal daquele momento assumia com alguns segmentos da população, que foram historicamente subalternizados em nossa história. Assim, temos, em 2003, a criação da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM), através de Medida Provisória que reafirmava “o compromisso com as mulheres deste país no sentido de desenvolver políticas públicas efetivas para a melhoria da qualidade de vida de todas as brasileiras<sup>9</sup>”. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), também através de Medida Provisória, tendo como uma de suas finalidades a “Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância<sup>10</sup>”. Temos, em 2005, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), criada através da Lei nº 11.129/05, na qual se afirma que:

---

<sup>9</sup> Extraído do sítio: [http://www.spm.gov.br/arquivosdiversos/arquivos/integra\\_o\\_que\\_e/view](http://www.spm.gov.br/arquivosdiversos/arquivos/integra_o_que_e/view), último acesso em 25 de fevereiro de 2018. Após as eleições de 2018 a SPM integra o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos e apresenta uma agenda conservadora, onde houve a descontinuidade de diversas políticas e programas públicos que buscavam romper com os estereótipos associados às mulheres e com as situações de violência vivenciadas por este segmento.

<sup>10</sup> Extraído do sítio: <http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>, último acesso em 25 de fevereiro de 2018. Essa secretaria foi incorporada ao Ministério da Mulher, Igualdade Racial e direitos humanos em 2015, sendo, portanto, extinta. Nas eleições de 2018 com a mudança de Ministério a SEPPIR volta a ser uma secretaria dentro do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos humanos, mas sofre com os recorrentes cortes de orçamentos, que impossibilitam a ação na promoção da igualdade racial no Brasil.

À Secretaria Nacional de Juventude, criada na forma da lei, compete, dentre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, ressalvado o disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2005)<sup>11</sup>.

A criação desses organismos gerou impacto na vivência dos grupos atendidos por essas secretarias, que também são um reflexo de toda a movimentação feita pelos movimentos sociais nos anos de 1980 e 1990. Segundo Maria da Glória Gohn, socióloga, professora titular aposentada da UNICAMP, nos anos de 1980, os movimentos sociais tinham uma característica popular reivindicatória de melhorias urbanas e se articulavam, muitas vezes, com pastorais e grupos políticos de oposição ao regime militar. Era um momento em que se lutava pelo “direito a ter direitos”. Já nos anos de 1990, os movimentos sociais possuíam um caráter mais institucionalizado, geralmente formando ONG’s, organizações não governamentais, no intuito de não apenas reivindicar as mudanças, mas, através de financiamento, realizar essas mudanças de maneira local, na forma de projetos, que exigiam resultados e tinham prazo para terminar (GOHN, 2013). A formulação das Secretarias no governo do Partido dos Trabalhadores, a partir do ano de 2003, vem no bojo da institucionalização dos movimentos sociais, sendo propostas Secretarias para grupos que estavam mais organizados naquele contexto. A partir da criação dessas secretarias, podemos entender que o Governo Federal assume uma postura que reconhece a importância de fomentar políticas públicas para que as mulheres, a juventude, as negras e os negros possam ter acesso à cidadania plena, de acordo com a Constituição Federal de 1988, e, assim, diminuir as desigualdades e as violências tão presentes no cenário brasileiro. Entretanto, os discursos universalistas, assumidos por essas pastas, acabaram retirando as especificidades desses grupos das pautas. Com isso, nas políticas públicas feitas a partir da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), havia uma dificuldade em implementar ações direcionadas à juventude, da mesma forma que as políticas formuladas pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) encontravam dificuldade em atentar para o perfil multifacetado da juventude.

O fato de as políticas atenderem somente uma face dos sujeitos – mulheres ou jovens – apresenta uma primeira tentativa de superação em 2014, quando o Brasil produz um

---

<sup>11</sup> Assim, como as demais Secretarias a SNJ também sofreu o impacto das eleições de 2018 e mantém, na atualidade, uma organização conservadora, tendo as suas políticas e programas descontinuados.

documento oficial no qual incorpora a agenda das jovens mulheres na produção de políticas públicas. Esse documento, intitulado *Jovens Mulheres e Políticas Públicas*, pretende “incorporar a agenda das mulheres jovens na arena política e nas políticas públicas” (MACEDO; SOARES, 2014, p.08). Já havia a presença do recorte geracional em muitos dos documentos destinados às mulheres, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013), que mantém um eixo com a temática das mulheres jovens. Porém, assim como a temática das jovens mulheres se perde dentro da agenda da juventude, o recorte geracional se perde na agenda das mulheres. E, assim, só após 10 anos, de idealização da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Nacional da Juventude, é que o tema da juventude feminina é reconhecido em um documento específico.

A ausência de recorte específico para as demandas de jovens mulheres, em diferentes momentos da formulação de políticas públicas, agravou a situação desse segmento em nossa sociedade, gerando números alarmantes sobre a forma como essa juventude está inserida. Por exemplo, em relação à juventude, as mulheres jovens apresentam as maiores taxas de ocupações em trabalhos sem carteira assinada, são 27,2%, enquanto os homens jovens apresentam uma taxa de 23,3% de trabalho formalizado (MACEDO; SOARES, 2014). As jovens, assim como as mulheres mais velhas, estão expostas às diferentes formas de violências e ao assédio moral e sexual em suas escolas, nas ruas e em seus locais de trabalho. Para exemplificar essa afirmação, podemos usar os dados de uma pesquisa realizada pelo IPEA, em 2014, na qual se afirma que 26% da população de mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas e 27% da população acredita que as mulheres casadas devem satisfazer seus maridos, mesmo que não estejam com vontade<sup>12</sup>. Esses dados nos informam sobre uma cultura tolerante à violência contra a mulher e nos dizem sobre o longo percurso que os Direitos Humanos e Civis das mulheres no Brasil, ainda, infelizmente, terão que fazer antes de serem consolidados. E ainda nos informa sobre a dificuldade que meninas, adolescentes e jovens mulheres possuem de denunciar casos de violência sexual, pois, muitas vezes, não são amparadas por suas famílias e pelo Estado.

Na atualidade, reconhecemos que as mulheres superaram o chamado hiato de gênero de sua escolarização. Expressão utilizada por Beltrão e Alves (2009) para denominar a diferença sistemática nos níveis de escolaridade entre mulheres e homens, evidenciando, dessa forma, a desigualdade no acesso à escola entre os sexos. Entretanto, apesar dos avanços

---

<sup>12</sup>Dados extraídos do sítio: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres\\_novo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf), último acesso em 07 de agosto de 2019.

na escolarização feminina, a pesquisadora Léa Marques (2014) argumenta com a ajuda de dados oriundos dos Censos de 2000 e 2010 e as PNADs de 2001 e 2011 que existe um percentual significativo de jovens que não estudam e não trabalham, correspondendo a 23,4% da população total de jovens, ou seja, 6 milhões. Soma-se a isto o fato de termos 66% de jovens mulheres vivendo com cônjuges e um total de 61% já com filhas ou filhos. Esses dados nos mostram que muitas jovens mulheres desempenham, exclusivamente, os papéis tradicionais de ser mulher – esposa e mãe (MARQUES, 2014).

Segundo pesquisa publicada em setembro de 2015, pela ONG Promundo, o Brasil é o quarto país no mundo, em números absolutos, de mulheres casadas ou coabitando aos 15 anos. Ainda segundo essa pesquisa, essas relações, geralmente, são informais e consensuais e são vistas pelas meninas e jovens como uma forma de proteção e a melhor alternativa à que tem acesso, por exemplo, para conseguir sair de casa e deixar o ambiente familiar, tido como inseguro (TAYLOR et al., 2015). Esse quadro destoa da promessa de juventude como futuro, uma vez que temos negado o acesso a direitos e oportunidades que seriam característicos dessa fase da vida e expomos meninas e jovens a situações de violações de direitos, pois se relacionam com sujeitos que perpetuam visões tradicionais de mulheres, muitas vezes negando a essas o acesso a direitos básicos, como o direito de escolha. Visões tradicionais atreladas à imagem da mulher exclusivamente como mãe e esposa, fazendo com que os estereótipos do ser feminino ainda sobrevivam em certas sociedades, como a brasileira. O fato de as meninas e as jovens não terem políticas públicas efetivas que colaborem com a existência de padrões mais democráticos para a sua existência, tendem a subalternizá-las no social, como já destacado, contribuindo com a perpetuação de visões arcaicas do que se espera do público feminino, o que, por sua vez, torna o Brasil um dos piores países do mundo para uma menina viver, segundo relatório da ONG Save the children<sup>13</sup>.

Paralelo a esses dados, vemos, nos últimos anos, nos grandes centros urbanos, uma maior disseminação de denúncias e de ativismos que se utilizam de redes sociais, protagonizadas em sua maioria por jovens mulheres que buscam, através destes mecanismos, questionar a forma como a sociedade brasileira trata as mulheres. Também podemos observar uma maior atuação das jovens mulheres em áreas que, até pouco tempo, não eram protagonizadas por elas, como, por exemplo, as ocupações estudantis que ocorreram em 2015 e 2016, uma vez que foi notória a participação das jovens nas diversas fases do processo de

---

<sup>13</sup>Notícia pública no sítio <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-o-pior-pais-da-america-do-sul-para-ser-menina-diz-relatorio-20270607>, último acesso em 25 de fevereiro de 2018.

ocupação das escolas, não só em São Paulo, onde se iniciou, mas em todo o país como veremos em capítulo sobre a temática das ocupações.

Além das ocupações estudantis, podemos ver a organização das jovens mulheres em outros processos, como o planejamento e a realização, via redes sociais, de atos como o “Fora Cunha”, no qual as jovens se posicionavam contrárias ao projeto de lei 5069/13, apresentado pelo ex-deputado Eduardo Cunha<sup>14</sup>, que obriga as vítimas de violência sexual a primeiro fazerem um boletim de ocorrência para, em seguida, poderem ser atendidas em um serviço de saúde, além de proibir a orientação sobre aborto legal e o uso de medicação considerada abortiva, como a pílula do dia seguinte. Os atos organizados em diversos Estados “Pelo Fim da Cultura do Estupro” são outro exemplo desta organização via rede social, nos quais se denunciavam diversos casos de violência sexual, incluindo o caso de uma jovem que sofreu um estupro coletivo no Rio de Janeiro e teve o vídeo ‘vazado’ em um aplicativo de mensagens via celular<sup>15</sup>. E a utilização de hashtags como **#meuamigosecreto** e **#primeiroassédio** para a denúncia de diferentes práticas machistas que ficam invisibilizadas no meio social, porque são culturalmente naturalizadas.

Ao observar estas questões e entre conversas, debates e leituras com a Professora Daniela Auad, orientadora desta tese, e o grupo de pesquisa *Flores Raras*, reformulamos alguns pontos e chegamos à conclusão que a pesquisa desenvolvida para a tese não se fixaria na tentativa de compreensão das significações atribuídas ao feminismo, pelas jovens mulheres, embora esse seja um elemento do estudo. A proposta de pesquisa para a tese de doutorado teria como problema de pesquisa outra questão, fruto também de toda a observação feita em torno das jovens mulheres como um segmento ativo no contexto brasileiro, evidenciado nos últimos anos pelas redes sociais, mas presente desde antes da disseminação da internet, como observaremos no próximo capítulo. Com isso a problematização inicial da pesquisa gira em torno da seguinte questão: “Como foi o processo de construção das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas no contexto brasileiro?”.

É pertinente para a obra aqui desenvolvida analisar as ocupações de 2015 e 2016, que ocorreram em vários estados, pois nestes espaços houve uma grande atuação das jovens mulheres, sendo protagonistas e lideranças em suas respectivas escolas. E ao protagonizar e liderar, no contexto das ocupações, ressignificam esse fazer e trazem para a cena uma nova forma de fazer a política acontecer, com premissas mais horizontais. Além disso, as

---

<sup>14</sup>Em 2020 o ex-deputado Eduardo Cunha encontrava-se em prisão domiciliar, em decorrência da Operação Lava-Jato.

<sup>15</sup>Para maiores detalhes do caso acesse: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>, último acesso em 30 de abril de 2019.



ocupações estudantis promovem um contraponto aos registros iniciais de organização das jovens mulheres, nos anos de 2005 até 2014, nos quais esta organização era feita através de ONG's e de movimentos sociais, como pontuarei nos próximos capítulos. Com isso, temos dois perfis de interlocutoras para a construção da pesquisa: as mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000 e, assim, estiveram presentes nesta formação institucional da sujeita política jovens mulheres e as jovens mulheres que atuaram nas ocupações em 2015 e 2016.

Na formulação desta proposta de pesquisa alguns questionamentos estiveram presentes, tais, como: como se constrói a sujeita política jovens mulheres no contexto brasileiro? Elas sempre existiram se nomeando como jovens? As jovens mulheres se definem como feministas? Como foi o processo de organização das jovens mulheres entre os anos de 2005 e 2014? Como as jovens mulheres atuaram nas ocupações estudantis em 2015 e 2016? Ao fazer estas perguntas pude refletir sobre o processo de construção dos capítulos que formam esta tese, dando subsídios para que no decorrer dos capítulos estas questões possam ser respondidas.

A formulação da proposta de pesquisa aqui enunciada se mostra desafiadora no atual cenário brasileiro. Observamos atônitas a um alto grau de retrocesso nas políticas públicas, em um país que começava a alcançar melhores taxas de desenvolvimento humano e um abalo significativo em nossa organização democrática. Desde 2016, com o golpe de Estado – promovido por setores conservadores da sociedade que retiraram a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff – que podemos acompanhar o retorno de nosso país a índices que demonstram uma menor distribuição das riquezas entre os diferentes segmentos da população, fazendo com que o Brasil, dentre outras coisas, retorne para o mapa da fome. Segundo relatório divulgado, em 2017, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil corre o risco eminente de voltar ao mapa, havia saído em 2014. Para o economista Francisco Menezes, esse risco se deve à alta do desemprego, ao avanço da pobreza, ao corte de beneficiários do programa Bolsa Família e ao congelamento dos gastos públicos por até 20 anos<sup>16</sup>. A redução de programas sociais e de políticas públicas faz com que fragilizemos a parte da população identificada socialmente como minorias sociais: as mulheres, a juventude, as negras e os negros, a população LGBT. Isso fica evidente, também, ao vermos o Atlas da Violência de 2019 que aponta o ano de 2017 como um ano em que houve um número elevado de mortes de jovens e mulheres, é o ano justamente subsequente ao golpe e o ano, também, em que temos diversas reduções em políticas sociais.

---

<sup>16</sup>Extraído do sítio: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/23/Como-o-Brasil-saiu-do-Mapa-da-Fome.-E-por-que-ele-pode-voltar>, último acesso em 07 de março de 2018.

O cenário de golpe e atentado contra a democracia se torna cada vez mais palpável quando temos em 2018 a execução da vereadora Marielle Franco – mulher negra, feminista, lésbica, mãe e tantas outras coisas – ocorrida em 14 de março, e até hoje não temos os responsáveis deste crime detidos. É um ataque à frágil democracia brasileira, sim, e também a todas e todos que lutam contra as mazelas que atingem a maioria de nossa população. Marielle não foi a única mulher negra executada em nosso país, tantas outras, infelizmente, perderam a vida em períodos de aparente democracia como Claudia Silva Ferreira, baleada pela Polícia Militar e arrastada pela viatura desta corporação, em 2014. Os casos de Marielle e de Claudia evidenciam o quanto ainda sobrevivem em nosso país práticas não condizentes com os regimes democráticos. Soma-se a este cenário a vivência no ano de 2020 de uma pandemia onde temos um vírus com alta letalidade circulando no mundo e, ao mesmo tempo, temos um governo que não é solidário à tentativa de poupar vidas e ainda debocha do Corona Vírus, afirmando ser uma gripezinha. Com isso, o Brasil continua sendo um país onde este vírus tende a ser cada vez mais letal, uma vez que não temos práticas institucionais para conter sua disseminação e não asseguramos leitos hospitalares para a população que precise destes.

A produção dessa tese pretende contribuir com a atitude de vigília que devemos ter, principalmente, com os sujeitos que estão à margem na sociedade. Trata-se de texto para contribuir com os questionamentos sobre a não efetivação de uma sociedade igualitária de fato e democrática por direito para todas e todos. Sendo assim, acompanhar a forma como as jovens mulheres têm atuado, apesar do cenário político adverso, é importante para reconstruir essa nossa recente história tanto das políticas públicas para a juventude, quanto da formação das jovens mulheres como segmento específico. Tentando contribuir, dessa forma, como registro formal dos caminhos percorridos por esta formação inicial das jovens mulheres, mas também sendo um registro da forma como as jovens mulheres atuaram nas ocupações estudantis.

Para realizar o percurso mencionado, no próximo capítulo será reconstruído o cenário que possibilita a formulação da juventude enquanto destinatária de políticas públicas e a formação da sujeita política jovens mulheres. Ainda nesse capítulo, apresenta-se estudo sobre a produção acadêmica que tematiza a juventude e as jovens mulheres. No segundo capítulo são delineados marcos histórico para pensar o feminismo, ao trazer reflexões sobre teorizações que são críticas à historiografia oficial do feminismo, que, por vezes, invisibiliza as mulheres não-brancas. Apresento considerações sobre o feminismo negro e o feminismo decolonial, que constituem parte do “-s” dos feminismos, assim como as teorizações



produzidas a partir dessa ótica, como o conceito de interseccionalidade. Esse se torna imprescindível para a compreensão da pesquisa aqui proposta. Por fim, mas ainda no segundo capítulo, apresento as jovens nos/dos feminismos, tentando, através do percurso histórico destas sujeitas, comprovar umas das hipóteses apresentada por essa tese: a de que as jovens mulheres, antes de assim se anunciarem, apresentavam-se como jovens feministas. No caminho em vista da comprovação desta hipótese, faço um histórico sobre o feminismo no Brasil e, em seguida, exponho bibliografia que recupera a formação das jovens feministas como um grupo com identidade própria dentro do feminismo, fato histórico recente e datado do final dos anos de 1990.

No terceiro capítulo, busco refletir sobre as considerações metodológicas adotadas para essa produção, trazendo neste espaço a crítica feminista à ciência e a construção de uma metodologia feminista, além de trazer questionamentos pertencentes ao movimento negro e às intelectuais ali situadas, quando questionam a ciência e o fazer científico. Já no capítulo quatro apresento o campo político, definindo o que estou compreendendo como política e democracia e como essas teorizações dialogam com o que vivemos no cenário brasileiro. Além disso, apresento a sujeita política jovens mulheres e sua luta por inclusão tensionando a possibilidade de existência dessa sujeita no cenário brasileiro. No capítulo cinco, faço um histórico sobre as ocupações estudantis que aconteceram em 2015 e 2016, realizando um panorama por estado, além de pontuar a participação das jovens mulheres nas ocupações, buscando compreender como foi essa atuação.

No capítulo seis apresento as interlocutoras dessa pesquisa, a partir de dois perfis específicos, um deste sendo as mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000, essas me ajudam a entender a formação inicial das jovens como jovens mulheres, identidade política mobilizada por elas e o outro sendo as jovens mulheres que participaram das ocupações de 2015 e 2016, que me permitem entender a sua formação enquanto sujeitas políticas naquele cenário, uma vez que, historicamente, o movimento estudantil não é um movimento de lideranças femininas. Busco interpretar as entrevistas das interlocutoras da pesquisa a partir do diálogo com as seguintes categorias: juventude, feminismo, campo político e ocupações. E, por fim, no capítulo sete faço um panorama sobre a pesquisa desenvolvida nesta tese, assim como teço minhas considerações finais a respeito do processo aqui desenvolvido.

## 1 JUVENTUDE(S)

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem  
não é sério. O jovem no Brasil nunca é levado a  
sério.<sup>17</sup>*

*Charlie Brown e Negra Li.*

Em um Estado Democrático, é imprescindível que as várias vozes que compõem a sociedade estejam presentes em todos os espaços de poder, nos meios acadêmicos, políticos, social, profissional e demais. Isso se dá porque é importante que os mais variados sujeitos sejam vistos, falados e nomeados, pois só existimos quando somos nomeadas em todas as nossas especificidades. A partir desse movimento, podemos compreender o tipo de democracia que está sendo gestada no interior de cada sociedade.

Este trabalho pretende dialogar com duas marcações identitárias: jovem e mulher e suas variadas intersecções que são comumente apagadas dos meios políticos, o que promove prejuízos à forma como as jovens mulheres circulam em nossa sociedade. Irei me deter nas jovens mulheres nos seus mais variados arranjos identitários: negras, brancas, lésbicas, heterossexuais, homossexuais, bissexuais. Esse tipo de estudo colabora com o questionamento do reconhecimento e com a representação política desse grupo pelo Estado e das políticas públicas e sociais direcionadas a elas, a fim de garantir para essas jovens uma vivência mais condizente com a organização política brasileira, a saber: Estado Democrático. Organização consolidada através da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para o desenvolvimento desta tese, torna-se necessário que analisemos, em um primeiro momento, os significados atribuídos à juventude e com quais definições este trabalho irá dialogar. Somando-se a isso, é importante mapear como se constrói o Campo dos Estudos sobre juventude em nosso país. Para tal empreendimento realizo uma análise, com o suporte de documentos produzidos no cenário brasileiro, na tentativa de compreender a organização da juventude em nosso país, esse se constitui como o segundo momento deste texto. Os documentos aqui utilizados, a fim de fazer esse mapeamento, foram produzidos na década de 1990 e nos anos 2000 tanto por organizações públicas, quanto por organizações não governamentais, as chamadas ONG's. Com base neles, realizo um primeiro panorama da situação da juventude enquanto campo de políticas públicas e, posteriormente, como categoria

---

<sup>17</sup>Música Não é Sério, extraído do sítio: <https://www.lettras.mus.br/charlie-brown-jr/6008/>, último acesso em 19 de junho de 2018.

que nos permite melhor localizar a sujeita de pesquisa deste trabalho, a saber: as jovens mulheres.

Não ignoro o fato de que as produções em torno da temática da juventude brasileira podem ter extrapolado o produzido por esses referenciais, entretanto, eles se constituem como documentos base na construção de um cenário que sabemos ser deficitário e que não corresponde à total realidade, esta sendo, portanto, impossível de ser apreendida em sua total extensão.

Em um terceiro momento, apresento o campo dos estudos sobre juventude em uma perspectiva da produção acadêmica, fazendo primeiramente um percurso histórico sobre a produção com essa temática e para tal utilizo produções que pretenderam fazer um estado da arte do tema juventude, apontando as principais críticas a esses materiais. Em seguida, faço um levantamento tendo como referência a sujeita desta pesquisa, as jovens mulheres, além da publicação *Jovens Mulheres e Políticas Públicas*, de 2014, organizada pela SNJ e pela SPM, que se configura como um dos primeiros materiais oficiais sobre as jovens mulheres no âmbito do governo federal.

Entendo que o levantamento nesses organismos pode me auxiliar na compreensão que a temática das jovens mulheres assume em locais de prestígio da produção acadêmica brasileira, para ter uma primeira notícia do campo sobre como se apresenta a pesquisa com essa temática. Utilizo como marco inicial o ano de 2005, uma vez que entendo que essa data permite acompanhar no cenário brasileiro todo um acúmulo em relação às políticas públicas de juventudes e de mulheres. No ano de 2005, foi criada a SNJ (Secretaria Nacional da Juventude), além disso, completou-se 30 anos do *Ano Internacional da Mulher*, instituído pela ONU (Organização das Nações Unidas); também completou duas décadas do *Ano Internacional da Juventude*. O Brasil, como país fundador da ONU, esteve presente em todas as conferências e ações geradas em decorrência dessas datas, o que gerou impacto inclusive na pesquisa acadêmica com esses grupos. O Brasil foi, ainda, signatário das declarações geradas a partir da compreensão de organizações, como a ONU, de que há uma real necessidade de atenção e valorização desses segmentos. Portanto, torna-se instigante para a pesquisa aqui proposta usar essa data como efeito de marco inicial para conhecer as produções geradas a partir deste acúmulo na sociedade brasileira.

## 1.1 Juventude(s) é mais que uma palavra

O tema da juventude é em muitos sentidos um tema polissêmico, pois desperta interesses nos mais variados campos. Existe uma fetichização da juventude, isso sendo algo amplamente vivenciado em sociedades como a brasileira, nas quais ser jovem se torna um atributo que gera valor quando associado a novo, belo, alegre e gera desvalor quando associado à rebeldia, indecisão, problemas. Independentemente de qual seja a pendência da balança, existe uma caricatura na qual ser jovem extrapola as existências dos sujeitos que vivem nessa categoria. Por isso, se torna importante nos situarmos quanto aos significados que juventude assume e com quais significados estarei trabalhando, estabelecendo um diálogo com a sociologia e com a sociologia da educação, a fim de pontuar algumas compreensões basilares sobre o significado que juventude assume em sociedades ocidentalizadas, como é a brasileira. Para tal empreendimento, uso as contribuições de Abramo (2011), Bourdieu (1983), Groppo (2000), Mannheim (1982) e Paes (1990), especialmente as reflexões dessas autoras e autores acerca da temática da juventude.

Karl Mannheim, sociólogo alemão, é o primeiro autor que nos permite uma localização quanto à temática de juventude. Mannheim, em 1928, produz um texto no qual se ocupa de analisar o tema das gerações em que a juventude está inserida. Esse autor argumenta sobre a necessidade de considerar a temática das gerações nos estudos sociológicos e, ao fazer isso, sinaliza a importância de trazer as contribuições de outras áreas. Para Wivian Weller, doutora em sociologia e professora da Universidade de Brasília (UnB), o estudo de Mannheim sobre o tema das gerações busca superar a oposição existente entre objetivismo e subjetivismo, criando, dessa forma, uma esfera intermediária, permitindo a análise multidimensional do problema das gerações (WELLER, 2010).

A partir desta compreensão, a temática das gerações não pode ser analisada somente pelo olhar sociológico, mas a sociologia, segundo Mannheim (1982), deve se posicionar nessa questão, permitindo que se compreenda que o conhecimento produzido pela sociologia é apenas uma parte da resposta para o problema das gerações. Para o sociólogo, o estudo das gerações deve considerar a relação dessas com o meio social, os sexos, a faixa etária, a condição econômica, dentre outros. Entendendo que as gerações constituem processos dinâmicos e interativos (MANNHEIM, 1982; WELLER, 2010).

Mannheim irá compreender a geração como um tipo específico de situação social e a compara à categoria classe para dizer que ambas – geração e classe – permitem aos indivíduos pertencentes a elas a vivência de “uma situação comum no processo histórico e social e,

portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante” (MANNHEIM, 1982, p.72). Ao argumentar nesses termos Mannheim não afirma que as gerações que partilham o mesmo tempo histórico possuem as mesmas referências, ao contrário, o autor já nos sinaliza para a multiplicidade de experiências que perpassam uma mesma geração, em suas palavras:

A juventude romântico-conservadora e o grupo liberal-racionalista pertencem à mesma geração real, mas formam, dentro dela, ‘unidades de geração’ distintas. A *unidade de geração* representa um vínculo muito mais concreto que a geração real enquanto tal. *Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram a matéria de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas* (MANNHEIM, 1982, p.87, grifos do autor).

Nesse trecho, Mannheim traz elementos importantes sobre o seu estudo do problema das gerações, nos permitindo entender as distintas formas com que uma mesma geração pode se situar no meio social. Para ele, não basta ter nascido no mesmo tempo cronológico para dividir a mesma posição geracional como já afirmado. É necessário que os indivíduos possuam uma identidade geracional comum na qual, além de ter nascido no mesmo tempo histórico, os indivíduos precisam ter “a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante” (WELLER, 2010, p.212). As unidades geracionais irão desenvolver formas políticas diferentes de lidar com um mesmo problema dado, já que essas unidades são formadas por meios sociais, sexo, condições econômicas diferentes. Ou seja, ser jovem no mesmo tempo histórico que outros jovens não significa, para Mannheim (1982), ser igual, porque outros atravessamentos dessa identidade influenciam a forma como esse jovem se situa no meio social. Sendo assim, em 1928, Mannheim já sinalizava a pluralidade de vivências contidas no grupo juventude. Suas contribuições são importantes para a compreensão da formação de categorias etárias, nas quais a juventude se insere. Permitindo-nos entender a juventude de uma forma mais polissêmica do que o termo no singular expressa, apontando para a necessidade de considerar as diferenças de vivências dos sujeitos que compartilham uma mesma experiência temporal.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, foi docente na *École de Sociologie du Collège de France*, é mais um autor que nos ajuda a nos localizar perante o tema da juventude. Bourdieu,

em uma entrevista de 1983, traz críticas importantes para a compreensão da juventude. Nessa entrevista, cujo título é *A Juventude é apenas uma palavra*, o sociólogo expressa a sua crítica à forma como a cultura das sociedades produzem categorias sociais, categorias que não ficam estáticas, uma vez que são originadas nas dinâmicas sociais. O autor, que tece seus comentários a partir do olhar para a sociedade francesa, reconhece nessa a impossibilidade de vivência do que é esperado para um jovem a toda a população juvenil da sociedade defendendo, portanto a incompatibilidade da existência de juventude no singular. Para ele:

Seria preciso, pelo menos, analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderemos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo etc., dos "jovens" que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Segundo Bourdieu (1983), por existir essa dinâmica múltipla o termo juventude se configuraria como vazio de conteúdo, pois seria incapaz de refletir a realidade social, não sendo possível que universos tão distintos estivessem inseridos na mesma categoria. Destaca, assim, os limites impostos por esse tipo de classificação. Sua crítica se faz pertinente ao nos alertar sobre o fato de que não podemos tratar juventude como uma categoria coesa, fato que Mannheim (1982) explicita em seu texto. O que pode nos ajudar a compreender que o fato de existir vivências distintas do ser jovem não desqualifica o termo juventude, mas sim nos alerta para a necessidade de pluralizar essa categoria, rejeitando, dessa forma, conteúdos que tentam universalizar a vivência da juventude.

Helena Abramo, mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), resgata que a existência da juventude é permitida na modernidade ocidental e definida a partir da necessidade de um tempo maior de preparação para a complexidade das tarefas geradas a partir da sociedade industrial, que permite que estes jovens frequentem instituições onde a preparação será feita – escolas – e que, ao fazer isso, possuam a possibilidade de ficarem suspensos da obrigatoriedade da produção, fato que é chamado comumente de moratória social (ABRAMO, 2011). É sobre essa concepção que podemos entender a crítica que Bourdieu faz ao termo juventude, pois essa realidade só será possível para uma pequena parte da população reconhecida como jovem.

Abramo afirma que na contemporaneidade a juventude é reconhecida como “uma condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes” (2011, p.44). A partir desse reconhecimento, podemos entender que a juventude é um segmento que possui uma estabilidade em nossa vivência em sociedade. Podendo, também, se constituir como uma categoria social, o que nos permite fazer inferências na vivência desse segmento. Para o cientista social Luis Antonio Groppo, docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG):

Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social (novamente no sentido dado por Mannheim). Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos (GROPPO, 2000, p.8).

Enquanto criação simbólica, a juventude, no mundo ocidental, vai ganhando espaço em uma associação cada vez maior com os problemas advindos da passagem para a vida adulta, em uma sociedade marcada por mudanças estruturais. O que também contribui com a fetichização da juventude como sinônimo de problema e rebeldia. José Machado Paes, sociólogo português, docente na Universidade de Lisboa, resgata que, nos anos de 1960, a juventude foi associada à crise de valores e ao conflito de gerações. Os reconhecidos como jovens, nesse momento, questionam os comportamentos éticos e culturais da época, já nos anos de 1970, a juventude será tematizada a partir da crise de emprego e retardo na entrada da vida adulta/produtiva (PAES, 1990). Em ambas as décadas citadas, o interesse pela juventude era despertado a partir dos problemas que esse segmento populacional supostamente gerava na sociedade.

No Brasil, isto não será diferente, como analiso no tópico seguinte. Cabe ainda dizer a forma como a juventude será configurada em nosso país. Aqui, assim como, em outros lugares do mundo, o ser jovem será localizado segundo critérios etários. O Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos das e dos jovens, afirma: “Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013, p.26).

O critério etário é só um dos elementos que configuram a existência da juventude, organiza formalmente a existência desse segmento para o Estado. Mas, ao contrário do que postula Pierre Bourdieu (1983), a juventude se configura para além de uma palavra e de uma idade. Pois, com o acúmulo que temos hoje sobre o tema podemos chamar a atenção para a



vivência de um segmento expressivo da população com demandas próprias e plurais, que serão perpassadas pelas pertencas de sexo, raça/etnia, orientação sexual, local de moradia, nível de escolaridade e tantas outras e que precisam ser consideradas para que a juventude rompa com o estigma de problema social, com o qual ainda é comumente associada. Ao considerar o arcabouço em destaque, o presente texto apresenta autoras e movimentos que tensionam o tratamento de juventude no singular, para tentar minimizar as perdas e as “naturalizações” que as tentativas de definição podem produzir.

## **1.2 Juventudes como campo de políticas públicas**

O Brasil é um país com alta desigualdade social, exemplo disso é o fato de sermos um país onde 1% dos ricos concentra as maiores taxas de renda, ou seja, 27,8% de nossa riqueza está nas mãos de uma parte irrisória da população nacional. Esses dados foram obtidos em pesquisa divulgada em 2017, pelo economista francês Thomas Piketty<sup>18</sup>, na qual se pretendeu avaliar as desigualdades mundiais.

Em um país com uma distribuição de renda desigual, sabemos que os grupos mais marginalizados serão aqueles tidos como minorias sociais. Essas minorias sociais se configuram não por serem em menor número, mas sim por estarem fora dos campos de produção do poder social, ou seja, serão sub-representados nos espaços da política institucional. E, por isso, possuem, como grupo, dificuldades de terem seus problemas pautados na formação de políticas públicas ou de legislação, nas variadas esferas. Cito como exemplos de segmentos da população que ilustram essa situação as mulheres, principalmente as mulheres negras, mas também os homens negros, crianças e a própria juventude. Esse fato impede a efetivação da vivência social dos parâmetros básicos de configuração da sociedade brasileira, entendida a partir da Constituição Federal de 1988 como um Estado Democrático de Direito, que tem como premissa a igualdade de todas e todos.

Os dados relatados acima fazem com que as mazelas produzidas no cenário brasileiro tenham como principais vítimas os segmentos da população caracterizados como minorias sociais. Portanto, são as especificidades desses grupos que também precisam ser consideradas na produção de políticas públicas, já que se constituem historicamente no Brasil como grupos que estão em situação de risco.

---

<sup>18</sup>Extraído do sítio: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348\\_895757.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html). Último acesso em 27 de março de 2018.



Irei adotar para o âmbito deste trabalho a noção de políticas públicas, com a qual, trabalha Maria das Graças Rua, cientista social, doutora em ciências humanas, professora da Universidade de Brasília (UnB). Rua (1998) reconhece as políticas públicas como um conjunto de ações e decisões geradas para resolver um problema político. Ainda segundo a cientista, para que haja um problema político é preciso que se tenha uma demanda, essa, por sua vez, será incluída na agenda governamental. Enquanto tal demanda não é formulada, o suposto problema não passaria de um estado de coisas, ou seja, uma situação que, por vezes, incomoda a população, mas que não mobiliza as autoridades políticas. Essa demanda, apesar de existir no âmbito da sociedade, precisa se construir como demanda pela reivindicação de atores políticos (RUA, 1998). Abaixo, com o apoio de bibliografia selecionada, procuro reconstruir a trajetória da juventude como um estado de coisas para a formulação de um problema político e, portanto, destinatária de políticas públicas.

O Brasil foi um dos países na América Latina que mais tardiamente reconheceu a juventude como um segmento da população que possui demandas específicas e que, portanto, deve ser considerado como um grupo próprio, separado tanto do que reconhecemos como infância, quanto do que reconhecemos como adultos. Sendo assim, a juventude precisaria de políticas públicas específicas e que rompessem com o eixo educação e trabalho (PAPAS; FREITAS, 2003; 2011).

Para mapear esse cenário, usaremos as contribuições de algumas publicações como: *Bibliografia sobre Juventude*, de Ruth Cardoso e Helena Sampaio (1995), a fim de apresentar um panorama sobre as pesquisas com a temática de juventude; *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas* (1998), publicação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD – que traz um panorama da situação da juventude brasileira na década de 1990; *Juventude em Pauta* (2003; 2011), publicações organizadas por Fernanda Papa e Maria Virgínia de Freitas com as palestras proferidas em duas edições do *Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, realizados em 2002 e em 2010. Esses eventos, em um primeiro momento (2002) questionam o atraso do Brasil com as ações destinadas à juventude e propõem formas de iniciar esse campo de ação de políticas. Em um segundo momento (2010), ocorre um balanço sobre o processo vivenciado pela juventude oito anos após o primeiro seminário. Em *Retratos da Juventude Brasileira* (2011), publicação organizada por Helena Abramo e Pedro Paulo Branco, há a análise dos dados de pesquisa realizada em 2003, cujo objetivo era construir um perfil da juventude brasileira e a Pesquisa Nacional sobre Juventude realizada em 2013 pela SNJ.

No Brasil, até os anos de 1970, a juventude era vista como um segmento que problematizava a continuidade e/ou a transformação social. Sendo assim, a categoria de estudante simboliza quem podia ser jovem no país. A juventude sendo vista, portanto, como um período preparatório. A jovem ou o jovem que não era estudante, não era identificado socialmente, como tal, mas sim como trabalhadora ou trabalhador e quando envolvido com situações de criminalidade era tipificado como a ou o jovem problemático. Ainda neste período, no Brasil, segundo Abramo (2005), existiam ações dicotômicas destinadas à juventude da época, quando se era jovem de classe média ou alta era possível o acesso à educação e à formação geral, sendo, também, geradas medidas punitivas para jovens que realizassem transgressões morais ou se envolvesse com movimentos políticos. Quando a juventude era de setores populares havia a inserção no mercado de trabalho e medidas de prevenção ou punição ou resgate das situações de desvio e marginalidade.

Já nos anos de 1970 e 1980, com a reorganização do movimento estudantil as e os jovens estudantes começam a atuar neste movimento e a participar nele pelas lutas pelo fim da ditadura civil militar. Com a redemocratização a imagem do movimento estudantil vai perdendo força. Ainda neste cenário começa a ser problematizada a figura dos “meninos de rua”, que socialmente despertam reações diversas da população, mas são vistos como crianças que precisam ser tratadas de forma digna, sendo reconhecidos como sujeitos de direitos e não como um perigo para a sociedade. Essa luta culmina na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (ABRAMO, 2005).

Para Marília Sposito (2003), socióloga e docente da USP, o início dos anos de 1990 marca uma alteração relevante no campo das percepções e da formulação de políticas públicas para a juventude. Além de um momento relevante para a juventude, é preciso pontuar toda a efervescência da década de 1990 para o Brasil, uma vez que fazia apenas dois anos que a Constituição de 1988 havia sido promulgada, assinalando nesse processo toda uma perspectiva e ânsia de mudança social. Somam-se a isso as mobilizações sociais em torno da aprovação do ECA, que reafirma a necessidade de respeito e valorização dos direitos da criança e do adolescente. Vale notar que, para autoras como Sposito (2003), o ECA acabou por deixar às margens jovens que não eram assistidos pela lei. Pois, a Lei 8069/90 considera em seu artigo segundo, para efeitos legais, crianças como sendo a pessoa até os doze anos de idade incompletos e adolescentes como a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Assim, a faixa de 18 a 24 anos fica desassistida, segundo o ECA.

Em análise sobre a situação da juventude dos anos de 1990, Rua (1998, p.734, grifos da autora) argumenta:

As demandas dos jovens são, aparentemente, claras. Referem-se, como mostram tanto Milet como Castro e Abramovay (ambos neste volume), aos direitos básicos: educação de qualidade; atenção médica digna e eficiente; segurança que contemple os direitos humanos; *oportunidades* de trabalho com remuneração condigna [...] demandam cidadania.

Podemos avaliar no exposto acima que, desde os anos 1990, existe uma ânsia para a consolidação da cidadania na qual podemos reconhecer esforço e participação também por parte da juventude. Mas os dados da situação nacional, nos anos de 1990, expressam uma realidade hostil para esse segmento da população. Quando analisamos a situação educacional, temos em 1995 de um total de 28,7 milhões de jovens vivendo no Brasil apenas 11,7 sendo estudantes, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (SABOIA, 1998). Nesse momento, segundo o modelo de educação adotado pelo país, a obrigatoriedade da educação escolar se dava na faixa entre 07 e 14 anos. Com isso, o Brasil finaliza a década de 1990 com uma população que possuía em média 3,9 anos de estudos, em comparação a outros países da América Latina, como Chile e Argentina, que apresentavam 8,5 anos, segundo Saboia: “Nem mesmo o grupo de jovens de 15 a 24 anos brasileiros consegue atingir tal patamar apresentando uma média de apenas 6,6 anos de estudo” (1998, p.506).

Já em relação ao mundo do trabalho, os dados indicam que a população economicamente ativa (PEA) entre 15 a 24 anos correspondia a 62.2%, sendo que somente 26.2% desta população contribuíam com a previdência social. Esse fato sinaliza uma alta taxa de informalidade empregatícia entre a população jovem, atingindo em especial as faixas de 15 a 17 anos e as jovens mulheres. Esse cenário contribui com a exclusão e limitação das oportunidades dessas e desses jovens, que podem desencadear situações de delinquência, prostituição, uso de drogas e envolvimento com atividades ilícitas conforme pontuado por Rua (1998). A autora ainda sinaliza um aumento dos homicídios de jovens causados por armas de fogo, crescendo mais de 130% em relação a 1980. Rua, também, ressalta a falta de dados confiáveis sobre a criminalidade juvenil, o que pode indicar a construção da juventude como suscetível à criminalidade por associação. Trata-se de relacionar essa juventude com uma imagem de rebeldia e desvio, mais do que os fatos da realidade poderiam mostrar nas estatísticas sobre criminalidade.

Na área da saúde, a juventude dos anos de 1990 não apresenta um quadro melhor, principalmente para as jovens mulheres que acarretam as dores da falta de uma política nacional de direitos sexuais e direitos reprodutivos. Estas jovens mulheres se tornam, já nos

anos de 1990, as maiores vítimas de casos de abortamento, complicações em decorrência de gravidez precoce, parto mal realizado e, segundo Rua (1998), as causas maternas são as que mais vitimizam as jovens mulheres. Já entre os jovens homens, as maiores taxas de uso de hospitais estão relacionadas a internações na área de psiquiatria. Ainda para Rua (1998), esse fato se dá devido ao número elevado de psicoses e neuroses associadas ao consumo de álcool e outras drogas.

Nesse momento, a juventude é protagonista ou vítima de problemas sociais, sendo reconhecida como promotora da violência urbana. Essa representação reforçou no imaginário social esse segmento como um problema. Paralelo a isso, outra concepção também ganha força: o reconhecimento da juventude para além da adolescência, não sendo, portanto, o ECA satisfatório para proteger essa população. Dessa forma, as jovens e os jovens, as ONG's e outros segmentos afirmavam a urgência de reconhecer a juventude como sujeito de direitos (PAPA; FREITAS, 2003).

No âmbito do governo federal começam a emergir o reconhecimento dos problemas que afetam esse segmento: saúde, violência e desemprego. Ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso – que governou o país de 1995 até 2002 – havia 33 Programas Federais atingindo as jovens e os jovens (Sposito, 2003). Rua (1998) analisa esse fato observando que, apesar de a faixa etária jovem ser atingida por esses programas, eles não são criados para essa população. A juventude é incluída neles, acabando por serem políticas públicas que não se caracterizam por serem decisões estruturantes, entendido aqui, segundo Etzioni (*apud* RUA, 1998, p. 742), como “aquelas que estabelecem os rumos básicos das políticas públicas em geral e definem o contexto e os parâmetros para as decisões incrementais”. Assim, podemos resgatar o conceito de políticas públicas afirmando, que nos anos 1990, a juventude não foi destinatária de ações específicas. A juventude não conseguiu avançar para além de um estado de coisas e, segundo Rua (1998, p.739):

Portanto, as situações constatadas indicam que as demandas por políticas públicas para a juventude permanecem como estados de coisas, precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo – com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de atendimento – sem chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos.

Ademais, a forma como essas políticas foram implementadas apresenta características recorrentes da cultura brasileira, que foram observadas por Rua (1998), a saber: fragmentação, competição interburocrática e descontinuidade administrativa. Esses dados, na avaliação de

Sposito (2003, p.66), acabam por revelar “a ausência de uma proposta clara do governo federal para a população juvenil do país e seu lugar no modelo de desenvolvimento pretendido”.

Esse quadro nos permite compreender que, nos anos de 1990, as demandas da juventude foram apenas amenizadas através de programas que não conseguiam ser vivenciados pela maioria do segmento juvenil. Além das críticas tecidas por Rua (1998) e Sposito (2003), podemos considerar também a dificuldade desses programas em reconhecer as reais demandas desses sujeitos para além das diagnosticadas, assim como o desafio de reconhecer as jovens e os jovens como possíveis parceiros nesses programas. Destaco, nesse cenário, a compreensão de autoras como Cardoso e Sampaio (1995) e Rua (1998) que caracterizam a juventude para além de um todo homogêneo, chamando a atenção para as múltiplas identidades que recortam esse sujeito (CARDOSO; SAMPAIO, 1995). Essas autoras, ao fazerem isso, consideram, também, as assimetrias sociais vivenciadas pela juventude, sendo importante considerar as questões relativas a gênero, raça, instrução e origem regional (RUA, 1998). As análises de Rua serão base para o presente estudo, pois entendo que sua produção sobre a situação da juventude nos anos de 1990 nos permite entender os próximos percursos que as políticas direcionadas a esse grupo terão na primeira década dos anos 2000:

Na verdade, parece muito pouco provável pelo menos no Brasil, a constituição de uma identidade jovem – havendo tantas outras clivagens capazes de definir linhas de conflito social, que perpassam a juventude: raça, gênero, *status* socioeconômico etc. – sem instituições voltadas para este público e este fim (RUA, 1998, p.748).

Ainda nesse cenário, as e os jovens brasileiros de estratos populares identificados como “problemas”, “jovens em situação de risco” ou “jovens em situação de vulnerabilidade social” passam a ser alvo de vários projetos de ONG’s. Mas de forma tutelada, pois essas organizações estavam acostumadas ao trabalho com o público infantil. É nesse processo, do desenvolvimento de projetos de ONG’s com a juventude, que se disseminou o termo de protagonismo juvenil, financiados por fundações empresariais. Essas fundações disseminavam seus conceitos e diretrizes, apostando no desenvolvimento de um novo capital humano (ABRAMO, 2005).

Segundo Regina Souza, doutora em sociologia, o termo protagonismo juvenil começa a circular no Brasil em meados dos anos de 1990 e seu uso foi fomentado por agências internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas (SOUZA, 2009). A categoria

protagonismo juvenil é compreendida com um conceito polissêmico já que durante os anos de 1990 foi extensivamente usada para sustentar uma orientação política que retirava do poder público a responsabilidade com a garantia dos direitos da juventude (ESPINDULA, 2009). Por isso, será comum o apelo ao protagonismo juvenil em textos do governo, mas também de ONG's, fomentados por agências internacionais e fundações empresariais, formando, assim, uma visão da jovem e do jovem como um indivíduo isolado, inseguro e sem garantias, pois está entregue à própria sorte. Para Regina Souza (2009, p.20, grifos da autora):

O jovem protagonista é frequentemente definido como o ator principal do desenvolvimento individual e comunitário. Pode-se acrescentar que o jovem protagonista é o ator principal, não em relação aos atores da sociedade civil em atuação num cenário dito público, mas da sua própria vida, autor responsável que é por si próprio e pelos outros numa sociedade que não oferece garantias. O *jovem protagonista* não faz parte da “minorias ativa” ou da “vanguarda”; não é o líder, representante, organizador, o que vai à frente. Ao contrário, todo jovem é chamado a ser protagonista. Protagonista de quê? De sua própria vida, já que nenhuma outra instância – Estado, instituições sociais, partido, sindicato, mercado – garante a existência desse indivíduo.

O termo protagonismo juvenil usado nesse contexto deixa a jovem e o jovem entregues à própria sorte, esses sendo os únicos responsáveis pelas suas existências. Ainda segundo a autora, nessa noção de protagonismo juvenil encontram-se ausências que seriam importantes para a definição do conceito de protagonismo juvenil. Para Souza (2009), as ausências estariam no fato de que nessa noção de protagonismo a jovem e o jovem não lutam e a palavra protagonista remete justamente à principal lutadora ou lutador, corporal ou verbal, da Grécia Antiga. Sinaliza, assim, que há uma verdadeira assepsia da palavra mantendo-a no espaço público, mas retirando da jovem e do jovem a possibilidade de atuar, de lutar. A segunda ausência está relacionada à falta de poder por parte da juventude que essa definição inspira, como a concepção é de cunho neoliberal para a jovem e o jovem não resta a contestação, somente a execução do que é dito, o objetivo é que sejam integrados e ajustados. E a terceira ausência está no fato de que esses jovens exercendo o protagonismo, nesses termos, não transgridam a ordem imposta, para Souza (2009, p.22): “A palavra transgressora, essencial na política concebida como a possibilidade do novo e da mudança, está ausente no discurso que prescreve a atuação social”.

Sendo assim, o conceito difundido em meados dos anos de 1990 por uma série de organizações que atuavam com a juventude pretende que esse indivíduo seja uma ou um protagonista que não lute, que não tenha poder e que não transgrida e, assim, reproduza o sistema social em conformidade com o mesmo. Apesar de esta ser uma definição que ganhou

relevo no debate nacional e internacional é importante pontuar a polissemia presente na significação do protagonismo juvenil, podendo também significar a participação democrática da juventude no cenário político nacional e nesse modelo assume como perspectivas fundamentais a luta, o poder e a transgressão (ESPINDULA, 2009; SOUZA, 2009). Ao pesquisar sobre a atuação das jovens mulheres e sua formação como sujeitas políticas ativas a presente tese disputa com a definição neoliberal a significação atribuída ao termo protagonismo, destacando no decorrer desta produção como as jovens mulheres romperam com a definição formulada por políticas neoliberais e atuaram questionando o sistema neoliberal e a política tradicional, questionando, também, as formas de poder dadas e, com isso, transgredindo a ordem estabelecida pela direção das escolas, pelos partidos políticos e movimentos sociais em figuras monopolizadas de liderança<sup>19</sup>.

No início dos anos 2000, entra em cena uma nova compreensão sobre juventude, formada, também, pela visão de um novo Governo Federal aliado com os ideais das classes populares, que encheu de esperanças diversos grupos historicamente subalternizados no social. A eleição de um Presidente vindo das lutas sindicalistas e pertencente a um partido, até então, reconhecido como de esquerda fez com que diversos movimentos identitários pudessem participar de forma inédita na estrutura governamental. Com a juventude não foi diferente, ONG's que já atuavam com a temática viam nesse novo cenário uma oportunidade ímpar para criar uma ação mais específica para o grupo de juventude, uma vez que o Brasil, até o momento, não havia formulado uma política específica para esse segmento e seguia atrasado em relação à América Latina, onde diversos países possuíam, em seus governos, ministérios voltados para a juventude. Alia-se a esse cenário, de expectativa pelo novo governo e pela mobilização das ONG's, o fato de que nos setores populares os próprios jovens já demandavam dos setores públicos uma nova forma de lidar com este segmento, segundo aponta-nos Helena Abramo (2011):

[...] o aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares, que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e preocupam, diferentes daquelas colocadas pelas gerações juvenis precedentes, e para as quais não havia nem mesmo formulações elaboradas no plano da política (ABRAMO, 2011, p.39).

---

<sup>19</sup>A forma como as jovens mulheres disputam com o seu fazer político o significado estabilizado por visões neoliberais sobre protagonismo será explorado neste capítulo e no capítulo 5 que constitui esta tese.



São os chamados grupos juvenis que ampliam e diversificam a visibilidade da juventude, principalmente nos setores populares, que vêm a público colocar as questões que as e os afetam a partir de uma linguagem própria (ABRAMO, 2005). Tendo esse pano de fundo como cenário, acontece, no início dos anos 2000, o seminário Políticas Públicas – Juventude em Pauta, organizado pela ONG Ação Educativa. O evento pode servir como apoio para refletirmos sobre a condição da juventude naquele momento, mas também nos possibilita entender os movimentos que os grupos ligados às juventudes realizaram para que esta pauta pudesse ser vivenciada de uma maneira mais orgânica pelo Governo Federal, com uma nova concepção de juventude circulando que se baseava na afirmação de jovens como sujeitos de direitos, rompendo com a imagem de juventude problemática. Um dos diagnósticos deste momento é que: “Era preciso afirmar os jovens como sujeitos de direitos – sujeitos que articulam experiências e demandas específicas nos mais variados campos, e não apenas na educação.” (PAPA; FREITAS, 2011, p.8).

Como Papa e Freitas (2011) ressaltam, a partir das ações geradas neste momento, o Brasil se torna uma referência na atuação do campo de políticas públicas de juventude. São destaques as criações da SNJ, do Conjuve – Conselho Nacional da Juventude – e do Pro-Jovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – em 2005; a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que teve 400.000 participantes, realizada entre 2007 e 2008. E a participação do Brasil em organismos internacionais voltados para a juventude como a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) e as Reuniões Especializadas de Juventude do MERCOSUL (REJ). Ainda segundo Papa e Freitas (2011, p.9):

A mobilização do período resultou na elaboração das diretrizes para a política nacional de juventude; na aprovação de 70 resoluções, das quais 22 prioritárias, para essa mesma política; na inclusão da juventude na Constituição Federal, por meio da PEC da juventude; na aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Estatuto dos Direitos da Juventude; na tramitação de um plano nacional da juventude.

São ações que asseguram que a temática da juventude esteve na agenda governamental, não como um tema periférico, mas, sim, como um tema central na organização governamental, o que nos possibilita afirmar que a juventude, neste momento, enquanto tema político, sai de um estado de coisas para a formação de políticas públicas (RUAS, 1998). Essa conjuntura gerou impacto na forma com que a sociedade brasileira compreendia o segmento juventude até então, possibilitando que a ideia de juventude como



um problema não fosse a única possível dentro da sociedade. Assim, outras formas de ser jovem começam a ser reconhecidas e disputadas no cenário social. Além disto, foi alterada a própria percepção da juventude para si, principalmente daquelas e daqueles que puderam vivenciar de alguma forma as políticas públicas direcionadas para o seu grupo. É importante destacar que essa conscientização da juventude sobre si é um processo que não foi gerado a partir da consolidação de políticas públicas para esse segmento. Entretanto, não podemos ignorar que essas políticas também contribuíram para esse processo e esse fato irá fornecer condições para que as jovens mulheres se reconheçam e se organizem. Formando, assim, um grupo político que possui demandas próprias e que precisam ser consideradas na formulação das políticas públicas.

Elisa Guaraná de Castro, cientista social, doutora em Antropologia social, professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, realiza uma análise deste momento afirmando que:

A consolidação da categoria *juventude como sujeito de direitos* representa uma alteração de paradigma, em que o público-alvo passa de passivo a agente, corresponsável pela construção das políticas públicas. Se esse processo ainda está em curso e evidentemente pode sofrer recuos, aponta a possibilidade de consolidação de uma importante conquista: a legitimação de novos atores e, principalmente, da 'juventude' como agente nesse processo de construção do campo das PPJ, ou seja, [...] o (a) *jovem* é agente (CASTRO, 2011, p. 283, grifos da autora).

O fato de o Governo Federal reconhecer e investir na juventude possibilitou uma nova realidade para esse público, realidade essa que teve um grande impacto na forma como a juventude brasileira se configurava socialmente. Dentre as áreas que mostram destaque nesse período está o acesso ao ensino superior. Entre 2002 e 2014, o Brasil teve crescimento de 80% no número de concluintes do Ensino Superior; em 2002, esse número era de 466,2 mil estudantes completando os estudos em universidades públicas e privadas; já, em 2014, esse número é de 837,3 mil estudantes; expandindo também neste processo o número de especializações em áreas do norte do Brasil que não contavam com este tipo de curso, segundo dados do MEC<sup>20</sup>. Muitas são as críticas tecidas à forma como o Governo Federal organizou a expansão do ensino superior, como o fato de ter repassado recursos para faculdades privadas mais do que investindo nas universidades públicas. Aqui, faz-se referências a recursos repassados através de PROUNI (Programa Universidade para Todos) e

---

<sup>20</sup>Extraído do sítio: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/04/brasil-teve-aumento-de-80-de-concluintes-do-ensino-superior-em-12-anos>, último acesso em 10 de abril de 2018.

do FIES (Financiamento Estudantil) que permite o acesso a bolsas integrais e parciais em universidades privadas e o programa de financiamento estudantil, respectivamente.

Além dessa área, podemos sinalizar como avanços significativos o fato de o Governo Federal ter incorporado a juventude como um segmento populacional na Constituição Federal, fato ocorrido em 2010 com a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 138/03, que inclui jovens entre 15 e 29 anos entre as prioridades do Estado, tais como saúde, alimentação, lazer, educação, profissionalização e cultura. Temos, também, a inclusão do ensino obrigatório na faixa de 04 até 17 anos, tornando obrigatórias duas modalidades educacionais que historicamente estiveram marginalizadas na oferta de vagas no ensino público, a saber: a educação infantil e o ensino médio. A emenda constitucional n.º 59, que trata dessa pauta, teria até 2016 para ser universalizada. Entretanto, não observamos a ampliação do acesso à educação para esse público de maneira uniforme.

Mas, é importante ressaltar que as leis apontadas acima permitem que nós tenhamos ideais democráticos a serem efetivados, abrindo caminho para que a sociedade civil reivindique a implementação dessas leis. Permitem, também, observar que o Governo Federal assume, dessa forma, que as políticas públicas direcionadas para a juventude são uma obrigação do Estado e não um compromisso de um mandato. Esse fato se torna importante para que, independente do governo, a sociedade civil possa cobrar a efetivação dos direitos assegurados em nossos dispositivos legais.

Sabemos que esses avanços legais não foram suficientes para fazer com que se superasse, em nível nacional, a realidade hostil vivenciada por um segmento expressivo da população brasileira. Segundo o Censo de 2010, a população jovem brasileira corresponde a 51,3 milhões de jovens, constituindo 26,1% do total da população; esse segmento ainda convive com padrões que tornam sua realidade desigual em muitas áreas.

A juventude brasileira é uma juventude historicamente trabalhadora – segundo dados de pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Juventude, em 2013, 74% das jovens e dos jovens, da amostra considerada<sup>21</sup>, trabalhavam (54%) ou procuravam trabalho (21%) (BRASIL, 2014) – os marcos legais de ampliação da escolaridade obrigatória não foram capazes de fazer com que essa juventude voltasse e/ou se mantivesse nos bancos escolares. Elaine Ribeiro, doutora em educação, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, argumenta que:

---

<sup>21</sup>Foram entrevistadas e entrevistados 3.300 jovens de 15 a 29 anos residentes em 187 municípios contemplando as 27 Unidades da Federação (BRASIL, 2014).

De modo geral, para a maioria desses jovens, a efetivação de uma “bem-sucedida” trajetória escolar demanda um profundo investimento, material e simbólico, de longo prazo, que, na maioria das vezes, “não cabe” na vida dos jovens mais pobres, principalmente por conta de suas necessidades presentes e prementes, colocadas pela própria condição social que experimenta essa população (RIBEIRO, 2011, p.25).

A juventude brasileira, enquanto grupo social, alcançou os melhores níveis de escolaridade da nossa história, entretanto esse fato não coloca a juventude como um grupo bem escolarizado, como já apontado, no acesso ao nível superior. Os percursos de vida dessas jovens e desses jovens trazem problemas quanto à inclusão da escola na vida desses sujeitos, como: a defasagem série/idade, que ignora que para a grande maioria da população brasileira a frequência escolar não se faz em linha reta. É relevante considerar, também, o grande número de jovens que frequentam o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que a cada ano tem suas turmas reduzidas devido a políticas de cortes de gastos na educação e à impossibilidade de permanência, pois essa juventude, muitas vezes, precisa conciliar trabalho e escola. Quando isso ocorre a balança acaba por pender mais para o sustento imediato do que a escolarização, que pode até gerar melhoras nas condições de vida dessa jovem e desse jovem, só que em longo prazo, como aponta Ribeiro (2011).

Observamos, nas últimas décadas, um grande aumento no homicídio da população jovem, principalmente dos jovens negros. Os movimentos sociais argumentam que o número de jovens negros assassinados condiz com uma tentativa de genocídio/extermínio da população jovem negra. Dados do Mapa da Violência 2016, produzido por Julio Waiselfisz, nos mostram que a “vitimização negra no país que, em 2003, era de 71,7% (morrem, proporcionalmente, 71,7% mais negros que brancos), aumenta para 158,9%, em 2014” (WAISELFISZ, 2016, p.60). O mesmo estudo evidencia que as principais vítimas da violência homicida são os jovens negros entre 15 e 29 anos.

Ângela Guimarães (2011), socióloga, docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ratifica esses dados afirmando que a juventude negra – mulheres e homens – no Brasil, comumente, está exposta a vários tipos de violação de direitos. Esse fato tende a influenciar na forma como esta juventude irá atuar no meio social e como o próprio meio irá tratar a juventude. Para Guimarães (2011, p.309) “[...] é pertinente questionar se o pertencimento racial tem influenciado os lugares que os indivíduos têm ocupado na estrutura social brasileira e mesmo determinado quem vive e quem morre no Brasil”. Sinaliza ainda a intensa produção de dados sobre a juventude como algo genérico e a juventude negra em

específico, e aponta que estes dados mostram uma vivência pela juventude negra de uma cidadania parcial e incompleta.

Cabe-nos interrogar se existem ações específicas direcionadas para superar esse vácuo que existe em nossa sociedade entre ser negra e ser negro e não conseguir uma vivência cidadã. As ações geradas para atender a população jovem de fato foram vivenciadas pela juventude negra também, mas como políticas genéricas não foram capazes de romper com a cultura brasileira racista, pois nem sempre estavam pautadas nessa visão. Assim, apesar de o Brasil direcionar o seu olhar, de forma inédita, para a juventude desse país, principalmente nos oito anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva, nós não fomos capazes de alterar de forma sistemática a vivência de uma população que é historicamente marginalizada, não fomos capazes de fazer com que a juventude negra não estivesse exposta à desigualdade no acesso ao conjunto de direitos que fazem parte de nosso Estado e em muitos índices essa juventude foi cada vez mais massacrada. Segundo o Atlas da Violência 2017, “os negros com idade entre 12 e 29 anos apresentavam mais risco de exposição à violência que os brancos na mesma faixa etária” (IPEA; FBSP, 2017, p.30). Esse dado só corrobora as informações fornecidas por Guimarães (2011).

Dentre as avaliações, de possíveis falhas na forma como o governo vinha encaminhando a atuação com a juventude, podemos destacar uma análise de Paulo Carrano, doutor em educação, professor da Universidade Federal Fluminense:

O diagnóstico que faço é de que as PPJ ainda não se constituíram em suportes suficientes para que os jovens brasileiros possam viver com dignidade o tempo de juventude e, também, caminhar em transições não tão acidentadas para a autonomia na vida adulta. Temos que cuidar, para não atribuir às políticas de juventude melhoras nas condições de vida de jovens das classes populares, pois podem ter ocorrido como efeito social proveniente da estabilidade econômica vivida pelo país nos últimos anos e das políticas de transferência de renda focadas nas famílias (CARRANO, 2011, p.238).

Diagnóstico este feito após cinco anos de políticas direcionadas à juventude, porém atuais para pensarmos os caminhos que essas políticas percorreram, incluindo que a melhora na forma como a juventude vive pode não estar diretamente relacionada às políticas feitas para esse grupo, mas ser parte de um efeito gerado pela melhora da sociedade brasileira como um todo. Por exemplo, na redistribuição das riquezas nacionais realizada através de programas como o Bolsa Família, fazendo com que os efeitos vivenciados pela juventude se desfaçam quando não há essa conjuntura mais positiva. Infiro, a partir disso, que, apesar de

haver uma maior visibilidade para o segmento juventude, essa visibilidade não foi capaz de alterar a forma como a cultura brasileira significa o ser jovem e provavelmente a forma de inclusão dessa juventude nesses primeiros anos de políticas públicas foi uma inclusão baseada no consumo desse grupo, consumo esse em diferentes frentes e, também, em segmentos como cultura e educação.

Como analisa Mary Garcia Castro, cientista social, doutora em sociologia, professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), se torna importante, ao olhar o campo das políticas públicas em juventude no Brasil, além de fazer avaliações dos resultados, observar os benefícios oriundos dessas políticas, que a cientista sinaliza como sendo “socializar os jovens para o jogo político institucional e quem sabe sua crítica” (CASTRO, 2011, p.253). Para a autora é importante que haja mais investimento no campo de disputas de ideias e avaliações sobre as políticas em curso. Ainda sinaliza a necessidade de pensar esse grupo – juventude – em torno de um conceito proposto por ela, em 1992, que nos permite entender as variadas pertencas de um sujeito, a saber: “a alquimia das categorias sociais na produção dos sujeitos políticos<sup>22</sup>”. Essa noção consiste em nos permitir visualizar as diferentes facetas que compõem um sujeito político, uma mulher nesses termos não pode ser reconhecida somente como uma mulher. Na construção de sua identidade perpassam outras variáveis além do sexo, como cor, orientação sexual, idade e essas juntamente com a primeira terão relevância na forma como este sujeito irá se relacionar no meio social e como o próprio meio irá se relacionar com ele. Nas palavras da autora:

Buscamos um caminho diferente de análise, ao reconhecer que, na sociedade brasileira, identificam-se historicamente sistemas de privilégios que se perfilam de forma nítida, podendo-se referir a um sistema de raça, a um sistema de gênero e a um sistema de geração, com hierarquias próprias e relações legitimadas. Tais sistemas não são explicados por causas lineares ordenadas pela questão de classe [...] Tais sistemas de privilégios se entrelaçam, resultando em especificidades que se afastam dos modelos puros (CASTRO, 1992, p. 60).

Sendo assim, ao se pensar as políticas públicas no campo de juventude, não deveríamos direcionar o nosso olhar somente para a composição geracional desse segmento. Deve-se ter em mente que outras interseções vêm a impactar a forma como esse sujeito irá vivenciar sua juventude, como já sinalizado acima ao se abordar a juventude negra. Ao fazer

---

<sup>22</sup> Esse modelo de análise possui similaridades com o desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, advogada estadunidense, que propõe a interseccionalidade para entender os diversos atravessamentos que compõem as identidades das sujeitas sociais. Esse conceito será explorado no próximo capítulo.

essa crítica em texto mais recente, Castro (2011) evidencia sua preocupação com a construção de guetos nas políticas públicas e com o fato de secretarias que podem atender às demais categorias sociais que afetam também a juventude, como a de mulheres e de promoção da igualdade racial, terem seus orçamentos reduzidos nos anos de 2010 e 2011. Torna-se, então, pertinente que pensemos como as políticas públicas de juventude consideram as várias facetas que a compõem.

Em uma primeira análise dessas políticas, observo como elas são propostas de forma genérica, sem considerar as especificidades desses jovens. Com as contribuições de Castro (2011) e Carrano (2011) podemos entender que esse foi um dos primeiros erros de implantação dessas políticas, ignorando o que já havia sido sinalizado por Cardoso e Sampaio (1995) e Rua (1998) nos anos de 1990, que reafirmavam a necessidade de observar a diversidade da juventude. A produção desta tese vem ao encontro dessa crítica, uma vez que temos uma sujeita política, as jovens mulheres, que compõem parte significativa da população jovem brasileira e que, na produção de políticas públicas, não tiveram suas especificidades consideradas. Fato que contribui com uma vivência mais desigual desse grupo no cenário brasileiro.

### **1.3 Juventudes como campo de produção acadêmica**

Neste momento, a intenção é oferecer um panorama sobre a produção acadêmica com o tema da juventude a fim de que nos localizemos quanto a esta produção. Para tal, usaremos como base os estudos desenvolvidos por Marília Pontes Sposito, doutora em Educação e docente da USP, e sua equipe, quando realizaram dois Estados da Arte sobre a produção de teses e dissertações com a temática da juventude. Um dos estudos, cujo título é *Juventude e escolarização (1980-1998)*, publicado em 2002, procura realizar o Estado da Arte a respeito das produções feitas na área da Educação. Uma segunda publicação, com o título *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, publicada em 2009, amplia a visão desse primeiro Estado da Arte para as áreas de Ciências Sociais e Serviço Social. Essas produções podem nos fornecer uma boa posição sobre a produção acadêmica destinada à temática das jovens e dos jovens.

O primeiro recorte temporal de busca, de 1980 até 1998, para Sposito (2002), oferece um panorama pouco consolidado dos estudos em juventude e apresenta alguns desafios quanto à constituição teórica da juventude. Uma vez que existem questões a serem consideradas nesse momento, como: sua constituição como objeto de investigação e

aproximação com o fenômeno estudando. Além dessas questões, a autora apresenta algumas críticas à produção deste período, como o fato de os estudos sobre juventude estarem centrados na escolarização desses jovens, originando 47,5% das produções de teses e dissertações no período estudado; a falta de perspectiva racial e de gênero, estando presentes em apenas 1% das produções, totalizando quatro trabalhos. Para a autora, as questões relativas à raça e gênero são cruciais para uma compreensão mais densa da realidade brasileira e das desigualdades sociais (SPOSITO, 2002). Essa observação se faz pertinente para a tese aqui apresentada, uma vez que, conforme exposto a partir de Castro (1992, 2011), não considerar as variadas intercessões dos sujeitos sociais pode trazer prejuízos à forma como estamos analisando a realidade deste sujeito. Sendo assim, torna-se importante considerar a alquimia das categorias sociais na produção dos sujeitos, a fim de trazer para nossos trabalhos as realidades complexas com as quais vivemos socialmente.

Soma-se a essas críticas a observação de Sposito (2002) de que a produção dessa época apresenta algumas limitações quanto à sua qualidade teórica. Para a autora as teses e dissertações são muito desiguais em sua qualidade. Argumenta que os trabalhos, na área de Educação, apresentam limitações que já foram verificadas em outros eixos dessa área, segundo a autora:

[...] formulação teórica frágil, em geral, inspirada em fontes secundárias e não nos próprios autores já considerados clássicos na respectiva área de estudos; escasso diálogo com o corpo teórico da disciplina de origem – Sociologia e Psicologia; dissociação entre o enunciado teórico e a parte empírica; e, finalmente, trabalhos conduzidos de forma apressada sob o ponto de vista empírico, muitas vezes, distantes de qualquer rigor nas estratégias de investigação (SPOSITO, 2002, p.19).

As questões levantadas pela autora servem de alerta para a produção desta tese, que também se configura em uma produção sobre juventude na área de educação. Entretanto, é importante apontar que uma parcela significativa dos trabalhos analisados pelo estudo de Sposito (2002) foi produzida no âmbito do mestrado, no qual temos um total de 332 dissertações. Em relação ao doutorado, teremos um total de 55 teses. Os tempos de produção podem impactar a qualidade de um produto, além disso, é importante salientar que Sposito chama a atenção para o fato de que a partir dos anos de 1980 existe uma entrada significativa “de um número não desprezível de professores e técnicos de ensino ligados, por formação e atuação, à educação básica e, em menor quantidade, ao ensino superior” (SPOSITO, 2002, p.19). O que pode nos sinalizar que essas produções procuram conversar, cada vez mais, com



o espaço de atuação destes profissionais do que obedecer aos rigores acadêmicos tradicionais, indicando um problema em relação às formas tradicionais com que os programas de pós-graduação ainda dialogam. Além disso, a autora chama a atenção, em sua produção, para duas questões que também podem impactar um melhor adensamento dessas produções: alterações dos prazos de mestrado e doutorado, com tempo limite para sua finalização e a realização da pesquisa do discente da pós-graduação de forma solitária, sem contar com recursos, definindo a sua pesquisa dentro dos limites do possível para si (SPOSITO, 2002).

Outro elemento destacado por Sposito (2002) é a forte centralidade da escola, a juventude é pautada a partir da sua condição de estudante. Sobre esse aspecto, considero importante salientar que no momento em que o estudo de Sposito (2002) foi desenvolvido a escolarização não era obrigatória para uma parcela significativa da juventude brasileira. Lembrando que de acordo com a LDB 5692/71 e a LDB 9394/96 a educação escolar é obrigatória, na rede pública dos 07 aos 14 anos. Por isso, ao considerar somente os estudantes e as estudantes em suas produções, esses trabalhos já fazem um recorte para uma juventude específica, aquela que pode estudar. Esse reconhecimento do estudo da juventude, enquanto sua condição de estudante, já é algo sinalizado em levantamento feito por Cardoso e Sampaio, em publicação de 1995, no qual temos uma maioria dos trabalhos relacionados com o eixo juventude e educação.

Sposito analisa que uma parte dessas produções possui um tom militante e engajado e sinaliza que essa postura tende a causar danos metodológicos ao processo de produção desses trabalhos, para a autora:

Percebe-se, sobretudo nos anos 90, alguma mudança em direção a um maior rigor analítico e certa moderação no discurso político-propositivo em grande parte da produção discente mais recente. Contudo, em temas ainda pouco investigados – como a questão da adolescência em processo de exclusão – permeados pela conjuntura política, o tom militante e engajado ainda prevalece na maioria dos estudos. É preciso ressaltar que a indignação e o compromisso ético-político não são, a priori, orientações negativas da pesquisa. Critica-se aqui um conjunto de perspectivas que fazem do envolvimento com o próprio objeto fator de empobrecimento do rigor intelectual e da perspectiva crítica inerente ao pensamento teórico (SPOSITO, 2002, p.22).

Na segunda publicação, direcionada para o recorte temporal de 1999 até 2006, temos um quadro onde Sposito (2009a) afirma, a partir das produções na área, que a juventude não pode mais ser considerada um tema emergente, pois existe uma intensa produção com a temática. Apesar disso, essas produções carecem de uma estruturação e consolidação



específicas, o que é possível através de levantamentos como o Estado da Arte apresentado tanto em sua primeira edição, quanto em sua segunda versão. E realiza uma leitura desse cenário:

O tema *Juventude* alcançou maior visibilidade nos últimos quinze anos no Brasil como produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores. Os jovens entram na pauta das políticas públicas como parte da questão social e do crescimento da violência no país. Iniciativas também observadas nesse período, em um primeiro momento nas prefeituras e posteriormente em âmbito federal, tentam trazer para a arena pública novas visibilidades em torno dos segmentos juvenis, considerados como atores capazes de ação e de interlocução política. Há, assim, uma confluência de demandas e de representações no campo político que se torna uma arena bastante diversificada de iniciativas e de concepções em torno da questão juvenil no país (SPOSITO, 2009a, p.17).

Sabemos que alguns apontamentos feitos por Sposito já foram enunciados ao longo do texto, entretanto, faz-se pertinente que os consideremos novamente, pois a consolidação das políticas públicas para a juventude está diretamente relacionada com a construção de um campo acadêmico que trate desse tema, uma vez que o estudo da juventude, em nosso país, surge antes de ser um sujeito político com demandas no campo das políticas públicas. Apesar disso, em seu texto, já existe um alerta que ressalta que o fato de um tema alcançar relevância política e social não faz com que ele vire um tema com legitimidade acadêmica (SPOSITO, 2009a).

No *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, publicada em 2009, foram compilados um total de 1.427 trabalhos, que estão distribuídos entre as áreas de Educação (971), Ciências Sociais (312) e Serviço Social (144). Ao analisarmos a área de Educação, já se observa uma maior produção em relação ao período anterior e algumas permanências nessa área: o foco no estudo da juventude estudante; uma presença maior dos estudos que consideram gênero e raça, tanto na área de Educação, como nas demais áreas analisadas. Sposito atribui a expansão das produções com o tema da juventude com a visibilidade que essa possui na esfera pública naquele momento. É importante resgatar que, em 2005, é criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). A partir da criação desse órgão, existe toda uma visibilidade para a juventude enquanto grupo populacional, que é inédita, em se tratando do Brasil. Existe, ainda, uma maior defesa de dissertações do que de teses o que, segundo a autora, pode sinalizar uma falta de maturidade das produções que possuem a juventude como tema central (SPOSITO, 2009b).

Sposito (2009b) afirma, ainda, que, neste momento, existe o reconhecimento da juventude enquanto uma categoria analítica, o que distingue este Estado da Arte do anterior, o que é um marco interessante para o campo de estudos. Aponta, ainda, que há uma dificuldade em se abordar juventude do ponto de vista relacional, a partir dos apontamentos de Mannheim (1982), pois só se é jovem quando temos outro grupo para realizar uma relação, alguém é jovem, ou velho, ou criança em relação a outro conjunto de pessoas. Fato que Bourdieu também chama a atenção: “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p.113). Ao trazer esse dado, pontua a necessidade de não tratar juventude enquanto um grupo homogêneo, fato que sempre resgata ao longo do texto, inclusive para sinalizar a necessidade de se pesquisar a juventude a partir, também, das questões relacionadas à raça e ao gênero.

Esses são apontamentos que nos permitem uma melhor visualização sobre a produção com o tema juventude no âmbito acadêmico. São percepções iniciais e exploratórias do campo. Na sequência do texto, serão apresentadas novas questões que tendem a enriquecer a visão sobre a temática aqui estudada.

#### **1.4 Das juventudes às jovens mulheres**

Discutimos a temática da juventude tendo um olhar para todo o segmento que compõe as juventudes. Neste momento, irei trazer elementos que configuram um sujeito específico dentro desse todo: as jovens mulheres, que se constituem como sujeitas de pesquisa da tese aqui desenvolvida. Como abordado ao longo do texto e com as críticas de várias teóricas que produzem na área de juventude, observo, muitas vezes, a produção em torno de um conceito homogeneizado de juventude. O que destaco ao longo desta produção e com interlocução teórica específica é que a realidade desses sujeitos é multifacetada e se torna importante que as produções acadêmicas e sociais reconheçam essas vivências plurais (MANNHEIM, 1998; BOURDIEU, 1983; CARDOSO; SAMPAIO, 1995; CASTRO 1992, 2011; RUA, 1998).

Observei, no tópico sobre políticas públicas, que uma das críticas à produção em torno das juventudes foi a não consideração dessas especificidades, ou seja, as relações de gênero e sexo, raça e etnia, orientação sexual, classe, local de moradia, grau de escolaridade, condição de trabalho, maternidade/paternidade são constituintes de nossa personalidade e impactam a forma como estaremos vivendo socialmente. Por exemplo, uma jovem mãe precisa ter acesso à creche pública e gratuita, para não abandonar seus estudos e/ou trabalho, ou mesmo para conseguir participar de cursos e/ou outras atividades e a não oferta dessa instituição prejudica

a forma como a jovem estará inserida socialmente a partir da marcação da maternidade. Essas são considerações que devem ser pensadas na formulação e proposição de políticas públicas.

Em contrapartida, reconhecem-se os avanços que, no âmbito do governo federal, foram feitos para que a juventude saísse de um estado de coisas e virasse pauta de políticas públicas (RUA, 1998; PAPA; FREITAS, 2011), conseguindo sua existência assegurada, inclusive, na Constituição Federal de 1988, através de medida constitucional de 2010. A vivência desse momento inédito, em nível de Brasil, impulsionou nas juventudes uma organização específica a partir de pertencimentos identitários que se somam à identidade juvenil. Sendo possível observar essa organização a partir da raça, do sexo/gênero, da orientação sexual.

O grupo reconhecido como jovens mulheres é, também, produto desse processo com acúmulos que são gestados desde os anos de 1990, no interior do movimento feminista – ser feminista será uma marcação para a maioria dos grupos de jovens mulheres que se formam<sup>23</sup>. Impulsionado também por ONG's e organizações internacionais, que definem como importante a organização das jovens mulheres, Borges e Papa (2014) argumentam em publicação intitulada *Jovens Mulheres e Políticas Públicas* organizada pela SNJ e SPM que:

São exemplos, o Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Forito (2001-2009), o Programa Mulheres Jovens e Cidadania – fortalecendo a liderança de mulheres jovens e seu trabalho em redes no Cone Sul (2007-2013), o Encontro Nacional de Juventude Negra (2007), o Encontro Nacional de Jovens Feministas (2008) e o Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas (2009), ao reunirem jovens mulheres de diferentes movimentos e organizações identificadas com a construção feminista e antirracista, impulsionaram a seu tempo possibilidades de incidência em espaços que ajudaram a delinear o avanço institucional das políticas para a juventude, para as mulheres e para a igualdade racial. Estavam presentes no Projeto Juventude (2003-2004), coordenado pelo Instituto Cidadania, que elaborou proposta de criação de um organismo nacional para as políticas de juventude (BORGES; PAPA, 2014, p. 23).

Grande parte deste primeiro momento de organização das jovens mulheres foi financiada por organismos internacionais como a UNIFEM – Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para mulheres – e a Fundação Fredreich Ebert e gerido por ONG's nacionais, como a Ação Educativa, que, inclusive, esteve muito presente na formulação dos primeiros documentos sobre juventude no início dos anos de 2000. Podemos observar, a partir do enunciado acima, que uma das preocupações da organização das jovens mulheres era voltada

---

<sup>23</sup>As teses e dissertações analisadas em tópico posterior poderão nos ajudar a compreender melhor essa afirmação.

para a incidência política, motivada por uma tentativa de provocar mudanças na forma como a política para este grupo estava formulada e, principalmente, de fazerem as jovens mulheres atuarem na esfera política de suas localidades. Segundo Fernanda Papa (2009, p.6):

[...] o debate público sobre juventude ainda é permeado por uma perspectiva androcêntrica, na qual as jovens são invisibilizadas. Como resultado, verifica-se que no campo das políticas públicas são escassas as ações que incorporam questões concernentes às especificidades dessas jovens mulheres. Além disso, ainda é bastante recente, no movimento feminista, o reconhecimento de que há novas atrizes políticas em cena, para as quais a condição juvenil produz singularidades e novas identidades coletivas.

Tem-se, assim, uma compreensão que a não presença deste segmento nas instâncias de poder impossibilita a formulação e o acesso a políticas públicas que possam atender, de forma específica, as jovens mulheres. Por exemplo, um grupo como o *Forito*, como ficou conhecido o *Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil*, que se reuniu durante oito anos, de 2002 até 2009, possuía como objetivo geral “formar e fortalecer as jovens progressistas em diferentes espaços de atuação” (PAPA, 2009, p.11). É interessante demarcar que estas ações estão vinculadas a uma agenda internacional feminista com acúmulos gestados nas Conferências Internacionais de Mulheres e pode apontar uma fragilidade, pois as ações são geradas a partir de projetos executados por ONG’s, ou o que seria a profissionalização da militância social, o que causa descontinuidade das propostas quando estes projetos não conseguem verba para sua continuidade.

Em 2014, na publicação acima mencionada, Borges e Papa reconhecem a lacuna existente sobre a juventude feminina e suas manifestações político-culturais nas pesquisas sobre juventude e sinalizam a publicação como pioneira, no sentido de contribuir com o preenchimento desta lacuna. De fato, essa é a primeira publicação sobre jovens mulheres que o governo federal produz. Pontuam ainda que a identidade mulher jovem convive com múltiplos sistemas de poder que se articulam, fazendo com que sobre elas recaiam múltiplas desigualdades, oriundas do sexo, da faixa etária, da cor, da orientação sexual, do local de moradia, entre outras que trazem prejuízos para sua existência no social (BORGES; PAPA, 2014).

Tendo esse quadro como cenário, torna-se importante para a tese aqui em desenvolvimento pesquisar como as jovens mulheres aparecem na pesquisa acadêmica. Isso importa, primeiramente, para observarmos como as pesquisas conceituam as jovens mulheres e, ainda, para nos interrogarmos sobre qual a juventude feminina que aparece nessas

pesquisas, de modo a considerar as várias marcações que temos abordado ao longo do texto. Além disso, se torna pertinente que nos informemos sobre os temas de pesquisa nas quais as jovens mulheres aparecem. O intuito disso é construir um estudo bibliográfico sobre nossa sujeita, a fim de que nos ajude a desenvolver a pesquisa. Uma vez que, como observado, em 2014, por Borges e Papa, existem poucas pesquisas sobre a juventude feminina. Esse fato foi comprovado, também, ao acessar os levantamentos feitos por Cardoso e Sampaio (1995) e com Sposito (2002; 2009a; 2009b). O canal que utilizei para realizar esse levantamento foi o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que possui um banco com as teses e dissertações copiladas no Brasil e em modo eletrônico.

Uma análise inicial, do levantamento feito no banco de dados da CAPES, permite-me algumas considerações. Os trabalhos com o tema da juventude feminina se iniciam em 1995 com um ligeiro aumento após 2008. No final dos anos de 1990, havia somente dois trabalhos no qual a temática das jovens se fazia presente, a tese, de 1995, de Maria Teresa Santos Cunha, que recebeu o nome de *Educação e Sedução: normas, condutas, valores nos romances de M Delly*, na qual a autora busca discutir como a leitura destes romances educam as jovens mulheres urbanas de classe média entre as décadas de 1940 e 1950 (CUNHA, 1995). E a dissertação, de 1996, de Rosângela Ramos de Freitas recebeu o nome de *Adolescentes Trabalhadoras na Rua: as distribuidoras de folhetos* e procurava descrever e caracterizar o trabalho desenvolvido por jovens mulheres ao distribuir folhetos na cidade de São Paulo (FREITAS, 1996). No final da primeira década dos anos 2000, já temos um volume bem maior de produções que tematizam as jovens mulheres. Observo, com a leitura dos títulos e dos resumos do levantamento feito no banco de dados, que a primeira nomeação da juventude feminina segue o mesmo padrão da significação do ser jovem, um sujeito universal. A diferença só se fez presente quando os trabalhos são direcionados à juventude rural e à juventude negra, nos quais, nos títulos, já encontramos a marcação da diferença.

Ao todo, tivemos acesso a um total de 401 teses e dissertações, acessadas através de quatro estágios de busca. Em um primeiro momento, fizemos a busca com as palavras-chave “jovem mulher” e “jovens mulheres” e encontramos 121 teses e dissertações. Inicialmente, o recorte da pesquisa iria de 2005 até 2017, entretanto, por causa da sub-representação da temática na busca, opto por acessar todos os trabalhos que as palavras-chave “jovem mulher” e “jovens mulheres”. Antes de 2005, 14 trabalhos, divididos entre 1995 e 2004, aparecem na busca. Acessamos esse total retirando na leitura os trabalhos da área de saúde/científica, com temáticas muito específicas, tais como os estudos com medicações e/ou com órgãos do corpo humano. Foram separadas 84 produções que pretendiam trabalhar com as jovens mulheres, ou

seja, teses e dissertações que, nas leituras de seus títulos e resumos, apresentavam as mulheres jovens como sujeitas privilegiadas de interlocução para a construção do texto.

O segundo momento de busca foi feito utilizando as palavras-chave “mulher jovem”; “mulheres jovens”. Nesse item, como tivemos um número elevado de resultados, foram aplicados os seguintes filtros: no quais definimos a preferência por dissertações, teses e trabalhos oriundos do mestrado profissional<sup>24</sup>, dentro do marco da pesquisa – 2005-2017 – e que fosse da área das Ciências Humanas. Ao definir isso, tive acesso a um total de 81 resultados. Nesses trabalhos observei alguns títulos semelhantes aos que constavam na lista anterior e foram descartados. Assim, selecionei 34 trabalhos que seguiam a linha já anunciada na busca anterior.

O terceiro momento foi composto pelas palavras-chave "jovem feminista"; "jovens feministas"; "feministas jovens"; "feminista jovem". Essas palavras foram oriundas de um amadurecimento gerado em conversa com a orientadora sobre a necessidade de encontrar temáticas mais específicas e relacionadas com a proposta de pesquisa aqui desenvolvida. Encontramos 11 produções feitas entre 2009 e 2016. Ao acessar o total da busca, foram descartados os trabalhos que já haviam aparecido em buscas anteriores e selecionamos sete produções advindas exclusivamente dessa busca.

E, por fim, realizamos uma nova busca com as seguintes palavras-chave "Feminismo e ensino médio"; "movimento estudantil"; "juventude e feminismo"; "feminismo e mulheres na universidade" e "mulheres e movimento estudantil". Nessa busca, tivemos acesso a um total de 187. Ao realizar a leitura dos títulos e resumos, fizemos o mesmo caminho das buscas anteriores e procuramos títulos que tematizavam as jovens mulheres, elegendo-as como uma das sujeitas principais para a construção do trabalho. Desse total, foram selecionados oito trabalhos que apresentavam a juventude feminina dentro dos moldes aqui propostos, nos quais as jovens mulheres são consideradas sujeitas privilegiadas de interlocução para a construção do texto.

Após os quatro estágios de busca, temos um total de 133 teses e dissertações, que se propunham a pesquisar/tematizar as jovens mulheres. Observamos um variado recorte de temáticas quando se aborda a juventude feminina, tais como: consumo, cirurgias plásticas, prostituição, imagem das jovens em séries e telenovelas, vivência de transtornos alimentares,

---

<sup>24</sup>O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Essa modalidade foi regulamentada no final dos anos de 1990. Extraído do sítio: <https://uab.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>, último acesso em 12 de março de 2021.

inserção em movimentos culturais e sociais, maternidade e jovens em situação de privação de liberdade (medidas socioeducativas), dentre outros.

As produções em que as jovens mulheres estão mais presentes são aquelas relativas à área que identifiquei como pertencente a sexo/afetividade/prevenção, em um total de 17 produções. São trabalhos que irão dissertar sobre a iniciação sexual das jovens (3), influência da religião (3), uso de crack e vida sexual (1), práticas afetivas e sexuais, tais como as jovens namoram, como rotulam o ato de namorar (4), negociação/uso de preventivos (4) e aborto (2). Uma dessas produções nomeia a vivência de jovens heterossexuais. Não encontrei trabalhos que pretendiam fazer referência a orientações sexuais que não essa, em seus títulos e/ou resumos na área de sexualidade/afetividade.

Em segundo lugar, as jovens aparecem na temática da maternidade, na qual encontramos um total de doze trabalhos, destaca-se nessas produções: as trajetórias de vida das jovens a partir da gestação, ou seja, as transformações que são geradas a partir da gestação nesta idade (5), grávidas que foram vítimas de estupro (2), jovens mães em abrigo institucional (1), o parto (1), a saúde integral da jovem mãe (1), gestação de jovens convivendo com HIV (1) e a maternidade de usuárias de crack (1).

Ao observar esses dados, posso dialogar com produção feita por mim em dissertação de mestrado (ROMÃO, 2014). Ao pesquisar os sentidos atribuídos ao feminino, em materiais didáticos contemporâneos, observei uma reiterada afirmação do corpo feminino como aquele que está voltado para a reprodução, em perspectiva biológica. Este fato vai ao encontro com o exposto neste momento, no qual temos nos dois primeiros lugares das produções sobre as jovens mulheres textos que procuram se fixar sobre o corpo sexualizado da jovem, seja na área sexual/afetividade, seja na área da reprodução.

O terceiro lugar é ocupado por duas categorias: movimentos sociais/culturais e feminismos. São trabalhos que possuem uma natureza similar, mas dado o tema da tese aqui desenvolvida, optou-se por separar esses temas. Dentro da temática do feminismo encontramos onze trabalhos que entrelaçam a vivência das jovens com o feminismo: feminismo autônomo de jovens mulheres (2); vivência em coletivos lésbicos-bissexuais feministas (1); presença de jovens no movimento feminista (1); feminismo e luta pela liberdade de animais (1); feminismo e veganismo (1); cultura política feminista (1); feministas do nordeste (1). Além destes, temos trabalhos que abordam a marcha das vadias, nomeando-a como feminismo contemporâneo (3). Importante ressaltar que somente neste último item aparece a identidade da jovem lésbica/bissexual, orientação sexual, que não aparecem em demais propostas de trabalho. Dentro de movimentos sociais/culturais, encontramos oito



trabalhos que abordam: a presença da juventude feminina em movimentos sociais de gênero (1), em sindicatos (1), em ativismo cultural (1), no movimento hip-hop (4) e no funk (1).

Se unirmos essas duas áreas: movimentos sociais/culturais + feminismo – visto que o feminismo é conceituado enquanto um movimento social – encontramos um total de 19 trabalhos. Trata-se de número expressivo e que serve para nos informar que, apesar do foco em questões relativas à sexualidade e à maternidade, as jovens também são expressivas quando buscamos sua presença em temáticas que pressupõem engajamento social e político. Aqui, observo uma nova faceta do corpo feminino, sendo alvo de interesse nessas produções.

O quarto lugar é ocupado pelo tema dos movimentos estudantis, no qual se tem um total de nove trabalhos que tematizam a relação da jovem mulher com a atuação no movimento estudantil. Observa-se que sete das produções faz um perfil histórico dessa relação, ou seja, são registros históricos da atuação de mulheres em determinados momentos do movimento estudantil, não sendo registrados trabalhos com abordagem mais contemporânea.

O quinto lugar é ocupado pela juventude rural com um total de oito trabalhos, no qual se busca abordar: a escolarização (1), a cultura do trabalho e a cultura lúdica (1), a permanência no campo (1), os projetos de vida desta juventude (2), sua relação com o MST (2) e com a Via Campesina (1).

O sexto lugar é ocupado pelo tema das Jovens Mulheres Negras. Esse tema em conjunto com a juventude rural, parece ser o ponto no qual a diferença acontece nas produções sobre as jovens mulheres. Afirmando isso, pois somente nesses segmentos é que a diferença e a diversidade se fazem presentes nas produções. O apelo nos demais trabalhos é para um ideal universal, como se a juventude feminina fosse um todo coeso. Ao todo, encontramos sete produções que em seus títulos já anunciam trabalhar com a juventude feminina negra, essas produções dialogam sobre: ações afirmativas (1), Lei 10.639 (1), sexualidade (2), estética (1), quilombolas (1), participantes de hip-hop e funk (1). Para melhorar a visualização dos dados aqui comentados, exponho abaixo quadro onde podemos observá-los.

Quadro 1 - Produções da CAPES com a temática das Jovens Mulheres

TEMAS	SUBTEMAS	TOTAL
Sexo/Afetividade/Prevenção	Iniciação Sexual; formas de se relacionar; influência da religião; uso de crack e sexo; uso de preservativos, negociação e aborto	17



Maternidade	Gravidez vítima de estupro; saúde; trajetórias a partir da gravidez; parto; convivendo com HIV; usuária de crack	12
Feminismos	Coletivos autônomos de jovens; coletivos lésbicos e bissexuais; veganos; animalistas; nordestinas; cultura política; jovens no feminismo e marcha das vadias - histórico em locais específicos, tensões e dissidências	11
Movimentos sociais/culturais	MST; Movimento sindical; ativismo cultural; Hip-Hop e Funk; vivências de jovens periféricas	8
Movimento estudantil	Memórias de mulheres que participaram do mov. Estudantil; memórias de mulheres no movimento estudantil; a maioria com perfil histórico somente uma fala da atualidade.	9
Jovens que vivem em áreas rurais	Cultura do trabalho e do lazer; permanência no campo; escolarização; MST; Via Campesina	8
Jovens Negras	Feministas e Sexualidades; Sexualidade; beleza; quilombolas; ações afirmativas; lei 10639 e participantes de hip-hop e funk	7
Total Geral		72

Fonte: Dados oriundos do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Período analisado 1995 à 2017. Busca realizada nos meses de abril e maio de 2018. Elaborado pela autora (2019).

Além do já enunciado, podemos observar algumas questões nas produções sobre as jovens mulheres, com base no levantamento feito no banco da CAPES. As jovens mulheres são subrepresentadas nos estudos quanto à sua atuação estudantil. A grande maioria dos trabalhos faz um perfil histórico, e isso acaba por ignorar que as mulheres, nos últimos anos, têm permanecido mais na escola que os homens e também sinaliza uma diferença quanto ao perfil de estudante, uma vez que autoras como Sposito (2002; 2009a; 2009b), em seus levantamentos sobre o Estado da Arte da juventude, sinalizam a preferência dos estudos a partir da ligação da juventude com a escola. Mas o fato de as mulheres permanecerem mais na escola não estimula a produção de estudos que considerem a jovem mulher estudante na contemporaneidade.

Apesar de as estatísticas internacionais apontarem que as jovens mulheres são os maiores alvos do tráfico de pessoas e vítimas de prostituição, temos somente um trabalho com o tema do tráfico e quatro com o tema da prostituição. Essa ausência me permite novamente

uma remissão aos estudos de Sposito (2002; 2009a; 2009b), quando a autora afirma que os problemas sociais não necessariamente são objetos de investigação científica.

Em relação ao mundo do trabalho, que é também uma temática de interesse para esse grupo, visto que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora, temos apenas duas produções. Uma dissertação que aborda as adolescentes que entregam boletos (FREITAS, 1996), ou seja, estão em situação de subemprego; e a outra é uma dissertação que tematiza as jovens em busca de autonomia financeira, através da economia solidária (COSTA, 2007). As jovens mulheres são identificadas desde os anos de 1990 como trabalhadoras que estão em subempregos, geralmente, na informalidade, dado advindo de autoras como Rua (1998), fato já exposto aqui. Entretanto, esse dado parece não promover uma maior problematização no campo acadêmico, como já pontuado acima.

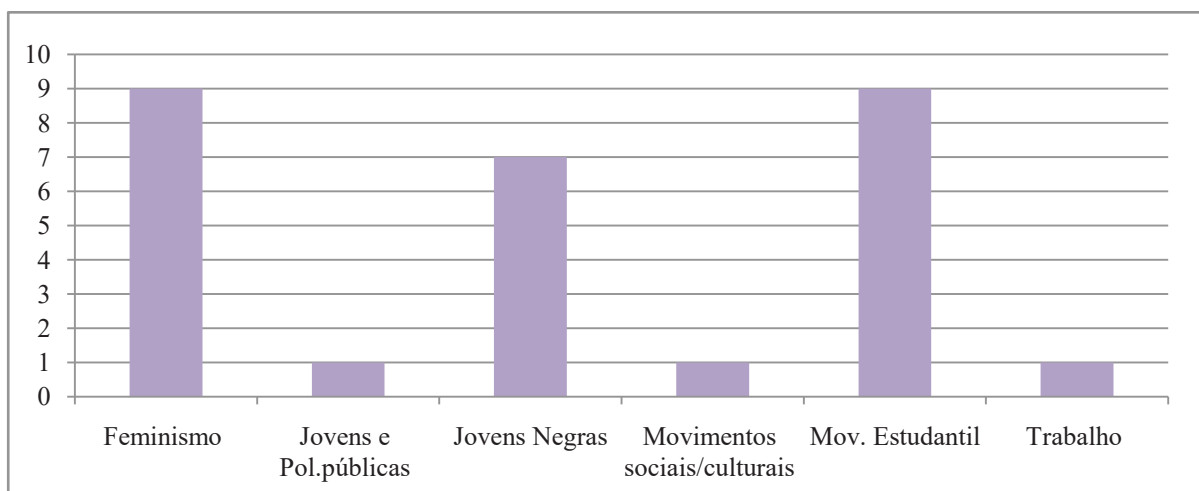
O observado no estudo bibliográfico movimenta-me em torno de outra hipótese de nossa pesquisa: as jovens mulheres não constituem um problema de pesquisa efetivo, ou seja, existem poucas pesquisas que procuram dialogar com esse sujeito, de forma específica. Esse fato corrobora com o exposto por Papa (2009) e por Borges e Papa (2014), quando argumentam sobre a pouca presença feminina nas pesquisas sobre juventude e sobre a perspectiva androcêntrica tão marcante no debate público sobre juventude. Esse cenário traz prejuízos à forma como as jovens estão inseridas socialmente, levando-me a questionar quando – e se – suas singularidades foram consideradas no âmbito da produção de políticas públicas.

Os dados encontrados neste primeiro levantamento corroboram com uma das hipóteses desta pesquisa: as jovens mulheres estariam sujeitas a um apagamento por interseccionarem, pelo menos, dois recortes identitários que, historicamente, são subalternizados no cenário nacional; ser mulher e ser jovem. Os apagamentos quanto a essas identidades e outras podem se tornar cada vez mais fortes quando pesquisamos outras marcações identitárias como negras, lésbicas, indígenas, moradoras de favelas/comunidades, moradoras de áreas rurais, quilombolas, entre outras.

Em orientação sobre os dados encontrados no levantamento, identificamos teses e dissertações que seriam de interesse para a pesquisa aqui proposta e que, portanto, seriam resenhadas e incorporadas ao texto. São consideradas de interesse para esta produção as temáticas apresentadas no gráfico a seguir, que somadas totalizam 28 trabalhos. Temos duas teses e vinte e seis dissertações que se destacam como importantes para a pesquisa aqui desenvolvida. Elas podem nos ajudar a conceituar nossa sujeita de pesquisa, assim como

mapear as principais produções a respeito dela na área que estamos pesquisando, a saber: a formação da sujeita política jovens mulheres de forma ativa no contexto brasileiro.

Gráfico 1 - Número de produções encontradas tendo como referência temas de interesse



Fonte: Dados oriundos do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Período analisado 1995 a 2017. Busca realizada nos meses de abril e maio de 2018. Elaborada pela autora (2019).

Esses trabalhos nos ajudam a localizar as jovens mulheres na pesquisa acadêmica, como, também, sua construção como sujeita política, produto de um passado histórico bem recente, no caso, brasileiro. No próximo tópico, apresentamos as leituras das teses e dissertações que constituem esse primeiro movimento de análise sobre as jovens mulheres na produção acadêmica.

#### 1.4.1 As jovens mulheres na produção acadêmica: quem são?

Ao todo foram resenhadas 26 dissertações e 02 teses no intuito de ajudar a compreender a formação da sujeita política jovens mulheres na dinâmica nacional e de localizar essa sujeita na produção acadêmica, tentando compreender quando as jovens mulheres são tematizadas na pesquisa científica no âmbito da CAPES. Um panorama já abordado na sessão anterior, entretanto, aqui, será mais explorado.

As produções foram separadas nas seguintes temáticas: feminismos, jovens mulheres negras, movimento estudantil, trabalho, movimentos sociais e culturais, jovens e políticas públicas. Abaixo exponho tabela com os grupos de autoras de cada segmento:

Quadro 2 - Separação de autoria por temática

Feminismos	Julia Paiva Zanetti (2009); Adriana Almeida Camilo (2010); Raissa Barbosa Araujo (2013); Roberta Menezes Sousa (2014); Lissa Crisnara Silva do Nascimento (2015); Laura França Martello (2015); Janaína Charão Vargas (2016); Cyrana Borges Veloso (2016) e Daniela Dalbosco Dell'aglio (2016)
Jovens Mulheres Negras	Elcimar Dias Pereira (2008); Diony Maria Oliveira Soares (2008); Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves Holanda (2008); Priscila da Cunha Bastos (2009); Fabiana Leonel de Castro (2010); Larissa Amorim Borges (2013) e Ana Carolina Moura Melo Dartora (2017)
Movimento estudantil	Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento (2006); Susana Roman Blanco Pérez (2007); Adriana Cristina da Silva Patrício (2007); Maria Fernanda Teixeira dos Santos (2011); Fabíola Peres da Cruz (2013); Bruna da Silva Osório (2014); Mayris de Paula Silva (2016); Carolina Langnor e Sousa Lisboa (2017) e Gabriela Rodrigues de Lima (2017)
Movimentos Sociais e Culturais	Sueli Salva (2008)
Trabalho	Rejane Aparecida Bianchini (2012)
Jovens e Políticas Públicas	Áurea Carolina de Freitas e Silva (2015)

Fonte: Dados oriundos do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Período analisado 1995 à 2017. Busca realizada nos meses de abril e maio de 2018. Divisão temática de acordo com área de interesse da pesquisa aqui proposta. Elaborada pela autora (2020).

Essas produções dialogam com uma perspectiva feminista, apesar de nem todas se anunciarem como pertencentes a essa perspectiva ou trazerem um diálogo baseado nessa noção. Entretanto, afirmo isso, porque trazem a subjetividade e a experiência pessoal como temas relevantes para a academia (HALL, 2015; HARAWAY, 1995). Estão dentre suas metodologias a etnografia, o grupo focal, a entrevista semiestruturada, assim como outros métodos dialógicos.

A problematização da juventude enquanto um conceito não é feita em 13 dos trabalhos selecionados, então, o significado deste segmento, enquanto conceito, não fica explícito. Posso supor que o conceito de juventude, mobilizado nessas produções, é a noção de juventude comumente aceita na sociedade, traduzida nos critérios etários. Somente um trabalho pontua que não irá trabalhar com esses critérios, a produção de Laura França Martello (2015, p.57):

Nesse sentido, não limitaremos o nosso campo de análise por critério etários estritos, pois, como sugerido por Halberstam, criar limites de idade para grupos, requerendo às pessoas que se retirem aos vinte seis anos ou mais, reforça a diferenciação entre juventude e adultez e coloca os dois grupos como antagonistas, cristalizando binarismos.

Nas dissertações que trabalham com interlocução teórica, para conceituar a juventude, há o movimento de problematizar a transição do significado de juventude no Brasil a partir dos anos 2000, em movimento similar ao exposto no início deste capítulo e na utilização de interlocução teórica semelhante: Groppo, 2000; Pais, 1996; Abramo, 2005; Bourdieu, 1983; Cardoso e Sampaio, 1995; Sposito, 2003, para citar alguns. Também existe uma sinalização da importância do movimento das Conferências de Políticas Públicas, tanto a de mulheres, quanto a de juventude, na nova configuração que juventude começa a assumir nos anos 2000, sendo um marco inclusive para as jovens mulheres, como exposto nas produções de Julia Zanetti, mestra em educação e Raissa Barbosa Araujo, mestra em Psicologia:

No caso das Conferências de Mulheres a situação já começou a mudar. Comparando o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) com o II Plano (2008), resultados da I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, respectivamente, fica evidente o quanto as questões geracionais ganharam destaque nos últimos anos. Praticamente inexistente no primeiro documento, no segundo aparece como um capítulo específico denominado “*Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas*”, além das várias referências à questão ao longo do documento como um todo (ZANETTI, 2009, p.53, grifos da autora).

Após o primeiro aparecimento público no já mencionado 10<sup>a</sup> Encontro Latino Americano e do Caribe, as jovens feministas brasileiras se organizaram novamente em 2007 para participar da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Ana Adeve (2009), jovem feminista de São Paulo, apresenta esse momento como de grande relevância: “foi a primeira vez que a questão das mulheres jovens ganhou um capítulo especial dentro das referências de políticas públicas para mulheres” (p.37). Como resultado da Conferência foi elaborado o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, onde as questões das jovens estão presentes (ARAUJO, 2013, p.33).

Quando analisamos as produções do grupo Feminismos – composto por nove dissertações, que foram produzidas entre 2009 e 2016 – temos uma concentração da produção na área da Psicologia (3) e Serviço Social (2). Os temas de pesquisa versam sobre a identidade da jovem feminista, sendo vista como um novo segmento e que, portanto, inaugura uma forma singular de atuar. Sendo assim, as produções irão tentar fazer um mapeamento desse novo segmento, pensando, principalmente, na atuação local. E temos três dissertações que problematizam a Marcha das Vadias, vista como “uma síntese do movimento feminista contemporâneo” (VELOSO, 2016), o que não é um consenso no campo.

Ao ler essas produções, podemos entender um pouco mais a movimentação em torno da definição das jovens mulheres, compreendendo que antes de atuarem como jovens mulheres essas jovens eram feministas. Digo isso, pois a primeira tentativa de composição dessas jovens foi no interior do movimento feminista como afirma Roberta Menezes Sousa (2014, p.52/53, grifos da autora), mestra em serviço social:

No âmbito do movimento feminista brasileiro, ao longo dos anos 2000, ao contrário das ideias recorrentes de inexistência ou fragilidade da participação juvenil nos espaços políticos (preocupação muitas vezes manifesta pelos atores políticos), emergiu uma nova geração de feministas, conhecidas como as *jovens feministas*, reivindicando-se como segmento identitário.

Essa entrada no movimento feminista pode ser considerada como uma tentativa de buscar maneiras de efetivar os direitos garantidos em lei, mas, também, pela visão de que as mudanças antes de serem legais precisam ser culturais. Pois somente, assim, as diversas gerações de mulheres poderão vivenciar a igualdade anunciada em marcos legais, como o assumida na Constituição Federal de 1988, na qual se afirma a igualdade independente do sexo. Essa busca pelo movimento feminista acontece entre jovens que já tinham alguma inserção em movimentos sociais como destacado por Zanetti (2009, p.48):

Merece destaque igualmente a constatação que nenhuma entrevistada chegou diretamente ao feminismo: passaram antes por outros movimentos, tais como o estudantil, o negro ou de direitos humanos, ou por um projeto onde este viés não estava tão explícito, mesmo que executado por uma ONG feminista. Esta constatação, associada ao fato delas não deixarem seu movimento de origem para militar no feminismo, indica também que as jovens, assim como as adultas, estão vinculadas a diferentes redes e filiações, o que favorece a circulação de informações e, em alguma medida, também o contato com outras causas e lutas.

Sendo assim, podemos entender que esse segmento já possui outro status de mobilização social. Participavam de outros espaços, nem sempre em posições ativas e o fato de atuarem em um grupo específico para as jovens mulheres enriqueceu sua formação e as incentivou a atuar em grupos. Esses, por sua vez, iriam, futuramente, impulsionar a formulação de políticas para a juventude, como já apontado no texto, no âmbito da sociedade civil. Esses espaços foram desenvolvidos por organismos internacionais e por organizações não governamentais que possuíam como intuito estimular a participação das jovens mulheres em espaços de incidência política. Essa nova identidade traz interrogações para dentro do movimento feminista, principalmente, porque gera tensões e conflitos, tendo como perspectiva a questão geracional, fato apontado pelos trabalhos de Julia Zanetti (2008), Raissa Araujo (2013) e Roberta Sousa (2014):

Em uma relação permeada pela desconfiança da inexperiência, as jovens militantes não possuem uma longa vivência ou um profundo conhecimento do movimento, nem representam instituições ou têm títulos que as legitimem. E, mesmo que possuíssem, dificilmente seriam suficientes para disputar com aquelas que têm décadas de militância. Assim, as relações de poder nesse campo são bastante desiguais, o que torna a inserção dessas jovens no movimento um desafio ainda maior (ZANETTI, 2008, p.40).

A partir das entrevistas foi possível observar que as jovens feministas tensionam internamente o movimento feminista apresentando pautas da juventude, enquanto no movimento de juventude, apresentam pautas feministas. As jovens colocam em xeque o status e a legitimidade de se fazer política, desestabilizam lugares e propõem debates geracionais (ARAUJO, 2013, p.08).

Diante do fato de que nenhuma geração anterior havia demarcado essa identidade, o pedido de reconhecimento trouxe um conjunto de interrogações para o movimento feminista, a partir da imbricação do ser jovem e feminista: que demandas traziam para o movimento? Essas demandas eram concretamente específicas? As desigualdades de gênero se apresentavam na juventude de forma diferente das demais gerações (crianças, adolescentes, adultas e idosas)? O que essa articulação (ser jovem e feminista) representava? (SOUSA, 2014, p.53).

Com esses enunciados, podemos entender que a presença das jovens, dentro do feminismo, trouxe para a cena desse movimento novos debates, que desestabilizam as relações de poder configuradas até então, promovendo a articulação das novas integrantes em torno da defesa de sua identidade mulher jovem feminista. O caminho em busca dessa legitimidade, enquanto grupo, trouxe para estas jovens a defesa de um “nós”, que pode ser melhor compreendido quando acessamos o histórico dos encontros promovidos na primeira



década dos anos 2000: o *Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Forito* (2001-2009), o *Programa Mulheres Jovens e Cidadania – fortalecendo a liderança de mulheres jovens e seu trabalho em redes no Cone Sul* (2007-2013), o *Encontro Nacional de Juventude Negra* (2007), o *Encontro Nacional de Jovens Feministas* (2008) e o *Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas* (2009); a *II Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres* (2007); *1ª Conferência Nacional de Política Públicas de Juventude* (2008).

A construção de um “nós” possibilitou a reflexão sobre a condição da mulher jovem no Brasil, articulando essa identidade com outras identidades, com destaque para a racial e para a orientação sexual, e trazendo para a cena pública novas atrizes que buscam reconhecimento para as demandas que lhe são específicas. Atentando para as diferenças que as constituem e denunciando a vulnerabilidade a que estão expostas por serem quem são. Sendo assim, reconheço a singularidade da constituição desse nós, enquanto jovens feministas, como um momento fundacional das ações sobre as jovens mulheres no Brasil. Sem essa movimentação, talvez, o grupo jovens mulheres não teria se projetado com a ênfase necessária para construir outras formas de ação, que serão melhor exploradas no próximo capítulo.

Quando analisamos as produções do grupo Jovens Mulheres Negras – compostas por sete dissertações, que foram produzidas entre 2008 e 2017 – temos uma concentração da produção na área de educação (4) e Psicologia (2). Os temas de pesquisa incluem sexualidade, estética, trajetórias de vida – no contexto de quilombo e de ações afirmativas para acesso ao ensino superior.

Nesses trabalhos, a perspectiva interseccional se faz presente com a utilização de textos de autoras reconhecidas como pertencentes à perspectiva decolonial e interseccional, como: Avtar Brah e Kimberlé Crenshaw. Podemos observar esse uso nas dissertações de Elcimar Pereira (2008), Diony Soares (2008) e Larissa Borges (2013). Mas a perspectiva interseccional está presente, também, nas dissertações na formulação das propostas de pesquisa que possuem como sujeito principal as jovens mulheres negras, no total de produções que acessamos. No portal da CAPES, somente sete articulavam juventude negra feminina. Esse fato nos remete à sub-representação desse segmento dentro da pesquisa acadêmica. O peso dessa significação no contexto brasileiro não é esquecido, segundo Borges (2013, p.37):

Assim o corpo da mulher negra jovem é marcado por lógicas de hierarquização e inferiorização múltiplas relacionadas ao sexismo, ao



racismo, ao androcentrismo. O sexismo na perspectiva da privatização do corpo e da vida, o racismo na perspectiva da – desumanização/ naturalização (é o animal predisposto ao sexo), embranquecimento e o adultocentrismo na ditadura da juventude a partir de um modelo eurocêntrico. Dessa forma, a mulher negra torna-se a antítese do masculino e do branco, do bom, do belo, do moral e segue aprisionada em um corpo deslegitimado historicamente e imerso em relações sociais que atualizam lógicas de exploração e submissão.

A questão da negritude que perpassa esses trabalhos é problematizada por Diony Soares (2008), quando, ao investigar o impacto do discurso estético hegemônico sobre jovens mulheres negras indaga: “como uma jovem começa a se ver como uma jovem negra?” (SOARES, 2008, p.18). A dissertação, cujo título é *Espelho, Espelho Meu, Eu Sou Bela? Estudando Sobre Jovens Mulheres Negras, Discurso Estético, Mídia e Identidade*, captura uma nomeação que ainda encontra resistência em muitos recantos do Brasil, sendo assim, as jovens, neste trabalho, insistem em ser chamadas de morenas ao invés de negras:

Prosseguindo a entrevista, eu retorno a perguntar quais características compõem uma mulher bonita e percebo que as jovens estudantes negras utilizam o termo morena como classificação étnico-racial. Assim, diante da afirmação de que uma das características de uma mulher bonita é ser morena, eu pergunto: “O que é morena?” Maria responde: “Assim que nem eu, negra”. Rita afirma: “Pele morena e pele negra não tem diferença uma da outra” (SOARES, 2008, p.130).

Esse questionamento sobre tornar-se negra não foi observado em outros trabalhos. Fabiana Castro (2010), ao investigar o discurso sobre sexualidade de mulheres negras brasileiras realiza um trabalho de campo no *I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas*. Nesse ambiente, a nomeação como negra não causava estranhamento e estigmatização, ao contrário, sinaliza uma identidade positiva. O mesmo movimento pode ser sinalizado no trabalho de Borges (2013) que, ao investigar a experiência de mulheres negras jovens no Hip Hop e Funk, circula em um ambiente onde ser negra é visto em uma perspectiva positiva.

Dentre as conclusões das pesquisas desenvolvidas, podemos destacar uma perspectiva de avanço no qual a identidade da juventude feminina negra começa a ser mostrada e desmitificada, e, com isso, estereótipos são combatidos. Além disso, temos recursos metodológicos em que podemos ter o protagonismo de sujeitos historicamente subalternizados no social. As autoras, entretanto, destacam que a desigualdade vivenciada pelas jovens mulheres negras precisa ser combatida por medidas institucionais, pois só assim haverá mudança de cenário para essas jovens:

As trocas desiguais do sistema global, manifestadas nas relações entre os grupos étnico/raciais que ocupam posições dominantes e subalternas, levam-me a cogitar que a subalternidade da condição mulher negra brasileira pode colocar em xeque as possibilidades, de fato, de deslocamentos identitários (SOARES, 2008, p.167).

Ser jovem, mulher, negra e quilombola entre o quilombo e a cidade representa ser diferente, mas também ser desigual. Essa marca identitária acompanha as jovens nos seus percursos de idas e vindas. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a ampliação da rede social e o contato com novas possibilidades para formulação de projetos amplia o campo de possibilidades de se fazer sujeito, o ser negra quilombola reduz essas expectativas (BASTOS, 2009, p.90).

Quando analisamos as produções com o grupo do movimento estudantil – composto por uma tese e oito dissertações, que foram produzidas entre 2006 e 2017 – temos uma concentração da produção na área de Educação (4), seguida por Psicologia (2) e História (2). Esses trabalhos possuem um perfil histórico, ou seja, são produções que tematizam a atuação das jovens mulheres no movimento estudantil, ao ter como marcos temporais períodos já passados, com ênfase na ditadura civil militar, que assombrou o país entre 1964 e 1985.

Das nove produções, somente duas fazem um recorte da atuação estudantil na atualidade e são as produções de Maria Fernanda Santos (2011) e Carolina Lisboa (2017). Santos (2011), cujo título de seu trabalho é *Mulheres no movimento estudantil: Representações, discursos e identidades*, realiza uma etnografia durante a campanha para o Diretório Central dos Estudantes em 2009, tendo como palco a Universidade Federal de Juiz de Fora. Lisboa (2017) produz uma dissertação intitulada *Novos Feminismos: Perspectivas sobre o Movimento Estudantil Feminista na Universidade Federal do Paraná*, nesta produção busca compreender como o movimento estudantil feminista tem elaborado novas formas de militância para o enfrentamento das violências de gênero, no contexto da Universidade Federal do Paraná.

As análises históricas produzidas nesses trabalhos sinalizam para a ruptura de um estereótipo muito presente na construção do cenário político e público brasileiro, a de que as mulheres não eram ativas nos espaços públicos. Essas produções rompem com esse cenário e trazem para o palco a vivência de mulheres jovens, que, em épocas não-democráticas, resistiram aos padrões hegemônicos e contribuíram em seus locais com práticas de resistência não só ao regime civil militar, mas, também, ao machismo (NASCIMENTO, 2006; PATRÍCIO, 2007; CRUZ, 2013; OSÓRIO, 2014; SILVA, 2016; LIMA, 2017).

Entre as produções que articulam jovens e políticas públicas só encontramos uma: Áurea Carolina de Freitas e Silva (2015). Em sua produção, cujo título é *Ampliando os limites do Estado: conflito e cooperação entre agentes estatais e da sociedade civil na luta por inclusão das mulheres jovens na agenda governamental*, Silva (2015, p.08) busca analisar a “inclusão das mulheres jovens no Brasil no contexto dos processos nacionais de institucionalização das políticas públicas para as mulheres e das políticas públicas de juventude”. Para Silva (2015), a luta por inclusão tanto das mulheres quanto da juventude daria origem ao segmento mulheres jovens. Segundo a autora, “a emergência das mulheres jovens como sujeitas políticas é produto tanto das dinâmicas sociais captadas na categorização da quarta onda feminista quanto dos processos de institucionalização das PPM e das PPJ no país” (SILVA, 2015, p. 45).

A produção de Silva (2015) sistematiza o sujeito com o qual essa tese pretende dialogar, a autora realiza isto em nível político, ou seja, refaz os caminhos já anunciados por outras produções, com as quais formamos diálogos – Zanetti (2009), Araujo (2013), Sousa (2014), Castro (2010), Borges (2013) – com uma questão que se faz pertinente: a passagem do tempo. Com isso, temos uma análise na qual é possível ver os efeitos ou não de políticas que foram gestadas na primeira década dos anos 2000. Encontramos as dificuldades dessa implementação, como: desafio estrutural da transversalidade de gênero e de juventude nas políticas públicas; necessidade de combinar investimento de recursos, priorização de políticas e ações educativas para formação de servidoras e servidores públicos; desagregação por parte das gestoras da SPM das perspectivas de gênero e geração, mas, apesar destes apontamentos, Silva (2015, p.118) argumenta:

Essa combinação de fatores produz resistências e dificuldades para a implementação de políticas para as mulheres jovens, uma vez que a operacionalização da agenda deriva da frágil e conflituosa articulação intersetorial entre as duas secretarias e delas com outras áreas do Governo Federal. Os problemas detectados, contudo, não obscurecem o achado desta dissertação de que houve um avanço na proposição de políticas para as mulheres jovens no Brasil.

O conjunto de produções aqui analisadas me conduz à compreensão que a intercessão entre mulheres e juventudes produz o segmento jovens mulheres, sendo que antes de atuarem em movimentos juvenis, as jovens mulheres se articulam em grupos feministas e criam um *nós*. É importante frisar a atuação de organismos internacionais nessa movimentação e a própria representação das jovens dentro das conferências, que mesmo estando, muitas vezes,

em menor número, planejaram uma ação estratégica para terem suas vozes ouvidas (SILVA, 2015).

Existe um apelo pelo reconhecimento da diferença, entretanto, o sujeito universal manifesto na tipologia jovem mulher se faz presente em muitas das produções. Tendo as questões relativas à raça e a orientação sexual aparecendo somente no perfil das entrevistadas, se perdendo ao longo do texto. Outras intercessões não se fazem presentes, como local de moradia, maternidade, classe social. Ao refletir sobre esse processo uma questão fica para a minha produção: como não apagar as diferenças que constituem as jovens mulheres?

## 2 FEMINISMO(S)

*Ah, se todas essas Marias se ajuntar. Sapatão,  
trans, viadas, pretas, brancas, amarelas. Pedras  
e sonhos nas mãos. Punhos erguidos. Seremos  
todas, todas Marias da revolução!<sup>25</sup>*

*Dandara Manoela*

O feminismo, enquanto movimento teórico e político, foi o processo que possibilitou uma nova configuração social e política para que sujeitas como eu ocupassem espaços como os da academia. Conjuntamente a isso, é a movimentação possibilitada pelo feminismo que permite a formação da sujeita protagonista desta tese, as jovens mulheres. Com isso, se torna importante a construção teórica sobre o feminismo, enquanto conceito, mas também, como movimento político.

Não pretendo, aqui, abarcar todas as nuances possíveis desse movimento. Sabemos que esta apreensão é impossível e este não é o objetivo desta tese e nem desta pesquisadora. O que pretendo é trazer questões e posicionamentos que contribuam com a formulação da tese aqui desenvolvida. Para tal, é importante frisar que a interlocução teórica utilizada sobre o feminismo é composta por autoras que questionam a formulação singular desse movimento, ou seja, que compõem o “s” do(s) feminismo(s). São autoras que tendem a contribuir com a complexificação da visão sobre a sujeita mulher, que trazem vivências e problematizações, que, durante muito tempo, não estiveram visíveis dentro do que reconhecemos como feminismo. Mas, também, são autoras que se situam dentro do que hoje chamamos de ocidente, ou de países com fortes influências desse território. Saliento esse fato, porque a abordagem apresentada aqui para *contar* sobre o feminismo poderia ser outra, já que existem variadas formas de trazer a historiografia do feminismo para a cena acadêmica.

Sendo assim, para dialogar com o feminismo, começo com um histórico sobre o movimento feminista, do qual exploro acontecimentos que possibilitaram a organização das mulheres em torno da ideia política de emancipação. Nesse meio, já serão apontados questionamentos aos reconhecidos marcos da historiografia oficial do feminismo. Para tal, utilizo as contribuições de Schuma Schumacher e Érico Brazil (2000), Anne Mc Clintock

---

<sup>25</sup>Música Mulher de Luta, composição Dandara Manoela, disponível no sítio <https://www.lettras.mus.br/dandara-manoela/mulher-de-luta/>, último acesso em 21 de fevereiro de 2019.

(2010), Angela Davis (2016), Carla Pinsky e Joana Pedro (2008). Em seguida, apresento o “s” do(s) feminismo(s), um movimento que prevê o diálogo com o feminismo negro e o decolonial, reconhecendo a pluralidade dos contextos e as vivências específicas das mulheres, além de me possibilitar questionar as versões da historiografia que concebem os tipos humanos – homens brancos e mulheres brancas – como sujeitos universais. Esse movimento é feito com base nas contribuições de Angela Davis (2016; 2017), Djamilia Ribeiro (2017), Patricia Collins (2000, 2016), Lélia Gonzalez (2008), Kimberlé Crenshaw (2002), Chandra Mohanty (2008), Maria Lugones (2014). Em sequência, trago as jovens nos/dos feminismos, a partir de um histórico do feminismo no Brasil, no qual utilizamos Pinto (2003), os artigos contidos no Dossiê Os feminismos Jovens, feito pela Revista de Estudos Feministas em 2011, além das teses e dissertações acessadas através do mapeamento no banco de dados da CAPES.

## 2.1 Histórico do Feminismo

O feminismo, enquanto movimento social e político, tem sua origem oficial no século XIX. Entretanto, não podemos ignorar que o que viria a ser considerado como feminismo está presente na resistência das mulheres a todas as formas de subjugação desde tempos imemoriais. Reconstruir essa resistência é uma tarefa que, muitas vezes, escapa às possibilidades das muitas historiadoras comprometidas com essa missão, pois os registros históricos passaram pelo crivo do machismo e do patriarcado, como modelos que nos impelem a aceitar somente a versão do homem branco como a possível. Sem sombras de dúvidas, esse posicionamento vem sendo questionado na atualidade, entretanto, o ato de revirar o passado, peneirando as contribuições das mulheres é algo que ainda está em processo.

É importante pontuar que inclusive dentro do grupo “mulheres” existem muitas questões a serem consideradas na reconstrução histórica. As mulheres não são singulares e não passaram pela história – aqui a civilização ocidental – a partir dos mesmos moldes, segundo Schuma Schumacher, coordenadora da Rede de Desenvolvimento Humano e Érico Brazil, coordenador da Arte Sem Fronteira:

[...] não se pode esquecer ou banalizar o esforço individual e coletivo de milhares e milhares de brasileiras que, inconformadas com sua condição, se rebelaram contra a situação estabelecida: foram índias contra a violência dos colonizadores, negras contra a escravidão, brancas contra os valores patriarcais vigentes, todas lutando pela transformação das regras impostas ao feminino. (SCHUMACHER, BRAZIL, 2000 p.10).

O texto se refere ao Brasil, mas pode ser usado para pensar a história das mulheres em diferentes territórios. O conhecimento da forma como as mulheres, em toda sua diversidade, vivenciaram o processo de ocupação de territórios pelo imperialismo europeu, ainda é uma história em construção. Podemos afirmar que essa vivência foi feita a partir de um encontro violento entre o regime de poder ditado pelos países europeus e o regime de poder existente nos espaços invadidos (MCCLINTOCK, 2010). Anne McClintock, estudiosa feminista, aponta algumas questões presentes na vida das mulheres das colônias britânicas. Segundo a autora, a negociação era um elemento presente na vida das mulheres colonizadas, pois tinham que ajustar os desequilíbrios presentes nas relações com os homens de seu grupo, mas também com o violento conjunto de regras e restrições que estavam presentes nas relações estabelecidas com os homens e mulheres do império. Além disso, McClintock (2010, p.22) afirma:

[...] as mulheres coloniais não tomaram quaisquer das decisões econômicas ou militares do império e muito poucas delas colheram seus enormes lucros. Leis do casamento, leis da propriedade, leis da terra e a intratável violência da decisão masculina as aprisionavam em padrões de gênero de desvantagem e frustração. A vasta e fraturada arquitetura do imperialismo era eivado de gênero e atravessada pelo fato de que os homens brancos faziam e executavam as leis e políticas de seu próprio interesse.

Com este resgate histórico, podemos entender o papel que as mulheres exerciam em territórios invadidos e em outros centros de poder. Nesse tipo de organização, o corpo feminino configurava um lugar de servidão, no qual as violências eram múltiplas e a possibilidade de escolha era inexistente. É importante frisar que o estupro era uma prática recorrente. O estupro foi utilizado, segundo Angela Davis (2016), como uma expressão do domínio econômico do proprietário e como controle sobre os corpos das mulheres, principalmente as mulheres negras e indígenas. E a negociação que McClintock (2010) afirma existir nem sempre era possível de ser feita de forma benéfica para as mulheres, ou seja, a negociação era feita, mas sempre com perdas para a vida das mulheres.

Apesar dos avanços científicos e democráticos presentes nos ideais iluministas do século XVIII, a posição que as mulheres ocupavam em sociedades ocidentalizadas não sofreu profundas transformações e, inclusive, houve o cultivo de um ideal feminino ligado ao doméstico, voltado à família, que encontraria, nesse momento, um pano de fundo ideal para o desenvolvimento, principalmente no continente europeu. Estava sendo construída, portanto,

uma noção de família, a partir da organização que temos no sistema patriarcal, na qual o chefe de família, representado pela figura de um homem, tem em suas mãos o destino de todas e todos que habitam em sua casa.

No que a historiografia convencionou chamar de era pré-industrial, a economia familiar tinha uma base doméstica, na qual todos os membros tinham funções bem definidas, seja no campo, nas oficinas, no comércio ou produzindo os itens de consumo. Com o desenvolvimento da indústria, em meados do século XVIII, esse cenário muda e as mulheres brancas, com maior poder aquisitivo, começam a vivenciar uma nova experiência doméstica: a de serem dispensadas do trabalho produtivo naquele âmbito. Ao mesmo tempo, existe a propagação de um ideal feminino através de revistas femininas e de romances (DAVIS, 2016; PINSKY, PEDRO, 2008). Segundo Carla Pinsky, doutora em Ciências Sociais, e Joana Pedro, doutora em História Social e docente da UFSC:

O ideal tradicional das mulheres como seres domésticos, voltados prioritariamente à família, encontrou, no desenvolvimento econômico e urbano do século XIX, condições de se tornar real para um número cada vez maior de mulheres o que, por sua vez, fez com que o próprio ideal fosse sustentado e reforçado [...] intensificou-se, também, o peso sentimental conferido ao lar – tido como um refúgio precioso das obrigações do mundo ‘masculino’ dos negócios e da política, local de aconchego e moralidade. O novo modelo de maternidade em desenvolvimento (mães devotadas, que amamentam, educam seus filhos nos primeiros anos de vida e administram a formação das moças), por sua vez, exigia mais tempo e energia. Trabalho e lar começaram a ser visto como dois campos opostos e incompatíveis para as mulheres de ‘boa família’ (PINSKY, PEDRO, 2008, p.271).

As autoras abordam um ideal que somente as classes mais favorecidas financeiramente teriam condições de vivenciar. Este mesmo modelo ficou reconhecido durante muitos anos como o modelo ideal para as mulheres, modelo esse que nunca pôde ser vivido por mulheres brancas pobres, mulheres negras e mulheres indígenas. Essas mulheres eram forçadas, pelas condições sociais e econômicas, a desempenharem, desde cedo, trabalhos de forma compulsória. Seja pelos ditames escravagistas ou para garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares, mostrando-nos, assim, a heterogeneidade das vivências femininas, que desconstruem as narrativas lineares tão presentes na historiografia oficial.

Angela Davis, filósofa e ativista política, reflete sobre a visão da mulher negra escravizada nos Estados Unidos da América (EUA), dando-nos alguns pontos para pensar sobre a formação dessas mulheres em contraposição às mulheres brancas. Em um primeiro ponto, podemos observar contradições na forma como as sociedades pregavam o ideal



feminino e as vivências dessas mulheres na condição de mulheres escravizadas. Enquanto as mulheres brancas de classe média deixam o trabalho produtivo, esse era compulsório para as mulheres negras e, indispensável, para as mulheres brancas pobres.

Davis (2016) afirma que para as mulheres negras o trabalho nunca pôde ser uma escolha, para ela, o espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão que vem com a escravidão. Outro elemento pontuado por Davis é sobre a visão que as mulheres negras suscitavam nos senhores: ou eram tratadas como pertencentes ao sexo feminino, sendo vítimas de estupros e assédios de todo tipo – e aqui eram reconhecidas como mulheres – ou eram vistas como trabalhadoras, sendo exploradas até a exaustão e tendo que produzir tanto quanto os homens. Soma-se a isso o direito à maternidade, que foi compulsoriamente negado às mulheres negras, à época da escravidão, pois elas eram vistas como reprodutoras. Sendo assim, o “destino natural” da maternidade, que seria uma condição do ser mulher, não era vivido pelas mulheres negras escravizadas.

Com isso, podemos entender que o ideal de feminilidade que é consolidado durante o século XIX é um ideal para algumas mulheres e esse pressuposto irá definir algumas características da Primeira Onda feminista. Segundo Pinsky e Pedro (2008), no final do século XVIII um grupo de mulheres começou a se organizar, lutar pela cidadania e reivindicar direitos políticos e sociais, bem como o acesso à educação para além dos atributos de uma boa esposa e a possibilidade de gerir seu patrimônio e herança, principalmente na Inglaterra. Mas, para as autoras, foi durante o século XIX que as feministas construíram suas concepções teóricas e suas bandeiras. A bandeira que entraria para a história como a prioritária nesse processo seria a luta pelo sufrágio feminino, ou seja, o direito de voto para todas as mulheres.

Conforme já apontado acima, esse primeiro movimento do feminismo é caracterizado pela mobilização em torno do direito ao voto, entendido pelas mulheres como a possibilidade de participar efetivamente da vida política em seus países. Entretanto, essa luta foi feita não em defesa de todas as mulheres, mas, principalmente, na defesa das mulheres brancas de classe elevada. Segundo Davis (2016), durante o século XIX foi desenvolvida uma consciência coletiva de que as mulheres precisavam existir enquanto sujeito. Nos EUA, em 1848, essa consciência ganha corpo com a Convenção pelos Direitos das Mulheres em Seneca Falls. Ainda para a autora:

Tratava-se do resultado teórico de anos de contestações inseguras e muitas vezes silenciosas, voltadas a uma condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e claramente opressiva para as mulheres da burguesia e das classes médias emergentes. Entretanto,

enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte (DAVIS, 2016, p.64).

Ao analisar esse trecho, podemos entender que as primeiras movimentações do que chamamos feminismo têm claramente um recorte de classe, que opta por desconsiderar a movimentação feita tanto pelas mulheres brancas trabalhadoras, como pelas mulheres negras. Exclui-se essa movimentação da maioria das historiografias do feminismo, levando-nos a ignorar, por exemplo, que mesmo antes da Convenção de Seneca Falls, as mulheres trabalhadoras já organizavam paralisações e greves, reivindicando melhorias salariais e nos seus locais de trabalho. Davis (2016) ainda argumenta que devido à luta das operárias brancas, elas deveriam ser sinalizadas como as precursoras do movimento de mulheres, porém seu pioneirismo foi ignorado pelas líderes do novo movimento.

A atuação das mulheres negras também foi desconsiderada dentro da historiografia do novo movimento, mas isso não significa ausência de luta por parte deste grupo. Davis (2016) relata que desde 1827 houve a reivindicação de educação para as mulheres negras, feita por uma mulher negra em um jornal chamado *Freedom's Journal* – primeiro jornal negro dos EUA. E na Convenção Nacional dos Direitos das Mulheres a figura de Sojourner Truth – abolicionista afro-americana, escritora e ativista – tornar-se-ia um exemplo ímpar do poder e atuação peculiar que as mulheres negras são capazes de ter, uma vez que em suas falas Truth traziam tanto a necessidade de questionar a dominação sexista quanto a opressão racista. Em um de seus discursos mais conhecidos, feito em 1851, ela traz uma série de contestações que, para a época, eram inéditas e que somente foram aprofundadas em outro tempo histórico:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravo. Quando manifestei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH *apud* RIBEIRO, 2017, p.20).

Ao proferir seu discurso, Sojourner Truth traz diversas interrogações às questões relativas tanto ao sexo, quanto à raça. Como mulher negra a ela não foi imposta nenhuma das

reticências que são impostas às ditas mulheres, reconhecidas, com sua fala, como pertencentes a um tipo específico de etnia/raça, e, ao mesmo tempo, por ser negra, ela não poderia ser considerada frágil a ponto de despertar a ajuda e a solidariedade. E, mesmo assim, ela não deixava de ser mulher. Com esses elementos podemos observar bem o porquê de Sojourner Truth questionar a sua condição de mulher, pois ela, assim, como tantas outras, não vivenciavam o ideal que era cobrado para as mulheres, inclusive porque esse ideal era recortado por um viés de classe que não era exposto ou mesmo considerado de forma explícita, e de raça. Entretanto, assim como Sojourner Truth, existiram muitas mulheres que questionaram a forma como as mulheres estavam sendo nomeadas já no século XIX.

Davis (2017) nos possibilita entender que a organização das mulheres negras nos EUA é algo que não começou após os anos de 1960, na chamada Segunda Onda Feminista, mas, que, desde antes existia toda uma trajetória de luta dessas mulheres, muitas vezes, não considerada no feminismo. Ainda, segundo Davis (2017), em 1895 cem mulheres negras de dez estados, reuniram-se na cidade de Boston e, no ano seguinte, fundaram a Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor que tinha como função primordial “a defesa ideológica e militante das mulheres negras – e dos homens negros – contra os danos causados pelo racismo” (DAVIS, 2017, p.15). Esse tipo de resgate é essencial para que possamos compreender e combater o insistente apagamento que se faz das contribuições das mulheres negras e das mulheres brancas trabalhadoras dentro do feminismo. Davis argumenta que ao ignorarmos as trajetórias das mulheres afro-americanas – que historicamente estiveram presentes no cenário político e social, pautando a transformação na forma como a sociedade as significava – “o potencial revolucionário do movimento de mulheres ainda não terá sido realizado” (DAVIS, 2017, p.18). Crítica que vai ao encontro com a tecida por Lélia Gonzalez, que durante toda a sua trajetória intelectual buscou evidenciar a forma como, no cenário brasileiro, as contribuições das mulheres negras são repetida e historicamente apagadas, subalternizadas. Tornando, assim, imprescindível que nós, que nos identifiquemos como feministas, evidenciemos o impacto não só do machismo, mas também do racismo em nossas produções. Sobre a contribuição da mulher negra, Gonzalez (2018, p.51, grifos da autora) pontua:

Mas, sobretudo, a *mulher negra anônima* sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo, porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão

quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

Gonzalez (2018) ao refletir sobre a mulher negra o faz analisando a sociedade brasileira, entretanto, podemos observar no trecho destacado que as contribuições geradas na sociedade brasileira pela mulher negra é, também, a contribuição gerada em outros países. Uma vez que as mulheres negras em diáspora compartilham a condição de luta pela sobrevivência e em busca de melhores condições para si e o seu povo é que insistem em atuar nos mais variados espaços. Incluindo levantar-se em meio a uma Convenção formada, em sua maioria, por mulheres e homens brancos e proferir um discurso que tende a desestabilizar os pressupostos usados por aquele grupo para definir quem é uma mulher, como Sojourner Truth fez.

Com o enunciado, acima podemos entender que, desde a primeira onda feminista, existe o protagonismo de mulheres brancas trabalhadoras e mulheres negras reivindicando melhorias para suas condições de vida. Entretanto, a historiografia oficial do feminismo acaba por reconhecer, de forma prioritária, a atuação das mulheres brancas de classe média/alta. A historiografia do feminismo trabalha com a ideia de ondas para abordar os momentos de maior efervescência do movimento, no qual determinados temas e debates são acionados de forma prioritária. Sendo assim, na primeira onda, a luta pelo sufrágio universal é a grande bandeira. Essa bandeira foi consolidada na primeira metade do século XX, iniciado em 1918, na Inglaterra, com restrições, só sendo permitido votar às mulheres chefes de família com nível universitário e as maiores de trinta anos. Em 1928, foi garantido às mulheres o voto nas mesmas condições que os homens; em 1920 o voto era garantido em todos os estados dos EUA; em 1931 é garantido na Espanha. No Brasil, o voto das mulheres se torna uma realidade em 1932, com restrições (PINSKY; PEDRO, 2008, MORAES, 2008).

A Segunda Onda Feminista, localizada a partir dos anos de 1960, é um novo momento de articulação feminista, que investe na tentativa de compreensão do persistente sistema de opressão que as mulheres, de diferentes lugares, ainda vivenciavam em seu cotidiano e no decorrer de sua vida. Para tal, o movimento feminista aciona uma série de mecanismos a fim de entender a forma como a diferença entre mulheres e homens era socialmente formada. Varela (2008) localiza seu início a partir da publicação de *A mística feminina* de Betty Friedan em 1963. A análise de Friedan procura compreender a opressão feminina contida na lógica da domesticidade compulsória, tendo como referência o estilo de vida das mulheres brancas de segmentos privilegiados dos EUA. A partir da movimentação oriunda desta publicação, existe

a consolidação de um grupo de mulheres como feministas liberais. Essas feministas entendem que a situação das mulheres se caracteriza pela desigualdade, não uma opressão ou exploração. Sendo assim, é preciso reformar o sistema para que haja igualdade entre os sexos (VARELA, 2008).

Nesse mesmo tempo histórico, existe a consolidação de outro grupo feminista reconhecido como radical, articulado com os movimentos de contracultura que reivindicavam novas formas de vida se opondo, dessa maneira, à política liberal capitalista. As feministas radicais inauguram um novo olhar para a opressão das mulheres, questionam a distinção entre público e privado e abrem para a contestação áreas que, até então, eram tidas como tabus na vida pública: a família, a sexualidade, o trabalho e a violência doméstica. O slogan desse período é “o pessoal é político” e, com isso, os problemas enraizados e silenciados na sociedade foram expostos pelas feministas radicais. Foi a partir dos estudos das feministas radicais que conceitos importantes para o feminismo foram formulados, tais como patriarcado e gênero (VARELA, 2008; HALL, 2015).

As feministas radicais – que inicialmente estão localizadas nos EUA, mas que têm suas ideias espalhadas de forma rápida para outros países – inauguram um novo campo de estudos em que refutam as explicações advindas do mundo da natureza. Essas explicações foram historicamente utilizadas para justificar uma suposta inferioridade natural das mulheres. Portanto, as produções das feministas radicais, dialogam com a perspectiva de que não era a natureza a formadora da subordinação feminina e sim a cultura em que estamos inseridas. Essa cultura, através de repetições e deslocamentos, afirma uma identidade estereotipada e esperada para mulheres e homens performarem (BUTLER, 2008).

Esse mecanismo, que a partir da cultura, afirma uma identidade estereotipada para mulheres e homens, nomeia-se como gênero e passa a ser entendido como uma construção cultural produzida ao longo da história, que nas sociedades ocidentais colonizadas por países europeus, afirma uma dominação masculina e uma sujeição feminina (VARELA, 2008). Foi através do uso do conceito de gênero que uma grande área de estudos pôde ser fomentada nas universidades, possibilitando que as teóricas feministas questionassem as desigualdades em diversos campos de saber. Além disso, as ações de protestos e produções acadêmicas das feministas radicais estimularam uma nova configuração do movimento feminista, pois a partir desse momento, o feminismo não seria visto apenas como um movimento, mas sim como o movimento que reúne uma série de grupos feministas, que se articulam em seus grupos a partir de suas próprias demandas, de suas próprias realidades (VARELA, 2008). Se as histórias contadas até aqui sobre o feminismo permitiram a remissão a um tipo de mulheres –

geralmente brancas de classe média/alta – com o feminismo radical isso não seria mais possível. Estava sendo construída uma nova concepção de política para o feminismo que ressignificava o sujeito mulher.

## **2.2 O S do(s) Feminismo(s)**

As movimentações originadas na Segunda Onda Feminista produzem uma nova compreensão sobre as mulheres. A imagem tradicional de passividade e subordinação era contestada e agora convive com a imagem de uma sujeita ativa no social, capaz de mobilizar seu grupo para diferentes lutas, nas quais a mulher é reconhecida como um ser humano e com os mesmos direitos que os homens. Autores como Stuart Hall (2015), sociólogo jamaicano, identificam o movimento feminista como um dos movimentos que mais contribuíram para alterar a forma como a sociedade entendia os indivíduos. Sendo assim, o feminismo promove uma virada epistemológica no conhecimento produzido até então. O que começa como um movimento para contestar a forma como as mulheres estão posicionadas socialmente, expande-se para incluir a maneira como somos formadas, questionando se as mulheres faziam parte da mesma humanidade que os homens, gerando, portanto, a significação do feminismo como um movimento que defende a humanidade das mulheres (HALL, 2015).

A movimentação em torno da temática feminina foi tão intensa durante os anos de 1970 e 1980 que a Organização das Nações Unidas declarou o período de 1975 até 1985 como a década da mulher, enfatizando a visibilidade pública promovida pelo movimento (ERGAS, 1991). Para Cristina Bruschini, doutora em Sociologia, e Albertina Costa, socióloga, ambas as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, a instituição da década da mulher favoreceu a efervescência da temática, promovendo eventos acadêmicos nacionais e internacionais que impulsionavam os estudos desse tema, até então, marginal. Podemos citar, como exemplo, as Conferências Mundiais de Mulheres promovidas em parceria com a ONU (BRUSCHINI; COSTA, 1992). Para Nuria Varela (2008), jornalista espanhola, além de revolucionar a teoria feminista e política, as feministas deste período, com destaque para as feministas radicais, trouxeram contribuições que são importantes para a nova configuração do feminismo: os grandes protestos públicos, o desenvolvimento dos grupos de autoconsciência e a criação de centros alternativos de ajuda e de autoajuda. A autora afirma:

Las feministas no solo crearon espacios propios para estudiar y organizarse, también desarrollaron una salud y ginecología fuera de las normas del

patriarcado, animando a las mujeres a conocer su propio cuerpo, y fundaron guarderías, centros para mujeres maltratadas, centros de defensa personal (VARELA, 2008, p.106).

As teóricas feministas encontram nessa efervescência a possibilidade de romper com as teorias essencialistas, investindo suas produções em um novo conceito, o de gênero. Esse, por sua vez, problematiza a construção de um mundo natural *a priori*, afirmando que a forma como significamos mulheres e homens, antes de ser “natural” é cultural, e como cultura, pode ser mudada. Segundo Marlise Matos (2008), doutora em Sociologia e docente da UFMG, as acadêmicas, ao problematizarem a produção do conhecimento através de um viés crítico, dão espaço para a criação do que hoje chamamos de Estudos Feministas ou Estudos da Mulher e o conceito de gênero será visto como a possibilidade de adotar uma nova proposta teórico-conceitual.

Para Joan Scott (1995), historiadora, o uso do conceito de gênero possibilita significar as relações de poder, poder esse que, em muitas sociedades, reserva um lugar de prejuízo para as mulheres. Para a autora, gênero pode ser compreendido como “um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p.89). A análise que a autora faz, para o uso de gênero, é aquela na qual se permite resgatar a participação das mulheres de forma ativa na história, tendo a consciência que as relações são sempre generificadas, ou seja, é preciso se perguntar onde estão mulheres e homens nas diversas instituições, e ao realizar esse processo, Scott (1995) afirma a necessidade de aprender a fazer as perguntas certas.

A abordagem a partir deste conceito possibilitou diversos ganhos à compreensão e à desnaturalização da diferença entre mulheres e homens, permitindo romper com o caráter fixo e permanente das significações produzidas em torno do ser mulher e do ser homem. Entretanto, Scott (1995) sinaliza que no uso do conceito de gênero é importante problematizar a oposição binária e excludente que ele sugere, sempre polarizando entre feminino e masculino. Além disso, argumenta em favor da desconstrução da diferença sexual que gera desigualdade. O tratamento binário a gênero e sua oposição à construção do sexo será alvo de críticas por autoras como Scott (1995), entretanto, é com Judith Butler (2008), filósofa, que o questionamento ao conceito de gênero e ao sujeito mulher terá mais visibilidade no mundo acadêmico.

Butler (2008) argumenta que o feminismo, historicamente, formou sua luta sobre um sujeito, que é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder das quais tenta sua libertação. Crítica já tecida por autoras como Heleieth Saffioti (2013), socióloga, que



argumenta que o feminismo quer a incorporação na lógica vigente, não sendo capaz de abalar as estruturas das opressões que o fundam: “o feminismo pequeno-burguês não é, na verdade, um feminismo. Representa, ao contrário, uma força de consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas” (SAFFIOTI, 2013, p.194). Ao tecer sua crítica, Butler (2008), além de questionar a estrutura que forma esse sujeito do feminismo, questiona o próprio sujeito produzido pela estrutura e do qual o feminismo requer sua emancipação. Argumenta que o sujeito mulher não pode ser compreendido em termos estáveis e permanentes e, ao fazer isso, desestabiliza as ancoragens feitas em torno do conceito de gênero:

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2008, p.20).

Butler (2008) recupera em seu texto uma dimensão extensamente anunciada pelas mulheres negras: de que não podemos defender as mulheres a partir da construção da identidade mulher como uma identidade fixa e estável. Ao fazer isto, desconsideramos as experiências de uma grande maioria de mulheres que não possuem pertença com os ideais anunciados a essa imagem, o que, muitas vezes, remete a uma universalidade: mulheres brancas, heterossexuais e de classe econômica média/alta. Dimensão já anunciada, em 1851, por Sojourner Truth ao proferir seu discurso na Conferência de Direitos da Mulher em Ohio, EUA, no qual questiona à plateia: “E não sou eu uma mulher?”, como exposto no tópico anterior.

Truth (*apud* RIBEIRO, 2017), em seu discurso, dá-nos base para reiterar, juntamente com Butler (2008), que ser mulher não é tudo o que alguém é. Existem as pertenças de classe, raça, região, nacionalidade, dentre outras que irão moldar a experiência dos indivíduos, e esses elementos são distintivos na configuração do sujeito tal como ele é. Esse movimento de reconhecer outras dimensões na visão que temos dos indivíduos vem conjuntamente com a configuração dos novos movimentos sociais que emergem pós anos de 1968 e que caracterizam uma nova forma de luta social: a partir das identidades. Ao colocar em cena as possibilidades identitárias, esses movimentos questionam e tensionam o sujeito iluminista, que seria seguro e estável (HALL, 2015).



É importante salientar que já existia no meio social a tentativa de inclusão de outros indivíduos no pleito por direitos e visibilidade, como Sojourner Truth expõe. Entretanto, esses movimentos foram invisibilizados por um discurso dominante que, na defesa da universalidade, escondia também os interesses de classe. Segundo Djamila Ribeiro, filósofa: “Essa discussão já vem sendo feita desde a primeira onda, como nos mostra Truth assim como na segunda onda, como podemos ver nas obras de feministas negras como bell hooks, Audre Lorde entre outras” (RIBEIRO, 2017, p.22). A autora se refere às ondas feministas para informar que o questionamento à universalidade da categoria mulher é algo que já é tema desde sua primeira onda, mas, por esse questionamento ter sido formulado por mulheres negras, foi silenciado.

O feminismo negro, que advém também dessa insistente impossibilidade de considerar as demandas das mulheres negras dentro do feminismo hegemônico<sup>26</sup> daquele tempo histórico, contém elementos importantes para compreender as configurações que o movimento feminista, enquanto teoria política, assume na atualidade. É sobre algumas construções advindas desse movimento que iremos nos ater para continuar refletindo sobre a pluralização do movimento feminista.

A defesa do sujeito mulher formou, durante muito tempo, o princípio de luta dentro do que viria a ser reconhecido como movimento feminista, ou seja, foi na eminência da formulação de uma nova identidade política e social que as mulheres se organizaram, gerando o movimento feminista. Entretanto, podemos observar a partir dos escritos já discutidos neste texto, que havia um questionamento sobre quem eram as mulheres para as quais se

---

<sup>26</sup>O conceito de hegemonia é compreendido aqui como pertencente a uma tradição marxista, desenvolvida especialmente por Gramsci, filósofo marxista e jornalista. Gramsci apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais. Nesse sentido, para Ana Alves (2010) Gramsci argumentaria “que é comum um determinado grupo social, que está em uma situação de subordinação com relação a esse outro grupo, adotar a concepção de mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática” (ALVES, 2010, p.74). Para pensar o feminismo hegemônico, podemos entender, a partir do enunciado acima, que esse indica, durante certo curso da História, a permanência da visão das mulheres a partir de uma significação universal: mulheres, brancas e de classes elevadas. Esse fato deixou à margem outras mulheres que estavam disputando o cenário político, também naquele momento, como as mulheres negras e as mulheres brancas pobres trabalhadoras. A imagem desse feminismo hegemônico, representado por mulheres brancas elitistas, foi tão forte para descrever o feminismo que as primeiras lutas desse movimento ignoravam que um contingente significativo de mulheres de outros perfis – mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres brancas pobres – já acessavam o espaço público e já estavam envolvidas em trabalhos, que eram muitas vezes compulsórios e precários. E, apesar desta realidade hostil, já discutiam as demandas que as afetavam e as desigualdades embutidas nesse cenário. Entretanto, esses acontecimentos não ficaram registrados na historiografia oficial do feminismo, isso porque as representantes do feminismo hegemônico constituíam uma maioria de poder e seus enunciados tendo maior força do que o de outras mulheres.

requereriam uma nova concepção política e social. Isso porque, durante muito tempo, o que hoje chamamos de movimento feminista visibilizou as lutas e a defesa de um tipo específico de mulher.

Tendo essa reflexão, como uma crítica e uma disputa, no interior do que estava sendo compreendido como feminismo e observando a grande lacuna de vida que existia/existe entre as experiências de mulheres negras e brancas, e a dificuldade de mulheres brancas de uma classe econômica superior compreenderem as opressões que estavam em jogo na vida das mulheres negras, suscitou a urgência dessas se pensarem a partir de suas experiências que confluíam questões relativas ao sexo, à cor e à classe (DAVIS, 2016; 2017, RIBEIRO, 2017, COLLINS, 2000; 2016, GONZALEZ, 2008; 2018).

É a partir dessa compreensão que o feminismo negro é gestado, sendo compreendido como uma tentativa de as mulheres negras falarem de si, para si e, com isso, tomar consciência e lutarem contra as opressões que as atingem. Lélia Gonzalez, historiadora e doutora em Antropologia, chama atenção para esse fato ao afirmar que “a atuação das mulheres negras, que, ao que parece, mesmo antes da existência de organizações do movimento de mulheres, reuniram-se para discutir o seu cotidiano marcado, por um lado, pela discriminação racial e, por outro, pelo machismo” (GONZALEZ, 2008, p.38). A formação do feminismo negro pôde, então, ser compreendida, também, a partir da tensão entre os movimentos negros e feministas que, muitas vezes, acabavam por excluir as vivências das mulheres negras (VELASCO, 2012).

O que hoje conhecemos como feminismo negro teve seu início nos EUA, através da fala de intelectuais como Sojourner Truth, e, para Collins (2000), serve para pensar uma contradição fundamental da sociedade estadunidense, mas que podemos estender para pensar a realidade de todas as sociedades que se pretendem democráticas: a contradição entre as promessas de liberdade individual, igualdade na lei e justiça social para todas e todos que ali vivem e a persistência da realidade em que a forma de a sociedade lidar com o indivíduo se distingue a partir da sua pertença de raça, classe, gênero, sexualidade, idade e cidadania. Segundo a autora, por a sociedade ainda se constituir assim “os efeitos do racismo institucional seguem sendo visíveis e palpáveis<sup>27</sup>” (COLLINS, 2000, p.102).

O questionamento produzido também por Truth, em 1851, ao se interrogar *se não era mesmo uma mulher*, lançava eco na forma como as mulheres negras estadunidenses se viam e se organizavam; e a compreensão de estarem em uma posição no meio, como Grada Kilomba

---

<sup>27</sup>Tradução de livre autoria, do original em espanhol.

(2019), artista interdisciplinar, escritora e teórica, afirma, fez com que essas mulheres entendessem a necessidade de se auto-organizar. Kilomba (2019) traz essa imagem de as mulheres negras como estando no meio, porque essas mulheres não são só negras e nem são só mulheres. Quando observamos a imagem da mulher negra, vemos a identidade acontecendo em mais de uma de suas dimensões e a polarização entre ser mulher ou ser negra não acontece ali, já que as mulheres negras trazem essa intercessão no corpo. Esse fato apresenta uma das características do feminismo negro, segundo Collins (2000; 2016), que é o fato de esse se constituir de forma interseccional, ou seja, entendendo que em uma análise não podemos considerar somente uma dimensão da sua identidade, porque ela é atravessada por diferentes marcadores.

Podemos, assim, entender que quando alguém olha para uma mulher negra, ela não é vista só como mulher, nem só como negra, é identificada desde a primeira vez como uma mulher negra e isso traz vivências específicas para a forma como ela irá transitar na sociedade. Para Kimberlé Crenshaw (2002), advogada estadunidense, essa seria uma questão que faz diferença e a esses dois marcadores se somam outros como a orientação sexual, religião, origem nacional, esses fatores criam uma vivência específica para o grupo identificado com essas intersecções. Ainda para Crenshaw (2002), é importante entender como as estruturas de subordinação convergem, não permitindo, dessa maneira, que as diferenças entre as mulheres marginalizem os problemas relativos a direitos humanos entre as mulheres. Ao refletir sobre essas questões, a autora irá propor a perspectiva interseccional como a mais adequada para entender como as identidades dos sujeitos, no caso, as mulheres, podem ter impacto na forma como elas transitam socialmente:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Quando temos uma visão homogênea das mulheres negras, ignoramos o impacto que a experiência da diáspora e da escravidão teve em países como o Brasil, onde a herança escravocrata ainda é uma realidade na forma de tratar os indivíduos, e no qual houve pouco investimento em políticas públicas, a fim de enfrentar a cultura racista. Sendo assim, ao

analisar os problemas sociais, não podemos dissociar elementos que são intrínsecos à formação dos indivíduos. O que autoras como Crenshaw propõem é ampliar esta visão para além dos elementos relativos a gênero, incorporando também a perspectiva racial e discriminações correlatas que impactam na vivência dos grupos, que não fazem parte das classes dominantes. Esse amadurecimento é feito dentro do feminismo negro em um movimento que tenta compreender e modificar a forma como as mulheres negras, principalmente, mas também, de outros pertencimentos étnicos raciais estavam sendo consideradas em seus territórios.

Segundo Collins (2016), o feminismo negro pertence a um grupo de intelectuais marginais que tendem a enriquecer o discurso sociológico contemporâneo, pois se configuram como *outsider within*. Esse termo designa os estrangeiros de dentro, ou seja, aquelas pessoas que estão, por exemplo, na academia, mas que acabam sendo estranhas/estrangeiras àquele ambiente. Podemos citar aqui as intelectuais negras, tais como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Patricia Hill Collins. Para Collins (2016), essas mulheres possuem um potencial distintivo dentro da produção do conhecimento, pois são capazes de articular diferentes parâmetros que, muitas vezes, são ignorados na produção do conhecimento. O feminismo negro é um movimento que se articula a partir das ideias produzidas por mulheres negras e que constroem seu conhecimento com a vivência de ser mulher negra e para essas mulheres. Ao fazer isso, ampliam o olhar para a natureza interligada das opressões considerada por Collins (2016) como uma noção que permeia o feminismo negro desde a sua origem.

Ao realizar essa proposta, o feminismo negro se movimenta em ideais radicais que, por vezes, foi também defendido pelo feminismo hegemônico, mas que, muitas vezes, não foi posto em prática: a defesa das mulheres em sua multiplicidade e a defesa radical de sua humanidade, a compreensão da necessidade de romper com produções do conhecimento que não consideram a perspectiva das mulheres, a necessidade de descolonizar o pensamento. E, ao se movimentar nessas premissas, um movimento que historicamente começa nos EUA, possibilita que várias mulheres negras do mundo reflitam a partir de uma experiência histórica comum, que é fundada a partir do processo de escravidão imposto às nações vindas do continente africano, e também aos povos originários dos territórios colonizados (DAVIS, 2016; 2017; COLLINS, 2000; 2016; RIBEIRO, 2017).

Conjuntamente aos questionamentos gerados pelo feminismo negro, que possui ganhos inquestionáveis, mas que está situado em um hemisfério que historicamente centralizou a produção de saber, temos a construção do feminismo decolonial. Esse feminismo vai questionar a forma como as mulheres de territórios historicamente

reconhecidos como de terceiro mundo<sup>28</sup> eram nomeadas pelo feminismo hegemônico. Suas produções tomam força, segundo Navaz (2008), a partir das produções de Edward Said e Talal Asad, que irão questionar a forma como o Ocidente produz o Oriente.

As feministas decoloniais são teóricas que se localizam além das produções do hemisfério norte, estão no hemisfério sul ou descendem desse lugar, sendo reconhecidas, muitas vezes, como imigrantes. Essas teóricas irão problematizar como a influência do processo de colonização ainda se faz presente nas sociedades, reconhecendo que as sequelas desse fenômeno se perpetuam nas novas formas de imperialismo político e econômico e como esses processos possuem efeitos perversos para a vida das mulheres (NAVAZ, 2008). A “missão civilizatória” empreendida pelos países do norte do globo foi baseada em um genocídio físico e cultural, em que as produções das colônias eram tidas como atrasadas e primitivas e o eco dessas concepções tendem a se perpetuar nas produções das feministas hegemônicas que, ao escrever sobre estas localidades, ainda colocam a mulher como um sujeito monolítico e sem agência (MOHANTY, 2008).

O artigo que pode ser considerado um estopim para essas questões foi o *Bajo los ojos de Occidente Academia Feminista y discurso colonial* – em tradução livre Sob os olhos da Academia Feminista Ocidental e do discurso colonial, escrito em 1984 por Chandra Mohanty, especialista em estudos de gênero e feminismo. Nesse texto, Mohanty propõe um diálogo com as feministas do ocidente a partir da forma como essas conceituam as chamadas “mulheres do terceiro mundo”. Sua análise se dará sobre artigos de uma coleção específica, entretanto, seus apontamentos podem ser usados para pensar a imagem que historicamente a “mulher do terceiro mundo” carrega, imagem desenhada, algumas vezes, pelas acadêmicas feministas.

Mohanty (2008) sugere, assim, que alguns escritos das feministas ocidentais tendem a colonizar de forma discursiva as heterogeneidades materiais e históricas das vidas das mulheres do sul global. Produzindo, com isso, um sujeito singular: a mulher do terceiro mundo, que tende a ser reconhecida dessa maneira já que o Ocidente, precisamente o norte global, teria a legitimidade do discurso, podendo, assim, designar quem é humano ou não. Segundo Mohanty (2008, p.121):

[...] se asume una noción homogénea de la opresión de las mujeres como grupo, que a su vez produce la imagen de una “mujer promedio del tercer

---

<sup>28</sup> Países do Terceiro Mundo é uma terminologia utilizada para definir países localizados no sul global, no qual os modelos de desenvolvimento utilizados por países do norte global ainda não se efetivaram, sendo considerados, portanto, como subdesenvolvido ou em desenvolvimento, a partir da ótica do norte global.

mundo”. Esta mujer promedio del tercer mundo lleva una vida esencialmente truncada debido a su género femenino (léase sexualmente constreñida) y su pertenencia al tercer mundo (léase ignorante, pobre, sin educación, limitada por las tradiciones, doméstica, restringida a la familia, víctima etc.).

A autora realiza uma crítica afirmando que as feministas ocidentais precisam examinar o seu papel no quadro econômico e político global, rompendo com uma produção etnocêntrica sobre sua visão das “mulheres do terceiro mundo”. Sua crítica sobre a produção das feministas do norte global aborda alguns princípios metodológicos: a compreensão do sujeito mulheres como um grupo já constituído e coerente, sem importar sua classe social ou sua raça e a evidência usada para universalizar as impressões sobre o sujeito mulher como válido para os territórios identificados como terceiro mundo – que compreendem culturas muito distintas. Ao não se atentar para essas questões, as produções dessas feministas acabam por gerar uma noção homogênea de mulheres como sendo a sujeita vítima, em contraposição à visão das mulheres do norte global, reconhecidas como as educadas, modernas, donas do seu corpo e da sua sexualidade e com liberdade para tomar suas decisões.

Para Mohanty (2008), ao não questionar esses postulados em suas produções, as feministas do norte global acabam por colonizar e escamotear a pluralidade dos diferentes grupos de mulheres que estão nesses territórios. Ignorando, com isso, sua constituição de classe e de etnia, e a possibilidade de agência histórica e política que essas mulheres demonstram ao longo da história de suas comunidades. Tendo, por consequência, uma visão essencialista das mulheres dessa parte do globo, por exemplo, quando um dos artigos analisados por Mohanty afirma que a prostituição é a única profissão possível para as mulheres africanas está usando os mesmos recursos que historicamente foram usados para afirmar a inferioridade e suposta subordinação das mulheres dos territórios colonizados (MOHANTY, 2008).

Importante frisar que as feministas decoloniais já estavam questionando essa visão homogênea do grupo mulheres, argumentando em defesa da necessidade de localizar os sujeitos sobre o qual se fala algo, entender sua história, sua classe, sua etnia e os jogos de poder inclusos naquele espaço. Essa estratégia é usada como forma de romper com os essencialismos que tendem a aprisionar os sujeitos. Para autoras como Mohanty (2008), ao usar mulheres como categoria de análise, se reconhece a homogeneidade do grupo mulheres de forma prévia. Entretanto, essa homogeneidade está baseada na noção sociológica da igualdade da opressão que sofrem, enquanto grupo, e esta homogeneidade, que é discursiva,

não pode se confundir com a realidade material e histórica específica dos diferentes grupos de mulheres.

Para Lugones (2014), filósofa feminista, o feminismo decolonial tem o seu início marcado pela imposição da diferença colonial e a resistência do hábito epistemológico de apagá-la e se configura como uma radicalização da própria proposta feminista. Uma vez que o feminismo, enquanto movimento teórico e político, produz uma virada epistemológica na produção de conhecimento, é preciso dar continuidade a esta virada com os acúmulos destas novas produções, que em muitos sentidos, encontram-se mais dispostas a ouvir a margem. Ainda para a autora, é necessário produzir novas alternativas metodológicas que se sejam adequadas às vidas das mulheres que estão nestes lugares. Só assim será possível entender como as pessoas resistem à colonialidade.

Magdalene Ang-Lygate (2012), socióloga, ao produzir sua reflexão feminista a partir da perspectiva decolonial, alerta sobre o grande vazio de conhecimento que existe no discurso feminista eurocêntrico, que tende a ignorar o impacto da diáspora na vida das mulheres, elementos ressaltados também pelo feminismo negro. Para a autora:

Las identidades de las mujeres de la diáspora, que son vistas como foráneas-inmigrantes, son productos del imaginario dominante-nativo y, por tanto, de la categorización. Desafortunadamente, la teorización social acerca de qué es material y no simplemente imaginario o figurativo, ha sido lenta a efectos de incorporar estas observaciones. La mentalidad colonialista e imperialista encuentra poca resistencia efectiva y continúa construyendo cercos —imaginarios y materiales— dentro de los cuales las mujeres inmigrantes son racializadas y sexuadas (ANG-LYGATE, 2012, p.302/303).

Essas construções tendem a tornar as mulheres reais invisíveis e a autora alerta “La invisibilidad no es un estado natural para nadie” (ANG- LYGATE, 2012, p.311). Para reverter esse quadro de invisibilidade de ser nomeada como um todo – as mulheres imigrantes, as mulheres negras, as mulheres do terceiro mundo – é necessária atenção com a linguagem, na qual se possa apreciar a complexidade e os aspectos multidimensionais das identidades das mulheres. Alia-se a isso o fato de a autora reconhecer que a diferença é o centro de sobrevivência do feminismo como movimento de transformação social, e, por isso, ao nomear as mulheres enquanto categoria de análise, não podemos perder de vista as complexidades e contradições que o uso desse termo carrega, reafirmando, assim, os ideais históricos do feminismo, que, segundo a autora, estão baseados na irmandade, na justiça social e na libertação da opressão (ANG- LYGATE, 2012).



No contexto brasileiro, resgato as contribuições de Lélia Gonzalez, que em sua produção buscou visibilizar a mulher negra brasileira, mas também a mulher indígena da América Latina. Evidenciando, assim, a necessidade de pensar na intercessão entre classe, raça e sexo/gênero para a compreensão da realidade social. Gonzalez reconhece que há na sociedade brasileira uma profunda desigualdade racial, e isso faz com que a construção da identidade da mulher negra seja um processo de difícil aprendizado em uma sociedade que oprime e discrimina (GONZALEZ, 2018). Podemos observar esse fato através da PNAD de 1976, quando há a nomeação de mais de cem nomes para a designação racial, como explorado na introdução desta tese.

Nesse contexto, ao pensar sobre o feminismo brasileiro, nos anos de 1980, Gonzalez entende que esse, e o formado na latino-américa, possuem contradições internas, que, por vezes, impossibilitam a atuação e a participação da mulher negra e nativa. Gonzalez reconhece que o feminismo precisa superar essas contradições, já que esse movimento busca um novo jeito de ser mulher e, ao fazer isso, torna a busca por outro modelo de sociedade irreversível, afirma, também que: “Graças à sua produção teórica e sua ação como um movimento, o mundo não era mais o mesmo” (GONZALEZ, 2018, p.309). Ao afirmar isso, reconhece os ganhos que o movimento feminista proporciona às mulheres, e ao se reconhecer como feminista produz críticas para que esse movimento atinja, de fato, todas as mulheres. Uma das críticas tecidas por Gonzalez é a incapacidade que o feminismo possui em não considerar a questão racial, e era urgente que o fizesse, para a autora:

Por todas essas razões, o feminismo latino-americano perde muito de sua força quando se abstrai de um fato de realidade da maior importância: a natureza multirracial e pluricultural das sociedades da região. Tentar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho sem articulá-lo com o correspondente ao nível racial, é recair sobre um tipo de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante branco. Falar das opressões das mulheres latino-americanas é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas (GONZALEZ, 2018, p.310/311).

Ao argumentar nesses termos Gonzalez questiona o sujeito singular mulher, destacando a necessidade de pensar nas culturas e etnias presentes na região. Evidencia, também, o racismo por omissão, que seria uma característica da sociedade brasileira, mas que faz parte desta nomeação do sujeito singular, por que omite a existência plural dos sujeitos. Para explicar esse processo Lélia vai à psicologia de Jacques Lacan, psicanalista francês, e de Frantz Fanon, psiquiatra francês, e afirma que esse racismo por omissão dá-se a partir da



cosmovisão eurocêntrica e seu efeito neocolonialista, que se constituem como formas alienadas de teoria e prática, mas que a partir do racismo por omissão são vistas como libertadoras (GONZALEZ, 2018). No Brasil, isso pode ser exemplificado com o discurso sobre a suposta democracia racial presente em nosso território, o que contrasta com os dados oficiais da população, na qual temos a população negra em maior número em estratos sociais que indicam baixa qualidade de vida. Tem-se, assim, no movimento feminista latino-americano uma incapacidade de considerar as variadas etnias e culturas que formam este extenso território e, ao não fazer isso, esse movimento, tido como radical, não cumpre a sua radicalidade. A afirmação, de uma suposta igualdade, fica sendo uma construção formal no cenário latino-americano para Gonzalez (2018, p.312, grifos da autora):

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais efetiva: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. [...] uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos de desintegração violenta, da fragmentação da identidade étnica por ela produzida; o desejo de branquear (*“purificar o sangue”*, como é dito no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura.

Gonzalez através das críticas tecidas ao movimento feminista se aproxima da corrente decolonial – apesar de não ter se situado nessa perspectiva em vida – e do feminismo negro, pois questiona a primazia de um olhar universal para a mulher, que muitas vezes é tipificado na mulher branca, dada pelo feminismo hegemônico. Reconhece, assim, a necessidade de incluir as mulheres negras e nativas ou amefricanas e ameríndias, termos cunhado por Gonzalez (2018), de uma forma ativa dentro do movimento feminista. Aponta que existe a criação de novas redes e de um novo olhar feminista, que é inclusivo e aberto à participação das mulheres amefricanas e ameríndias. E, aposta, também, na construção do diálogo no qual se reconheça o racismo feito pelas feministas e nos preconceitos antifeministas que as mulheres dos setores populares, negras e indígenas, acabam por desenvolver já que durante muito tempo tiveram suas questões invisibilizadas dentro do feminismo, reconhecido aqui, como hegemônico.

O “S” do feminismo se forma nas dinâmicas apresentadas pelas vivências das mulheres, em sua pluralidade, e o presente texto não esgotou, de forma alguma, essa característica que o movimento teórico e político do feminismo apresenta. Entretanto, fixou-se no movimento de duas linhas teóricas distintas que, na atualidade, contribuem grandemente

para a ampliação do horizonte do que queremos chamar de Feminismos. É importante pontuar a potência vista pelas mulheres negras e latinas no movimento feminista, entendendo sua radicalidade e construindo críticas ao movimento para tornar possível a sua atuação nele, de acordo com seus pressupostos básicos.

É particularmente interessante para a produção desta tese o diálogo com produções não-hegemônicas, a fim de criar espaço para diferentes perspectivas, que tendem a enriquecer a produção da pesquisa e a formação da pesquisadora, ajudando-me não só a entender melhor a sujeita de pesquisa, as jovens mulheres, mas, também, a complexidade envolvida nas dinâmicas de interação social que formam as diferentes sociedades.

O próximo tópico trará para o debate mais um dos “S” dos Feminismos, as jovens, que também se constroem como sujeitas políticas a partir do contato com os tensionamentos nos/dos movimentos feministas, que criam críticas e disputas e forçam os limites conhecidos, até então, das práticas e das produções feministas.

### **2.3 As jovens dos/nos feminismos**

Os tensionamentos gerados durante os anos de 1970 e 1980, no mundo, fizeram eco no Brasil a partir dos anos de 1980. Entender o contexto histórico no qual o feminismo brasileiro se situa, a partir da segunda onda, é um elemento importante para compreender a formação do que estamos identificando como jovens feministas e que se caracteriza por uma nova configuração de atuação nesse movimento.

Como já pontuado, durante toda a história da humanidade as mulheres reagiram às opressões que lhe eram impostas e não foram beneficiárias diretas dos enormes lucros obtidos através do processo de colonização e subjugação de diversos territórios (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000; MCCLINTOCK, 2012). No Brasil não foi diferente, existe toda uma tentativa de reconstrução das narrativas históricas, a partir da ótica das mulheres que demonstram, ao longo de nossa história, uma atuação sempre presente nos mais variados espaços e contextos. Um bom exemplo disto é o Dicionário de Mulheres do Brasil, organizado por Schuma Schumacher e Érico Brazil (2000), que possui como proposta resgatar e divulgar a participação das mulheres na formação e no desenvolvimento do Brasil. Entretanto, esses processos ainda não se inscrevem em um registro formal do feminismo brasileiro, por isso para fins didáticos inicio a narrativa do feminismo brasileiro a partir da segunda metade do século XX, não ignorando que existe toda uma atuação feminina anterior a esse período.

Desde antes de 1970, havia, entre as classes médias e populares brasileiras, a presença de um movimento de mulheres paralelamente ao desenvolvimento do movimento feminista em sua segunda onda. Para Célia Pinto (2003), doutora em Ciência Política e professora aposentada da UFRGS, o feminismo brasileiro se desenvolve a partir de um paradoxo: “ao mesmo tempo, que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes dessa mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês” (PINTO, 2003, p.45). Essa crítica foi tecida durante muito tempo e já a pontuamos a partir da perspectiva de Saffioti (2013). Esse paradoxo gerava nas feministas uma consciência de que a luta feminista não poderia se centrar somente nas questões de gênero. A desigualdade estrutural, que sobrevive em nosso território, fazia com que as feministas, que, nesse momento, são formadas em sua grande maioria por mulheres brancas de classes média e alta, entendessem que a fome e a miséria são temas que não podem ficar para segunda ordem, ou seja, também deveriam compor a luta específica a partir do qual o feminismo se organizava (PINTO, 2003).

A ditadura civil-militar, que ainda se fazia presente no Brasil, e que, entre outras coisas, impossibilitava a participação política da grande massa da população, acabou por inibir a formação de um movimento feminista mais ativo e também fez com que o ideário feminista estivesse mais presente em círculos de classe média, repetindo o padrão de outros países. A atuação do feminismo brasileiro começa a mudar a partir do ano de 1975, quando a ONU reconhece esse ano como o *Ano Internacional da Mulher* e, com esse aval, feministas brasileiras conseguem organizar um evento cujo propósito era discutir a realidade da mulher brasileira em um seminário intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. O evento teve sede na cidade do Rio de Janeiro. A remissão à condição da mulher era uma ferramenta usada para não mencionar o feminismo ou as feministas, atitudes que poderiam impedir a realização do evento por parte do governo e usada também como forma de agregar, já que o feminismo ainda causava estranhamento (PINTO, 2003). De 1975 até 1979, quando se inicia o processo de redemocratização, a característica principal do feminismo brasileiro será a luta pelo fim da ditadura civil-militar.

Durante a década de 1980, o movimento feminista no Brasil tomará novos rumos. Com o processo de redemocratização e a anistia concedida aos exilados, existe no país o retorno de mulheres que haviam convivido com outras tendências na Europa, possibilitando, dessa maneira, um intercâmbio de ideias e práticas. Nesse momento, haverá no mínimo três tendências dentro do feminismo: as mulheres que dialogam com os partidos que são reconhecidos como de esquerda, as mulheres autônomas e as acadêmicas. Nesse momento,

são criados alguns núcleos de Estudos da Mulher, nos quais a Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, teve uma atuação de destaque no incentivo à pesquisa com a temática da mulher. Em 1985, é criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) e, nesse mesmo ano, o conselho começa uma intensa campanha para que o Congresso Constituinte – a ser instaurado em 1986 – tenha uma maior participação feminina com a campanha “Constituinte sem mulher fica pela metade”. Com isso, a representação feminina no Congresso Nacional passou de 08 deputadas federais para 26 deputadas constituintes (SCHUMACHER, 2008). Segundo Pitanguy (2008, p.101, grifos conforme o original):

*O Lobby do Batom* foi um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres, para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática. De 1986 a 1988, o CNDM, juntamente com representações de organizações diversas de direitos das mulheres da sociedade civil, visitou quase que diariamente as lideranças de diversos deputados, conversando, apresentando dados, estatísticas, testemunhos, denúncias, propostas.

Após este intenso trabalho, as mulheres conquistaram a maioria expressiva de suas reivindicações e suas ações em torno da Constituinte. Entram para a história brasileira como um dos maiores exemplos de organização da sociedade civil com o objetivo de intervir no campo político (PINTO, 2003), e, além disso, marca a entrada do feminismo no estado de forma indireta, através de pressão política.

Nos anos de 1990, observamos uma institucionalização de grupos feministas através da formação de ONG's, que em seus projetos pautam a questão da mulher. Para Pinto (2003), nessa cena, temos também, durante os anos de 1990, uma difusão do pensamento feminista que não estaria somente incluso no movimento feminista. Com isso, o feminismo poderia ser encontrado de maneira difusa na sociedade, por exemplo, na posição contrária ao assédio sexual ou às piadas machistas. A forma de atuação das ONG's possibilitou a segmentação das lutas, uma vez que cada organização produzia atividades em uma determinada área: saúde, violência, educação, representação política, racismo; essa segmentação também pode ser compreendida como um questionamento ao feminismo hegemônico ou branco, de classe média e heterossexual, que insistia em se reconhecer como representante da mulher e, por vezes, invisibilizava as demandas de outros segmentos de mulheres dentro do contexto brasileiro. Portanto, as ONG's seriam novos espaços de articulação para esses segmentos e outros movimentos identitários (PINTO, 2003).

Essa crítica vai ao encontro com a fornecida por Gonzalez (2018) em tópico anterior, ao criticar a forma como o feminismo branco e, até então, hegemônico, não reconhecia os racismos que praticavam com as mulheres negras e indígenas. Além disso, Gonzalez pontua que ao não fazer essa crítica o feminismo acaba por expulsar as mulheres negras e indígenas do movimento e essas, por sua vez, acabam por continuarem sua militância dentro do movimento negro, “onde, apesar dos pesares, a nossa rebeldia e espírito crítico se dão num clima de maior familiaridade histórica e cultural” (GONZALEZ, 2018, p.318). Sendo assim, os espaços disponibilizados por algumas ONG’s podem ter fornecido os lugares para outras lutas identitárias se organizarem. Já que muitas mulheres, por exemplo, não conseguiam ter suas demandas aceitas e incluídas nas pautas feministas.

Essas mulheres – que são mulheres negras, mulheres brancas pobres e mulheres indígenas – constroem ações sobre as mesmas pautas feministas, mas nem sempre são nomeadas na historiografia oficial. De forma mais intensa, podemos observar essas organizações, muitas vezes, reconhecidas como movimentos de mulheres que irão pedir o acesso às creches, escolas, dentre outras coisas e observam que a atuação também no feminismo pode ser importante para a efetivação dessas pautas, mas, que, muitas vezes, encontram barreiras quando tentam acessar o movimento feminista. Como, também, aponta Sueli Carneiro (2003, p.120), doutora em filosofia e diretora do Geledés:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil.

As contradições e desigualdades existentes dentro do movimento feminista impossibilitaram ganhos para todas as mulheres em alguns momentos-chaves do movimento feminista, como o próprio processo da Constituinte. Pois, apesar de reconhecerem que a fome e a miséria são também pautas feministas, não houve, nesse momento a compreensão de pensar o sujeito mulher de forma interseccional, fazendo com que uma profissão histórica no cenário brasileiro, as trabalhadoras domésticas, – profissão em que a maioria que ocupa esse lugar é mulher e negra<sup>29</sup> – só tivessem seus direitos começando a ser reconhecidos em 2012,

---

<sup>29</sup>Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>) o Brasil possuía em 2016 6,158 milhões de trabalhadoras domésticas, deste total 92% são mulheres e 71% são negras. Último acesso em 17 de junho de 2020.

através de um projeto de ementa constitucional. As trabalhadoras domésticas, no Brasil, estão presentes desde a sua formação, se antes eram indígenas e negras escravizadas, continuaram em um trabalho precarizado e sem seguridade trabalhista até 2012. Formando, portanto, uma grande mão de obra que teve durante séculos seus direitos básicos negados. Essas tensões culminaram, entre outras coisas, com a segmentação das lutas e a criação de grupos identitários em vários movimentos sociais ao longo dos anos de 1990, inclusive no feminismo. Para Maria da Glória Gonh (2013), nesse cenário o perfil de militante muda e se transforma em ativista contratada para fomentar projetos em ONG's. Esses projetos, por sua vez, tinham prazos de validade, fazendo com que as ações oriundas deles fossem descontínuas.

É nesse cenário de conflitos, descobertas e organização identitária que é reconhecida uma nova personagem atuando nos movimentos feministas: as jovens. Julia Paiva Zanetti (2009; 2011), mestra em Educação, em pesquisa sobre a atuação de jovens em movimento feminista, no Rio de Janeiro, no início dos anos 2000, conclui que a aproximação das jovens se dá primeiramente, devido ao reconhecimento de que as promessas feministas – os direitos adquiridos legalmente – ainda não se tornaram realidade para as mulheres, incluindo as jovens. A autora irá chamar atenção para o papel das ONG's na aproximação e na formação dessas novas militantes dentro do feminismo e, além disso, pontua que as jovens entrevistadas para sua pesquisa, antes de se aproximarem do movimento feminista, estavam atuando em outros movimentos. O que indica que essas jovens buscam um lugar de maior diálogo com sua especificidade: a de jovem mulher, encontrando no feminismo um espaço de fortalecimento político, fato que não pode ser vivido em seus movimentos de origem (ZANETTI, 2009).

Importante pensar no papel das ONG's como aglutinadoras dessas jovens, neste primeiro momento, pois se recuperarmos o objetivo principal do Forito (Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas), financiado pela Fundação Friedrich Ebert e pela Ação Educativa, temos: “formar e fortalecer as jovens progressistas em diferentes espaços de atuação” (PAPA, 2009, p.11). E, com esse ideal, as jovens convidadas a fazer parte do Forito se reuniram de 2002 até 2009, uma vez ao ano, para discutir a condição da mulher jovem com suas demandas e especificidades. Esse movimento é similar à construção da juventude como um segmento populacional que precisa de políticas públicas específicas, como pontuamos no capítulo sobre juventude.

A presença das jovens, como um grupo dentro do movimento feminista, causou estranhamentos que formariam os chamados conflitos intergeracionais. Em sua dissertação, Zanetti (2009, p.40) argumenta:

Em uma relação permeada pela desconfiança da inexperiência, as jovens militantes não possuem uma longa vivência ou um profundo conhecimento do movimento, nem representam instituições ou têm títulos que as legitimem. E, mesmo que possuíssem, dificilmente seriam suficientes para disputar com aquelas que têm décadas de militância. Assim, as relações de poder nesse campo são bastante desiguais, o que torna a inserção dessas jovens no movimento um desafio ainda maior.

A identidade de jovem feminista era requerida, nesse momento, como algo inédito. A presença de jovens dentro do feminismo não era novidade. A novidade estava presente na nomeação requerida – jovens feministas –, que por sua vez correspondia à reivindicação de uma vivência específica como jovem feminista. Para Roberta Sousa (2014), doutora em Serviço Social e docente do IFCE, esse fato trazia interrogações tais como: “que demandas traziam para o movimento? Essas demandas eram concretamente específicas? As desigualdades de gênero se apresentavam na juventude de forma diferente das demais gerações (crianças, adolescentes, adultas e idosas)? O que essa articulação (ser jovem e feminista) representava?” (SOUSA, 2014, p.52). Ao mesmo tempo, em que se tornava um desafio ser reconhecida em igual status pelas adultas do movimento, as jovens criaram espaços nos quais pudessem atuar enquanto grupo, reconhecendo que o feminismo é “um movimento político coletivo, internacional, não unívoco e multifacetado” (GONÇALVES; PINTO, 2011, p.29).

As pesquisas que tentaram mapear e/ou analisar a chegada das jovens no movimento feminista (ZANETTI, 2009; 2011; GONÇALVES; PINTO, 2011; SILVA, 2015) apontam para a compreensão de que as jovens, ao atuarem no movimento, não recusam as suas bandeiras e princípios, mas, sim, a forma de organização. O movimento, partindo de uma perspectiva adultocêntrica, não considerava as novas linguagens que as jovens estão dispostas a formular e experimentar, tais como batucada, intervenções artísticas, lambe-lambe e a vontade e interesse de fazer com que pautas históricas pudessem se tornar realidade, levando em consideração a forma como estas pautas são vivenciadas pela população jovem. Áurea Silva (2015), cientista política, pontua que somando-se ao questionamento do adultocentrismo, as jovens já se constroem no movimento anunciando o seu caráter



interseccional, assim denunciam as diferenças oriundas do gênero, raça, orientação sexual e outros marcadores que tendem a vulnerabilizar a experiência de vida das jovens.

Em conjunto com Zanetti (2009) e Silva (2015), podemos identificar o Forito como um dos fomentadores dessa articulação entre as jovens mulheres, que naquele espaço se constroem como jovens feministas, pensando o contexto brasileiro. A compreensão de que era necessário fortalecer outros segmentos para efetivar a inclusão democrática das mulheres, vem, segundo Adrião (2008), do amadurecimento das Conferências Internacionais de Mulheres, especialmente na *Beijing +10*, realizada em 2005, na qual foi identificada a necessidade de trabalhar com as especificidades das mulheres – indígenas, jovens, rurais, idosas – e essa conclusão acaba por rebater nas ações de cada país e na própria organização do movimento feminista em nível local. Sendo assim, ao propiciar a articulação das jovens feministas espaços como o Forito acabaram por criar a identidade de grupo a partir do qual as jovens iriam atuar a partir daquele momento.

Adrião (2008) reconhece como marco para pensar as jovens feministas o 8º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, no qual as jovens começam a possuir reivindicações próprias. Nesse encontro, realizaram a oficina “Mulheres Jovens no final do século” e elaboraram uma declaração das jovens feministas que foi lida na plenária final (ALVAREZ *et al.*, 2003). O 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe ocorreu em São Paulo em 2005 também pode ser considerado um marco para pensar a articulação das jovens feministas, uma vez que contou com a presença de 25% de mulheres com menos de 30 anos (ZANETTI, 2008).

Após esses marcos iniciais de atuação coletiva, as jovens feministas, enquanto sujeitas políticas, se fizeram presentes na II Conferência Nacional de Política para as Mulheres, de 2007, conquistando um capítulo no documento final para pensar as desigualdades geracionais que atingem as mulheres, focando nas jovens e idosas; no I Encontro Nacional de Jovens Feministas, em 2008, que culmina com a criação da Articulação Brasileira de Jovens Feministas, Ana Adeve (2009), militante feminista de São Paulo, ao escrever sobre o encontro rememora:

A maioria dos debates configurou-se em torno da questão da identidade juvenil feminista. O que nos unia em primeiro lugar era a experiência geracional enquanto feministas, a ideia de pertencimento a um grupo geracional político. Não éramos apenas feministas, não éramos apenas jovens engajadas politicamente, éramos jovens feministas na intersecção do termo. (ADEVE, 2009, p.40).



As jovens feministas também estiveram presentes na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, realizada em 2008 e no I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas, em 2009, fruto da Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas. Formada no decorrer do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe a partir da conscientização das mulheres negras jovens de que suas especificidades sumiriam dentro da agenda das jovens mulheres (CASTRO, 2010). Essas mulheres compreendem, a partir disso, a necessidade de fortalecer o feminismo negro e de pensar estratégias para sua atuação como negras jovens feministas.

E, concomitante a esses processos, nós temos a significação das jovens feministas sendo reconhecidas como jovens mulheres, como segmento populacional que deve ser atingido pelas políticas públicas formuladas em decorrência da atuação das jovens feministas. Silva (2015) reconhece que a interface entre as políticas para as mulheres e as políticas para a juventude possibilitou a formulação de políticas específicas para as jovens mulheres, e as jovens feministas estavam atuando em ambos os grupos, como representantes de jovens dentro do movimento feminista e como representante de feministas dentro do movimento juvenil. Portanto, ao analisar a linha histórica de construção da sujeita mulher jovem, esta tese parte da hipótese de que as jovens mulheres primeiro se constituem como jovens feministas. Pois, sem essa atuação dentro do movimento feminista, talvez essa identidade não fosse requerida por esse grupo, sendo assim, analisar o movimento feminista se tornou importante para construção desta pesquisa.

Essa movimentação na primeira década dos anos 2000 promove a formação de diversos núcleos de juventude vinculados a instituições feministas e a formação de setoriais de jovens mulheres em movimentos juvenis, grupos de hip-hop e em partidos políticos (ZANETTI, 2009) que nesses ambientes visibilizam sua existência como jovens mulheres e tentam, assim, superar as discriminações de gênero pautadas em uma lógica feminista. Os acúmulos desses processos não geraram uma nova realidade para as jovens mulheres enquanto segmento populacional, entretanto, podemos afirmar, em decorrência do descrito posteriormente, que os processos vivenciados pelas jovens mulheres nos espaços descritos acima e a formulação de políticas públicas foram uma base importante para promover uma maior conscientização das jovens mulheres brasileiras sobre ideários feministas, mesmo que de forma difusa, como argumenta Pinto (2003) sobre o feminismo nos anos de 1990.

Na atualidade, podemos observar uma nova configuração do feminismo através do uso das redes sociais para denunciar e visibilizar práticas machistas que são historicamente

naturalizadas. O ano de 2015 foi um marco nesses processos já que os usos de *hashtags*<sup>30</sup> impulsionaram várias pautas feministas, possibilitando até a organização de manifestações. O uso da *hashtag* *#primeiroassedio* deu início a essa prática ao fazer as internautas denunciarem a primeira vez que foram assediadas. Essa ação teve como motivador o assédio sofrido por uma adolescente de 12 anos ao participar de um programa de culinária infantil e ter seu corpo objetificado na internet em comentários de cunho sexual na rede social *Twitter*. A resposta da ONG feminista Think Olga<sup>31</sup> foi propor a viralização da *hashtag*. Segundo a Think Olga, a *hashtag* foi replicada mais de 82 mil vezes e, ao analisar as histórias, observaram que a média de idade para o primeiro assédio era de 9,7 anos<sup>32</sup>. Outra *hashtag* que nos possibilitou visibilizar a pauta feminista nas redes sociais foi a *#meuamigosecreto* usada para denunciar comportamentos machistas de pessoas conhecidas. A *hashtag* foi mencionada 170 mil vezes somente no *Twitter*<sup>33</sup>.

Ainda segundo a organização Think Olga, as buscas por termos como “feminismo” e “empoderamento feminino” cresceram em 86,7% e 354,5%<sup>34</sup> respectivamente. Todo o processo de visibilidade das mulheres em 2015 foi batizado de Primavera das Mulheres e mobilizaram centenas de manifestações no Brasil como os atos: Fora Cunha, Pelo Fim da Cultura do Estupro e a Marcha das Mulheres Negras. Esses acontecimentos estimularam o aparecimento de outras *hashtags*, como a *#agoraquesaoelas* com o objetivo de ceder espaço em veículos de comunicação para que as mulheres coloquem seu ponto de vista sobre determinados assuntos. Foi um ano intenso e a atuação das jovens mulheres não poderia ser ignorada, pois estavam presentes nas redes sociais compartilhando depoimentos, chamando para os atos e comparecendo em massa nas cidades, onde as passeatas e manifestações aconteceram. E o que mais chamou a atenção nesse momento era que as jovens mulheres e mulheres adultas que participavam nem sempre estavam organizadas em movimentos sociais ou grupos, compareciam a partir da identificação com a temática feminista. Para Reis (2017), é importante refletir sobre como as tecnologias da informação e comunicação (TIC's) contribuem para inscrever novas atrizes públicas e reelaborar conceitos e práticas políticas.

---

<sup>30</sup>O uso de *hashtags* é utilizado nas redes sociais como mecanismo de busca, através da indexação de assuntos.

<sup>31</sup>Organização que busca sensibilizar a sociedade sobre questões de gênero e suas intersecções e educar e instrumentalizar pessoas dispostas a serem agentes de mudança na vida das mulheres. Sítio: <https://thinkolga.com/quem-somos/>, último acesso em 17 de junho de 2020.

<sup>32</sup>Extraído do sítio <https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>, último acesso em 20 de fevereiro de 2019.

<sup>33</sup>Extraído do sítio <https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>, último acesso em 20 de fevereiro de 2019.

<sup>34</sup>Idem.

Somando-se a esses eventos em 2015, temos, no segundo semestre, o processo de ocupação das escolas secundárias de São Paulo pelas e pelos estudantes. A ocupação se dá em oposição ao regime de reestruturação da rede pública estadual, que entraria já em vigor no próximo ano letivo. A reestruturação fecharia 94 escolas, afetando a vida de, pelo menos, 300 mil estudantes, gerando deslocamento para escolas longe de suas residências e superlotando turmas, além de provocar também a realocação de todas e todos os profissionais que atuavam nestas 94 escolas<sup>35</sup>. No dia 09 de dezembro de 2015, inspiradas/os pela revolta contra a medida política e também pelo movimento que aconteceu no Chile, a revolta dos Pinguins, as estudantes e os estudantes ocupam a Escola Estadual Diadema, localizada na Grande São Paulo. Ao todo seriam ocupadas 200 escolas em todo o Estado<sup>36</sup> e uma característica se repete em muitas ocupações: a presença de jovens mulheres como grandes protagonistas no processo de organização destas ocupações.

Durante o processo de ocupação, algumas jovens e alguns jovens experimentaram outra relação entre mulheres e homens, feita de forma horizontal, tendo o espaço da assembleia como constituinte das decisões coletivas e a possibilidade da vivência da ocupação como espaço autogestionado, no qual decidiam o que cada uma/um deveria fazer. A autogestão das ocupações serviu, entre outras coisas, para discutir os estereótipos de gênero, apontam Santos e Miranda (2017), que ao fazerem uma análise sobre o documentário *Lute como uma menina*<sup>37</sup> esse apresenta as seguintes falas das jovens:

Hoje a gente tem menino que faz comida, menina que fica na segurança, menino que limpa, é tudo dividido. Não tem essa que só menina tem que ficar na limpeza e menino na segurança, não.

Eu lembro que, na primeira semana de ocupação, eu não lembro quem levantou a mão e disse, ‘ah, vamos fazer assim, na cozinha é só menina’. Aí eu: ‘Não! Não! Por quê? Aqui todas as comissões aqui vão ser estipuladas por gênero. Na cozinha não vai ficar duas meninas nem dois meninos, vai ficar uma menina e um menino (SANTOS; MIRANDA, 2017, p. 22).

---

<sup>35</sup>Informações extraídas do sítio [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447426542\\_534410.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447426542_534410.html), último acesso em 08 de março de 2019.

<sup>36</sup>As ocupações estudantis serão melhor exploradas no capítulo 5 que compõe esta tese.

<sup>37</sup>O documentário *Lute como uma menina* foi dirigido por Beatriz Alonso e Flávio Colombini e mostra as ocupações em São Paulo em 2015, tendo como foco o ponto de vista das jovens. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>, último acesso em 20 de fevereiro de 2019.

Além disso, as jovens no documentário já citado afirmam a importância de terem os jovens como companheiros e que esses se coloquem dispostos a aprender e a desconstruir preconceitos sobre as mulheres, na fala delas<sup>38</sup>:

O machismo existe e a gente tá desconstruindo isso, sabe? A gente conversa com os meninos, a gente tenta tipo tá errado isso, não é assim que funciona. Vamos sentar, vamos conversar (Marcela Reis, E. E. Fernão Dias).

Não punir desse jeito, sabe? Mas lidar com eles, discutir, mostrar o lado da mulher para eles, mostrar como a pessoa se sentiu, mostrar que cada agressão, que para ele foi da boca para fora, agrediu uma pessoa (Alice Magalhães, E. E. Fernão Dias).

Por que expulsar os meninos da ocupação não é isso que a gente quer, a gente quer ensinar os meninos como tratar as meninas, entende? É por isso que a gente deixa eles continuarem aqui, a gente só precisa desconstruir, conversar com eles, explicar como funciona, como uma mulher quer ser tratada, como uma mulher deve ser tratada (Marcela Reis, E. E. Fernão Dias).

Esse modelo de ocupação foi vivido também em outros estados do Brasil, em 2016, quando estudantes de diferentes locais também marcaram posição contrária a medidas políticas feitas sem consulta prévia à população, que teria impacto também na educação: a chamada PEC 55/241, que prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Além de fazer oposição a essa emenda constitucional, as escolas ocupadas se colocavam contrárias ao governo, que através de um golpe de Estado tirou a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, de seu mandato; contra a Reforma do Ensino Médio e contra o projeto Escola sem partido. Foram mais de mil escolas ocupadas em todo país e o protagonismo das jovens mulheres esteve presente em grande parte delas, fazendo com que, além de protagonistas, as jovens mulheres no processo de ocupação das escolas entre 2015 e 2016 se tornassem lideranças.

Podemos observar, assim, a movimentação das jovens mulheres em dois cenários específicos: no início dos anos 2000 - quando há toda a construção sobre ser jovem feminista e, posterior formulação de políticas públicas para as jovens mulheres, levando em consideração as intercessões presentes nesta identidade; nos anos de 2015 e 2016 - quando temos uma atuação das jovens mulheres ocupando as escolas e questionando desde o primeiro

---

<sup>38</sup>Extraído do documentário *Lute como uma menina*. Documentário. Direção: Beatriz Alonso e Flávio Colombini. São Paulo: 76min, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA&t=725s>, acesso em 11 de fevereiro de 2020.

momento os valores machistas que se faziam presentes na forma de organizar a ocupação. Observo, assim, perspectivas feministas sendo usadas para pensar o processo de ocupação estudantil, no qual as jovens trazem valores feministas para serem debatidos no interior de suas ocupações.

Nestes dois cenários podemos observar a força que a sujeita política jovens mulheres possui em sua capacidade de articular e fazer política e como os amadurecimentos trazidos pelo feminismo para a sociedade brasileira foram importantes para esse processo. É sobre o processo de construção e atuação dessa sujeita política que a tese aqui apresentada se debruça. No próximo capítulo apresento a metodologia usada para o processo de pesquisa desenvolvido.

### 3 POR UMA METODOLOGIA CRÍTICA, COM VISTAS A UMA SUJEITA INTERSECCIONAL

*Pois as ferramentas do senhor nunca vão  
desmantelar a casa-grande.  
Audre Lorde<sup>39</sup>*

As tensões advindas do campo metodológico são muitas, ainda mais, em um campo tão vasto como a Educação no qual a pluralidade pode ser confundida com a falta de rigor no fazer científico. No intuito de evitar tal confusão, para a produção desta tese, assumo uma perspectiva crítica no fazer metodológico e, ao fazer isso, me deparo com muitas questões na delimitação das ferramentas de pesquisa, não só no ato de produzir a interlocução teórica da tese aqui desenvolvida, mas também no desenho proposto para acesso ao campo e à consequente análise que este ato pressupõe.

Ao desenvolver uma pesquisa, certamente precisamos definir os caminhos a serem trilhados. Os campos de conhecimentos a que as pesquisas se remetem podem nos dar indícios de quais metodologias podemos utilizar, a partir também da definição dos objetivos da pesquisa desenvolvida. Mas, tratando-se do campo educacional, as possibilidades de pesquisa se multiplicam, uma vez que a pesquisa em Educação tem se constituído pela apropriação de saberes referentes a outros domínios. Como afirma Bernadete Gatti (2012, p.7) pesquisadora da Fundação Carlos Chagas: “Estudos que revelam a diversidade disciplinar no campo da educação nos fazem apontar a multiplicidade de abordagens, mas, também, a especificidade associada ao campo e sua circunscrição no domínio das ciências humanas e sociais”. Com isso, a autora enfatiza o caráter interdisciplinar da Educação, mas, também, chama a atenção para a importância de uma unidade de propósitos e de estruturas conceituais, permitindo assim, que a Educação se constitua enquanto um campo acadêmico e investigativo com identidade própria, mas que opera com metodologias muito diversificadas.

Com estas inquietações traço este capítulo para pensar a metodologia aqui assumida, apresentando uma proposta de pesquisa que dialogue com os acúmulos gerados pelas teorizações feministas e a consequente produção teórica sobre metodologia feminista, não ignorando as contribuições de outros campos. Pontuo, também, a identidade da pesquisadora

---

<sup>39</sup>LORDE, Audre. As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande - Audre Lorde. Extraído do sítio: <http://niltonluz.blogspot.com.br/2012/02/o-texto-abaxo-e-uma-fala-de-audre.html>. Último acesso em 01 de outubro de 2019.

como um elemento que compõe esta produção, sendo: periférica, mulher, feminista, negra, professora, militante. Esses atravessamentos me constituem e não podem deixar de constituir o texto.

Ao longo desta primeira parte, resgato considerações que nos ajudam a localizar a crítica feminista à ciência e à produção de um fazer científico feminista, para tal uso as contribuições de Cecília Sardenberg (2002), Joan Scott (1995), Donna Haraway (1995), Abdias Nascimento (2016) e Howard Becker (1977). Em seguida, uso as contribuições de Audre Lorde (1984) e Joana Pinto (2011) para trazer apontamentos sobre a produção metodológica feminista e, por fim, apresento o desenho da pesquisa assumida para a produção da tese, assim como seus objetivos.

### **3.1 A crítica feminista à Ciência “Neutra e Objetiva”**

O desenvolvimento de uma crítica feminista ao fazer científico faz parte dos amadurecimentos advindos do tempo histórico reconhecido como Segunda Onda Feminista. Neste período, observou-se, dentre outras coisas, que o fato de as mulheres estarem presentes nos mais diversos espaços, não garante a desconstrução de tabus e mitos decorrentes da dicotomia feita em torno das mulheres e dos homens. Ao tecerem estas observações, as feministas atuantes na academia reconheceram a objetificação existente sobre os corpos femininos no fazer científico, pelo qual se nega a capacidade e autoridade do saber para as mulheres e, por consequência, a falta de emancipação do feminino que se apresenta na produção deste saber científico (SARDENBERG, 2002). Ao reconhecer isso, coube às feministas questionar a própria Ciência, segundo Cecilia Sardenberg (2002, p.90), antropóloga feminista:

De fato, instrumentada por um olhar desconstrucionista de gênero, a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna, virando-a de cabeça para baixo ao revelar que ela não é nem nunca foi “neutra”.

Ao realizar essa crítica, a teorização feminista observa que a produção do conhecimento e legitimidade do saber foi, durante muito tempo, designada somente a um grupo: os homens brancos. E que, portanto, não poderia haver neutralidade e objetividade nesta produção, já que ela era feita e direcionada somente para um tipo de sujeito.

Ao questionarem a objetividade e neutralidade do fazer científico, esse grupo provoca uma reflexão na ciência como um todo, promovendo, dessa forma, a reconstrução do fazer científico, e, em curto prazo, a possibilidade de contestação do mesmo. As feministas contribuem dessa maneira para mudanças notáveis na Ciência. Quando Joan Scott (1995), historiadora, propõe uma metodologia para o trabalho com a categoria gênero, na qual fosse possível localizar a presença das mulheres nas variadas instituições na perspectiva histórica, o seu intuito foi de não somente contribuir com a visibilização das mulheres, mas também, propor uma metodologia feminista para a análise científica. Para a Scott (1995, p.93):

A exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões (como, por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá velhas questões em novos termos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e criará uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e nossa própria terminologia.

O intuito de Scott é incluir as mulheres como sujeitas ativas na produção histórica, não somente como pesquisadoras, mas também como personagens que fizeram e fazem História, mas que, por questões políticas, foram postas à margem ou, simplesmente, tiveram suas contribuições apagadas dos variados campos de saber. Ao fazer isto, Scott (1995) contribui com a nossa visão de que o conhecimento deve ser questionado, não só para incluir as mulheres, mas sim a todos os sujeitos que, historicamente, foram invisibilizados na construção da historiografia oficial. E advoga, ainda, em prol da capacidade de fazer perguntas, perguntas que incluam os mais diferentes sujeitos. Com isso, questionamos o padrão universal e, muitas vezes, hegemônico do conhecimento que, por vezes, contém um único modelo de sujeito que, por sua vez, direciona o saber somente para servir aos interesses de seu grupo. Nuria Varela (2008), jornalista, por exemplo, argumenta que a medicina, assim como outras ciências, ao serem controladas durante séculos por homens acaba por se basear nos corpos masculinos para estudos e, com isso, os processos fisiológicos femininos naturais acabam por ser transformados em processos patológicos.

Donna Haraway, bióloga e filósofa, procura problematizar a objetividade para a ciência feminista e para a ciência no geral e argumenta que toda tentativa de objetividade e neutralidade – pressupostos historicamente tidos como imprescindíveis para o fazer científico – se constituem como uma falácia. Para ela, existe “uma relação muito frouxa entre o que os cientistas acreditam ou dizem acreditar e o que eles realmente fazem” (HARAWAY, 1995,



p.9). Ao refletir sobre o fazer científico feminista, argumenta que as feministas devem insistir em uma explicação melhor do mundo, refutando uma teoria de poderes inocentes. Argumenta, ainda, a necessidade de construir teorias críticas modernas sobre significados e corpos não para negá-los, mas, sim, para que possam existir. Sempre problematizando o porquê da não possibilidade de existência de determinados corpos, ao fazer isso denunciaremos as relações de poder existentes em nosso mundo.

Haraway (1995), deste modo, anuncia como se configura a objetividade que acomoda os projetos científicos feministas. Esses, por sua vez, são críticos e paradoxais e, portanto, a objetividade deveria ser baseada em saberes localizados. Ao argumentar nesses termos, a autora reconstrói todas as críticas tecidas ao fazer feminista feitas pelas feministas. Podemos exemplificar isso através dos feminismos negros e decoloniais que argumentam em defesa de saberes que desconstruam as lógicas totalizantes e universalizantes. Como Mohanty (2008) e sua denúncia sobre a construção da “mulher do terceiro mundo”, bem expõe. Nas palavras de Haraway (1995, p.21):

A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais [...] A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.

A autora, juntamente com toda uma tradição feminista, faz-se crítica da produção do saber, argumenta em defesa desta responsabilidade e coloca em evidência as práticas de poder contidas no fazer científico, sobre a possibilidade de construir o outro. Ao mesmo tempo, afirma que toda construção é parcial, pois saberes estão em disputa e a forma como construímos, por exemplo, esta pesquisa é apenas uma possibilidade de significação. Outros caminhos poderiam ser traçados com o mesmo objetivo. Sendo assim, reconheço, juntamente com Haraway (1995, p.36), que:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento objetivo.

Haraway, desta forma, desconstrói a imagem da ciência inocente e neutra, na qual a busca pela verdade e pelo bem comum são tidas como as orientações básicas do fazer

científico. Howard Becker, sociólogo americano, ao dissertar sobre metodologia na produção sociológica argumenta, em postura semelhante à de Haraway (1995), que na pesquisa sociológica não existe a postura neutra, uma vez que sempre existe a figura de tomar partido e que, portanto, é importante observar de que lado estamos (BECKER, 1977).

Para Becker, já que na pesquisa sociológica lidamos com a nossa sociedade, sempre seremos afetados pela realidade estudada, esta realidade despertando – ou não – nossa simpatia, e isso possui um peso no desenvolvimento da pesquisa científica. Em suas palavras: “Nosso problema é ter certeza de que, qualquer que seja o ponto de visita que adotarmos, nossa pesquisa irá satisfazer aos padrões do bom trabalho científico, que nossas inevitáveis simpatias não tornarão nossos resultados sem validade” (BECKER, 1977, p.133).

Becker nos informa, assim, a necessidade de ter uma visão global sobre o que estamos estudando, entrando suficientemente na situação a fim de ter esta visão; a importância de vigiar nosso trabalho de forma cuidadosa para saber se nossas técnicas e teorias estão abertas para questionar as hipóteses que temos mais afinidade; e a necessidade de deixar explícitos os limites de nossos estudos e as fronteiras com as quais trabalhamos, a fim de que quem ler nossa produção saiba exatamente o que fizemos (BECKER, 1977).

Abdias Nascimento, intelectual negro, escritor, poeta e ativista, em produção dos anos de 1970, dialoga em conjunto com os pressupostos já enunciados neste texto. Abdias nos traz a consciência que não podemos transcender ao que estudamos, como as ciências sociais buscaram fazer em outros tempos históricos e, por vezes, ainda insistem em realizar hoje. Nascimento (2016, p.47) argumenta: “Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações”. Demarca, desta forma, a necessidade de se posicionar na produção que é feita, trazendo à tona o elemento político que sempre está presente no nosso fazer, mas que, por vezes, é ignorado.

Ao realizar estes postulados Becker (1977) e Nascimento (2016) nos informam em outros moldes a necessidade de se fazer uma pesquisa perspectivada e localizar nossos saberes, assim como Haraway (1995). Promovendo, dessa forma, uma ciência mais localizada, porque mais humana; mais ética, porque nos informa suas intenções e não fica presa a ideias tradicionais sobre o fazer científico. Esses autores são homens e não fazem parte da crítica feminista à ciência, mas cada qual em seu campo questiona os pressupostos tradicionais do fazer científico. Dessa forma, contribuem com a ampliação do que significa fazer ciência e sobre para quem este saber é direcionado e construído. Disseminando, assim,

novas compreensões sobre a ciência, que permitem a este saber abrigar a diferença e acolher a pluralidade dos sujeitos existentes.

Tendo essa postura como uma crítica e uma intenção, ao longo da pesquisa aqui desenvolvida, não posso ignorar a forma como a temática tratada me afeta, por ser mulher, negra, feminista, e ter sido uma jovem que transitou em alguns dos espaços que formaram o que hoje identifico como a sujeita política jovem mulher. Sendo assim, meu percurso formativo passa também pela temática aqui estudada. As posturas que assumo no decorrer do texto informam às leitoras sobre minha posição de sujeita, desde a escolha da escrita no feminino, quanto à escolha da interlocução teórica, à opção de autoras mulheres para fazer grande parte dos diálogos deste texto, bem como a escolha de escrever nome, sobrenome e profissão destas autoras. Portanto, utilizando as palavras de Nascimento (2016, p.47), afirmo “Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada”. Ao recuperar Becker (1977), reafirmamos que sempre escolhemos um lado, o que não invalida a pesquisa, mas expressa processo diretamente relacionado com nossa responsabilidade na produção, como aponta Haraway (1995). No próximo tópico, passo a considerações sobre a metodologia feminista.

### **3.2 Por uma metodologia feminista**

A crítica feminista à Ciência está relacionada, também, com a crítica feita em torno da formação identitária dos sujeitos. Stuart Hall, sociólogo, compreende este processo a partir de uma crise de identidade da modernidade, na qual o sujeito do Iluminismo – tido como um sujeito centrado, unificado e que permanecia essencialmente o mesmo desde o nascimento – começa a se fragmentar. Fazendo com que esta narrativa da identidade unificada começasse a ruir e outras identidades entrassem em cena (HALL, 2015). Inclusive porque, como pontua Hall (2015), o sujeito do iluminismo era masculino. Essa crise gera, ainda, o questionamento sistemático à Ciência, feito também pelas feministas que, por sua vez, deslocam os sujeitos e abalam os quadros de referência que possibilitavam a ele uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2015).

Para Margareth Rago, historiadora e professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a principal crítica a este modelo de ciência no interior das perspectivas feministas se deu porque ele não abrigava a diferença, em suas palavras:

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista da

ciência: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença (RAGO, 2019, p.374).

É na possibilidade de pensar a diferença que o feminismo irá conceber uma prática científica, desestabilizando e descentrando antigos pressupostos e, desta forma, dando margem para a desconstrução e para a reconstrução do fazer científico. Para isso, a formulação de uma metodologia será indispensável, mas é importante frisar que tal como o feminismo se compõe de forma plural, assim será a metodologia feminista. Para Rhoda Linton, ativista feminista e educadora estadunidense, a perspectiva feminista tem o poder de fazer a diferença, ao introduzir novas formas de ver as coisas e de fazer a investigação científica (LINTON, 1997). Ao fazer a diferença, esse questionamento à Ciência possibilita a presença das mulheres, como pesquisadoras e como sujeitas de pesquisa, permitindo, assim, que ao estar naquele espaço à diferença comece a ser possível.

É importante pontuar que, apesar das diferentes formas em que a metodologia feminista pode se desenhar e se apresentar, haverá pressupostos básicos que não podem faltar no desenho desta proposta. Como salienta Rago (2019), a linguagem feminista não pode ser dissociada de uma luta política. Uma metodologia que se pretenda feminista deve estar atenta às diversas críticas já tecidas no interior do movimento ao próprio feminismo como campo teórico e político. Muitas dessas críticas estão presentes no capítulo referente ao feminismo e nos ajudam a entender as variadas disputas que compõem o que, neste espaço, estamos entendendo e significando como feminismo.

Audre Lorde, feminista, lésbica e ativista pelos direitos civis, argumenta em sua obra sobre um aspecto caro do feminismo, que, por vezes, é desconsiderado nos meios acadêmicos, a defesa da diferença. Para a autora a discussão e a produção feminista são enfraquecidas quando não se consideram a raça, a sexualidade, a classe e a idade. Além disso, é preciso trazer as visões das mulheres pobres, negras, terceiro-mundistas e lésbicas, pois para a Lorde (2019), o racismo, o sexismo e a homofobia são inseparáveis, e, portanto, devem ser considerados na análise acadêmica. Lorde nos adverte, assim, sobre um tópico importante dentro da produção metodológica: que o reconhecimento e a equiparação da diferença devem ser vistos como capazes de gerar o poder de buscar novas formas de ser no mundo, formas que rompam com os padrões normativos que historicamente subalternizam as mulheres, em suas palavras:

*Pois as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. E isso só é ameaçador para aquelas mulheres que ainda consideram a casa-grande como sua única fonte de apoio (LORDE, 2019, p.137, grifos da autora).*

Esse trecho, usado em parte na epígrafe deste capítulo, nos adverte para a atitude de vigilância que nossa prática deve ter, sinalizando que os caminhos que nos conduziram à situação que hoje nos encontramos, de prejuízo para a vida das mulheres em diferentes campos da vida social, dificilmente irá nos libertar. Fato já sinalizado por outras autoras, mas que compõem, mais uma vez, a atitude e a postura de vigilância imprescindíveis para a prática metodológica feminista, ou seja, é preciso criar caminhos de análise que permitam que a diferença seja uma realidade. Para Lorde (2019), é imprescindível que as mulheres entendam que suas diferenças são potências de mudança, afirma que não é tolerar as diferenças, mas vê-las “como reserva de polaridades necessárias, entre as quais a nossa criatividade pode irradiar como uma dialética” (LORDE, 2019, p.136). Ao agir assim, podemos entender que as diferenças dialogam entre si, criando uma interdependência que possui força e que é reconhecida como igual, não é ignorando ou tolerando, mas reconhecendo e chamando para o debate, para o diálogo e para a construção coletiva de caminhos que possam gerar novas formas de ser e estar no mundo.

O diálogo feito por Audre Lorde em sua obra configura, também, a postura da obra aqui apresentada, na qual há busca contínua por uma produção que apresente autoras e teorias, que, muitas vezes, não são consideradas dentro do universo acadêmico ou que estão em suas margens. Mas que trazem a diferença para o centro do debate. Essas autoras e teorias são situadas dentro do pensamento feminista negro e decolonial que criticam a produção hegemônica do conhecimento que, por vezes, não traz para o debate a perspectiva das mulheres negras, faveladas, lésbicas, pobres, jovens. Segundo Lorde (2019, p.137, grifos da autora):

*Aquelas entre nós que estão fora do círculo do que a sociedade julga como mulheres aceitáveis, aquelas de nós forjadas nos cadinhos da diferença – aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas – sabem que *a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica*. É aprender a estar só, a ser impopular e, às vezes, hostilizada e a unir forças com outras que também se identifiquem como estando fora das estruturas vigentes para definir e buscar um mundo em que todas possamos florescer.*

Mas, que mesmo assim, insistem em trazer para o jogo político acadêmico a diferença que as constitui, construindo em seus atos e corpos a radicalidade feminista presente na ousadia de insistir em existir, mesmo quando forças opressoras, que são machistas, patriarcais, homofóbicas impedem a nossa existência. Ao definir a diferença como uma condição imprescindível para a prática feminista, a autora nos alerta, já nos anos de 1980, a dificuldade que é dentro da academia trazer o debate e a crítica como um modelo de análise a partir da produção daquelas mulheres que não são consideradas aceitáveis. Esse trecho me instiga a pensar em quais feminismos são aceitáveis dentro do universo acadêmico. No capítulo 02, faço todo um resgate trazendo diferentes concepções de mulheres, observando que no início da organização do movimento feminista as mulheres negras não eram lidas como mulheres, como o discurso de Sojourner Truth bem nos lembra. Portanto, ao argumentar nestes termos, Lorde (2019) nos mostra o quanto ainda é preciso avançar na radicalidade feminista, pois se somos feministas e estamos na academia ali deveria ser um espaço de acolhimento afetivo e o que intelectuais como Lorde, Mohanty, Gonzalez, dentre outras viveram foi justamente o oposto. E Lorde (2019, p.138) ainda insiste:

Em um mundo de possibilidades para todas nós, nossas visões pessoais ajudam a estabelecer as bases para a ação política. A incapacidade das feministas acadêmicas de reconhecer a diferença como uma força crucial é uma incapacidade de ultrapassar a primeira lição patriarcal. Em nosso mundo, dividir e conquistar deve se transformar em definir e empoderar.

Portanto, para mim, a produção que se pretenda feminista, seja ela feita na universidade, seja feita nos diversos movimentos sociais, deve a todo o momento questionar as hierarquias geradas nas diferentes formas de organização social, inclusive dentro do próprio feminismo. Permitindo que a diferença seja uma realidade nestes espaços e que a defesa radical da mulher em sua humanidade seja posta em prática, para todas as mulheres. Só, assim, estaremos de fato comprometidas com uma produção, seja teórica ou não, pautada na crítica feminista à ciência.

A conclusão de Lorde (2019), na qual afirma a necessidade de considerar diversas dimensões do sujeito abrigoando, desta forma, a diferença, vai ao encontro do apontado por Joana Plaza Pinto, doutora em Linguística, educadora e pesquisadora feminista, quando esta reconhece que a metodologia feminista se configura como: “Uma metodologia participativa, que defenda princípios de igualdade, e que, ao mesmo tempo, explicita as relações de poder, enfrentando constantemente os conflitos das estilizações dos corpos no exercício da vida” (PINTO, 2011, p. 543). Podemos compreender, a partir desta perspectiva, que a ótica

feminista na produção científica estará preocupada com o questionamento às relações de poder e às hierarquias – sejam elas pautadas em raça, classe, sexo, orientação sexual, idade e outras – formadas neste processo, questionando o sistemático lugar de prejuízo que as mulheres possuem na formação de nossa sociedade, denunciando esta situação, e produzindo maneiras de ver e entender o mundo que sejam mais condizentes com as diferenças, possibilitando, assim, uma melhor justiça social para este grupo.

No decorrer destes primeiros tópicos, mobilizei teóricas que pautam a crítica à Ciência Tradicional e ao fazer científico feminista, querendo, dessa forma, dialogar com essas posições para construir um olhar metodológico para minha pesquisa, que fosse condizente com as práticas feministas. Além disso, busquei ativamente responder à questão que finaliza o primeiro capítulo desta tese: como não apagar as diferenças que constituem as jovens mulheres? Assumo que a sujeita política jovem mulher desde a sua construção reivindicou diferentes intercessões que a constitui, reconhece a sua juventude feminina, mas também suas pertencimentos relativos à raça, ao sexo, ao local de moradia, à classe social. Esses pertencimentos devem ser mobilizados quando falamos das jovens mulheres, ao entendê-las como interlocutoras desta pesquisa, assumo a complexidade presente na nomeação das sujeitas jovens mulheres, buscando não perder de vista as contradições e as complexidades presentes neste sujeito social (ANG-LYGATE, 2012). Assumo, também, que o movimento feito para não invisibilizar as diferenças se constitui através do esforço contínuo em reconhecer a sujeita social jovem mulher como plural. A partir desta visão, traço em seguida meu problema de pesquisa e os objetivos da mesma.

### **3.3 A pesquisa e seus caminhos**

Assumindo esses pressupostos como um sul<sup>40</sup> para definir minhas estratégias de pesquisa, passo a seguir a explicitar melhor a proposta de pesquisa aqui elaborada. A proposta apresentada ao Programa de Pós-Graduação em 2016 sofreu variadas mudanças, fruto dos acúmulos de debates, aulas, leituras e, por fim, chega a esta versão final na qual apresento o seguinte problema de pesquisa: Como foi o processo de construção das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas no contexto brasileiro? Essa questão é fruto de um amadurecimento da pesquisa na qual, ao tentar entender as ações das jovens mulheres que realizaram ocupações em 2015 e 2016, eu me questionava quando as jovens se tornam sujeitas ativas, ou seja, para

---

<sup>40</sup> Adoto a visão do Sul Global para a interlocução teórica desta produção, portanto opto por utilizar a noção geográfica Sul em contraposição ao colonizador Norte Global.



mim não era só estudar a ação das jovens naquele momento – o que já é um tema grandioso de pesquisa. Mas, eu queria entender quando as jovens mulheres se organizam como um grupo identitário e que demandam políticas públicas específicas para o seu segmento. Ao buscar entender esse processo, formulei este problema de pesquisa, analisando como e quando as jovens mulheres se organizaram como sujeitas políticas ativas, trazendo para o Estado Brasileiro uma nova categoria para pensar a juventude.

Nos primeiros levantamentos bibliográficos sobre a temática observo que as jovens mulheres, como sujeitas políticas, entram em cena de forma recente no cenário brasileiro. Um dos primeiros documentos do governo federal que pauta, exclusivamente, a juventude feminina é datado do ano de 2014, cujo título é “Jovens Mulheres e Políticas Públicas” (MACEDO; SOARES, 2014). E com estes estudos concluí que a nomeação da sujeita política jovens mulheres se dá a partir de toda a movimentação gerada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), nos primeiros anos de 2000. Nesse momento, há uma organização de políticas públicas para a juventude, fato debatido no capítulo 01 desta tese. Importante pontuar que as jovens mulheres estão presentes nos mais diversos movimentos, em tempos anteriores aos mencionados aqui, entretanto a forma de se nomear como um grupo identitário que possui demandas específicas vem a partir da movimentação mencionada acima.

Observo, ainda, que nos anos de 2015 e 2016 há uma grande atuação das jovens mulheres durante as ocupações estudantis nas quais podemos ver a presença delas em atos e passeatas, assim como nas escolas ocupadas, construindo tanto a organização destes espaços quanto a realização das atividades necessárias para o funcionamento das ocupações. Essa observação inicial pode ser confirmada através de matérias jornalísticas (MELO, 2016; SANTOS, 2017), documentários (*Lute como uma menina*) e artigos acadêmicos (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; LEITE, 2017; MORESCO, 2019; HOLANDA, 2019; BARRETO, 2019), que serão explorados no capítulo 05 desta tese.

Ao ter esses cenários em mente, alguns questionamentos somaram-se ao problema de pesquisa inicial: como se constrói a sujeita política jovem mulher no contexto brasileiro? Elas sempre existiram se nomeando como jovens? O feminismo foi importante nesse processo de nomeação? Como foi o processo de organização das jovens mulheres no início dos anos 2000? Como as jovens mulheres atuaram nas ocupações estudantis em 2015 e 2016? Ao elaborar essas indagações entendo que o objetivo geral da proposta de pesquisa aqui apresentada se define como: compreender quando e como as jovens mulheres constituíram-se como sujeitas políticas ativas no cenário nacional. Com essa proposta de pesquisa, aqui

consolidada, quero localizar as jovens mulheres no debate nacional e visibilizar a sua atuação no campo político brasileiro, o que se constitui como objetivos secundários.

Para a construção do processo de pesquisa foi importante o levantamento bibliográfico sobre o campo de juventude no Brasil, a fim de me situar sobre a construção da juventude em nossa sociedade e quanto ao momento em que as jovens mulheres começam a atuar como grupo, representando um segmento expressivo da população que possui demandas próprias. Reconheço, a partir de bibliografia selecionada, que as jovens mulheres começam a se organizar como sujeitas políticas na primeira década dos anos 2000 (BORGES; PAPA, 2014; PAPA, 2009; ZANETTI, 2009, 2011; ARAUJO, 2013; SOUSA, 2014). Entendo que esta organização das jovens mulheres pode ter impactado a organização das estudantes, durante as ocupações de 2015 e 2016, e o seu reconhecimento como jovens mulheres e, possivelmente, como jovens feministas.

Fato que constrói no meu imaginário a necessidade de compreender a forma como o feminismo contribuiu com este processo de formação identitária. E para tal foi importante construir um debate acerca dos significados que o movimento feminista assume como campo político, teórico e prático. Permitindo-me entender, a partir da bibliografia selecionada, as disputas presentes neste movimento e como o sistemático questionamento ao feminismo hegemônico permitiu a existência de narrativas plurais em seu interior. Narrativas essas que defendem a diferença, como explorado no capítulo 02, mas também aqui quando eu disserto sobre a metodologia feminista.

Com isso, temos os capítulos 01 e 02 como capítulos que fazem um panorama sobre a situação da juventude e das mulheres e, conseqüentemente, das jovens mulheres, localizando, assim, o contexto de formação das jovens mulheres. A partir dos estudos desses campos e escrita dos capítulos, o campo da pesquisa começa a se consolidar através da compreensão de que é importante entender os processos descritos no capítulo 01 e no capítulo 02, referentes à construção das jovens mulheres como sujeitas políticas, a partir das falas das mulheres que vivenciaram esses processos. Compreendendo, a partir de suas narrativas, como elas significam o processo de formação das jovens mulheres, o impacto do feminismo para elas e como entendem a ocupação secundarista. Sendo, portanto, importante, conhecer as visões das interlocutoras sobre feminismo, participação política, juventude.

A fim de tornar viável esse processo mapeei possíveis sujeitas de pesquisa, através do uso de técnicas trazidas da metodologia tipo Bola de neve, ou seja, me inspirei em alguns princípios deste tipo de pesquisa para realizar o contato com minhas interlocutoras. Para,

enfim, poder fazer nossas entrevistas, que são do tipo semiestruturadas e serão realizadas com dois perfis específicos:

- Mulheres que atuaram no processo de formação da sujeita política jovens mulheres no início dos anos de 2000. Especificamente, as mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000;
- Jovens mulheres que atuaram nas ocupações estudantis de 2015 e 2016.

A técnica de Bola de Neve é uma forma de amostra na qual se utilizam cadeias de referência (VINUTO, 2014), se torna importante para o estudo aqui desenvolvido, pois nos permite acessar as sujeitas de nossa pesquisa de uma forma mais representativa, já que optamos por perfis específicos de mulheres. Para isso, antes de acessar essas mulheres, precisaremos dialogar com pessoas, que aqui podemos chamar de informantes, que possam nos indicar mulheres e jovens mulheres com o perfil pretendido. Essas informantes serão acessadas através de rede da pesquisadora responsável. Esta rede é construída a partir da vivência da pesquisadora desta tese que se reconhece como feminista e que possui uma trajetória no movimento feminista do Estado do Rio de Janeiro, usando esta vivência para dialogar com outras mulheres que possam contribuir com informações pertinentes para a pesquisa em desenvolvimento. Ao entrar em contato com a possível entrevistada, ao fim da entrevista, pedimos indicações de outras possíveis entrevistadas e, assim, a rede vai se expandido para além do contato inicial. Fato que corrobora o apontado por Vinuto (2014), para a técnica de Bola de Neve é importante “se obter apoio de indivíduos já inseridos no grupo a ser estudado a fim de aumentar a rede de contatos inicial, principalmente, no caso de pesquisas nas quais inicialmente não se conhece muito bem as pessoas importantes a serem abordadas” (2014, p.5).

Uma das atenções nesse tipo de abordagem é para que a pesquisa tenha mais que uma informante, possibilitando que tenhamos acesso a discursos plurais. Considerando, também, dessa maneira, uma das abordagens desta tese, que é a defesa da interseccionalidade, ou seja, afirmo a necessidade de nomear as diferentes pertencas que as jovens mulheres possuem. Pois elas são jovens mulheres, mas também podem ser: mães, estudantes, negras, brancas, pobres, periféricas, lésbicas, bissexuais, trabalhadoras e essas diferentes composições impactam a maneira como elas se constroem socialmente (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2000;2016; RIBEIRO, 2017). Portanto, torna-se pertinente que nosso grupo de entrevistadas possa ser representativo destas intersecções.

As entrevistas foram inspiradas no modelo de entrevistas semiestruturadas, pois permitem entender, de forma individual, a maneira como as jovens estão significando as questões da pesquisa, apreendendo, portanto, uma realidade particular e singular. Nesse tipo de abordagem, a pesquisadora formulou algumas perguntas disparadoras, mas, também, possibilita que a interlocutora discorra sobre outras questões para que elementos de interesse para a pesquisa sejam explorados pela pesquisadora. A entrevista do tipo semiestruturada ajuda a explorar informações, dá suporte aos demais instrumentos de pesquisa e familiariza as sujeitas participantes com os métodos empregados. É um tipo de abordagem que pode possibilitar maior interação entre pesquisadora e interlocutora, o que torna a entrevista algo mais produtivo, uma vez que permite a exploração de uma gama maior de informações, além de humanizar o processo (FRASER; GONDIN, 2004; BONI; QUARESMA, 2005).

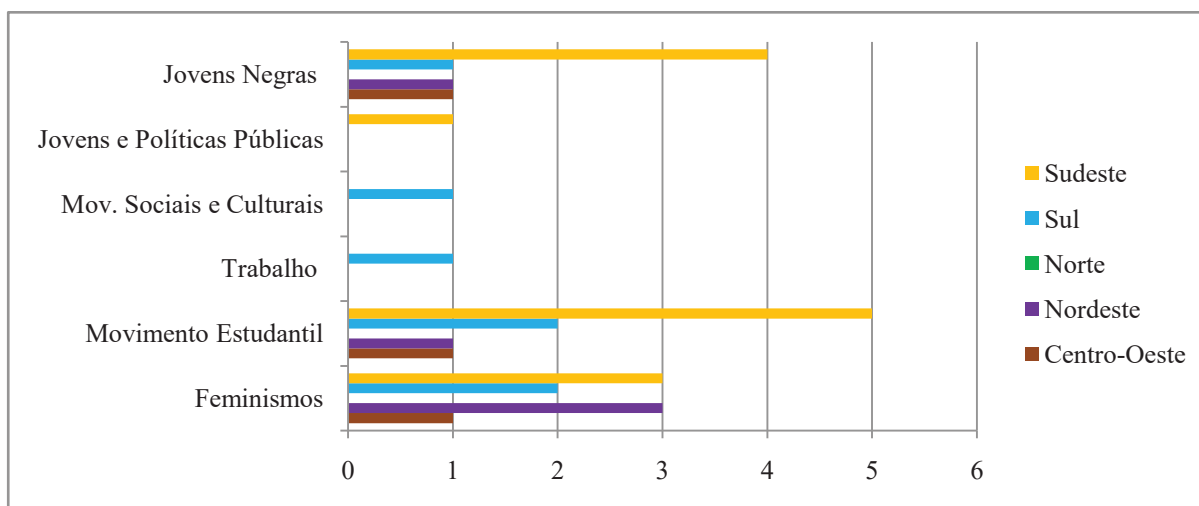
O material produzido a partir das entrevistas individuais será transcrito e analisado a partir da observação de categorias previamente definidas. É importante salientar que esta análise será feita mediante diálogo com as teorizações que embasam esta tese, teorizações que se pretendem críticas e que conversam com a descolonização do saber, como as produções do feminismo, do feminismo negro e decolonial.

A proposta inicial da pesquisa era fazer 05 entrevistas com mulheres que atuaram no início dos anos de 2000 e 15 com jovens mulheres que frequentaram escolas públicas onde houve ocupações estudantis no período de 2015 até 2016. Entretanto, por conta da Pandemia de Covid-19, que nos atingiu no ano de 2020, esses números tiveram que ser revistos. Sendo assim, ao todo foram realizadas 13 entrevistas – 05 com mulheres que atuaram no início dos anos de 2000 e 08 entrevistas com jovens mulheres que atuaram nas ocupações estudantis de 2015 e 2016. A organização inicial para as entrevistas era que elas fossem realizadas em locais de melhor possibilidade para as entrevistadas, ou seja, descentralizadas.

Inicialmente, estudei também a possibilidade de promover um diálogo com jovens oriundas de outros estados do Brasil, a fim de garantir uma descentralização do eixo RJ/SP. O que me foi possível de forma parcial, uma vez que consegui o diálogo com jovens mulheres que participaram das ocupações em dois estados: RJ e MG. E com mulheres que atuaram nos anos de 2000 de três estados: RJ, MG, SP. Tinha muito interesse em promover o diálogo com jovens mulheres e mulheres atuantes nos anos 2000 da região norte e nordeste, entretanto, apesar de esforços nesse sentido eles não puderam ser consolidados na realização efetiva das entrevistas. O interesse em trazer o diálogo com essas regiões também para a tese é a observação de que no levantamento bibliográfico do banco de dados da CAPES existe um

expressivo número de dissertações de jovens mulheres nordestinas, principalmente, sobre a juventude feminista, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Produção de Teses e Dissertações por Região



Fonte: Dados oriundos do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Período analisado 1995 a 2017. Busca realizada nos meses de abril e maio de 2018. Elaborada pela autora (2020).

Nessa tabela podemos ver que há a produção da região sudeste nas variadas temáticas e que a produção nordestina se equivale a do sudeste somente no número de teses e dissertações cuja temática é o feminismo. O que é um dado interessante para a pesquisa aqui desenvolvida. Entretanto, apesar dos esforços da pesquisadora esse diálogo não pôde ser efetivado neste momento.

A proposta inicial das entrevistas é que fossem realizadas de forma presencial e gravadas. Uma vez que esta proposta de pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFJF, as entrevistas só foram realizadas após assinatura do termo de consentimento. É importante salientar que apesar de o Comitê de Ética da universidade recomendar o anonimato nos documentos, essa orientação não dialoga com minha proposta de pesquisa que é justamente visibilizar as trajetórias dessas mulheres e jovens na construção da sujeita política jovens mulheres, portanto, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) eu coloquei mais uma questão que é se a entrevistada concorda em usar seu próprio nome. Todas as entrevistadas concordaram, portanto, nesta tese elas serão chamadas por seus nomes próprios.

Com a definição do campo feita, outros temas se somavam à pesquisa e era urgente pensar sobre eles, o primeiro era refletir sobre o processo das ocupações secundaristas, tentando compreender sua formação e sua atuação nos diferentes estados e nos dois anos em que ocorreram ocupações. Pontuando nesse processo, em que contexto estavam inseridas as

jovens mulheres e qual a ação protagonizaram e/ou lideraram. Esse processo reflexivo foi acompanhado por leituras de artigos de autoras e autores que acompanharam variadas ocupações em todo o território nacional e deu origem ao capítulo cinco que compõe essa tese.

O segundo tema de interesse se deu a partir da finalização do capítulo acima citado e mobilizou reflexões que vinham sido tecidas desde o primeiro capítulo e que foram alimentadas na qualificação, mas também com a leitura separada para a elaboração do material sobre as ocupações. O capítulo cujo título é *O campo político* localiza a democracia e política para esta tese, além de fazer um debate sobre o sujeito político. Mobilizo, dessa forma, a compreensão de que os movimentos descritos nesta tese se configuram como lutas políticas, feitas por sujeitas políticas que buscam a inclusão em nossa sociedade. Estas reflexões dão origem ao capítulo quatro.

No capítulo seis, eu recupero algumas considerações referentes à metodologia e analiso o conteúdo das entrevistas, apresentando minhas interlocutoras e suas narrativas sobre a atuação delas nos processos políticos que organizam formalmente às jovens mulheres, como um segmento específico, no início dos anos 2000. Apresento, também, as narrativas das jovens mulheres que participaram das ocupações estudantis e faço uma análise dessas narrativas em diálogo com teorizações do campo de juventude e do campo feminista. E, por fim, em capítulo subsequente, teço meus apontamentos finais sobre os processos aqui analisados e descritos.

Este capítulo procura estruturar a compreensão metodológica desta tese, como já afirmado esse é um diálogo em movimento, ou seja, no decorrer da pesquisa algumas considerações podem ser mudadas ou enriquecidas. O desafio é manter as orientações dadas a partir da crítica do feminismo à ciência e à construção de uma metodologia que seja feminista, desde o acesso a essas jovens mulheres e mulheres até a realização das entrevistas. Além disso, se torna um grande desafio o ato de analisar essas entrevistas a partir dos pressupostos já anunciados, entretanto é preciso construir e fortalecer novas formas de produzir o saber, rompendo, dessa forma, com saberes já hegemônicos e possibilitando a produção de novas formas de compreender e entender o nosso mundo social e suas variadas lutas.

## 4 O CAMPO POLÍTICO

*Não serei interrompida! Não aturo o  
interrompimento dos vereadores desta casa, não  
aturarei o cidadão que veio aqui e não sabe ouvir  
a posição de uma mulher eleita.  
Marielle Franco<sup>41</sup>*

No decorrer desta publicação, em diversos momentos me remeto à condição social do país em que esta tese está sendo produzida. O Brasil é um país com dimensões continentais e produz para seus habitantes formas de vidas completamente opostas, o que corrobora a escrita de Gilberto Gil e Caetano Veloso em uma de suas canções “O Haiti é aqui, o Haiti não é aqui<sup>42</sup>”. Nesses versos, os compositores afirmam a existência de, ao menos, dois brasis em nosso Brasil, sinalizando, dessa forma, a imensa desigualdade social a que estamos submetidas.

Essa desigualdade marca a trajetória de vida de muitas pessoas, que são mulheres, homens, jovens, crianças, para as quais a miséria, muitas vezes, é uma constante. Amplificada para aquelas e aqueles identificados racialmente como negros, fato que a canção sinalizada nos ajuda a refletir quando afirma: “Ou quase brancos, quase pretos de tão pobres. E pobres são como podres. E todos sabem como se tratam os pretos<sup>43</sup>”. Evidenciando as distintas formas de se tratar pobres e pretos em nosso país.

Acompanhamos esta forma de tratar pobres e pretos ao observar as filas da Caixa Econômica Federal em que brasileiras e brasileiros se expõem ao risco de contrair Covid-19, doença viral com alto índice de mortalidade, para tentar sacar os R\$600,00 de auxílio emergencial<sup>44</sup>. Segundo matéria do portal G1, a busca pelo auxílio emergencial revelou 46 milhões de brasileiras e brasileiros que eram invisíveis para o governo, essa parte da

---

<sup>41</sup>Fala de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, em plenária. Extraído do sítio: <https://www.youtube.com/watch?v=5PwJHGBoxTM>, último acesso 18 de maio de 2020.

<sup>42</sup>Música Haiti, extraído do sítio: [https://gilbertogil.com.br/sec\\_disco\\_info.php?id=417&letra](https://gilbertogil.com.br/sec_disco_info.php?id=417&letra), último acesso em 05 de maio de 2020.

<sup>43</sup>Idem.

<sup>44</sup>O auxílio emergencial é uma renda complementar fornecida às trabalhadoras e aos trabalhadores informais, microempreendedores, autônomos e desempregados durante três meses em decorrência da pandemia do Corona vírus – Covid-19. Extraído do sítio: <https://auxilio.caixa.gov.br/inicio>, último acesso em 05 de maio de 2020.



população não possuía CPF ativo, nem conta em banco ou acesso à internet<sup>45</sup> e ao observar as matérias sobre essas temáticas vemos as caras das pessoas nas filas: pretas e pobres.

Este fato gera um cenário de grande desigualdade social, já apontado em outros capítulos, criando também vivências distintas para a população a depender do local que você ocupa nesta sociedade desigual. A temática desta tese gira em torno de uma sujeita política que se constrói em meio a estas desigualdades sociais. Observamos no capítulo um como o segmento da juventude se constitui no cenário brasileiro, vimos que até os anos de 1990 esse segmento não era reconhecido como parte da população brasileira, ou seja, não havia políticas públicas para a juventude. Em decorrência disso, este grupo apresentava índices de baixa escolarização, mortalidade elevada para jovens mulheres como consequência de gravidez precoce, internações psiquiátricas para um grande número de jovens homens (RUA, 1998; SABOIA, 1998).

Com o reconhecimento da juventude, enquanto um segmento da população que possui vivências e demandas próprias, a partir dos anos de 2000, uma nova forma de ser jovem começa a ser possível no Brasil. Entretanto, essa nova forma de ser jovem ainda convive com as desigualdades históricas do nosso país. Por causa disso, a juventude não será a única identidade problematizada e reivindicada pelas jovens e pelos jovens que constituem este segmento da população. As problematizações advindas das relações entre sexo, gênero, raça, classes, orientação sexual, local de moradia, dentre outras irão impactar a forma de ser jovem no Brasil e irão gerar, também, pertencimentos que demandam políticas públicas específicas. Incluindo o segmento sobre o qual esta tese se atém, as jovens mulheres em suas variadas identidades e interseccionalidade.

Ao mapear a trajetória desse segmento dentro da política nacional no que, no espaço desta tese, estamos compreendendo como formação do segmento jovens mulheres durante a primeira década dos anos de 2000 e sua atuação nas ocupações estudantis de 2015 e 2016, torna-se importante compreender os sentidos atribuídos à democracia e à política. Estes dois conceitos estão presentes em todas as escolhas feitas para esta escrita e também estão presentes em toda a movimentação feita pelas jovens, seja no âmbito do governo, ou no âmbito da sociedade civil. O objetivo não é tecer uma definição estanque sobre esses conceitos, mas sim fornecer elementos para que tenhamos uma compreensão comum sobre o

---

<sup>45</sup>Extraído do sítio: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/26/auxilio-emergencial-de-r-600-revela-42-milhoes-de-brasileiros-invisiveis-aos-olhos-do-governo.ghtml>, último acesso em 29 de abril de 2020.

que na tese estou compreendendo como democracia e como política, compreensões que são precárias, provisórias e constituem um terreno em disputa.

Para tal empreendimento utilizo as contribuições de Charles Tilly (2013), sociólogo americano que teorizou sobre a construção da democracia; Chantal Mouffe (2015), cientista política, e sua construção teórica sobre o político; a produção de Gayatri Spivak (2010) e seu questionamento sobre se o subalterno pode falar; e de Áurea Silva (2015) e sua produção sobre a inclusão das jovens mulheres na agenda governamental.

#### **4.1 A democracia e a política como uma questão**

A formação da juventude como um segmento específico e demandatário de políticas públicas advêm da movimentação deste segmento juntamente a ONG's e movimentos sociais. As ações que possibilitaram este fazer acontecem dentro do campo político e foram possíveis porque nosso país possui uma estrutura minimamente democrática. As ocupações estudantis acontecem a partir do mesmo princípio, e radicalizam ao questionarem tanto a democracia, quanto a política imposta e, assim, criam novas formas de se expressar, tanto dentro das ocupações, como na forma de diálogo com o governo e com a sociedade, como problematizaremos no próximo capítulo.

Os eventos históricos selecionados para embasar esta tese – formação do segmento juventude, formação da sujeita jovens mulheres e a atuação das jovens mulheres nas ocupações – são possíveis, porque temos o cenário acima descrito. A experiência democrática que exercitamos hoje em nosso Estado advém de uma série de acúmulos sobre o que esperar de um regime democrático e sobre a função do Estado nesta mediação entre a população – cidadã e cidadãos – e o poder estatal, mudanças essas ocorridas de modo mais enfático, no mundo ocidental, a partir do século XVIII.

Segundo Charles Tilly, sociólogo americano, o conjunto de experiências democráticas mais relevantes se dará no século XIX nos países ocidentais e suas colônias, ele enfatiza que “A democracia é um fenômeno moderno” (TILLY, 2013, p.43). E nos ajuda a entender o que hoje podemos chamar de democracia, uma vez que esse termo é herdeiro de práticas políticas das cidades-estados gregas dos séculos IV e V a.C.. Entretanto, naquele ambiente a democracia exercitada era bem diferente do modelo que temos hoje. Para o autor, no decorrer dos séculos, a democracia adquiriu feições diferentes, tendo sido construída e desmoronando em vários períodos da história dos países que compõem o ocidente.

Tilly (2013) define a democracia “como uma certa classe de relações entre estados e cidadãos” (TILLY, 2013, p.26). Estas relações se constituem como precárias e instáveis, podendo no interior daquele estado promover processos de democratização e de desdemocratização. O autor compreende a democratização como “um processo dinâmico que sempre permanece incompleto e que sempre corre o risco de ser revertido – de ser convertido em desdemocratização” (TILLY, 2013, p.13). Sendo assim, a “saúde” da democracia depende de como o estado está se relacionando com as suas cidadãs e os seus cidadãos, se suas ações promovem a democratização ou o seu contrário, a desdemocratização.

Para Tilly um regime é democrático se as relações políticas entre o Estado e as cidadãs e os cidadãos possuem consultas amplas, que sejam iguais, protegidas e mutuamente vinculantes. Com isso, para ser reconhecido como democrático aquele Estado precisa ser observado em como se comporta com as demandas expressas pelas cidadãs e pelos cidadãos, ao observar isto o autor alerta para a necessidade de questionar quatro componentes desta relação: “o quão amplas são as demandas expressas pelos cidadãos, como diferentes grupos de cidadãos experimentam a tradução de suas demandas em termos de comportamento do Estado, e quanto o processo de tradução compromete ambos os lados, cidadãs e Estado” (TILLY, 2013, p.73). O processo de democratização irá significar para Tilly (2013, p.73):

[...] um movimento líquido na direção de consultas mais amplas, mais igualitárias, mais protegidas e mais mutuamente vinculantes, enquanto a desdemocratização significa um movimento líquido na direção de consultas mais estreitas, mais desiguais, menos protegidas, e menos mutuamente vinculantes.

Ao analisar esta proposta de pensar a democracia como um processo dinâmico, em que ocorrem processos de democratização e de desdemocratização, no qual é preciso observar em como o Estado está lidando com as demandas de sua população, podemos observar estes processos acontecendo ao longo da história de nosso país.

Elenco aqui alguns elementos do processo histórico brasileiro, pois estes processos estão diretamente relacionados com o tipo de democracia que exercitamos nos dias atuais. O exercício desta democracia está atrelado aos nossos vícios de um passado que é patriarcal e escravista, e que nos faz vivenciar seus ranços ainda nos dias de hoje. Existem avanços, tais como a efetivação de uma Constituição Cidadã em 1988 após um grande período de atentado contra os direitos civis, políticos e sociais, um período de grande desdemocratização. Neste período, de acordo com Tilly (2013), havia consultas estreitas, desiguais, desprotegidas e nas quais o Estado não se comprometia com a população, conhecido no território brasileiro como

Ditadura Civil Militar, um regime autoritário de poder que reduziu os direitos de todos os segmentos da população.

Nossos ranços estão atrelados à forma como, também, ao longo de nossa história as elites nacionais fazem acordos para promover governabilidade sempre em busca de seus próprios interesses e, assim, insistem em promover uma história oficial na qual o povo não aparece. Em todos os nossos eventos históricos de consolidação da nação brasileira não há um povo, existe sim acordos entre segmentos da elite nacional. Um episódio que exemplifica essa situação pode ser visto nas narrativas históricas referentes à Revolução de 1930 e pode ser sintetizada em uma frase atribuída a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, então, presidente de Minas Gerais. Ele diz “Façamos a revolução antes que o povo a faça<sup>46</sup>”. Marcelo Badaró, historiador, nos indica que antes da revolução de 1930 havia uma intensa mobilização operária, somente no período de 1915-1929 são registradas 116 greves ocorridas em todo o Estado de São Paulo, nas quais os grevistas reivindicavam melhores condições de trabalho, melhorias salariais, redução da jornada de trabalho, redução dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, entre outras reivindicações (BADARÓ, 2002). Então, além de acordos para promover uma nova governabilidade no país, havia o medo de que o povo tomasse o poder e, assim, destituíssem as antigas elites.

De acordo com José Murilo de Carvalho, historiador e cientista político, a primeira experiência democrática brasileira inicia-se em 1945, após uma intervenção militar que derruba a ditadura de Getúlio Vargas. Carvalho (2008) compreende esse acontecimento como a primeira experiência democrática, pois foi a partir deste momento que o Brasil começa a ter o voto popular possível para uma grande parte da população e quando as eleições começam a possuir uma maior confiabilidade. Antes deste momento, as eleições eram marcadas por fraudes, quando os chamados coronéis da época não admitiam perder, os votantes eram coagidos, comprados, enganados ou excluídos. A primeira experiência de democratização brasileira contava com consultas mais amplas, mais igualitárias e mais protegidas. Havia, assim, eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Além, de contar com a formação de vários partidos políticos, o que caracterizaria um ambiente democrático (TILLY, 2013; CARVALHO, 2008).

---

<sup>46</sup>Extraído do [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/antonio\\_carlos\\_ribeiro\\_de\\_andrada](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/antonio_carlos_ribeiro_de_andrada), último acesso em 07 de julho de 2020. sítio:

Essa primeira experiência de democratização acaba em 1964, quando, após um golpe militar, é instaurada uma Ditadura Civil Militar em nosso país e inicia-se um longo período de desdemocratização, marcado por intensa atividade repressiva. Fazendo-nos compreender, de acordo com Tilly (2013), que a democracia é uma forma de governo precária e reversível e ao não ser cuidada pode facilmente ser revertida em regimes de poder autoritários e ditatoriais. A ditadura brasileira durou de 1964 até 1985, 21 anos no poder, entretanto suas formas coercitivas se fazem presentes no sistema político brasileiro até os dias atuais. Em 1985, houve a primeira eleição direta para presidência da república, em 1986 foi votada a Assembleia Nacional Constituinte que, ao elaborar a nova constituição, fez amplas consultas, contando, inclusive, com a participação popular. Por isso, também que ao ser promulgada em 1988 esta Constituição recebe o nome de “Constituição Cidadã”, sendo um marco na retomada da democracia no país (CARVALHO, 2008).

A democracia como sistema de governo não trouxe para o país a resolução de seus grandes problemas estruturais. Somente instituir uma forma de governo não seria suficiente para tal prática. Entretanto, a democracia ainda é compreendida como uma forma de governo que, ao longo da história, possibilitou a existência de todas e todos, mesmo que esta existência precise ser conquistada, como no caso das mulheres, das populações negras e indígenas e da juventude. É no palco de um país democrático, minimamente, que podemos questionar os poderes e, assim, lutar por maior inclusão social, pois “os movimentos sociais existem quase exclusivamente em regimes democráticos” (TILLY, 2013, p.13).

Ao pensar a democracia como um processo que pode envolver a democratização, mas também a desdemocratização devemos entender, também, como a política está sendo exercitada. A política dentro de um regime democrático deveria ser radicalmente democrática, entretanto, se assim o fosse não haveria processos de desdemocratização. Então, nos cabe perceber em quais momentos a política deixa de ser radicalmente democrática, caminhando para regimes não condizentes com as demandas da população, como observado no processo brasileiro. A cientista política Chantal Mouffe nos ajuda a entender esses mecanismos, pois se preocupou em entender a política no jogo democrático. Para tal, ela realiza uma distinção entre a política e o político, Mouffe entende:

[...] por ‘o político’ a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por ‘política’ o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político (MOUFFE, 2015, p.8).

Para Mouffe a política democrática está localizada na distinção filosófica, no nível ôntico, correspondente ao conjunto de práticas e instituições sociais, como descrito na citação acima. Mas, segundo ela, a falta de compreensão do político em sua dimensão ontológica está na origem da incapacidade de pensar de forma política. Já que essa incapacidade está localizada no fato de não compreender que o antagonismo gerado pelo político é constituinte da natureza humana. Ainda para a autora, esta incompreensão está relacionada com a hegemonia do liberalismo, pois esse nega o antagonismo, que é elemento constituinte do político. O liberalismo possui uma abordagem racionalista e individualista que nega as identidades coletivas e, ao fazer isso, nega também a natureza pluralista do mundo social e os conflitos decorrentes desta existência. Para Mouffe (2015, p.11):

O liberalismo tem de negar o antagonismo porque, ao pôr em primeiro plano o incontornável momento de decisão – no sentido profundo de ter de decidir em um terreno indefinido –, o que o antagonismo revela é o próprio limite de qualquer consenso racional. Na medida em que o pensamento liberal adere ao individualismo e ao racionalismo, sua cegueira frente ao político em sua dimensão antagonística não é, portanto, mera omissão empírica, mas uma omissão constitutiva.

Sendo assim, para o liberalismo não poderia haver qualquer tipo de conflito, mas as sociedades são formadas por seres humanos e na constituição destes indivíduos está a possibilidade de conflito e é neste momento que o liberalismo ruí como uma forma de expressão da humanidade. Enquanto houver associação de seres humanos, haverá o político e nisso haverá o questionamento as relações de poder imposta sobre elas e eles, pois se, assim, não o fosse a democracia não seria vivida tal como ela é hoje. Como observamos no histórico oferecido por Tilly (2013), a democracia, ao longo dos séculos, passou por profundas mudanças e elas só foram possíveis porque houve questionamento e espaço para o conflito.

Mouffe (2015) nos ajuda a entender que a política democrática não quer superar o antagonismo humano, a construção da oposição nós/eles, mas sim formular uma distinção entre nós/eles que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que constitui as democracias modernas. Com isso, o desafio da política democrática seria construir uma forma de antagonismo que não gerasse a eliminação dos indivíduos, criando condições para que esses participem da vida política, mas que esta participação não atente contra a vida. Ao elaborar esta questão, a autora propõe outro tipo de relação para a distinção nós/eles, seria a relação agonística. Segundo a autora:

Enquanto o antagonismo é uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não possuem nenhum ponto em comum, o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são ‘adversários’, não inimigos (MOUFFE, 2015, p.19).

Para a autora a tarefa crucial da política na democracia é fazer com que os indivíduos entendam que, ao invés de termos uma relação antagônica um com o outro podemos ter uma relação agonística, e isso preserva a própria democracia, possibilita uma existência plural e não atenta contra nossas vidas. Neste momento de nossa construção democrática, poderíamos eliminar a morte como uma possibilidade de resolver nossos conflitos, ato que foi muito comum em passados não tão distantes e ainda se faz presente em territórios como o brasileiro, onde a política de morte ainda existe. A título de ilustração desta situação podemos observar o relatório da organização *Frontline Defenders* que afirma que o Brasil foi o quarto país que mais matou defensores de direitos humanos em 2019<sup>47</sup>.

Mouffe (2015) nos propõe, então, fazer política sem nos destruir, uma maneira de efetivar essa atitude seria a manutenção de canais políticos legítimos, nos quais as vozes discordantes poderiam se manifestar e, assim, garantir a defesa de seus pressupostos. Ao se garantir a existência destes canais, o surgimento de conflitos antagônicos seria menor, evitando as formas violentas da discordância. Entretanto, é importante salientar que em sua escrita sobre o político Mouffe afirma que “Uma sociedade democrática não pode tratar quem questiona suas instituições básicas como um adversário legítimo” (MOUFFE, 2015, p.120/121). Ou seja, essas vozes discordantes precisam atuar em um espaço simbólico comum, é preciso que exista um “consenso sobre os valores ético-políticos de liberdade e igualdade para todos, e dissenso a respeito da interpretação desses valores” (MOUFFE, 2015 p.121).

Mouffe afirma mais uma vez que a defesa da democracia deve ser radical e os governos ditos democráticos não deveriam compactuar com práticas que promovam processos de desdemocratização. Ao acompanhar a situação política brasileira na história recente, temos episódios nos quais os princípios democráticos não foram respeitados. Ao observar o processo que levou a retirada da Presidenta Dilma Rousseff do poder, o qual, apesar da ampla divulgação como impeachment, reconheço como golpe. Temos vários episódios em que os princípios democráticos foram deixados de lado para que forças conservadoras, reconhecidas

---

<sup>47</sup>Extraído do [sítio:https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-foi-o-4o-pais-que-mais-matou-ativistas-de-direitos-humanos-em-2019/](https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-foi-o-4o-pais-que-mais-matou-ativistas-de-direitos-humanos-em-2019/), último acesso em 05 de maio de 2020.



como organizações, que possuem como meta a redução de direitos sociais e o avanço de políticas econômicas de cunho liberal, tomassem novamente o poder de forma hegemônica.

O nome de golpe se configura principalmente, porque durante o processo não foi possível incriminar a presidenta Dilma Rousseff e todas as acusações feitas a ela não puderam se sustentar por não haver provas. Para Marlise Matos, professora da UFMG:

Eu não tenho nenhuma dúvida de que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi um golpe; um golpe de múltiplas e complexas camadas entrelaçadas, de dimensões que a gente ainda vai compreender ao longo do tempo. Mas eu identificaria o golpe, pelo menos, em três grandes vertentes: foi um golpe parlamentar; foi um golpe jurídico e constitucional e também foi um golpe midiático (MATOS, 2016, p.220).

Um golpe conduzido por forças conservadoras que se mantêm historicamente no poder, fazendo com que as políticas que possibilitam a ascensão social de parte da população brasileira sejam continuamente impossibilitadas de serem efetivadas. E vemos que toda a movimentação formada no decorrer dos governos do PT, apesar de inúmeros problemas em sua efetivação, possibilitou o acesso de uma parcela considerável da população brasileira a direitos que lhes pertenciam de acordo com a legislação oficial, mas que pela cultura classista, patriarcal e racista não eram praticados como direitos. Segundo Jessé Souza, professor da UFF, este golpe foi montado pela elite econômica, gerado, também, através da disseminação de uma política de ódio. Porque essa classe, que antes era de excluídos, começa a ter acesso aos mesmos espaços de uma burguesia brasileira. Ódio, porque as filhas de suas empregadas, agora, viajavam com bolsa governamental para o exterior através de programas, como o “Ciências sem fronteira”, ou tinham acesso a cursos historicamente elitistas em universidades públicas, tais como medicina e direito. Jessé Souza, conclui:

Então, o ódio não é ao Lula. O ódio não é ao PT. O ódio é ao que Lula e o PT representam, que é a ascensão dos excluídos, das classes mais pobres. O ódio dessa classe média é à pequena ascensão que esses pobres tiveram entre nós. Só não vê isso quem não quer (SOUZA, 2016, p.155/156).

A forma como a Presidenta foi tratada no decorrer de seu governo demonstra como a elite encontrou no governo de uma mulher, a primeira presidenta eleita no Brasil, material para alimentar os ódios presentes em muitos setores do povo brasileiro. Ódio não somente pelo avanço dos excluídos, mas também ódios históricos que perpassam pelas questões de gênero e dão o tom de misoginia do golpe sofrido pela presidenta.

Em tese de dissertação defendida por mim em 2014 já destaco na introdução a forma como a presidenta Dilma é alvo de vários xingamentos, que não observamos quando vemos o histórico de xingamentos proferidos a políticos homens. Destaco duas matérias nas quais ela é chamada de “piranha” por ter aumentado o IOF e, ao ser fotografada de maiô, teve seu corpo ridicularizado com vários nomes ofensivos dirigidos a ela (ROMÃO, 2014). O que de fato nos ajuda a entender o golpe, que também é midiático sofrido por Dilma Rousseff. Nilma Gomes, professora da UFMG, analisa esta situação da mídia, afirmando que:

De uma maneira geral, o tratamento desrespeitoso e ofensivo dado pela mídia hegemônica ao se referir à presidenta Dilma e aos seus feitos durante todo o tempo em que governou demonstraram o machismo brasileiro e a misoginia presentes nos espaços de poder. (GOMES, 2016, p.240).

E em conjunto com o judiciário temos um tratamento desrespeitoso com a presidenta, presenciamos vazamentos de áudios, capas de revista nas quais havia insinuação de que a presidenta era uma pessoa histérica e raivosa. Coube, segundo Nilma Gomes, à mídia alternativa o contraponto a essa mídia hegemônica, fornecendo informações qualificadas e comprometidas em noticiar o caráter golpista do impeachment (GOMES, 2016). Vale ressaltar que foi também com a mídia alternativa que as e os estudantes secundaristas puderam contar no processo de ocupação para a disseminação de notícias qualificadas e de fato informativas com as quais puderam romper com a visão de vândalos e invasores que a mídia hegemônica insistia em rotulá-las e rotulá-los.

Uma cena emblemática na qual é visibilizada a falta de respeito aos princípios democráticos, que deveriam perpassar a política brasileira, faz-se quando há a votação na Câmara dos Deputados sobre o processo de impeachment da Presidenta e o atual presidente do Brasil, naquele momento, ainda deputado, em 2016, ao declarar o voto a favor do impeachment, o faz em homenagem ao Coronel Ustra, militar que reconhecidamente torturou várias pessoas na época da ditadura, inclusive Dilma Rousseff. Em análise sobre esse momento Amelinha Teles, ativista feminista, afirma:

A sessão da Câmara dos Deputados deveria ter sido interrompida naquele momento, em nome do estado democrático de direito que não autoriza que se faça a apologia da tortura, como estratégia de ação do Estado, como foi realizada pelo coronel Ustra na época da ditadura (TELES, 2016, p.18).

Apesar de todas as facetas ilegais deste processo ele seguiu, demonstrando que de fato era um acordo, “com o supremo e com tudo<sup>48</sup>”, conforme nos relatam os áudios vazados. Um acordo que retirava uma presidenta democraticamente eleita e com um programa de governo igualmente eleito para colocar em seu lugar um vice e um programa de governo que não foi eleito de forma democrática. Em seu último pronunciamento a presidenta Dilma Rousseff faz um discurso aguerrido, que nos diz bem quais as intenções do golpe:

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social [...] O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência<sup>49</sup>.

Destaco esses trechos para que nos ajudem a compreender que os acontecimentos de nossa história recente condizem com o processo de desdemocratização teorizado por Tilly (2013), mas também, com as teorizações de Mouffe (2015) sobre a defesa radical da democracia e de valores ético-políticos de liberdade e igualdade para todas e todos. O processo de golpe configura a não defesa radical da democracia, tornando, assim, mais precária a vida de todas e todos que habitam neste país. Situação mais alarmada pelo fato de vivenciarmos durante o ano de 2020 uma situação de pandemia, na qual existe uma doença com alto índice de mortalidade e ao chegarmos ao número oficial de cinco mil mortos vítimas desta doença o presidente atual, o mesmo que elogia um coronel torturador, diz para os repórteres: “– E daí? Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagres!<sup>50</sup>”. Esse tipo de posicionamento compactua com uma política de morte em que o jogo político é feito a partir da visão de que o outro é meu inimigo, não meu adversário.

Ao propor o modelo agonístico, Mouffe (2015) afirma que no jogo democrático é preciso romper com a morte como única forma de decidir. As democracias modernas não deveriam propor a morte ou exaltar como heróis quem o fez, deveria ser ao contrário, uma vez que os regimes democráticos da atualidade se constituíram justamente para que as pessoas

<sup>48</sup>Extraído do sítio: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275\\_603687.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html), último acesso em 07 de maio de 2020.

<sup>49</sup>Extraído do sítio: <https://www.conversaafiada.com.br/politica/dilma-o-golpe-e-misogino-o-golpe-e-homofobico-o-golpe-e-racista>, último acesso em 07 de maio de 2020.

<sup>50</sup>Extraído do sítio: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>, último acesso em 07 de maio de 2020.

pudessem existir e que a ideia de ser reconhecido como pessoa e, portanto, portadora de direitos, fosse experimentada por um número cada vez maior de pessoas.

As transformações que este regime obteve ao longo dos séculos foram, também, provocadas pelas movimentações de diversos atores no mundo social que pleiteavam a sua existência plenamente. Podemos observar isso ao acompanhar a luta de negras e negros, que foram escravizadas e escravizados, para serem reconhecidos como seres humanos em diferentes países e, assim, romperem com a escravidão institucionalizada; as populações indígenas que lutam constantemente pelo direito de existir tal como são, e ao se movimentarem nesse sentido, estes grupos trazem para a arena pública o conflito. Já que as promessas democráticas de liberdade individual, igualdade na lei e justiça social não chegaram de forma igualitária para estes grupos, tal como argumenta Collins (2000) quando se remete ao feminismo negro e à condição da mulher negra, teorização por mim explorada no capítulo dois desta tese e que possui muita pertinência para pensar as lutas sociais promovidas por diversos segmentos que, historicamente, são marginalizados.

E, ao abordar estes termos podemos trazer para o texto outro argumento importante de Mouffe (2015) de que para agir politicamente as pessoas precisam ser capazes de ter afinidade com identidades coletivas nas quais possam se reconhecer, entender a sociedade ao seu redor e se projetar para o futuro. Ou seja, as pessoas precisam se sentir afetadas, sendo motivadas, através de suas paixões para aderirem a uma identidade coletiva e, assim, participar do jogo democrático. Essa necessidade humana de possuir uma identidade coletiva nunca desaparece. Então, é papel da política democrática “em vez de opor interesses a sentimentos e razão a paixões, ela deve oferecer formas de identificação que contribuam para as práticas democráticas” (MOUFFE, 2015, p.27).

Neste ambiente, a existência do confronto agonístico ao invés de enfraquecer a democracia é a condição de sua existência. A autora argumenta que a democracia moderna para existir como tal deve reconhecer e legitimar o conflito ao invés de aceitar a imposição de uma ordem autoritária e ainda afirma “Para funcionar a democracia exige que haja um choque entre posições políticas democráticas legítimas” (MOUFFE, 2015, p.29).

Ao argumentar sobre as condições de existência do político nas democracias modernas a autora enfatiza a existência de identidades coletivas que devem ser representadas na arena política e que estas identidades devem ter canais políticos legítimos para se manifestarem, em que o conflito seja sempre uma possibilidade. Entretanto, avalio que existe um ponto importante a ser abordado quando questionamos a democracia moderna, que é o reconhecimento desta identidade coletiva, ou seja, sobre quais circunstâncias ela se forma e

como ela acessa estes canais políticos legítimos. Com isso, estou querendo entender se nas democracias modernas todas e todos possuem direito à fala e nisso pergunto em conjunto com Spivak (2010): “pode o subalterno falar?”<sup>51</sup>. É sobre essa e outras questões sobre a formação da sujeita política que o próximo tópico discorre.

## 4.2 A Sujeita Política

As democracias modernas comungam com a ideia de que hoje podemos existir de uma forma nunca antes possível, somos muitas, múltiplas e plurais. Entretanto, essa existência nem sempre é viável dentro de marcos, que na literatura internacional, podemos entender como de dignidade humana. Se pensarmos em nosso território, observaremos que o Brasil concentra taxas terríveis para diversos segmentos: somos um dos países que mais mata mulheres no mundo, onde morre em média uma mulher a cada 7 horas<sup>52</sup>; somos um dos piores países para sermos LGBT’s, sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais<sup>53</sup>; e concentramos taxas alarmantes de mortalidade para a juventude brasileira, segundo o Atlas da Violência de 2019, no ano de 2019 morreram 65.602 jovens e 77% deste total foram vítimas de armas de fogo<sup>54</sup>. A promessa de dignidade humana feita na Constituição Federal de 1988 nos inspira a lutar por dias melhores, mas, infelizmente, esta ainda não é uma realidade para a maior parte da população brasileira.

Em busca da efetivação desta promessa de dignidade muitos destes grupos se organizaram para ter suas demandas atendidas e suas especificidades consideradas na formulação de políticas públicas. Tal como observamos no capítulo um desta tese e a formação do segmento juventude. Entretanto, ao buscar sua existência no campo político muitas dessas identidades coletivas não conseguem acessar os canais políticos que Mouffe (2015) sinaliza como necessários para a democracia, pois essas identidades entendidas como subalternas, são recorrentemente identificadas como sem voz. O que nos leva a questionar sobre se de fato isso seria verdade, se realmente as subalternas não podem falar. Essa

---

<sup>51</sup>O questionamento é uma remissão ao artigo de mesmo nome de autoria de Spivak.

<sup>52</sup>Extraído do sítio: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>, último acesso em 29 de abril de 2020.

<sup>53</sup>Extraído do sítio: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/em-2019-124-pessoas-trans-foram-assassinadas-no-brasil>, último acesso em 29 de abril de 2020.

<sup>54</sup>Extraído do sítio: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48504184>, último acesso em 29 de abril de 2020.

problematização foi produzida por Gayatri Spivak em artigo publicado em 1985, mas somente traduzida para o Brasil em 2010 e é a partir dela que reflito sobre essa questão. Spivak é teórica literária, crítica feminista e, atualmente, é professora da Universidade de Columbia.

Quando Spivak (2010) questiona se o subalterno pode falar está fazendo uma crítica aos intelectuais ocidentais que insistentemente falam pelos subalternos, pelos sujeitos que foram vítimas dos processos de colonização. Sua escrita se insere dentro da perspectiva pós-colonial, que é um campo de saber que problematiza as produções ocidentais de países colonizadores sobre os colonizados, em crítica similar à tecida por Mohanty (2003) dentro do feminismo decolonial. A perspectiva pós-colonial vai questionar a produção do sujeito colonizado e as várias significações que vêm com esta produção, feita por sujeitos colonizadores.

Neste artigo, Spivak (2010) se debruça sobre uma prática indiana chamada de a imolação das viúvas, que consiste em a recém-viúva cometer suicídio no funeral de seu marido sobre a pira funerária dele, esse gesto denota a devoção da esposa pelo falecido. Essa prática após a colonização inglesa foi proibida no território indiano e Spivak interroga às produções destes colonizadores sobre tal prática. Para a autora as produções britânicas sobre o significado da imolação das viúvas constituem uma violência epistêmica, pois os colonizadores partem de seus próprios códigos de condutas para proibir esta prática. Segundo a autora:

Não se trata de uma descrição de ‘como as coisas realmente eram’ ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas (SPIVAK, 2010, p.48).

Com isso, podemos entender que quando um segmento do ocidente cria uma explicação sobre uma prática de um país que foi colonizado, essa explicação não retrata a realidade vivida, porém, pelo discurso deste segmento ser mais forte, portanto hegemônico, este discurso passa a ser a norma, a regra, e, conseqüentemente, a “verdade” sobre aquela realidade. Acompanhamos essa prática em diversos momentos de nossa história de país colonizado: quando negras e negros foram escravizados por não serem reconhecidos como humanos; quando indígenas foram desterritorializados. Todas essas práticas foram amparadas por “verdades” feitas por países colonizadores, foram normalizadas, naturalizadas. Spivak (2010) desafia os discursos hegemônicos questionando, assim, a produção do saber e do

conhecimento do Ocidente, que utiliza, historicamente, sua posição privilegiada na correlação de forças para criar “verdades” sobre diversos corpos e territórios.

Ao analisar a produção feita em torno do sacrifício das viúvas, Spivak (2010) questiona também a capacidade que este sujeito possui para se representar, pois para a autora o sujeito subalterno feminino estaria em uma posição mais precária na organização social:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há ‘evidência’. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos de insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p.66/67).

Em um cenário que torna nativos vulneráveis frente ao domínio colonizador os homens nativos ainda conseguem possuir certos “privilégios”, que se tornam inacessíveis para as mulheres nativas. Mesmo que as mulheres desempenhem papéis similares aos homens. Ou seja, as mulheres subalternas não poderiam ter voz, não poderiam falar. Isso se torna exemplo através do sacrifício das viúvas que é proibido em 1829. Spivak elabora a seguinte sentença para explicar esse fato: “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (2010, p.91). Ao proibir esta prática os britânicos estabelecem um marco para a criação de uma boa sociedade e, ao fazer isso, adotam a mulher como um objeto de proteção, que é protegida dos seus semelhantes e despossuída de sua humanidade. O argumento indiano nativo que se contrapõe à sentença exposta acima é: “As mulheres realmente queriam morrer” (SPIVAK, 2010, p.94).

E entre a fala do homem branco e a fala do homem de pele escura não se encontra a fala da mulher de pele escura, para Spivak (2010, p.94): “Nunca se encontra o testemunho da voz-consciência das mulheres”. Sendo assim, a voz dessas mulheres não foi ouvida, nunca se produziu uma contra sentença sobre a prática de imolação das viúvas feita pelas viúvas. Elas, enquanto subalternas, não puderam falar e de fato não falaram. O exemplo de imolação das viúvas corrobora, assim, para Grada Kilomba – artista interdisciplinar, escritora e teórica – em sua análise sobre o texto de Spivak, “à dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo” (KILOMBA, 2019, p.47). Não que as viúvas não quisessem ou não pudessem falar, mas havia e há, ainda, uma hierarquia violenta que determina quem pode falar e, esta mesma hierarquia determina quem pode ser ouvido. Assim, a problematização em



torno da imolação das viúvas busca evidenciar as diversas violências a que o corpo colonizado é submetido, violências que sobre o corpo feminino adquirem outras nuances, pois este corpo é insistentemente objetificado.

Ao formular as sentenças de explicação Spivak busca entender o significado da prática de imolação das viúvas, no contexto indiano, ou seja, será que de acordo com a formulação nativa essas mulheres queriam, realmente, morrer? O que posso retirar do texto, extremamente denso e cheio de lógicas estruturadas a partir da cultura indiana, é que em um contexto de predomínio patriarcal as escolhas dessas mulheres eram limitadas. Portanto, o lugar duvidoso do livre-arbítrio dessa mulher foi apagado, em ambas as construções, tanto nativa como imperialista. A autora argumenta:

Obviamente não estou advogando a matança de viúvas. Estou sugerindo que, entre as duas versões opostas de liberdade, a constituição do sujeito feminino *em vida* é o lugar do *différend*. No caso da autoimolação das viúvas, o ritual não está sendo definido como uma superstição, mas como um *crime*. A gravidade do *sati* foi ele ter sido ideologicamente imbuído do sentido de ‘recompensa’, assim como a gravidade do imperialismo foi ele ter sido ideologicamente imbuído de uma ‘missão social’. (SPIVAK, 2010, p.104).

*Différend* está sendo compreendido por Spivak a partir da definição de Jean-François Lyotard, filósofo francês, que define este termo como a impossibilidade de traduzir um modo de discurso em disputa com outro (SPIVAK, 2010). Com isso, esse lugar do feminino não poderia ser traduzido, apenas pode ser substituído. Substitui-se a lógica nativa pela lógica imperialista. Em suas palavras:

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da ‘mulher do Terceiro Mundo’, encurralada entre a tradição e a modernização. (SPIVAK, 2010, p.119).

E nesse movimento, a possibilidade de fala dessa mulher é desconsiderada e Spivak conclui seu texto respondendo à sua própria questão: “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais” (2010, p.126). Mas esta impossibilidade de fala não significa uma falta de resistência ou interesse. Para Kilomba isso sinaliza uma falta de acesso à representação, segundo a autora:

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas

conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (KILOMBA, 2019, p.51).

Fato amplamente debatido no contexto da crítica pós-colonial. Ao mesmo tempo em que reconhece a impossibilidade de fala da subalterna dentro deste regime imperialista, Spivak reconhece o papel da intelectual frente à impossibilidade de fala da subalterna. A autora argumenta que a solução da intelectual não deve ser abster-se da representação ou representar a subalterna, mas sim a busca por tornar visíveis os mecanismos que impedem esse sujeito de falar, de se representar. E é, justamente, ao fazer isso que devemos estar atentas, como intelectuais, para não falar pela outra, não fazendo análises sobre esse sujeito, e para a autora isso se constitui um problema para a intelectual. Além disso, adverte que aprendamos a falar ao sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna, ao invés de ouvir ou falar em nome desse sujeito. E conclui seu texto afirmando: “A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar como um floreio” (SPIVAK, 2010, p.126).

A impossibilidade de fala da mulher subalterna nos coloca um desafio frente à noção de democracia assumida pelas sociedades ocidentais modernas, pois estas sociedades deveriam possuir em sua organização política uma diversidade de atrizes e atores sociais. Entretanto, ao possuir sujeitos emudecidos a democracia falha em seu ideal. Talvez os sujeitos permaneçam emudecidos porque nas democracias não se efetivou a criação de canais políticos legítimos nos quais as mais diversas vozes discordantes possam existir, como Mouffe (2015) sinaliza.

A partir do enunciado por Spivak (2010) e Kilomba (2019), e levando em consideração o já exposto sobre as jovens mulheres até aqui, podemos afirmar que estas jovens, no contexto brasileiro, possuem similaridades com as construções de Spivak para o sujeito subalterno, uma vez que estas jovens são continuamente excluídas das possibilidades de representação e de falarem por si mesmas. Ao longo de sua trajetória, enquanto sujeito social, as jovens mulheres buscaram reescrever essa subalternidade ao ocupar e disputar espaços políticos perante adversários que nem sempre as compreendiam ou as respeitavam enquanto sujeitas políticas. Podemos observar isso quando da entrada das jovens no feminismo, e teremos a oportunidade de aprofundar esta temática ao analisar as entrevistas das jovens para esta tese de doutoramento. Ao mesmo tempo, podemos observar a construção dessas jovens como sujeitas políticas atuantes e em disputa para utilizar canais políticos democráticos, mesmo precários e limitados. Que através de diversas organizações sociais,

como as ONG's, o Forito, as Conferências de Mulheres, de Juventude, de Raça/Etnia, dentre outras, possibilitavam que essas jovens lutassem por sua inclusão em determinados cenários e pleiteassem que sua identidade fosse considerada no trâmite de diversas políticas públicas. Ao reconhecer a precariedade das possibilidades de representação as jovens mulheres se inscrevem dentro de um longo percurso de lutas sociais por inclusão de grupos, e, conseqüentemente, ampliação democrática do Estado (SILVA, 2015).

Apesar de reconhecer em conjunto com Tilly (2013) que a estabilidade democrática está sempre em disputa, podemos observar na nossa linha histórica sobre as jovens mulheres que elas começam a existir, enquanto sujeitas políticas, em um momento de maior estabilidade política, e, portanto, democrática, na qual havia um governo que organizava mais possibilidades de canais políticos legítimos, mesmo que precários, para diversas vozes se manifestarem. Observamos isso, principalmente, nos dois primeiros governos dos Partidos dos Trabalhadores quando havia diversas Conferências de Políticas Públicas, compreendidas como uma experiência brasileira de participação social junto ao Estado (SILVA, 2015). O que demonstra um grande avanço frente à inclusão de grupos. Somente esta experiência não foi suficiente para incluir de fato os diversos grupos que historicamente são marginalizados em nosso país, como argumenta Áurea Silva, cientista política:

Agendas inclusivas foram reconhecidas e institucionalizadas no bojo dessa conjuntura, como são os casos das políticas para as mulheres e das políticas públicas de juventude, mas setores dominantes que colonizam o Estado e a sociedade atuam sem trégua para obstaculizar mudanças que possam aprofundar a democracia no país. O que já foi conquistado não está definitivamente garantido e os riscos de estagnação e retrocesso são reais (SILVA, 2015, p.49).

As conferências foram exemplos de formas de participação e representação de variados grupos no processo político brasileiro, entretanto eram limitadas quanto à possibilidade de realmente incluir estes grupos no jogo político, de tornar possível que se representassem, uma vez que ser incluído na agenda governamental não significa ser incluído enquanto grupo político (SILVA, 2015). Na análise de Áurea Silva (2015, p.47):

Mulheres e jovens são grupos sociais formalmente reconhecidos no Brasil e já contam com uma institucionalidade própria encarregada de promover os seus direitos, mas estão longe de serem efetivamente incluídos nas decisões públicas. A baixíssima presença desses grupos nos espaços de participação e representação, em comparação com a sua grandeza populacional, é um indicador de desequilíbrio e injustiça do sistema político brasileiro.

E como o jogo democrático é um processo em disputa, vemos hoje que as políticas públicas destinadas às mulheres e aos jovens sofrerem grandes retrocessos, tendo suas secretarias perdido a autonomia e sido vinculadas ao Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. Seus projetos e orçamentos descontinuados desde o golpe de 2016. Observamos, assim, para estas áreas a estagnação e o retrocesso já sinalizados. Essa tese evidencia que os eventos ocorridos na primeira década dos anos 2000 foram importantes para que as jovens mulheres se fortalecessem enquanto segmento e se constituíssem como sujeitas políticas, que desde a sua formação sinalizam a interseccionalidade como um princípio dessa identidade coletiva, ou seja, afirmam a pluralidade existente na sujeita política jovens mulheres.

Entendendo que as pertencas de gênero, raça, classe, orientação sexual e outros marcadores de opressão impactam na experiência de vida destas jovens (SILVA, 2015). E abrem espaço, em conjunto com outros processos políticos, para que ideais feministas sejam disseminados, mesmo que de forma difusa e, assim, a experiência das jovens mulheres, que foram vividas nestes anos, contribuem com a vivência de outras experiências, tais como as ocupações estudantis de 2015 e 2016, com seu grande protagonismo das jovens mulheres e as eleições de 2018. Nessa, última eleição temos um aumento significativo de mulheres eleitas, com um total de 290, e aumentou, também, o número de mulheres negras eleitas. No Rio de Janeiro, temos a eleição de três mulheres negras no âmbito estadual: Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro como deputadas estaduais, todas pelo PSOL. Sendo Dani Monteiro, em 2018, com 27 anos, a mulher mais jovem a ocupar uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e Talíria Petrone como deputada federal, também pelo PSOL. Em Minas Gerais, temos a eleição de Áurea Carolina como deputada federal e Andréia Jesus como deputada estadual, ambas do PSOL. Na Bahia, temos a eleição da primeira deputada estadual negra Olívia Santana, do PCdoB. Em Pernambuco, temos a eleição de um mandato coletivo formado por cinco mulheres, como o nome de Juntas, pelo PSOL, elas se elegeram com quase 40 mil votos e o grupo é composto por: Carol Vergolino, jornalista; Joelma Carla, estudante de Letras; Jô Lima, ambulante e Robeyoncé Lima, advogada e primeira advogada a ter o direito de usar o nome social pela Ordem dos Advogados do Estado. Em São Paulo, houve a eleição de Érica Malunguinho como deputada estadual, pelo PSOL, primeira mulher negra trans a conquistar uma vaga na Assembleia paulistana<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup>Informações extraídas dos sítios: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>; <https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/10/as-sementes-de-marielle-franco-quem-sao-as-mulheres->

Ao se elegerem, essas mulheres constituem um avanço em busca da representação política das camadas periféricas da sociedade brasileira. Essa representatividade está atrelada à possibilidade de ter voz e de poder falar, talvez constitua também uma reescrita subalterna, como Spivak (2010) sinaliza. Entretanto, ao ocupar esses espaços, essas mulheres lidam com forças conservadoras que insistem em não reconhecer a democracia e a política como um espaço de todas e todos, desencadeando cenas como a que gerou a fala da epígrafe que abre este capítulo na qual temos a vereadora Marielle Franco reivindicando o seu direito de falar e de ser ouvida em plenária. Reivindicação feita após ouvir brados de apoio à ditadura e de ter sua fala interrompida por outro vereador que lhe entregara uma rosa, enquanto ela tentava argumentar sobre a vida das mulheres negras faveladas, das mulheres lésbicas. A vereadora não permite a interrupção e continua no seu discurso, “Vai ter que aturar mulher, trans, lésbica ocupando a diversidade de espaços<sup>56</sup>”. Marielle Franco sempre foi uma voz ativa, as investigações sobre seu assassinato até hoje não foram concluídas e os culpados não estão presos. Os números de mulheres negras eleitas em 2018 nos ajudam a entender que, ao invés de silenciar as mulheres, esse ato covarde de assassinar uma de nós, torna ainda mais necessária a luta. A morte de Marielle expressa uma dinâmica presente nas comunidades historicamente emudecidas que fazem do Luto uma Luta e, assim, a memória de Marielle é reencenada nos nossos corpos negros ao ocuparmos a diversidade de espaços de poder, como ela já anunciava.

Sei que a representação política institucional possui limitações, que são apontadas pelas próprias mulheres eleitas em diferentes contextos, que buscam continuamente construir outra forma de fazer política, tentando fazer ser realidade a noção de política que não produz a morte, como sinaliza Mouffe (2015). Nossa atenção nesta tese será para a produção da política feita pelas jovens mulheres em dois momentos distintos: na primeira década dos anos de 2000 e entre os anos de 2015 e 2016. Entretanto, ao dialogar sobre a subalternidade da mulher colonizada é importante sinalizar as formas de resistência ao poder colonial que estas mulheres na política institucional representam.

As jovens mulheres ao se movimentarem na luta por inclusão buscam ser reconhecidas como sujeitas políticas atuantes. Sabemos que as jovens mulheres que atuaram nos espaços

---

negras-eleitas-em-2018\_a\_23557207/ e  
<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/juntas-cinco-mulheres-estremam-mandato-coletivo-na-assembleia-legislativa-de-pe.html>, último acesso em 28 de Abril de 2020.

<sup>56</sup>Extraído do sítio <https://www.youtube.com/watch?v=5PwJHGBoxTM>, último acesso em 29 de Abril de 2020. Marielle Franco, vereadora eleita pelo PSOL no Rio de Janeiro nas eleições de 2016 foi executada em 14 de março de 2018.

elencados nesta tese não constituem todo o grupo de jovens mulheres e, assim, não capturam a totalidade da realidade em que as jovens mulheres brasileiras vivem, mas, ao se enunciarem enquanto jovens mulheres e compreenderem a importância da interseccionalidade, abriram espaço para a existência desse segmento como plural, com identidades múltiplas, reconhecendo que o “nós” formado pelas jovens constitua mais que o grupo representado nesses espaços. Reconhecem, assim, em conjunto com Spivak que “o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo” (2010, p.57). Rompendo, dessa maneira, com as tentativas de homogeneização, tão características tanto nas políticas, quanto nas práticas públicas.

Ao nomear as jovens mulheres como sujeitas políticas, reconheço a trajetória desse grupo em sua luta pela inclusão, que está relacionada às práticas feitas por essas jovens para se representarem durante a construção das políticas públicas, mas também a toda movimentação feita por jovens mulheres durante as ocupações estudantis. Em ambos os momentos, as jovens buscam falar por si sem que outros digam algo em seu nome, é o sujeito emudecido reescrevendo sua subalternidade (SPIVAK, 2010).

Como pudemos acompanhar nos capítulos um e dois, ao longo dos anos de 2000, as jovens mulheres constroem sua identidade, sendo as sujeitas dessa construção, seja nas conferências, nos fóruns ou nas ocupações estudantis. Caracterizam, assim, um protagonismo que, em diversos momentos, é marginalizado, mas que se mantém em disputa com imagens estereotipadas da juventude feminina, e encontra nas redes sociais da atualidade momentos de afirmação e de identificação com bandeiras feministas.

Assim, ao longo deste capítulo, foram considerados elementos importantes do campo político para a compreensão da sujeita jovens mulheres, ao definir democracia podemos entender que este regime é um dos melhores cenários em que as jovens poderiam se reivindicar enquanto sujeitas políticas. Mesmo compreendendo que se trata de um processo no qual pode haver democratização, mas também desdemocratização (TILLY, 2013). Ao pontuar alguns elementos do processo democrático brasileiro, pude perceber que o Brasil vivenciou de forma recente processos de democratização e de desdemocratização, e que estes processos possuem impacto na forma como nós, enquanto sociedade, iremos vivenciar a democracia e a política. Argumento que foi porque o Brasil vivia, na primeira década dos anos 2000, um processo de democratização que as jovens mulheres tiveram um cenário mais favorável para se formar, cenário esse, de certa forma, impulsionado por canais políticos oficiais como foram as Conferências Nacionais, mas também por outros canais políticos como o Forito e as ONG's.

E, ao entender a política como um modelo agonístico, observamos a ânsia por novas práticas políticas como o objetivo de permitir uma existência cada vez mais plural dos sujeitos (MOUFFE, 2015). Práticas essas que foram demandadas pelas jovens desde a sua entrada no movimento feminista e que podemos observar que nas ocupações estudantis ganharam outros contornos. Ao buscar entender as jovens enquanto possíveis sujeitas subalternas, vemos sua movimentação em busca da vida política como uma reescrita desta subalternidade e, mesmo que sua tentativa de fala seja muitas vezes silenciada, elas continuam a falar e suas vozes produzem eco (SPIVAK, 2010).

Esta tese registra o eco dessas vozes, numa ânsia de completude, mas entendendo que este movimento é incompleto, porque existem muitas nuances que não foram abordadas neste espaço, mas que se configuram sim como um esforço de registrar a atuação das jovens mulheres enquanto sujeitas políticas ativas no contexto contemporâneo brasileiro.

No próximo capítulo, descrevo o processo das ocupações estudantis secundaristas e busco localizar a atuação das jovens mulheres nesse contexto. Trazendo para a cena escrita as movimentações que permitem nomear a ação destas jovens, como práticas de reescrita subalterna nas quais as jovens e os jovens ocupantes ressignificam a prática democrática e o fazer político dentro das ocupações.



## 5 AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS

*[...] primeiramente, eu gostaria de corrigir, não é invasão, é ocupação.*

*Secundarista em resposta a entrevista da Rede Globo<sup>57</sup>*

O objetivo desse capítulo é resgatar as motivações iniciais que deram origem ao processo de ocupação das escolas secundaristas tanto em São Paulo, quanto nos outros Estados do Brasil, entender o processo de organização e de mobilização destas ocupações e a reação da sociedade civil e do Estado a elas. Torna-se importante para a pesquisa que embasa esta tese que tentemos entender o lugar das jovens mulheres nas ocupações estudantis, uma vez que é destacada a grande atuação desse segmento antes e durante as ocupações.

As ocupações secundaristas que ocorreram no Brasil nos anos de 2015 e 2016 são um fenômeno social de grande expressão, rompem com estereótipos historicamente associados à juventude e fazem emergir novas formas de compreender esse grupo. Estas ocupações tornam-se exemplo de um novo fazer político que possui em seu centro jovens estudantes, que são mulheres, homens, periféricos.

Tenho a compreensão que estes eventos são multifacetados, ou seja, cada grupo social irá lê-los a partir de uma perspectiva distinta, portanto, escolho para esta escrita, publicações que buscaram o diálogo com as ocupações estudantis a fim de entender o movimento a partir do olhar das estudantes e dos estudantes, o que também não é uma tarefa simples. Sendo assim, este capítulo terá como interlocução teórica as obras de Antonia Campos, Jonas Medeiros e Márcio Ribeiro (2016) em seu livro *Escolas de Luta*, no qual discorre sobre relatos das ocupações estudantis em São Paulo em 2015; Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo (2019), organizadores de um livro que traz vários artigos sobre o movimento de ocupação de escolas pelo Brasil em 2015 e 2016; a produção de Bruna Barreto (2017), que acompanhou as ocupações que aconteceram no Rio de Janeiro, mais especificamente em Niterói e o artigo produzido por Miriam Leite (2017), em que a autora dialoga com as ocupações do Rio de Janeiro.

---

<sup>57</sup>In CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016, p.194.

## 5.1 Se fechar, nós ocupa!<sup>58</sup>

Em setembro de 2015, o jornal *Folha de São Paulo* anunciava, em primeira mão, uma medida do governo de São Paulo: transferir um milhão de estudantes de suas escolas para locais não definidos, a fim de dividir as escolas por ciclos. Segundo a matéria, a medida já seria efetivada no próximo ano letivo, ou seja, em 2016. A proposta foi anunciada somente para dirigentes de ensino, que teriam como função a avaliação da proposta e a proposição de ajustes, no prazo de uma semana<sup>59</sup>. A medida não foi levada anteriormente às escolas e nem debatida com a comunidade. A argumentação do secretário era baseada em uma pesquisa da própria Secretaria de Educação, na qual se concluiu que a separação por ciclos geraria uma melhora na aprendizagem. Os dados dessa pesquisa foram questionados após virem a público e especialistas problematizaram a validade do documento, bem como a seriedade da pesquisa (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

A comunidade escolar, composta pelas estudantes e pelos estudantes, docentes, pessoal de apoio e responsáveis de alunas e alunos, *ficou sabendo* dessa medida através de jornais, televisão, boatos e teve, ainda, pessoas que somente se informaram destas medidas a partir das ocupações. A medida foi chamada pela Secretaria de Educação de “Reorganização Escolar” e afetaria cerca de um milhão de estudantes, além de provocar a mudança de diversos profissionais que atuavam nas unidades. A falta de diálogo por parte do governo gerou um forte estresse entre as jovens e os jovens, que não sabiam ao certo o que iria acontecer, dada a forma como o governo trabalhava essa medida com a comunidade escolar.

Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) resgatam, no dia posterior ao anúncio do secretário, uma movimentação na rede social *Facebook* promovida por estudantes da Escola Estadual (EE) Carlos Gomes, localizada na Zona Leste de São Paulo, na qual, os organizadores criaram um evento e começaram a discutir o assunto para propor ações. O questionamento em relação à medida do governo estava dado e a partir disso, as estudantes e os estudantes começam a realizar uma série de atos no Estado de São Paulo. Segundo Antonia Campos, doutoranda em Ciência Política:

---

<sup>58</sup> Título em alusão às primeiras ocupações feitas em São Paulo. Extraído do livro CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016, p. 81.

<sup>59</sup> Matéria disponível no sítio: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685232-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml>, último acesso em 01 de fevereiro de 2020.

No final de setembro começa uma explosão de atos no estado: em um período de seis semanas os estudantes foram às ruas em quase duzentas ocasiões na capital e em diferentes cidades do interior do estado para protestar, eventualmente com a participação de pais e/ou professores. Estas manifestações incluíram realização de abaixo-assinados, atos em frente às unidades escolares, trancamento de ruas, debates em praças e terminais de transporte público e passeatas percorrendo vários quilômetros na cidade e tendo como destino diferentes prédios do poder público. Além disso, perseguiram o governador em aparições públicas (2019, p.81).

Já, neste momento, a ação das jovens e dos jovens buscava romper com as chamadas organizações estudantis, tais como a UNE (União Nacional dos Estudantes), a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e a UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo). Essa ruptura será um ponto importante para entender o próprio processo das ocupações como espaços autônomos, nos quais o protagonismo e a liderança serão efetivamente construídos entre as e os estudantes. Apesar das manifestações feitas por esta juventude, o governo não mudou sua postura, mantendo, assim, a reorganização. Após o período inicial de seis semanas, os atos começaram a se esvaziar e a perder o seu principal público: a base estudantil. A presença era maior de entidades organizadas. Era preciso mudar a estratégia, e o processo de ocupar seria a nova forma de luta para enfrentar o governo e, assim, tentar provocar algum diálogo.

O manual *Como ocupar um colégio?* traduzido pelo coletivo O Mal Educado, foi compartilhado pelas redes sociais e distribuído em manifestações, disseminando outra possibilidade de luta, a qual, até então, as estudantes e os estudantes não tinham acesso. O que para muitos parecia uma loucura, para essas jovens e esses jovens era uma última tentativa frente à intransigência do governo. Segundo uma entrevistada:

[...] nós fizemos muitas coisas antes da ocupação, só que não houve retorno e, aí, surgiu a ideia da ocupação [...] Loucura é, mas, infelizmente, não tem outra forma de chamar atenção, a gente, tipo, é a última carta na manga que a gente tem de chamar atenção de alguma forma do governo (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, 2016, p.54).

No dia 09 de novembro de 2015, a primeira escola é ocupada. Foi a E. E. Diadema e, no dia 10 de novembro, a E. E. Fernão Dias seria também ocupada. As ocupações destas unidades não foram previamente combinadas, mas ambas tiveram acesso ao manual *Como ocupar um colégio?* e devido ao desgaste das manifestações de setembro e outubro, as jovens e os jovens encontravam-se sem muitas opções para a ação e a ocupação acabou sendo vista como uma estratégia extremista, mas necessária. A terceira escola será ocupada no dia 12 de

novembro e, até o fim do mesmo mês, serão duzentas escolas ocupadas em todo o Estado de São Paulo.

Durante todo o processo de ocupação a juventude ocupante lidou com uma variedade de desafios. No início das ocupações, a violência policial era uma constante, apoiada, muitas vezes, pelas diretoras e diretores das unidades escolares e pelas dirigentes de ensino. Segundo Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.101):

A justiça começou a estabelecer um limite para a via militarizada pela qual o governo Alckmin planejava lidar com as ocupações, abrindo espaço para que o movimento dos estudantes se expandisse, mas a violência policial na abordagem às ocupações continuará nas semanas seguintes, embora de modo mais silencioso, com intimidações, assédio moral, ameaças, pressão psicológica para desestabilizar os ocupantes, sabotagem e eventualmente invasões da escola e uso de violência física.

Além da relação conflituosa com a polícia, havia uma tensão entre as direções das unidades e juventude ocupante que, em alguns casos, foram proibidos de usar a cozinha e os banheiros da unidade. Houve, também, o relato de uma ocupação em que as e os estudantes dormiram uma noite na chuva. Entretanto, apesar dos desafios, as jovens e os jovens mantiveram-se firmes em seu projeto de fazer a ocupação ser uma forma de pressionar o governo a ceder na proposta de reorganização escolar.

Cada ocupação representa um universo particular. Entretanto, as pesquisas que buscaram mapear a organização desses universos identificaram coisas em comum entre as ocupações. Essas similaridades são interessantes para pensar a forma como esta juventude se organizou e como esta ação rompe com a experiência de organização política estudantil que se tinha registro no Brasil até então.

As ocupações estudantis optaram por ser espaços nos quais as decisões eram feitas de forma horizontal em assembleias. Repudiando, assim, a figura de uma liderança que fala em nome do grupo e pelo grupo, para que todas e todos falem. Podemos identificar tal comportamento como uma ruptura com um modo tradicional de fazer política, ou seja, nas ocupações estudantis as jovens e os jovens construíram uma nova forma de fazer política, rompendo com velhos modelos trazidos pelas organizações estudantis e por partidos políticos. A seriedade e organização eram vistos como importantes para o movimento a fim de evitar a imagem de vândalos e invasores, já que a mídia hegemônica insistentemente dava aos ocupantes esta imagem. Houve, também, rompimento com estereótipos de gênero, pois na ocupação todas e todos eram incentivados a fazer todas as atividades, se dividindo por

comissões para organizá-las. Além disto, era possível naquela organização ver e conhecer suas e seus colegas, gerando, assim, afeto entre elas e eles, coisa que o cotidiano e organização escolar não permitem que seja feita com frequência. Além do já citado, ao ocupar a escola as estudantes e os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer a sua escola de verdade, bem como todos os espaços que a compõe, encontrando livros entulhados e outros materiais que as direções das unidades mantinham longe da comunidade escolar. São notáveis os relatos de participantes que, durante as ocupações, promoveram melhorias nas unidades, desde a limpeza a pequenos reparos (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; MEDEIROS, 2019).

No dia 30 de novembro de 2015, já havia duzentas escolas ocupadas e nenhuma perspectiva de negociação com o governo. Mesmo com este cenário foi publicado um decreto no qual Geraldo Alckmin (PSDB) – governador do Estado de São Paulo – define a transferência do quadro de pessoal para as escolas estaduais que deixassem de atender um ou mais segmentos<sup>60</sup>. Diante dessa medida, somada a vazamentos de áudios de reuniões do governo, que afirmavam a não abertura de qualquer negociação com as ocupações, as estudantes e os estudantes partem para uma nova tática: o trancamento de ruas. Segundo Antonia Campos (2019, p.93):

Eles aconteciam de maneira imprevisível, com pequenos grupos carregando cadeiras escolares e impedindo o tráfego dos carros simultaneamente em diversos pontos da cidade, o que gerou muito conflito com a polícia – que atirava bombas de gás e perseguia os grupos conforme esses mudavam de local.

Esses confrontos ganharam destaque na mídia tradicional e na alternativa. As ocupações também usavam as redes sociais para divulgar suas ações e os motivos que levaram à ocupação. Além disso, os trancamentos de ruas eram espaços destinados a serem verdadeiras aulas públicas, com distribuição de panfletos, e nas quais, mais uma vez, a juventude ocupante conversava com a população sobre o porquê das ocupações. Com toda esta mobilização, o movimento foi ganhando cada vez mais apoio e culminou até em um festival de música, que contou com a participação de vários artistas. Diante desse quadro, o governador, no dia 04 de dezembro de 2015, anuncia a suspensão do projeto de reorganização, a ser implantado no próximo ano. Após esse anúncio, as ocupações seriam gradualmente desfeitas (CAMPOS, 2019).

---

<sup>60</sup>Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61672-30.11.2015.html>, último acesso em 03 de fevereiro de 2020.

As ocupações secundaristas de São Paulo foram um espaço educativo singular. As lições ali aprendidas reverberaram por todo o Brasil e serviram como um espelho para tantas outras ocupações que aconteceriam ainda em 2015 e por todo o ano de 2016. As estudantes e os estudantes de São Paulo souberam ter fôlego em sua ação e demonstraram para todas as e todos os outros estudantes que era possível fazer uma nova política, refletida em sua democracia radical. No próximo tópico descrevo as ocupações que aconteceram em outros estados e as similaridades com o movimento de São Paulo.

## 5.2 #OcupaTudo<sup>61</sup>

As ocupações secundaristas de São Paulo não foram o primeiro ato deste porte realizado por estudantes no Brasil, mas surpreenderam pela efervescência e pelo volume em que aconteceram, sem que houvesse qualquer ligação prévia entre as escolas. Servindo de exemplo para que outras e outros estudantes pudessem também usar essa estratégia como uma forma de alcançar êxitos em suas lutas.

Após o levante de São Paulo, o segundo estado a ter ocupações foi Goiás. Em dezembro de 2015, estudantes desse estado ocuparam as escolas estaduais. Com vinte e oito escolas ocupadas, as e os estudantes buscavam a revogação do decreto que transferia a gestão das unidades escolares para Organizações Sociais (OS's). Além de questionarem o crescente número de escolas que tinham sido repassadas para a Secretaria de Segurança Pública, tendo sua administração destinada à Polícia Militar (TAVARES; VELOSO, 2019).

Esse modelo de gestão foi amplamente questionado pelas e pelos estudantes, assim como por docentes, segundo matéria da Agência Brasil (TOKARNIA, 2016). Ao transferir a gestão das unidades para as OS's os repasses públicos seriam destinados a tais organizações. Essas, por sua vez, teriam que garantir a manutenção dos prédios, cumprir com as metas definidas para as avaliações globais, podendo, inclusive, contratar docentes. Segundo Guilherme, estudante, 16 anos, ouvido pela reportagem:

Não houve diálogo algum. Estamos lutando por melhorias na educação. Estamos cansados de receber migalhas enquanto o dinheiro fica no bolso dos

---

<sup>61</sup>O símbolo hashtags é utilizado nas redes sociais como mecanismo de busca, através da indexação de assuntos. A hashtag #OcupaTudo foi amplamente utilizada pelas ocupações estudantis como maneira de disseminar a prática de ocupação como uma forma de ativismo político estudantil, sendo usada nas redes sociais, mas também durante as manifestações de rua, através de cartazes com a hashtag escrita. Além disto, era comum o uso de #Ocupa + o nome da escola, como forma de sinalizar que aquela escola havia sido ocupada pelas e pelos jovens estudantes.

grandes [...]. Em São Paulo, as ocupações deram certo, o que temos a perder? Eles acreditaram. Vamos fazer isso, porque acreditamos que vai dar certo (TOKARNIA, 2016).

Na pauta das estudantes e dos estudantes, mais uma vez, se encontra um apelo pela melhoria da educação pública e uma vontade de que esta educação seja construída a partir de modelos democráticos de gestão. Tal como São Paulo, as ocupações de Goiás sofreram com a ausência de diálogo com os governantes, a criminalização das ocupações e a forte repressão, ocorrendo desocupações por parte da Polícia Militar que foram caracterizadas pelo uso da força e intimidação das estudantes e dos estudantes. As ocupações duraram cerca de dois meses e as desocupações começaram a ocorrer em fevereiro de 2016. Após intervenção do Ministério Público de Goiás, o Ministério Público Federal e o Ministério Público de Contas do Estado o governo adiou o projeto de implantação da gestão das unidades escolares a partir de OS's (ELOY, 2019).

O segundo levante de ocupações pós São Paulo veio do Estado do Rio de Janeiro que, em 2016, vivia uma maior crise econômica, política e, conseqüentemente, social, na qual uma das primeiras soluções para “sair” dessa situação foi cortar gastos nos setores sociais. Tais cortes recaíram sobre o funcionalismo público e sobre os serviços oferecidos à população, fazendo com que os servidores ficassem com salários atrasados e com que houvesse ausência de insumos básicos para atendimento à sociedade, seja nas escolas, ou em outros serviços. Segundo Bruna Barreto, socióloga:

Esse período, entretanto, não criou problemas nas escolas, ele intensificou uma situação que já era grave. Falta de professores, de merenda, de livros didáticos e até mesmo de papel era comum. Assim como, a insuficiência de equipamentos e espaços para trabalhos multimídia, esportivos e culturais impactavam negativamente a qualidade da educação. (BARRETO, 2019, p.126/127).

Diante deste quadro e pela falta de resposta do poder público, após diversas mobilizações, as secundaristas e os secundaristas desse estado ocuparam suas escolas. A primeira ocupação aconteceu no dia 21 de março de 2016 e foram cerca de 80 escolas ocupadas em 30 dias. Assim como nos outros estados, o processo de ocupação das escolas estaduais não se deu sem repressão tanto por parte da SEEDUC (Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro), quanto de diretoras e diretores escolares e responsáveis e estudantes contrários às ocupações. No Rio de Janeiro, as estudantes e os estudantes ainda



sofreram repressão de traficantes e milicianos nos bairros mais periféricos (BARRETO, 2019).

Somaram-se às ocupações outras estratégias para visibilizar o movimento e suas pautas: atos, passeatas e trancamento de ruas. Em maio, as ocupações seguiam firmes e as tentativas de desmobilizar o movimento, feitas pela SEEDUC, não obtiveram resultados. Para forçar uma negociação, as estudantes e os estudantes ocupam a SEEDUC, em 05 de maio, e deixam o prédio no mesmo dia, após a cessão de uma carta compromisso. As negociações efetivamente começam em 10 de maio e várias pautas das estudantes e dos estudantes foram negociadas ao longo deste mês, tais como: depósito do crédito do RioCard – cartão que permite o trânsito de estudantes da rede pública de ensino nos meios de transporte de forma gratuita, regulação dos grêmios estudantis, regularização da merenda, distribuição de livros acumulados nas escolas e a eleição para a direção da unidade escolar, que antes era feita através de indicação (BARRETO, 2019). A primeira desocupação de escola foi em meados de maio. Entretanto, o movimento continuou até início de junho e, segundo Barreto (2019), o declínio do movimento foi gradativo.

O terceiro movimento de ocupações veio do Estado do Ceará, de forma similar ao Rio de Janeiro. O Ceará também sofria com as austeridades econômicas feitas pelo governo. No final de 2015, o governador, Camilo Santana (PT), anuncia o corte de 20% do orçamento da pasta de educação para o próximo ano. Somando a isso, a extinção de uma função docente, a limitação de possibilidade de docentes se afastarem para formação continuada e a demissão de quatro mil docentes temporários. Essas medidas só agravaram o cenário da educação pública estadual, que ficou amplamente conhecido através da divulgação de fotos e reportagens durante o processo das ocupações: prédios com problemas elétricos, banheiros em péssimas condições, merenda precária, infiltração de água nas paredes, infestação de pombos, dentre outros (HOLANDA, 2019).

Após uma série de tentativas de romper com estas medidas através de atos e manifestações, as docentes e os docentes da rede estadual anunciam a greve geral para início em 25 de abril de 2016. Logo após, é a vez das estudantes e dos estudantes que realizam a primeira ocupação em 28 de abril de 2016, e neste mesmo dia, outras duas acontecem. Segundo Francisco Holanda (2019), professor da Universidade Federal do Ceará, as principais reivindicações das jovens e dos jovens foram: reforma das escolas; implantação do passe livre; diversificação do cardápio da merenda escolar e aumento da quantidade de alimentação fornecida nas escolas, o valor de cálculo era R\$0,31 por aluno e aluna; aumento de verbas para projetos pedagógicos e culturais; implantação na grade curricular de estudos sobre

gênero e diversidade; e apoio às reivindicações das professoras e dos professores. Ao todo foram ocupadas 68 escolas estaduais nesse estado. Uma primeira rodada de negociação das demandas das jovens e dos jovens foi feita em maio, mas não se chegou a um acordo.

Em julho, algumas escolas ocupadas passaram a ser alvo da polícia em tentativas de desocupar as unidades e a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação do Ceará) começa a protocolar notícias-crime, justificadas com o argumento de que havia dano ao patrimônio público feito por estudantes. Essas notícias-crime vinham com relatórios feitos pela equipe gestora das unidades. Ao fim do processo de ocupação, já havia 25 notícias-crime. Um total de 320 jovens e responsáveis foram chamados pela Delegacia da Criança e do Adolescente para prestar esclarecimentos. Somente vinte dias após a convocação desses jovens, que é concedido um *habeas corpus* preventivo coletivo, com isso, foram suspensos os procedimentos que haviam sido instaurados (HOLANDA, 2019).

O processo de ocupação das unidades é finalizado em 05 de agosto de 2016. Entretanto, somente em 30 de agosto de 2016, é assinado um Termo de Ajustamento de Conduta que obriga a SEDUC a cumprir uma série de medidas, que compunham uma parte das reivindicações das ocupações: reforço da merenda escolar em quantidade e qualidade; plano de conservação e manutenção dos prédios; verba para cada unidade, para gastos com suas especificidades; implantação da gestão democrática nas unidades; aquisição de computadores. Segundo Holanda (2019, p.158): “Até o meio do ano de 2017, pouca coisa mudou nas estruturas das escolas e na sua forma de gestão”. Entretanto, o autor avalia que o movimento de ocupação do Ceará talvez tenha sido o único no qual a juventude ocupante tenha conseguido um compromisso firmado.

O quarto movimento de ocupações veio do Estado do Mato Grosso. Ao todo foram ocupadas 26 unidades de escolas estaduais. Com início em 22 de maio, as estudantes e os estudantes reivindicavam a suspensão do edital publicado pelo governo para instauração da Parceria Público-Privada (PPP's) nas unidades escolares, melhoras na infraestrutura das unidades, aumento da verba repassada para merenda e instalação de uma CPI para investigar desvio de verbas da Secretaria de Educação (ELOY, 2019).

Após várias reuniões de negociação e a retirada do edital de implantação das PPP's, as escolas são desocupadas em agosto de 2016. Ao me debruçar sobre o caso das ocupações estudantis no Mato Grosso, não encontrei artigos acadêmicos sobre a temática e observei que, ao contrário dos estados listados até agora, o Mato Grosso foi o único estado onde o processo de ocupação teve um aparelhamento grande. Nesse estado as ocupações foram dominadas pela entidade estudantil UBES e, em grande parte das reportagens que pesquisei, somente o

representante local dessa entidade dava as entrevistas<sup>62</sup>. Podemos concluir, a partir disso, que o processo vivenciado por essa juventude estudantil destoa do vivenciado nos demais estados.

O quinto movimento de ocupações foi realizado no Rio Grande do Sul, também em maio de 2016, exatamente no dia 11 de maio. As reivindicações estudantis iam ao encontro às expressas em outros estados: denúncia da precariedade da estrutura das unidades escolares, falta de materiais básicos, má qualidade da merenda e a falta de professoras e professores. Somando-se a esse quadro, havia um posicionamento das estudantes e dos estudantes contra dois projetos de lei que tramitavam no estado: o Projeto de Lei 44/2016, que permitia a transferência da administração das unidades para OS's e o 190/2015, que implantava o programa “Escola sem Partido”. Este programa visava inibir o debate político nas unidades e a possibilidade de acesso das estudantes e dos estudantes a debates sobre gênero, etnia e diversidades (COELHO, 2019).

Assim como, em outros momentos, a decisão de ocupar escolas não foi a primeira ação organizada pelas jovens e pelos jovens, mas era vista como uma ação mais extremista e usada a fim de que os governantes aceitassem negociar com a juventude ocupante. Ao todo 150 escolas foram ocupadas no Rio Grande do Sul, sinalizando um movimento de fôlego, no qual as jovens e os jovens insistem em lutar pela educação que seja pública, gratuita e de qualidade, que tenha um livre espaço para o debate, que seja crítica e a ela não se imponham mordanças. A primeira rodada de negociação das demandas estudantis aconteceu ainda em maio, mas foi marcada pelo esvaziamento estudantil, pois para as estudantes e os estudantes ainda não era o momento de negociar. E havia uma tensão entre as ocupações, uma vez que algumas estavam ligadas a entidades estudantis e outras estavam organizadas de forma autônoma e, muitas vezes, havia divergência em como a negociação deveria ser feita com a Secretaria de Educação desse Estado (COELHO, 2019).

Em junho, após entidades estudantis ocuparem o prédio da Assembleia Legislativa, o governo se compromete a passar a votação da PL 44/2016 para o ano seguinte e apresenta um cronograma de obras e melhoria na merenda. No dia seguinte à desocupação da Assembleia, estudantes das ocupações autônomas tomam a Secretaria Estadual de Fazenda. O governo reagiu com forte truculência para promover a desocupação. Segundo Coelho (2019, p.191): “policiais militares entraram no prédio, renderam os jovens e fizeram uso indiscriminado do

---

<sup>62</sup>Matérias consultadas: <http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/87270-mato-grosso-tem-22-escolas-ocupadas.html>; [http://sintep2.org.br/sintep/exibir.php?exibir=1&id\\_1=4379](http://sintep2.org.br/sintep/exibir.php?exibir=1&id_1=4379), <https://www.atribunamt.com.br/2016/07/07/ocupacao-da-escola-ramiro-por-estudantes-completa-um-mes/> e <https://www.sonoticias.com.br/educacao/sinop-promotor-diz-que-ocupacao-de-escola-violou-direito-a-educacao/>, último acesso em 04 de março de 2020.

spray de pimenta, atingindo olhos e boca de estudantes que se encontravam sentados no chão”. Vários jovens foram presos e encaminhados para a delegacia. Após esses eventos, o governo estava com uma imagem desgastada e acelerou o processo de negociação, as escolas começaram a ser desocupadas no dia 23 de junho de 2016.

As ocupações estudantis secundaristas que ocorreram entre final de 2015 e primeiro semestre de 2016 possuem algumas similaridades, pois são eventos que aconteceram no âmbito das Secretarias Estaduais de Educação e possuem entre as reivindicações a melhoria da estrutura das unidades escolares sobre a gerência dessas secretarias. Denunciando uma série de descasos com a educação, tanto na estrutura, quanto na falta de insumos, de pessoal, e a, partir do processo de ocupação, podemos observar que era uma realidade compartilhada pelas redes estaduais públicas brasileiras. Demonstrem, também, que as estudantes e os estudantes disputam o significado da qualidade da educação, acreditam em uma educação que seja emancipadora, que tenha compromisso com valores humanos e que os veja a partir disso. Questionam, dessa forma, o projeto neoliberal na educação pública estadual, que entende as escolas estaduais como uma maneira de formar mão de obra barata para o mercado de trabalho, para Barreto (2019, p.127):

Esses problemas estruturais fazem par com um modelo pedagógico que é alvo histórico de críticas. Estruturadas com foco na formação para o mercado de trabalho, as escolas têm promovido uma concepção meritocrática da educação, associando o êxito ao esforço individual, seja na própria trajetória escolar ou nas conquistas posteriores a ela, como o acesso ao ensino superior ou uma boa colocação profissional. Sob essa lógica, a escola oferece uma promessa falsa de ascensão social através do estudo, já que, na prática, nas escolas públicas estaduais, que recebem as classes sociais mais pobres os estudantes têm sido destinados, após a trajetória escolar, aos empregos que exigem menos qualificação, apesar de seus anseios de seguir os estudos em nível superior.

A autora faz sua análise a partir do olhar para o Rio de Janeiro. Entretanto, suas considerações podem ser utilizadas para pensar a realidade da educação estadual em outras unidades da federação. Os projetos de retiradas de parte do orçamento da educação, como o caso do RJ e do CE, só tornam uma realidade precária ainda pior. As tentativas de passar a gestão pública para OS's ou PPP's, nos casos de GO, MT e RS, só transferem os problemas de mãos, podendo ainda agravar realidades, pois muitos dos serviços que foram transferidos para esse tipo de organização não obtiveram melhorias em seus funcionamentos. O fechamento de escolas, a diminuição de turmas noturnas e a transferência compulsória de

estudantes, como o caso de SP, não demonstram vontade ou interesse dos gestores em construir uma educação de qualidade que forme seu público com base nos dispositivos legais.

No alicerce de todas as ocupações que aconteceram no Brasil, nesse intervalo, está uma questão básica para essas e esses estudantes: serem ouvidas e ouvidos, viverem de fato e de direito em uma democracia. Além disso, quando viram seus direitos desrespeitados fizeram o que era o mínimo: lutaram por eles. Com isso, construíram estratégias de lutas gradativas, primeiro os atos e manifestações, segundo as ocupações, terceiro os trancamentos de ruas, quarto as ocupações de prédios públicos. Demonstram o quanto estavam articulados e conscientes do papel político que estavam desempenhando enquanto estudantes. No próximo tópico, passo para o segundo processo de ocupações que vivenciamos em 2016. Diferentes do perfil acima, as ocupações do segundo semestre possuíam demandas nacionais.

### 5.3 O segundo levante de ocupações

As ocupações estudantis de 2015 e primeiro semestre de 2016 ocorreram em um cenário político brasileiro de grande tensão, quando forças conservadoras orquestravam um movimento golpista, mas com aparência de impeachment, para retirar do poder a presidenta Dilma Rousseff (PT). A presidenta faz seu último pronunciamento em 31 de agosto de 2016 e, ao analisar os fatos que culminaram com sua retirada, podemos entender que se trata de um golpe. Faço uma análise deste processo no último capítulo, entretanto como este fato também impacta o processo das ocupações estudantis, principalmente no segundo semestre, continuo a fazê-lo, trazendo para a cena novas leituras que tendem a corroborar o já exposto. Assim, continuo refletindo com Marcelo Braz, professor de Serviço Social da UFRJ, ao analisar o processo de Dilma Rousseff como golpe:

*Não achamos que isso se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida (BRAZ, 2017, p.88, grifos do autor).*

Com a retirada da presidenta, quem assume em seu lugar é o vice-presidente Michael Temer (MDB), que possuía uma proposta de governo aliada com os interesses de classes econômicas dominantes, cujo objetivo era diminuir os direitos da classe trabalhadora e cortar

gastos com as demandas sociais (BRAZ, 2017). Fato também sinalizado pela Presidenta Dilma em seu último discurso, conforme abordado no último capítulo. Com essa visão de governabilidade, Temer e seus ministros realizam duas propostas: a medida provisória 746/2016, idealizadora da reforma no ensino médio, que dentre outras coisas, prevê somente a obrigatoriedade ao ensino de português e matemática nos três anos que compõe essa fase da educação básica e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que viria a tramitar como PEC 55, apelidada de “PEC do fim do mundo”, pois prevê o congelamento dos gastos públicos por um período de vinte anos e afeta, em especial, áreas já sensíveis na realidade brasileira, como saúde e educação.

Essas medidas, entendidas como de austeridade em um cenário de grande desigualdade social, como o brasileiro, provocou a revolta de uma parcela significativa da população brasileira. Após diversos atos e manifestações e nenhuma conversa por parte do governo, a ideia de ocupar as escolas veio das estudantes e dos estudantes, que vieram na MP 746 e a PEC 55 a criação de um cenário ainda mais caótico na educação pública brasileira. Sendo assim, a partir de outubro de 2016, temos o início de um novo ciclo de ocupações estudantis. Nessa fase, não somente secundaristas ocupariam, mas também estudantes universitários. Temos, então, uma atuação grande de colégios federais e universidades, diferente do movimento anterior no qual o protagonismo foi de estudantes de escolas estaduais. Ocorrem ocupações em diversos estados como RJ, ES, MG, PR e em SP houve a tentativa de 28 ocupações, mas elas não duraram nem 24 horas. Havia um desgaste no estado frente a esse tipo de tática (CAMPOS, 2019).

O Paraná foi o estado em que mais houve ocupações, totalizando 836, além da revolta estudantil contra as medidas do governo golpista, em nível federal, já existia entre as jovens e os jovens, segundo Firmino e Ribeiro (2019), um sentimento de indignação quanto à forma como o governador Beto Richa (PSDB) tratava a educação, já que no ano anterior ocorreu um episódio no qual os profissionais da educação foram atacados pela polícia, tendo mais de 200 pessoas ficado feridas, esse episódio ficou conhecido como o “Massacre do Centro Cívico<sup>63</sup>”.

Em Minas Gerais, as ocupações iniciaram em 06 de outubro de 2016 e, segundo a Secretaria de Educação desse estado, houve 157 escolas estaduais ocupadas. Além da pauta de protesto contra a MP 746 e a PEC 241/55, as estudantes e os estudantes mineiros se opunham ao programa “Escola Sem Partido” e pretendiam fortalecer o movimento de ocupações que estava acontecendo em nível nacional. O maior número de ocupações ocorreu no município

---

<sup>63</sup>Para maiores informações: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/29/paralisacao-lembra-quatro-anos-do-massacre-do-centro-civico/>, último acesso em 06 de fevereiro de 2020.

de Uberlândia, com 25 ocupações. Foi também nesse município onde ocorreu maior repressão ao movimento e onde foi expedida uma liminar para que o estado desocupasse as escolas, sob ameaça de aplicação de multas, caso não cumprisse o expedido. A desocupação das unidades se deu pelas pressões externas sofridas pelos ocupantes, pela perda da força do movimento e pela aprovação da “PEC do fim do mundo” (GONÇALVES; RENA, 2019).

O Espírito Santo teve um total de 62 escolas ocupadas, além das ocupações secundaristas houve, também, a ocupação de centros universitários, tanto na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), quanto no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Além das já citadas pautas que levam às ocupações neste segundo semestre, no ES somaram-se às questões locais, vivenciadas por cada escola e o fato de que nesse estado a reação das autoridades frente às ocupações foi de inibir o direito de protestar das estudantes e dos estudantes. Segundo Cristina Losekann, professora de Ciência política da UFES:

Foram várias ações judiciais com objetivos diversos, de forma que mesmo com grande esforço de pesquisa não é possível ter uma definição certa da quantidade de ações e de seus andamentos particulares [...] Esses processos repercutiram, mas são, em geral, aqueles que foram ingressados contra os estudantes em Varas da Fazenda Estadual, o que evidencia uma forma específica de reação do estado marcada pela defesa do patrimônio e não orientada pela defesa dos direitos da criança e dos adolescentes, como poderia ter sido orientada a ação (LOSEKANN, 2019, p.256).

Com isso, muitas desocupações nesse estado foram feitas a partir de liminares judiciais, ferindo, dessa forma, o direito ao protesto das jovens e dos jovens. E querendo garantir a preservação de um patrimônio, fato que também está no horizonte da juventude ocupante, uma vez que é justamente contra a precarização da educação que as ocupações aconteceram. As ações nesse estado evidenciam uma grande falta de diálogo por parte dos organismos estatais para com as jovens, e os jovens, que foi uma característica comum ao processo de ocupação de maneira geral.

Houve ocupações em diversos estados do Brasil. Somam-se às dos estados já anunciados as que aconteceram em Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins<sup>64</sup>. Foram mais de mil escolas ocupadas em toda a nação, com mobilizações em uma articulação de pautas locais, expressas na reivindicação de melhorias estruturais e pedagógicas, além de pautas nacionais contra a PEC 55 e contrárias à reforma do Ensino Médio. Apesar de todo o

---

<sup>64</sup>De acordo com o sítio: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/pelo-menos-21-estados-tem-escolas-e-institutos-ocupados-por-estudantes.ghtml>, último acesso em 12 de fevereiro de 2020.



movimento nacional as ocupações estudantis não conseguiram reverter a aprovação tanto da Reforma do Ensino Médio, quanto da “PEC do Fim do Mundo”. As desocupações foram ocorrendo após a expedição de mandados de reintegração de posse ou pelo desgaste do dia a dia. Apesar de não terem atingido suas demandas, as estudantes e os estudantes que ocuparam suas escolas, mais uma vez demonstraram que a juventude não está à margem ou desinteressada das questões que afetam a sociedade, como observamos ao longo deste capítulo.

Demonstram, talvez, que o desinteresse é na forma tradicional como muitas organizações constroem o seu fazer político e, dessa forma, pegaram para si o desafio de construir uma nova forma de fazer política, pautada nos valores formados durante as ocupações estudantis, tais como a horizontalidade nas decisões. E apesar de não lograrem êxito em suas demandas, sinalizam que houve ganhos ao promoverem as ocupações, como relata um jovem do Ceará: “Se eu não tivesse ocupado a escola, hoje eu estaria apoiando o Bolsonaro” (HOLANDA, 2019, p.168). Esse tipo de comentário advém da visão das ocupações como espaços políticos formativos, nos quais as jovens e os jovens reconhecem que houve uma ruptura radical com a escola anterior à ocupação, caracterizada por uma educação na qual as negociações e a discussão em grupos não ocorriam. Foi através do debate nas assembleias e em oficinas que a juventude ocupante pôde expandir seus conhecimentos sobre temáticas sensíveis à sua formação cidadã, como direitos humanos, por exemplo. Segundo Antonia Campos, doutora em Ciência Política: “os exercícios de reflexão e argumentação exigidos pelas assembleias foram uma grande ruptura quanto à obediência exigida anteriormente e a construção do comum rompeu com o individualismo, causando surpresa nos estudantes com relação à sua própria capacidade” (CAMPOS, 2019, p.96).

Campos (2019) nos ajuda a entender que, por mobilizar e sensibilizar as jovens e os jovens de uma forma coletiva, a ocupação já não era somente uma tática de luta, mas sim uma experiência política de escola e de sociedade imaginada e desejável. Fato também reconhecido por Coelho (2019), que afirma que as ocupações tiveram grandes êxitos no plano subjetivo, quando reconhece que, após um ano do fim das ocupações prevalece um sentimento de empoderamento entre as e os estudantes, constituindo, desta forma, um evento significativo em suas vidas. No próximo tópico, busco analisar a presença das jovens mulheres nas ocupações estudantis.

#### 5.4 Do protagonismo à liderança – as jovens mulheres nas ocupações

É objetivo, também, desta tese discutir a forma como as jovens mulheres atuaram nas ocupações estudantis que ocorreram no Brasil nos anos de 2015 e 2016. Uma vez que sinalizo esse evento como um momento de consolidação das jovens mulheres como sujeitas ativas no cenário brasileiro. Nosso foco será, principalmente, na atuação das ocupações secundaristas, aquelas que ocorreram no âmbito do ensino médio.

Ao realizar levantamento bibliográfico sobre as jovens mulheres na produção acadêmica, a partir do banco de dados da CAPES, constatei que elas eram sujeitas das pesquisas enquanto estudantes a partir de marcos temporais pouco recentes, com a tentativa de recuperação dessa atuação entre as décadas de 1950 até 1980, totalizando sete pesquisas de cunho histórico. Essas produções dissertam sobre a vivência das jovens mulheres, enquanto estudantes, e utilizam, em sua maioria, a análise documental e entrevistas para reconstrução do cenário no qual atuavam. Abaixo exponho quadro com nome e título destas produções:

Quadro 3 - Produções sobre Jovens Mulheres – Marco temporal 1950 - 1990

<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>	<b>AUTORIA</b>
Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar	2006	Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento
"Ver-julgar-agir": Análise de práticas da juventude estudantil católica feminina (Entre décadas de 1950 e 1960)	2007	Susana Roman Blanco Pérez
A participação feminina no movimento estudantil secundarista como espaço de luta política (Anos de 1980)	2007	Adriana Cristina da Silva Patrício
Jovens estudantes do IEG: memórias do movimento estudantil (1964 a 1968)	2013	Fabíola Peres da Cruz
A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente	2014	Bruna da Silva Osório
Memórias de mulheres do movimento estudantil: participação, gênero e educação	2016	Mayris de Paula Silva

Memória, gênero e política: a militância das estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a ditadura militar (1969-1972)	2017	Gabriela Rodrigues de Lima
---	------	----------------------------

Fonte: Dados oriundos do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Período analisado 1995 à 2017. Busca realizada nos meses de abril e maio de 2018. Elaborada pela autora (2020).

E quando as jovens mulheres são sujeitos de pesquisa de forma mais recente, com duas produções, é o perfil de estudante universitária que se sobressai, com estudos de caso nos anos de 2009 e 2015, que se utilizam do acompanhamento de grupos e de entrevistas para dialogar com elas e as temáticas abordadas pelas produções:

Quadro 4 - Produções sobre Jovens Mulheres – Marco temporal 2000

TÍTULO	ANO	AUTORIA
Mulheres no movimento estudantil: Representações, discursos e identidades	2011	Maria Fernanda Teixeira dos Santos
Novos feminismos: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na Universidade Federal do Paraná	2017	Carolina Langnor e Sousa Lisboa

Fonte: Dados oriundos do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Período analisado 1995 a 2017. Busca realizada nos meses de abril e maio de 2018. Elaborada pela autora (2020).

Como apontado no capítulo um desta tese, essas produções sinalizam uma ruptura no estereótipo de que as mulheres não são presentes no cenário político e público brasileiro e nos fazem concordar com Sposito (2009a) que, apesar de ser um tema de relevância política e social, essa baixa produção não traduz o tema das jovens mulheres como um tema com legitimidade acadêmica. Entretanto, nos permite afirmar que as mulheres estiveram presentes em diversos tipos de organizações estudantis, atuando de variadas formas, o que contrasta com a visão usual do movimento estudantil no qual, muitas vezes, os homens que são apontados como atuantes. Inclusive, porque, como podemos observar nas produções listadas acima, quem faz pesquisa sobre mulheres são as próprias mulheres, confirmando, também, que ainda persiste o sexismo dentro da academia e no próprio movimento estudantil, fato sinalizado por Fabíola Cruz, mestra em Educação, em sua produção sobre as jovens estudantes do Instituto de Educação de Goiás no período de 1964 até 1968. Cruz afirma que “o legado feminino no movimento estudantil é pouco discutido e lembrado” (CRUZ, 2013, p.16).

Ao observarmos as ocupações estudantis de 2015 e 2016 vemos as jovens mulheres secundaristas, ou seja, estudantes de ensino médio, sendo protagonistas de uma forma nunca antes documentada, tanto em atos quanto nas ocupações, são elas que se destacam em papéis historicamente protagonizados por jovens homens. Afirmo isso, pois podemos ver nas produções do banco de dados da CAPES e na escrita de Cruz (2013) que o legado feminino no movimento estudantil é, constantemente, secundarizado, fazendo com que a participação feminina seja, muitas vezes, invisibilizada nas narrativas, fato que não foi vivenciado desta forma nas movimentações de 2015 e 2016. As jovens se constituem, neste momento, como grandes protagonistas dessas ocupações e se tornam verdadeiras lideranças naqueles ambientes e, ao fazerem isso, ressignificam os sentidos tradicionalmente atribuídos a esses papéis, pois como podemos ver ao longo deste capítulo, as ocupações estudantis criaram um novo modo de fazer política, pautada em valores mais horizontais. Portanto, os significados de protagonismo e liderança no contexto das ocupações estudantis assumem um significado diferente do estabilizado no meio social.

A mídia documentou essa atuação das jovens através de registros fotográficos e reportagens, feitas em grande parte por canais alternativos, tais como o artigo de Elinay Melo, juíza do trabalho, para o site Justificando, quando conclui que as ocupações de 2016 possuem *Garra de juventude e Rosto de Mulher* (MELO, 2016) e Carina Santos, jornalista, para a Revista Elas por Elas, que coloca como título de sua reportagem a frase *Ocupação: Substantivo Feminino* e entrevista jovens mulheres de Minas Gerais que estiveram envolvidas nas ocupações durante o ano de 2016 (SANTOS, 2017). Nessas matérias há o relato dessas jovens afirmando a grande atuação delas nesse processo. Girlene, entrevistada por Santos (2017, p.31), afirma: “A gente tinha consciência que não podia manter esta lógica de que só homens falam sobre certos assuntos” e Bruna, também entrevistada por Santos (2017, p.32), diz: “Os homens sempre foram os protagonistas do movimento estudantil e agora as mulheres estão vindo com tudo, arrebatando a banca e não teve como segurar. E agora a gente impõe este respeito que deixaram de dar para a gente há muito tempo”. Somando-se às reportagens, temos também a produção de documentários que buscam registrar a participação das jovens mulheres no processo de ocupação das escolas. Um deles foi feito em São Paulo e chama-se *Lute como uma menina*. Este documentário já foi explorado em tópico anterior e captura o cotidiano, bem como a atuação destas jovens nesse processo de ocupação.

Construir um novo fazer político era uma das pretensões das jovens e dos jovens que ocupavam suas escolas, além de romper com o chamado aparelhamento do movimento estudantil governado por entidades e partidos que exigiu dessa juventude ocupante disposição

para construir algo que incluísse todas e todos. Nessa perspectiva, as jovens mulheres se destacaram e assumiram uma função organizadora no cotidiano das ocupações (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Reivindicavam espaço e disputavam com seus colegas dinâmicas mais igualitárias na organização do espaço ocupado. Um exemplo desse processo seria a divisão das comissões que, em certos lugares, gerou conflitos, pois jovens homens achavam que as jovens mulheres deveriam ficar na comissão de alimentação e eles na de segurança. Nesses momentos, as jovens mulheres chamavam seus colegas para o debate de gênero, construindo comissões com paridade de gênero/sexo, como relata uma jovem estudante de São Paulo:

Inclusive teve um caso bem extremo lá... numa ocupação aqui do centro [da cidade de São Paulo]... que chegaram... as meninas ocuparam... as meninas que ocuparam...e, de repente, chega um cara, que era o presidente do grêmio da escola. De repente, ele falou: “Olha, se vocês quiserem ficar na ocupação, vocês vão ter que ficar na comissão de limpeza, cozinha!” Meu, tipo, as mina se rebelaram, sabe? Elas falaram: “Como assim? Meu, não é assim... Teve muita mina que ficou na comissão de segurança” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.137).

E no Rio de Janeiro:

[...] e aí, a gente começou a fazer vídeos pra página, e aí, a gente começou a perceber que não tinha mulher falando. E aí, a gente falou “– Não, gente, pera aí, vamo parar aqui, vamo pensar porque que não tem mulher falando. Vamo fazer vídeo com mulheres falando, vamo fazer vídeo com as meninas que tão fazendo almoço na cozinha falando”. Então, é umas coisas que a gente acaba esbarrando e que a gente tem que parar e pensar que aquilo é um problema e não passar direto. (LEITE, 2017, p.40).

Esses relatos demonstram que as jovens mulheres, ao participarem ativamente das ocupações, tiveram que construir com seus colegas novas formas de se relacionar, educando-os em conjunto para novas práticas. Essa educação, que vem acompanhada por uma sensibilização, pôde ser mais bem vivida durante as ocupações, pois elas se constituíram como grandes espaços formativos. Nesses ambientes, a juventude teve a possibilidade de ter o contato com discursos e práticas feministas e de diversidade sexual, com a oferta de diversas atividades para as e os jovens ocupantes e a comunidade escolar, que permitiram um processo de formação mais voltado para os interesses delas e deles, com temas que geralmente ficam marginalizados no currículo escolar.

Aulas sobre feminismo, machismo, empoderamento, respeito à população LGBTQI+, igualdade de gênero, racismo, intolerância religiosa, entre outras, eram oferecidas não só por pessoas externas à ocupação, mas também entre as ocupantes e os ocupantes, que debatiam sobre essas temáticas sempre que necessário, como no caso da divisão de tarefas ou no rodízio de quem representa a ocupação. Segundo Marcielly Moresco, doutora em educação:

O mito perpetuado da divisão e dos papéis de gênero foram plenamente questionados e problematizados nas ocupações estudantis; durante esse período, os papéis de gênero foram muito mais definidos e reafirmados pela sociedade fora da ocupação do que dentro dela. No seu interior, por exemplo, a única divisão aceita eram as divisões em comissões: limpeza, segurança, comunicação e alimentação eram as mais comuns entre as escolas (MORESCO, 2019, p.283).

Fato reafirmado por depoimento de uma estudante do Ceará:

Dentro da ocupação muitos tabus foram quebrados, como, por exemplo, esse negócio de homem e mulher dormir em quartos diferentes. A famosa frase ‘lugar de mulher é na cozinha’, esse tabu também foi quebrado, tinha muito homem na cozinha e mulher na segurança (HOLANDA, 2019, p.167).

Foi no espaço da ocupação que as jovens puderam, também, reafirmar uma identidade coletiva e estabelecer entre elas uma rede de apoio emocional, na qual choro e alegrias foram fundamentais para que pudessem se fortalecer para enfrentar as demandas da organização política das ocupações (HOLANDA, 2019). Ao se organizarem e refletirem sobre sua condição, estas jovens deram grande centralidade às lutas de negras e negros, mulheres e LGBTQI+, pois a perspectiva da horizontalidade possibilitava que demandas invisibilizadas por movimentos hegemônicos pudessem estar presentes no espaço das ocupações, para além das reivindicações centrais. Principalmente porque essas lutas e demandas de visibilidade estavam presentes nos corpos das e dos jovens ocupantes, que eram jovens negras e negros, mulheres, homossexuais, periféricos.

Traziam em seus corpos a intercessão de identidades que historicamente são postas à margem, mas, naquele momento, quem promovia a luta eram estes corpos e, por isso, era importante que, ao menos na ocupação, tida como uma microssociedade, a existência delas e deles pudesse ser entendida, aceita e celebrada. E, assim, criaram regras para que todas e todos pudessem existir naquele espaço, reivindicando sempre a horizontalidade como premissa básica para a construção das regras de convivência. A premissa da igualdade radical, encontrada nas escolas ocupadas, fazia com que seus integrantes pudessem “abrigar e honrar a

diferença” (LEITE, 2017, p.44). Miriam Leite, professora da UERJ, afirma que, ao produzirem estes discursos, as jovens e os jovens ocupantes conseguiram criar um clima de respeito que, ao invés de dividir as demandas das jovens identificadas como feministas, provocavam uma resposta de apoio dos ocupantes que se reconheciam como do gênero masculino. Esses fatos demonstram como todas e todos estavam interessados em construir dinâmicas de gênero mais ligadas aos valores defendidos nas ocupações, sendo eles a igualdade e a horizontalidade.

Apesar de o registro das pesquisas, que acompanharam as ocupações (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; LEITE, 2017; BARRETO, 2019; HOLANDA, 2019), demonstrarem a organização e a responsabilidade com o processo vivenciado nas escolas, não foram raros os comentários ofensivos sobre a tática de luta escolhida por essa juventude. Dentre esses comentários feitos, em grande parte, por grupos contrários às ocupações estudantis, o mais reconhecido foi o movimento “Desocupa”, que reunia estudantes, responsáveis de estudantes, podendo ter também pessoas das equipes diretivas e pessoas de movimentos conservadores como o Movimento Brasil Livre (MBL) para promover a desocupação das unidades. O movimento “Desocupa” aconteceu em diferentes estados do Brasil e tinha, por vezes, um cunho violento, intimidando as e os jovens e disseminando informações falsas das ocupações. Bruna Barreto relata um destes episódios em seu artigo sobre o processo vivido no Rio de Janeiro, afirmando que um responsável de uma aluna e/ou aluno quis invadir uma escola ocupada, tentando quebrar os cadeados do portão e machucando um dos ocupantes que tentava detê-lo e conclui:

Situações como essa e outras, ainda mais violentas, aconteceram na maioria das escolas. Boatos também foram espalhados, como os de desocupações violentas, ou de que os ocupantes de um colégio invadiriam outro, além de denúncias de consumo de drogas ou relações sexuais nas ocupações, acionadas para associar uma suposta imoralidade aos secundaristas (BARRETO, 2019, p.132).

E foi sob o corpo feminino que recaíram as primeiras críticas ao processo vivenciado por esta juventude: “o resultado das ocupações, a gente vai ver daqui a nove meses” (LEITE, 2017, p.35). Esse comentário foi ouvido pelas jovens e pelos estudantes e a pesquisadora Miriam Leite, que o registrou em seu artigo. Comentários assim tendem a reforçar estereótipos negativos da juventude e trazem à cena a imagem de um corpo feminino sendo unicamente responsabilizado por práticas sexuais, reforçando a imagem de que as jovens mulheres que não possuem uma sexualidade consciente. E evidenciando que, talvez, o sexo e



a sexualidade sejam, de fato, um tabu mais para os adultos que se expressam dessa forma do que para as e os jovens ocupantes, que estavam a todo o momento debatendo e discutindo as temáticas relacionadas, também, à sexualidade.

O grande protagonismo feminino, que exploramos nesta seção, foi reconhecido em praticamente todas as matérias e artigos a que tive acesso. Porém, a ação das jovens mulheres, enquanto sujeita política ativa durante as ocupações, ainda não foi uma temática extensivamente problematizada. Afirmo isso, porque não encontrei artigos que buscassem refletir sobre essa atuação feminina que rompe com o histórico que temos do movimento estudantil secundarista. Intenciono que esta tese contribua com uma melhor problematização da atuação destas jovens mulheres. A análise do campo aqui desenvolvida, composta por entrevistas de jovens mulheres que atuaram nas ocupações estudantis de 2015 e 2016 pode ajudar a melhor constituir este cenário.

## **5.5 Ocupação por uma nova Educação**

Os movimentos de ocupação escolar vivenciados no Brasil, com maior efervescência entre os anos de 2015 e 2016, foram uma estratégia utilizada por estudantes da rede pública de ensino, primeiramente as redes estaduais e, em um momento subsequente, das redes federais. Ambos tinham em suas reivindicações a defesa da educação pública. As ocupações ocorreram em defesa da escola e em defesa da educação.

Ao ocupar os espaços escolares, as jovens e os jovens puderam vivenciar uma experiência única em suas vidas, tiveram uma oportunidade ímpar de gestar e gerir um movimento que possuía muita radicalidade, pois recusavam, na maioria das vezes, bandeiras de movimentos e partidos, além de optarem por uma organização horizontal, fazendo assembleias e reuniões para tomar todas as decisões que envolviam as ocupações. Esses processos foram desde escolher o cardápio das refeições até o caminho de um ato ou trancamento de rua, promovendo o que podemos entender como uma experiência de democracia radical. Para compreender o processo vivenciado por essas ocupantes e esses ocupantes mobilizo a teorização sobre o político da cientista política Chantal Mouffe, na qual a autora argumenta que a construção da democracia deve se pautar em valores éticos-políticos de liberdade e igualdade para todas e todos, mas criando a possibilidade de haver dissenso a respeito de como as diferentes pessoas ou identidades coletivas interpretam esses valores, conforme explorado no capítulo anterior (MOUFFE, 2015).

Ao construírem uma vivência nas ocupações, onde se permitia visualizar a construção de uma democracia radical a juventude ocupante reconhece que o dissenso é um elemento essencial do processo democrático, reafirmando que as vozes discordantes naquele ambiente não são inimigas, mas sim adversárias. Podemos concordar, então, que buscam em suas práticas reconhecer que “política’ consiste em domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas” (MOUFFE, 2003, p.15) e não em promover a destruição de quem não é uma voz concordante. Sendo assim, as jovens e os jovens rompem com a política de morte presente em muitos grupos que consideram que a outra pessoa é sua inimiga e, não sua adversária.

Podemos observar que ao encontrar um ponto de dissenso como, por exemplo, as relações de gênero nas ocupações, havia o interesse em promover um ambiente de respeito às pautas levantadas pelas jovens e nesse processo os jovens se mostravam sensibilizados e tentavam aprender sobre o que estava sendo levantado como questão ali. Sendo assim, analiso que as estudantes e os estudantes mobilizam, em sua ação de ocupar, a construção da democracia a partir do modelo agonístico, teorizado por Chantal Mouffe. Com isso, as ocupações estudantis inauguram um novo fazer político.

Para as jovens e os jovens inseridos nesse processo, existe uma premissa básica, que é tomar a frente. Elas e eles eram as e os protagonistas e reivindicaram a autonomia na direção do seu próprio movimento, ação esta alimentada, também, pelo desejo de que ali fosse um espaço diferente daqueles em que elas e eles viviam no dia a dia da escola, muitas vezes, cercado de autoritarismos e fortes relações hierárquicas (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, 2016). Ao construírem essa imagem, de pessoas autônomas e organizadas, tiveram que enfrentar fortes discursos vindos de governantes ou da sociedade civil, que afirmavam que as ocupações se constituíam como uma manobra política de sindicatos ou partidos políticos, que usavam o fato de uma parte das ocupações ter sido feita em estados que contavam com greves de docentes. E, ao fazer isso, tais declarações retiravam a possibilidade de agência dessas estudantes e desses estudantes, como se elas e eles não tivessem capacidade para organizar e promover as ações que estavam acontecendo naquele momento. A declaração de Matheus, estudante do Rio de Janeiro, nos permite entender bem esta questão:

Então, assim, quando a gente faz esse questionamento, “Por que, então, os professores grevistas que apoiam o nosso movimento não são massa de manobra da gente? [...]”. Nós, nós seríamos massa de manobra, se nós não tivéssemos senso crítico, se não tivéssemos estudado, se nós não soubéssemos o que estamos fazendo, né?! Então, assim, é... eu acho que essa é uma resposta ótima pra dar, sabe, assim?! Nós não somos massa de

manobra. Nós somos massa, né?! E nós manobramos. É diferente (LEITE, 2017, p.38).

Ao tecer esse tipo de declaração, a juventude ocupante disputa o significado estabilizado até então sobre juventude, no qual são usualmente identificados como desinteressados e sem zelo, inclusive pelo espaço da escola, e como desinteressados da política (BARRETO, 2009). Além disso, pela fala acima exposta podemos observar que a juventude ocupante estava trazendo para a cena a resignificação de a palavra protagonizar, devolvendo a ela a capacidade de agência sobre o destino coletivo, transgredindo, assim, a ordem imposta, permitindo que elas e eles pudessem de fato lutar como protagonistas por melhorias na educação e na organização de suas escolas (SOUZA, 2009).

Durante as ocupações, foi verificado que, ao invés de desprezo, o que as e os jovens sentem pela escola é algo bem diferente, possuem uma relação positiva com esse espaço que, mesmo precarizado, desperta nelas e neles sentimento de pertencimento, como declara uma jovem de São Paulo:

Eu particularmente detestava a escola, desculpa a sinceridade, mas eu detestava a escola por ela ser um ambiente muito opressor [...]. Só que eu detesto a escola, mas eu acho que quem faz a escola somos nós [...], porém, tipo eu falo que eu não gosto assim só que é a minha escola, sabe?! Tipo, eu quero estar aqui, eu quero mudar esse costume chato de os professores entrarem aqui e jogarem qualquer coisa na lousa, porque a escola pode ser do jeito que for, mas é um ambiente nosso que a gente tem que lutar por ele [...] (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, 2016, p.34).

E quando ocuparam a escola as jovens e os jovens fizeram uma nova escola, realizaram mutirões de limpeza, capinaram o terreno, descobriram espaços e materiais a que não tinham acesso e compreenderam que a ocupação de todos os espaços da escola era uma extensão da luta pela escola. A escola se constituía, assim, como um espaço das e dos estudantes.

A associação da ocupação com uma forma de invasão e vandalismo também foi algo que as estudantes e os estudantes tiveram que combater. A disseminação da imagem de invasores e vândalos fazia parte do repertório utilizado pelos governantes para tentar colocar a sociedade civil contra a juventude ocupante. Para combater esse tipo de informação foi imprescindível o uso de redes sociais, nas quais as comissões de comunicação postavam vídeos e outros conteúdos sobre o cotidiano das ocupações. Apesar disso, houve alguns movimentos de “Desocupas” e, também, o ato de espalhar boatos de consumo de drogas e relações sexuais, conforme já explorado. Ao mesmo tempo em que isto acontecia, muitas

ocupações contavam com o apoio da sociedade civil e de responsáveis. Eram mães e pais que entendiam a luta que suas filhas e filhos estavam enfrentando e valorizavam tal ação.

Ao ocuparem suas escolas estas jovens e estes jovens ressignificaram suas experiências de educação, conseguindo fazer das atividades desenvolvidas oportunidades para expandir seus horizontes e mentes, coadunaram a experiência vivida com práticas educativas emancipadoras, que favoreciam a educação crítica delas e deles. Experimentaram uma educação que os ensinava a pensar e não a obedecer e uma escola de fato formativa, não só preocupada com a preparação para o mercado de trabalho, mas também, para a construção cidadã dessas e desses jovens. Não rejeitavam as disciplinas do modelo tradicional – sendo reconhecido como indispensável para entrarem em uma boa universidade e/ou no mercado de trabalho, inclusive contaram com a ajuda de professoras e professores para oferecer aulas de preparação para o ENEM –, mas almejavam que a escola os tratasse como seres humanos, os estimulasse à realização plena de suas capacidades intelectuais e a serem o melhor possível de si mesmos. Lutavam, assim, para ter uma formação além do currículo mínimo e organizaram no cotidiano das ocupações muitas atividades que iam para além dele, demonstrando que, muitas vezes, a falta de atividades nas escolas é um problema de gestão (BARRETO, 2019; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Como já apontado aqui, as ocupações secundaristas foram uma vivência singular para essa juventude, que experimentou um cotidiano permeado de novidade, construído nas dúvidas de como fazer a luta acontecer. Foi protagonizado por todas e todos que estavam nas ocupações, dada a decisão de ser um movimento horizontal e autônomo. Foi identificada nas ocupações uma grande presença de jovens mulheres, que debateram com seus colegas a necessidade de construções mais igualitárias naquele espaço e produziram, dessa forma, um ambiente em que todas e todos pudessem existir. Óbvio, que as disputas aconteciam e que houve acontecimentos ruins em algumas ocupações, mas isso não desfaz a experiência singular vivida por essas estudantes e esses estudantes e por essas escolas. E como, a partir delas, podemos identificar que outra educação é possível, sendo ela pautada em valores cooperativos e não individualistas e meritocráticos, como no projeto neoliberal para a educação, cada vez mais em curso e mais cruel no cenário brasileiro, a partir da aprovação das medidas de austeridade para a educação, contra a qual as jovens e os jovens lutaram.

Cabe, ainda, uma análise frente a todos os eventos descritos acima e também a partir das leituras utilizadas para a produção deste capítulo. Quando observamos as ocupações estudantis do final de 2015 e primeiro semestre de 2016 acontecidas no âmbito das secretarias estaduais de educação nos estados de SP, RJ, CE, GO, RS, temos negociações feitas em

ambiente democrático – eram governos legalmente eleitos – e os mecanismos de garantia da democracia, como a Defensoria Pública, foram acionados para mediar a relação entre estudantes e governo. Apesar de muitas das demandas das ocupações não serem atendidas e de acontecerem eventos de grande repressão feitos pela Polícia Militar, houve certo diálogo e negociação. Entretanto, quando analisamos as ocupações do segundo semestre de 2016, feitas em um ambiente de desdemocratização, uma vez que havia um cenário de golpe instaurado, temos um cenário de intransigência, no qual, apesar de ocorrerem ocupações em mais de mil escolas em todo o país e variados atos e manifestações contrários à Reforma do Ensino Médio e à “PEC do Fim no Mundo”, não houve abertura para qualquer negociação e essas duas medidas foram aprovadas.

Os mecanismos democráticos não foram efetivos nesse cenário, pois entendo que, desde o golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, existe uma fragilidade na própria democracia, o que nos possibilita entender que, desde o segundo semestre de 2016, vivenciamos um processo de desdemocratização no qual há consultas cada vez mais estreitas, menos igualitárias e no qual os interesses da população brasileira não são postos como prioritários (TILLY, 2013). Deixando de garantir os direitos sociais, mesmo que de forma mínima, para servir aos interesses de grupos conservadores, permitindo, assim, que o Brasil volte a ter índices que demonstram aumento da desigualdade social, como o aumento do número de desempregados, retorno do Brasil para o mapa da fome, e políticos, eleitos em um regime democrático, representando interesses privados que participam de acordos para aprovar medidas que retiram cada vez mais os direitos da população brasileira, como as grandes reformas aprovadas: do Ensino Médio, da Previdência e a Trabalhista. Permitindo-nos questionar em conjunto com Mouffe (2015, p.61): “Quanto tempo vai levar para que os cidadãos percam completamente a fé no processo democrático?”.

## 6 SOBRE TORNAR-SE UMA SUJEITA POLÍTICA

*A gente não tem a opção de ser fraca, sabe?  
Apesar de várias coisas no dia a dia nos  
enfraquecerem, a gente não tem opção de ser  
fraca.*

*Laura Moreira da Silva, Dez./2019, entrevista.*

O problema de pesquisa que mobiliza esta tese busca compreender como as jovens mulheres se constroem como sujeitas políticas ativas no cenário político brasileiro. Na busca por compreender esse fenômeno tornou-se importante ouvir as mulheres, sujeitas políticas, que construíram os processos políticos que originam e afirmam essa identidade política de jovem mulher. Conforme explicado no capítulo 03 desta tese, a intenção é dialogar com mulheres que atuaram no início dos anos 2000 e jovens mulheres que atuaram nas ocupações de 2015 e 2016.

Neste capítulo, apresento as interlocutoras desta pesquisa, as mulheres, com as quais dialoguei a fim de tentar entender a formação e atuação das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas no cenário nacional. Para tal realizo a análise das entrevistas a partir de categorias que possibilitam entender a questão aqui proposta. Essas categorias me permitem compreender como as sujeitas entrevistadas estavam significando elementos que permitem sua formação e a sua atuação. As categorias construídas são: Juventude, Feminismo, Campo Político e Ocupações. Elas serão melhor descritas nas seções que lhes abrigam.

### 6.1 As interlocutoras da pesquisa

A proposta inicial da pesquisa era entrevistar 05 mulheres que participaram do processo de formação das jovens mulheres no início dos anos de 2000, especificamente que eram jovens mulheres no início dos anos de 2000 e 10 a 15 jovens mulheres que participaram do processo de ocupação das escolas em 2015 e 2016.

As entrevistas começaram a ser realizadas em abril de 2019, com uma primeira entrevistada, que foi utilizada como questionário teste e foi remodelado após a qualificação. Essa primeira entrevistada se tornaria também um contato para eu conseguir acessar as demais. Após essa entrevista inicial, eu me dediquei à qualificação, e, portanto, não realizei entrevistas, fazendo isso no segundo semestre de 2019.

Na tentativa de garantir uma pluralidade de identidades na pesquisa fiz o contato com variadas jovens que foram estudantes da rede pública de educação e que participaram do processo das ocupações. De início, queria ter contato com diversas experiências tanto da rede federal, quanto da rede estadual, também gostaria de não focar em um território e trazer diálogos e processos de lugares para além da cidade do Rio de Janeiro. O mesmo movimento foi feito com as mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000, com as quais eu busquei o diálogo.

Para isso, utilizei minha rede de contatos, tais como Julia Zanetti, que foi a primeira entrevistada; contatos de militância no movimento feminista no Rio de Janeiro e no Brasil, também da minha atuação no SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – e como estudante de doutorado do PPGE/UFJF. Ao todo fiz contato com 33 jovens que estudaram em escolas ocupadas. Deste total, 12 jovens me responderam. Infelizmente, devido às dificuldades em agendar um dia e horário que fosse possível para as jovens, eu realizei somente 8 destas entrevistas no segundo semestre de 2019. A ideia inicial era retomar os contatos pós-carnaval de 2020, mas devido à Pandemia de Covid-19 isto não foi possível. Uma vez que no final do ano as jovens relatavam a vontade de participar da pesquisa, entretanto, devido às suas demandas naquele momento isto não era possível.

Quanto às mulheres que atuaram na formação da sujeita política jovens mulheres, no início dos anos de 2000, eu realizei 04 entrevistas no ano de 2019 e uma entrevista de forma remota em 2020. São mulheres que participaram do processo de formação desta identidade, seja estando presente nos encontros nacionais e internacionais, seja atuando de forma local. Elas tendem a me ajudar na reconstrução da cena histórica da formação desta identidade e suas intercessões com o movimento feminista e de juventude. A entrevista que ocorreu de forma remota já estava confirmada desde antes de ser decretada a pandemia e somente nos organizamos em uma data que fosse possível para a entrevistada.

Sendo assim, ao todo eu tenho 13 entrevistas que constituem o corpus de análise desta pesquisa. Essas entrevistas foram todas transcritas por mim e por Larissa Dias, estudante da UFJF, que contratei para me auxiliar no processo de transcrição. Após a transcrição, essas entrevistas foram lidas e relidas, a fim de que eu pudesse formar categorias que me ajudassem a compreender os processos aqui analisados. É importante salientar que apesar de o Comitê de Ética da universidade recomendar o anonimato nas entrevistas, essa orientação não dialoga com a proposta de pesquisa que é justamente visibilizar as trajetórias dessas mulheres e jovens na construção da sujeita política jovem mulher, portanto, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) eu coloquei mais uma questão que é se a entrevistada concordava



em usar seu próprio nome, na qual ela poderia concordar ou discordar com essa prática (Apêndice B). Todas as entrevistadas concordaram, portanto, na apresentação abaixo eu as apresento com seus nomes e sobrenomes.

#### 6.1.1 Mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000

##### JULIA PAIVA ZANETTI

A primeira mulher que eu entrevistei foi a Julia Zanetti. Conheço a Julia desde os meus 15/16 anos, agora tenho 34 anos. Ela foi uma das coordenadoras/multiplicadoras do Núcleo de Mulheres Jovens da CAMTRA, que eu participei desde o primeiro ano do ensino médio até a graduação. E por eu saber que ela esteve presente em muitos dos encontros que sinalizo no histórico como pertencentes à formação/organização da sujeita política jovens mulheres eu comecei com ela, além de ter feito uma dissertação sobre as jovens feministas, que se transforma em uma das referências desta tese. O diálogo com a Julia aconteceu em seu local de trabalho, o campus do Pedro II no Engenho novo, onde atua como técnica em assuntos educacionais. Atualmente ela tem 41 anos, é mestra em educação. Identifica-se racialmente como branca e se declara como transicionando para bissexualidade.

##### FERNANDA GRIGOLIN

A segunda interlocutora foi a Fernanda Grigolin. Não a conhecia e aproveitamos a vinda dela para o Rio de Janeiro, onde participaria de um evento, para fazer a entrevista, que se deu na UniRio. Fernanda reside em São Paulo e foi lá que construiu sua trajetória. Ela tem 39 anos e em 2019 estava fazendo seu doutorado em Artes Visuais. Identifica-se racialmente como branca, no momento não pratica nenhuma religião, mas já foi umbandista e budista. Quanto à sua orientação sexual se declara como: “está heterossexual”.

##### IARA AMORA

Iara Amora foi a terceira entrevistada. Conheço Iara desde que conheço a Julia Zanetti, porque ela também foi uma das coordenadoras/multiplicadoras do núcleo de mulheres jovens da CAMTRA, que eu tive a oportunidade de participar. O diálogo com Iara se deu em um prédio comercial na Cinelândia, após seu expediente de trabalho, ela é assessora parlamentar.

Tem 35 anos e é mãe de Caio de 4 anos. Identifica-se racialmente como branca, não possui religião e se declara como heterossexual. É formada em direito e, em 2019, estava cursando o mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos na UFRJ.

### LARISSA BORGES

Larissa foi a quarta entrevistada. A conheci quando eu estava no primeiro ano do doutorado quando ela exercia a função de gestora da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres de Minas Gerais. O diálogo se deu em um salão Afro, em um bairro chamado Novo Glória em Belo Horizonte. Larissa tem 38 anos e é mãe de Enzo de 3 anos e de Elis de 2 anos. Trabalha como assessora parlamentar e é doutoranda de Psicologia na UFMG. Identifica-se racialmente como negra, sua religião é de terreiro e se declara como bissexual.

### ÁUREA CAROLINA

Áurea Carolina foi a última entrevistada, a entrevista se deu durante o período de quarentena de forma remota. Conheci Áurea através de nossas participações em movimentos sociais, especificamente através da participação no Fórum de Juventudes, ela de BH e eu no RJ. Áurea tem 36 anos, é mãe de Jorge de 5 meses. Atualmente ela é Deputada Federal, mas se candidatou a prefeitura de BH em 2020. Áurea se identifica racialmente como negra, não possui religião e quanto à sua orientação sexual se declara como uma mulher cis heterossexual.

## 6.1.2 Jovens Mulheres que atuaram nas Ocupações de 2015 e 2016

### MORGANA CORTES

A Morgana foi a primeira jovem com quem eu conversei. A conversa aconteceu em uma Praça no Méier, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, onde Morgana divide um apartamento com as amigas. Ela tem 21 anos, se identifica racialmente como parda, se declara como agnóstica e sua orientação sexual é bissexual. Está cursando a graduação em Produção Cultural na UFF e faz estágio em produção de eventos no SESC.

### JENIFFER DA SILVA OLIVEIRA

Jeniffer foi a segunda interlocutora, a entrevista com ela ocorreu na faculdade de educação da UFJF. Jeniffer tem 19 anos, mora com os avôs em Juiz de Fora. Identifica-se racialmente como negra, possui como religião a católica e sua orientação sexual é bissexual. Está cursando Pedagogia na UFJF e faz estágio na Escola Waldorf.

### MARIANA PEREIRA DE OLIVEIRA

Mariana Oliveira foi a terceira interlocutora, a entrevista com ela ocorreu na defensoria pública da cidade do Rio de Janeiro, onde faz estágio. Mora com a mãe em Vila Isabel, bairro da zona norte do Rio de Janeiro. Identifica-se racialmente como negra, não possui religião e sua orientação sexual é bissexual. Ela está cursando Gestão Pública na UFRJ.

### MARIANA TEODOSIO

Mariana Teodosio foi a quarta interlocutora, a entrevista ocorreu na UFRJ, campus Praia Vermelha. Ela tem 22 anos, mora no Lins, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, com a mãe, pai e irmão mais novo. Identifica-se racialmente como negra, não possui religião e sua orientação sexual é lésbica. Mariana está cursando Pedagogia na UFRJ e realiza estágio na rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro.

### ANA CAROLINA GONÇALVES

Ana foi a quinta interlocutora, e a entrevista com ela ocorreu na UniRio, campus Urca. Ana tem 19 anos, mora em uma república em Santa Teresa durante a semana e nos finais de semana vai para a casa do pai em Campo Grande. Identifica-se racialmente como negra, declara não possuir religião e sua orientação sexual é bissexual. Ela está cursando Ciências Sociais na UniRio e não trabalha atualmente.

### MARIANA FERNANDES

Mariana Fernandes foi a sexta interlocutora, a entrevista com ela ocorreu na Ocupação

Carolina Maria de Jesus no centro de Belo Horizonte. Ela tem 22 anos, mora com a mãe e o irmão em Belo Horizonte. Identifica-se racialmente como negra, declara não possuir religião e sua orientação sexual é heterossexual. Mariana está cursando geografia na UFMG e atualmente trabalha como Assessora Parlamentar.

#### LAURA MOREIRA DA SILVA

Laura foi a sétima interlocutora, a entrevista com ela também ocorreu na Ocupação Carolina Maria de Jesus no centro de Belo Horizonte. Ela tem 20 anos, mora com a mãe no Morro das Pedras, região oeste de Belo Horizonte. Identifica-se racialmente como branca, declara não possuir religião e sua orientação sexual é lésbica. Laura está finalizando o terceiro ano do ensino médio pelo CESEC (Centro de Estudos Continuados), na atualidade encontra-se desempregada, mas está em busca de um trabalho.

#### BEATRIZ SARAIVA

Beatriz foi a oitava interlocutora, realizei a entrevista no CEFET – MG, campus I, localizado perto da região central de Belo Horizonte. Ela tem 19 anos, mora com a mãe em Belo Horizonte. Identifica-se racialmente como branca, declara não possuir religião e sua orientação sexual é bissexual. Beatriz está cursando o terceiro ano do ensino médio no CEFET, na atualidade ela não trabalha.

### **6.2 Análise das Entrevistas a partir das categorias**

As categorias aqui elencadas me permitem compreender como as interlocutoras desta pesquisa estão significando as principais temáticas que me ajudam a responder o problema proposto para a pesquisa: Como foi o processo de construção das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas no contexto brasileiro? Essas categorias também refletem o caminho de pesquisa aqui desenvolvido. Essa forma de organizar o processo não significa que um campo/tema seja superior ou existiu primeiro que os demais, mas sim como o percurso de pesquisa me mobilizou para entender e responder a questão que eu estava propondo para esta tese. Abaixo exponho como as interlocutoras da pesquisa estão significando essas temáticas e como elas se relacionam a tentativa de compreender como as jovens mulheres se tornam sujeitas políticas ativas no cenário brasileiro.

### 6.2.1 Juventude

Nesta categoria busco compreender como as interlocutoras da pesquisa conceituam o ser jovem no Brasil e se a partir dessa conceituação consideram que puderam ou podem ser jovens. Além de mapear quando elas entram em contato com os movimentos de juventude e/ou feminista.

As interlocutoras, que eram jovens no início dos anos 2000, iniciaram sua trajetória como militantes já na juventude. Mesmo que essa identidade ainda não fosse mobilizada em suas pautas e nas de seus movimentos. Julia Zanetti inicia sua trajetória de atuação na igreja católica, onde participou de diversos grupos, em suas palavras:

E é isso, eu sempre tive uma atuação militante, começou na igreja católica, depois da primeira comunhão eu comecei a participar de perseverança, de grupo jovem. E no grupo jovem, eu fui meio que liderança, e depois eu fui catequista da Crisma e depois comecei a atuar também como liderança em outros espaços da paróquia, né?! Para além do campo de juventude, apesar de ainda ser jovem (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

Já neste momento, a identidade jovem de Julia era mobilizada, pois a organização da igreja possuía um espaço destinado à juventude e esse fato desperta Julia para uma percepção mais crítica sobre como outros movimentos sociais lidavam com a juventude. Segundo ela:

[...] quando eu comecei a participar dos movimentos de juventude, a impressão que eu tinha era que quem discutia juventude a partir da identidade de juventude era a galera de igreja, mesmo o movimento estudantil que era predominantemente jovem, a galera fazia discussões de política estudantil, não fazia discussão sobre a condição juvenil, enfim! Então, como se isso estivesse necessariamente subentendido, sendo movimento estudantil, muitas vezes, era o movimento estudantil universitário ou, às vezes, até secundarista. Mas se... como se todo jovem estivesse na escola, como se esse jovem não tivesse trabalhando ou só trabalhando, ou como se tivesse outras questões para além disso (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

Essa leitura é uma crítica que vai ao encontro à tecida por diferentes autoras quando abordam a temática da juventude, como nas críticas produzidas por Marília Sposito (2002) quando afirma ser um problema a maioria das pesquisas sobre juventude estarem centradas na escolarização e, assim, esta fica sendo a identidade mais mobilizada para falar de juventude. O que destoia da realidade brasileira, uma vez que em um país com alta desigualdade social, a

juventude acaba tendo que fazer muitas escolhas que as separa da condição estudantil, sendo reconhecida como uma juventude trabalhadora (BRASIL, 2014).

Fernanda Grigolin inicia sua trajetória militante na adolescência já em uma atuação feminista na escola onde estudava, a partir da fala de um professor. Segundo ela:

Comecei no feminismo adolescente, eu estava na escola, eu era bolsista em uma escola de classe média alta, a minha família de classe pobre, né?! Classe C, D [...], eu era muito questionadora, aquela coisa, né?! Depois do vôlei, eu me tornei muito falante, então, eu sai da timidez para altamente falante e muito questionadora. Aí, teve um dia que o professor de história me disse que eu era uma feminista, e todo mundo começou a rir e eu acabei perguntando para minha tia, aí, eu lembro que minha tia me encheu de livros, me encheu de livros de poesia, me deu livros de poesia da Hilda Hilst<sup>65</sup>, porque eu sempre gostei de literatura (GRIGOLIN, Ago./2019, entrevista).

Iara Amora inicia sua trajetória como militante a partir da sua entrada na CAMTRA (Casa da Mulher Trabalhadora), organização feminista que atua em prol dos direitos das mulheres, aos 15 anos. E é neste espaço que ela irá elaborar a sua identificação com variadas lutas e movimentos sociais, além de atuar como coordenadora do Núcleo de Mulheres Jovens da instituição.

Larissa Borges sinaliza seu início em movimentos sociais já na adolescência, ao começar a participar de aulas de capoeira oferecidas pela Pastoral do Negro, da igreja Católica, através do projeto *Criança Negra, Criança Linda*. Ela relata: “Aí, um dia, eu fui no projeto e falei ‘– Gente, tem um jeito da gente resolver esse problema’. Aí, cacei um jeito de entrar na capoeira, colocar minhas irmãs na capoeira e, aí, a gente falou: ‘– Não, ninguém vai bater na nossa cara mais não” (BORGES, entrevista, 2019). Larissa sinaliza que a vontade de aprender capoeira estava diretamente relacionada com a vontade de não mais apanhar, seja por conta das situações de discriminação racial que vivia na escola, seja na situação de violência doméstica que ela e suas irmãs e mãe viviam em casa. Também, foi ao começar a frequentar as aulas de capoeira que Larissa e suas irmãs conheceram outras possibilidades de enfrentamento à situação que viviam, segundo ela:

[...] aí, foi nessa hora que a gente conheceu as mulheres negras do movimento e que foram trazendo para outra reflexão, para outros suportes, assim, para a gente enfrentar o racismo e a violência doméstica, e, aí, eu e minhas irmãs, a gente saiu de casa e foi construir outras histórias (BORGES, Dez./2019, entrevista).

---

<sup>65</sup>Hilda Hilst (1930-2004) poeta, ficcionista, cronista e dramaturga brasileira.

Áurea Carolina da Silva sinaliza o início da sua trajetória a partir do envolvimento com a cultura hip-hop, aos 15 anos, segundo ela:

Eu tenho uma trajetória de atuação política a partir de várias lutas populares e é uma jornada que começa com a minha entrada na cultura hip-hop na minha juventude, eu fui cantora de rap e foi a partir dessa trajetória que eu me conectei com movimentos sociais, feministas, antirracistas, da cultura, de juventude, pelo direito à cidade e a partir daí que eu começo a ter uma inserção na política institucional futuramente, né?! (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

Observamos, através destes fragmentos, que as nossas interlocutoras do início dos anos 2000 desde a adolescência/juventude já estavam em contato com movimentos sociais. Demonstrando que, neste momento, há uma nova organização da juventude como atores sociais, fato sinalizado e debatido no capítulo um por Abramo (2011), quando a autora argumenta que no início dos anos de 2000 os jovens começam a demandar dos setores públicos políticas específicas para este segmento. Criando, dessa forma, uma imagem das jovens e dos jovens como sujeitos de direitos, como afirmado por Papa e Freitas (2011).

Ao serem perguntadas sobre se puderam viver suas juventudes sinalizam que sim, mas destacam questões relacionadas a este período, como Iara Amora:

Sim e não, eu acho. Eu acho que eu tive identidade jovem, e acho que "não" é mais no sentido que eu acabei tendo algumas responsabilidades mais cedo [...] Que, talvez, me tirou de aproveitar um pouco mais, mas eu não acho que eu não aproveitei tanto, se for pensar em sair e tal, sim até desde a adolescência, mas acho que talvez na adolescência mais do que na juventude, assim, juventude mais adulta, né?! Mas eu, de qualquer forma, era uma identidade que eu reivindicava, que eu me reconhecia como jovem [...]. (AMORA, Set./2019, entrevista).

Já Áurea Carolina pontua:

[...] mas claro que eu fui uma jovem trabalhadora que tive que lidar com muitas dificuldades, né?! Então, assim eu tinha um sonho de ser cantora de rap, eu cantava, mas eu queria viver disso. Queria ser artista. Mas eu tinha que trabalhar, eu tinha que cuidar das coisas de casa, né? Vivendo mil tensões nesse trânsito entre espaços, entre meus desejos e as minhas necessidades. Eu acho que isso é um traço para qualquer jovem. Mas, dependendo da sua realidade socioeconômica as coisas vão ficando mais difíceis ou não [...] (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).



Nesses fragmentos podemos observar que o estereótipo de a juventude ser um tempo “livre” é consolidado no imaginário social, mas não faz parte da realidade de muitas jovens no Brasil que precisam equilibrar a realidade de suas vidas com os desejos de futuro e ainda ser jovem. Como Áurea sinaliza, o recorte socioeconômico vai ajudar a definir que tipo de jovem podemos ser no Brasil. Este momento de tempo livre da juventude é reconhecido como moratória social, mas é uma condição que não é vivida por todas as jovens e todos os jovens (ABRAMO, 2011; BOURDIEU, 1983).

Interessante pontuar que Larissa Borges e Áurea Carolina relacionam a possibilidade de viverem a sua juventude à sua atuação nos movimentos sociais, culturais e juvenis. Larissa afirma:

Nossa, eu acho que lá de casa a que foi, a que curtiu mais, viveu mais essa experiência da juventude, porque eu acho que eu me desenvolvi com os movimentos sociais e culturais, participei da cultura hip-hop, participo ainda da cultura hip-hop. Então, fui me envolvendo mais com possibilidades de exercício mesmo da juventude, da condição de viver de uma forma mais plena, né? Minhas irmãs ficaram mais envolvidas com o trabalho e com cuidado de filhos. A minha irmã Lorena que é a segunda, ela teve filho com 16 anos. Então, foi uma trajetória diferente, e a Laiara, que é mais nova, também ficou focada mais no trabalho. Então, eu acho que eu aproveitei mais, participei de movimentos juvenis, de movimentos culturais e de espaços de debates, pude refletir sobre essa coisa da condição juvenil, no momento da história que a gente estava com uma perspectiva de crescimento do país, né? De aprofundamento da democracia. Então, era um momento de mais esperança onde a gente podia, apesar das dificuldades, que também eram presentes, podia desenvolver a luta e a vida com mais perspectiva de futuro, né?! Então, eu acho que aproveitei bastante (BORGES, Dez./2019, entrevista).

E Áurea argumenta:

Eu entendo que sim, eu pude viver e eu acho que isso foi muito fortalecido porque eu participei de movimentos juvenis. Então, eu comecei também a receber muito suporte de pessoas adultas de organizações de defesa dos direitos de jovens que ajudaram a firmar minha trajetória como uma liderança política jovem. Então, isso certamente é excepcional, é até um privilégio. Não, não é um privilégio porque eu acho que foram criadas condições para que eu pudesse ter o meu potencial desenvolvido, né? Isso não é um privilégio, é um direito, né?! Mas a palavra privilégio é mais para dizer, assim, que isso é uma exceção, isso é muito raro de acontecer, né? (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

Podemos observar nesses fragmentos como as interlocutoras sinalizam o fato de estarem envolvidas em movimentos juvenis com a possibilidade de viver sua juventude de

uma forma mais plena. As duas interlocutoras se reconhecem como negras e trazem para o espaço da entrevista questões importantes para pensarmos a vivência da juventude brasileira, especialmente a juventude negra, que, como afirma Ângela Guimarães (2011), Socióloga e docente da UNEB, tem vivido uma cidadania parcial e incompleta, mas que podemos observar com os depoimentos de Larissa e Áurea que a presença de movimentos sociais, sejam eles ligados à cultura e/ou ao esporte tendem a possibilitar o acesso desta juventude a vivências que ampliem suas possibilidades de existência. Permitindo desta forma que seus direitos sejam mais possíveis de serem vividos e que a experiência da juventude possa ser experimentada por esse segmento.

Destacam, ainda, que apesar de reconhecerem que puderam viver suas juventudes isso não era uma realidade em seu entorno, como Larissa ao relatar as trajetórias das irmãs e Áurea ao pontuar que o que viveu é um direito, mas no cenário brasileiro se configura como um privilégio. E vai ao encontro ao pontuado por Iara Amora, ao considerar que a identidade juvenil pode não ser requerida por pessoas que mesmo estando na faixa etária de jovem vivam realidades que não são esperadas para jovens:

Assim, é porque eu acho que tem uma coisa de faixa etária e eu acho que tem uma coisa de identidade, é. E, aí, pensando aqui, faixa etária é uma coisa mais definida, né? Não sei, tô confusa. Enfim, eu fiquei pensando numa identidade, uma coisa de que algumas responsabilidades pensando em mulher, mas poderia ser homem também, né?! Que uma mulher que trabalha, tem filhos, mesmo estando na juventude, seja casada, um perfil assim, talvez, não se identifique como juventude, embora seja, né?! Falando de faixa etária. Mas, de qualquer forma, acho que a visão também, mas acho que também é a realidade da maioria assim, não, necessariamente, ter filho e... mas, trabalhar e estudar, ou trabalhar. Então, acho que também tem uma visão de juventude, acho que juventude, talvez, seria ter menos responsabilidades ou não ter certas responsabilidades, eu não sei se isso se encaixa, que eu acho que não encaixa na realidade da maioria (AMORA, Set./2019, entrevista).

Ao serem questionadas sobre o ser jovem no Brasil hoje, sinalizam as incertezas presentes no cotidiano da população jovem, o enfretamento da morte, que vitima, principalmente, a juventude negra e a dificuldade que existe no momento de as jovens e os jovens sobreviverem e construírem perspectiva. O que contrasta diretamente com o sinalizado por Larissa, ao relatar sua juventude como um período do aprofundamento democrático do país, que lhe permitia viver a vida com mais perspectiva de futuro. Fato agravado pelo fim e/ou pela redução de gastos com as políticas públicas destinadas para a juventude, para a cultura e para a educação. Fazendo com que uma parcela enorme da juventude brasileira, que

é negra, pobre, periférica, LGBTQI+, fique sem acesso aos seus direitos mais fundamentais. O que foi uma das motivações das ocupações estudantis de 2015 e 2016, nas quais a juventude ocupante lutava para não perder direitos.

Para Áurea Carolina, a juventude da atualidade constrói formas próprias de se organizar politicamente e estar presente em diversas lutas, mas, ao mesmo tempo, é uma juventude que convive com uma alienação e falta de participação política. Que se expressa, por exemplo, em apoio ao atual presidente do Brasil e às suas práticas que conduzem a construção da relação política como antagônica, na qual você tem um inimigo e não um adversário (MOUFFE, 2015). Como explorei no capítulo referente ao campo político. Áurea Carolina pontua assim:

Então, eu acho que é assim, é um mosaico cheio de contradições e potencialidades, de angústias sobre esse tempo que nós estamos vivendo, mas também, um certo desprendimento. Assim, para olhar para este momento sem seguir padrões, grandes tendências, assim, de como se poderia pensar a juventude, sabe?! Tem uma ‘flutueza’ nos pertencimentos e isso explica, também, que hora que a gente pode ter uma oscilação de jovens periféricos aderindo ao bolsonarismo e, nesse mesmo segmento, a gente tem uma atuação Progressista avançada, né?! De resistência contra o bolsonarismo também (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

A imagem utilizada por Áurea de um mosaico me permite entender a multiplicidade de identidades presente nas juventudes, que, como ela mesma sinaliza, traz contradições e diversas potencialidades. E também resgata o conceito de unidade de geração problematizado por Mannheim (1982), em que o autor afirma que uma mesma geração pode ter formas distintas de entender os problemas de sua época, fato que nos permite entender como existem jovens aliados com práticas democráticas e jovens aliados com práticas conservadoras.

As potencialidades da juventude precisam ser cuidadas, alimentadas e isso não se faz sem uma política de Estado voltada para a Juventude. Ainda, segundo Áurea Carolina:

Eu sempre falo disso, assim do potencial que nós temos como é que precisa acessar ferramentas e condições mesmo para ir, para isso florescer, né?! É isso, a desigualdade, ela é massacrante, porque, além de tudo ela limita, reduz muito o nosso potencial, a realização do potencial, né?! Então, a gente vai fazendo escolhas pela necessidade de sobrevivência, pelas necessidades da vida e chega lá na frente: “– Poxa, eu não estudei”; “– Eu não trilhei esse caminho”; “– Eu não... eu não tive mil coisas”. Que se não existisse esse fator desigualdade, talvez, eu pudesse escolher, né? Então, não tive muita escolha... Eu pude ter escolhas muito importantes (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

Áurea sinaliza, dessa forma, algo que faz parte do cotidiano da população, que é algo que durante toda a escrita desta tese foi problematizado: o fator da desigualdade que vivenciamos na sociedade brasileira. E a forma como a desigualdade está presente na existência das jovens e dos jovens irá determinar como estas jovens e estes jovens irão florescer suas potencialidades. Sinalizo também que as pertencas de raça/etnia, gênero, sexualidade, local de moradia, dentre outras também tendem a estar inscritas no fator desigualdade e, assim, limitam a existência plena das jovens e dos jovens. É como sinaliza Bia Ferreira, cantora, compositora e multi-instrumentista, em uma de suas músicas: “Experimenta nascer preto, pobre na comunidade. Cê vai ver como são diferentes as oportunidades<sup>66</sup>”.

As jovens mulheres que atuaram nas ocupações estudantis em 2015 e 2016 configuram o segundo grupo com o qual eu dialoguei a fim de compreender como as jovens mulheres constituem-se como sujeitas políticas ativas no cenário nacional e, ao fazer isso, torna-se importante entender quando essas jovens mulheres tiveram contato com os chamados movimentos sociais e suas percepções sobre a juventude.

Ao conversar com essas jovens, percebo a centralidade que a escola possui na inserção delas nas atividades políticas, tanto em movimentos de juventudes quanto de feministas. Todas as oito entrevistadas começaram a se envolver com estas atividades na escola, seis delas de forma anterior à ocupação, participando do grêmio e de outros grupos, e duas delas durante a ocupação. Podemos entender, a partir disso, que a vivência da escola foi possível para essas jovens e que elas puderam investir neste espaço, o que pode ser reflexo da estabilidade econômica vivida pelo país e das políticas de renda focadas nas famílias, como sinaliza Paulo Carrano (2011), professor da UFF. Estabilidade esta dada entre os anos de 2003 e 2015. E ao viverem a escola tiveram a possibilidade de participar de outras formas de agrupamento juvenil, como o grêmio estudantil. Destaco aqui a fala de duas das entrevistadas Mariana Fernandes e Laura Silva:

Sim, eu fiz parte do Grêmio estudantil que, na época, tava fazendo muita luta. Pouco tempo depois eu entrei para o Grêmio, pouco tempo depois eu entrei para União Juventude e Rebelião, que é uma organização que tinha um trabalho forte com a juventude da escola e, aí, depois disso, eu fui presidente do grêmio (FERNANDES, Dez./2019, entrevista).

---

<sup>66</sup>Cota, não é esmola. Letra completa disponível em: <https://www.musixmatch.com/pt-br/letras/Bia-Ferreira/Cota-N%C3%A3o-%C3%A9-Esmola>, último acesso em 10 de agosto de 2020.

Eu entrei para o grêmio foi numa semana em homenagem ao Edson Luiz, eu achei legal, me identifiquei e, aí, entrei. Falei que queria participar, aí, eu comecei a fazer parte de algumas reuniões, ajudei a organizar algumas atividades. Aí, estava finalizando a gestão do grêmio e aí na próxima gestão eu fui eleita diretora, primeira secretária geral do grêmio. Aí, eu assumi mais responsabilidade de fazer as coisas. E era muito massa, porque era um grêmio de mulher. A presidente era a Mariana<sup>67</sup>, a tesoureira era mulher, a primeira tesoureira era mulher, a secretária geral era mulher e a primeira secretária era mulher. Então, era a gente que fazia as coisas e foi muito massa, porque a gente se sentia muito mais à vontade para fazer, para errar, para dar ideia, para sugerir. Tinha vários meninos também que ajudavam, mas a gente estava ali como liderança mesmo, sabe... (SILVA, L. Dez./2019, entrevista).

Podemos observar nestas falas que o grêmio estudantil possibilitou a estas jovens estarem juntas para fazer política no contexto da escola, trazendo para o cotidiano escolar outras possibilidades de atuação que não estão inscritas na forma tradicional com que comumente identificamos a escola. Além disso, na gestão de Mariana Fernandes, que Laura menciona, houve a possibilidade de construir uma direção na qual as mulheres eram a maioria, permitindo, desta forma, que elas exercitassem o fazer político de uma maneira menos opressora, criando uma nova cultura política naquele espaço. O que vai ao encontro do que foi pontuado por outra interlocutora da pesquisa, Mariana Teodosio, que milita até hoje no movimento estudantil, e que identifica que na atualidade existe outra relação sendo construída dentro deste movimento:

Tipo, eu construo o movimento estudantil, por exemplo, o movimento estudantil que, tipo, é o movimento que tem um super calendário anual, com mil e uma coisas, com mil congressos, com mil eleições e tal [...]. Tipo, todas as direções que estão ali comandando os movimentos do movimento estudantil são mulheres e, tipo, há pouco tempo atrás não era assim. Há pouquíssimo tempo atrás, quem dirigia todos os movimentos eram homens e hoje, tipo, a maioria dos movimentos são dirigidos por mulheres e, tipo, a cultura política que essas mulheres dão para seus movimentos muda completamente. Tipo a relação que antes era uma relação muito mais estressada a relação de movimento de muito mais, tipo, rixa muito mais, tipo... hoje, completamente diferente. Assim, eu acho que isso é uma vitória muito grande do movimento feminista, tipo, ter mulheres dirigindo seus movimentos. Terem, tipo, mulheres militantes mudando a cultura política dos seus movimentos (TEODOSIO, Nov./2019, entrevista).

A luta por uma nova cultura política foi uma das marcas das ocupações de 2015 e 2016. A juventude ocupante trazia para dentro da escola a necessidade de construir práticas mais condizentes com as pautas que defendiam e o que a fala acima expõe é que esta ação

---

<sup>67</sup>Referência a Mariana Fernandes que também foi entrevistada para a produção desta pesquisa.

reverbera para além das ocupações, sendo uma prática ainda alimentada nos espaços onde essa juventude que foi ocupante está.

A maioria das jovens mulheres entrevistadas sinaliza a participação em movimentos feministas: no Rio de Janeiro, as jovens que entrevistei foram alunas do Colégio Pedro II, instituição federal com mais de cem anos de existência, e que possuía o Coletivo Feminismo de  $\frac{3}{4}$ . O  $\frac{3}{4}$  é uma referência ao tipo de meia usada, obrigatoriamente, no uniforme escolar. A existência do coletivo é uma forma de as alunas tentarem promover um enfrentamento aos casos de assédio e machismos sofridos na instituição, como explica Morgana Cortes:

No Pedro II, a gente tem muito, assim, muito recorrente os casos de assédio de parte dos professores. A instituição ainda tem uma dificuldade muito grande de lidar com isso, o que normalmente acontece é que a aluna acaba se formando antes do caso do professor ganhar alguma resposta internamente e, assim, acredito que seja recorrente em todas as escolas. Mas acho que no Pedro II a gente percebe mais, né, a gente fala mais sobre [...] as alunas não ficam quietas e, se eu não me engano, o feminismo  $\frac{3}{4}$  nasceu de um caso desse de assédio de professor, e as estudantes resolveram se organizar e, assim, na minha trajetória no Pedro II isso aconteceu algumas vezes (CORTES, Ago./2019, entrevista).

Já as interlocutoras de Belo Horizonte eram alunas do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), a maior escola da rede estadual de Minas Gerais e com mais de cem anos de existência. Através das atividades promovidas no colégio conheceram o Movimento de Mulheres Olga Benário, Mariana Fernandes explica o movimento:

É um movimento que se organiza de forma nacional, tá nessa luta também pela emancipação das mulheres, então, e também contra a violência, né? A gente construiu as três primeiras Casas de Referência da Mulher na América Latina, aqui em Belo Horizonte a gente tem a Casa de Referência da Mulher Tina Martins (FERNANDES, Dez./2019, entrevista).

Já Laura relembra como iniciou suas atividades neste movimento, do qual ainda faz parte:

Eu conheci o Olga através do Grêmio da minha escola. Teve uma época que a gente... Foi durante o mês de outubro, mês das crianças, né? Que o Olga estava fazendo uma campanha na cidade, para arrecadar brinquedos para a creche Tia Carminha, que é uma creche lá do Barreiro que o movimento ajuda, ajuda não, que o movimento gestiona, assim [...]. Então, eu lembro que as meninas do grêmio do IEMG, me chamaram pra essa campanha de arrecadação de brinquedos. Aí, a gente passou em sala, chamando todo mundo para trazer o brinquedo e tal, para doar, a gente organizou... Aí, eu não lembro se foi na mesma semana, mas a Mariana, essa menina, ela me

chamou pra uma atividade que ia ter, também de arrecadação. Aí, eu fui, lá eu conheci na época uma das coordenadoras do Olga, ela veio conversar comigo, assim, me perguntar de onde eu era, o que eu fazia, a gente foi conversando, conversando, eu falei que eu queria entrar. Ela falou "beleza, então você já é do Olga". Aí, eu comprei uma blusinha já do Olga e fui, fui fazendo (SILVA, L., Dez./2019, entrevista).

Ao serem questionadas sobre o que marca sua juventude da atualidade dialogam sobre a complexidade do cenário político brasileiro, caracterizado por um processo de desdemocratização (TILLY, 2013), o que traz prejuízo para suas vivências enquanto juventude, mas, ao mesmo tempo, apontam as mobilizações que diferentes grupos fazem neste cenário, principalmente, a juventude, como sinalizam Laura Silva e Morgana Cortes em suas entrevistas:

[...] a gente vive hoje um processo de fanatização, sabe? De um enfraquecimento muito grande da democracia e de um processo onde as forças fascistas, as forças conservadoras estão ganhando muita força. E eu acho que ao contrário do que muitas vezes é falado, acho que a gente vive um processo de grandes movimentações, sabe? Ao contrário do que a galera fala, que o povo brasileiro é apático, eu acho que não, acho que a gente vive hoje grandes mobilizações, acho que isso é o mais marcante, sabe? Que é um período histórico, acho que tirando a época da Ditadura Militar fascista, esse é o momento de mais retirada de direitos, de mais avanço do neoliberalismo, do fascismo que a gente vive, sabe? Então, eu acho que isso é bem marcante, essa questão da retirada de direitos, do enfraquecimento da democracia e da resistência popular. Acho que a gente vive esses dois mundos. Ou você assume o papel de estar do lado de quem hoje manda no país, ou você assume o papel de quem está do outro lado, né? Que é quem vem sofrendo com as medidas. E, apesar, de muitas pessoas ainda não estarem se somando às mobilizações, elas estão desse lado. De quem tá sofrendo, sabe? Eu acredito que cada vez mais as pessoas vão entendendo ainda mais o seu papel de... a conjuntura, de reagir. Eu acho que é isso, assim, cada vez mais as pessoas tendem a reagir ao que está sendo imposto pra gente. Então, acho que é o que tá dado assim para a minha juventude nesse momento, é resistência, é isso (SILVA, L., Dez./2019, entrevista).

Difícil, né?! Mas eu acho que é um momento de muito caos, né? De muitos retrocessos, mas é um momento que eu vejo ainda a Juventude muito bem organizada, né? Hoje, é um dia de paralisação nacional 13 de agosto<sup>68</sup> eu acho que essas paralisações desse ano é uma coisa que tem sido muito mais acirrada do que nos últimos anos, né? A gente teve, eu acho, que umas cinco paralisações até agora sendo que a gente já tá na metade do ano. Então, eu vejo que a juventude tá realmente muito radical também, se a conjuntura é radical eu acho que a juventude tá tendo um papel de radicalidade muito grande. Eu me sinto orgulhosa de fazer parte dessa direção, né? Que tem trago algumas coisas muito diferentes para o nosso cenário político. As

---

<sup>68</sup>13 de Agosto de 2019 – Foi um dia de mobilização contra o corte de verbas para a educação e contou com atividades em vários lugares do país.



ocupações foram uma coisa que a gente não tinha incorporação (CORTES, Ago./2019, entrevista).

Podemos observar nestes fragmentos que as jovens reconhecem a multiplicidade presente na juventude, tanto o conservadorismo quanto as práticas progressistas, criando, dessa forma, um diálogo como o apontado por Mannheim (1982) quando este problematiza as unidades de geração. Entretanto, podemos observar ainda que elas enfatizam o caráter de resistência presente na juventude e de capacidade de mobilização, caracterizado, por exemplo, pelas ocupações e pelas passeatas em defesa da Educação. Ao serem questionadas sobre o que é ser jovem no Brasil hoje reconhecem a multiplicidade existente no termo juventude e que a sua vivência da juventude irá depender do grupo a que você pertence. Além disso, reconhecem que na atualidade existe um cenário hostil para diversos segmentos da juventude, principalmente, quando falamos sobre trabalho, como podemos observar nas entrevistas de Mariana Teodosio e Laura Silva:

É difícil, viu? Acho que tem vários tipos de juventude. Então, é uma pergunta difícil porque o que é ser jovem delimita que a minha juventude é igual a dos outros, é diferente, né? Tipo, acho que o que tá reservado para a juventude hoje é, tipo, não ter mercado de trabalho disponível. Então, tem que tá trabalhando, tipo, como entregador, com aplicativo está completamente fora do mercado formal, assim. E eu acho que para a juventude periférica e tal é, tipo assim, tá morrendo ou tá sendo preso e para a juventude, tipo, que tá na Universidade também não tá fácil assim. Tipo, ainda que estar aqui seja um privilégio, tipo, aqui estagiar e trabalhar a fazer estágio obrigatório da Universidade, fazer a universidade se, tipo, uma tarefa bem difícil pra saúde mental, tipo, é complicado (TEODOSIO, 2019, entrevista).

Cara, eu acho que...Ter vários direitos negados. Hoje a gente, por exemplo, a juventude... Questão do desemprego é o dobro da taxa, por exemplo, de pessoas adultas, né? Eu não vou saber exatamente o quanto que é, mas, se não me engano, é doze por cento a taxa geral, doze ou treze por cento e para a juventude é cerca de vinte, vinte e quatro por cento, um bagulho assim. É não ter direito, não ter acesso à educação de qualidade. Nem à educação pública, porque... Principalmente, BH que é uma... BH é a região, é uma das regiões onde a gente tem uma das passagens de ônibus mais cara do país (SILVA, L. Dez./2019, entrevista).

Ao enunciarem suas angústias sobre o mundo do trabalho essas jovens mulheres evidenciam um dado já comentado nesta tese, de que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora (BRASIL, 2014). E em um cenário de precarização da vida como o que temos na contemporaneidade a precarização do trabalho se dará, principalmente, sobre a juventude, como também afirma Mariana Oliveira:

Mas, ser jovem, hoje em dia, é tá perdido basicamente. E se você não se organizar você acaba desesperançoso que nem uma barata tonta, ou se tornando MEI, ou sendo micro empreendedor. Que eu acho que é um grande discurso pra você ser empreendedor de si mesmo, mas que é um subemprego, exatamente isso. O que são os entregadores de IFOOD? Essa galera que tá na bike do Itaú, pagando pra trabalhar, sem nenhuma seguridade e são jovens fazendo isso, jovens homens e mulheres. Porque eu já vi várias mulheres também entregando, então se eu fosse falar só da juventude Pedro II, eu falaria até mais esperançosa, mas essa não é minha realidade. Quando eu fui para o Pedro II Engenho Novo, eu acessei partes da cidade que mesmo morando em Vila Isabel, que é um bairro vizinho, eu não frequentava (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Chamam a atenção, também, para o impacto que a negritude terá na vivência da juventude, como destacam Jeniffer Oliveira e Mariana Fernandes:

Eu acho que eu não consigo explicar, assim, em palavra, sabe? Ser jovem hoje, ser jovem negra no meu caso, é você tá disposto a enfrentar várias coisas. É isso, eu acho que é adiantar uma fase, assim, no meu ver é adiantar fase. (OLIVEIRA, J. Ago./2019, entrevista).

Nossa... cara, eu acho que a gente costuma falar que existem algumas juventudes, né?! A juventude ela não é uma só. E algumas juventudes elas têm possibilidades diferentes de outras, então, o que eu vejo hoje é que uma juventude, principalmente a juventude negra tem pouco acesso, poucas oportunidades, poucas possibilidades e tá sendo morta. Existe um estudo que foi feito aqui na Câmara Municipal de Belo Horizonte, que diz que a cada... todos os dias morrem pelo menos 1 jovem negro, a cada 4 jovens mortos, 3 são negros. Então, a gente tem um genocídio na prática de uma juventude, né?! Mas, ao mesmo tempo, existe uma juventude que consegue ter acesso às coisas, então, ao mesmo tempo, a gente tem um número de estudantes negros em universidades crescendo, apesar de ter vários problemas nesses números, né? Porque, né? O que tem de fraude na UFMG... (FERNANDES, Dez./2019, entrevista).

Ao ler estes fragmentos podemos observar que essas jovens mulheres pontuam como a desigualdade é estruturante para se pensar a juventude brasileira, a realidade não é tão positiva para quem precisa trabalhar e para quem é identificado como negra ou negro em nosso país e há um angústia presente quanto ao futuro. O que traz um desafio à pesquisa, que é o de ter consciência de que existem sistemas de privilégios que se organizam a partir da raça, do gênero, mas também da moradia, dentre outros e estes sistemas se entrelaçam, gerando especificidades que devem ser consideradas na análise social, como bem sinaliza Mary Castro (2011) ao problematizar a produção dos sujeitos políticos.

Existe um cenário pouco otimista em cena, e, ao mesmo tempo, existe a compreensão de que a juventude constrói outras possibilidades de existência, apesar da hostilidade dada e que essas outras possibilidades passam pela organização coletiva, como expõe Ana Gonçalves ao ser questionada sobre o que marca a sua juventude:

Eu acho que são, no geral, eventos de resistência, assim, por exemplo, quando a Marielle morreu, eu estava... Eu descobri de manhã, assim, eu acordei 4h da manhã e fui ver as mensagens do grupo do curso e, aí, a galera estava falando o que tinha acontecido, né? Estava saindo de Campo Grande pra cá, tava no meu 1º período, na hora, assim tipo, do momento em que eu sai de Campo Grande até chegar na faculdade a gente marcando como a gente ia se organizar para poder ir para o ato que ia ter na Cinelândia. Então, assim, foi a primeira vez que eu cheguei na Universidade e falei tipo "não, é isso aqui mesmo que eu quero fazer", sabe? porque estava todo mundo mal, mas gente conseguiu se juntar para poder... não sei, tentar dar algum sentido (GONÇALVES, Nov./2019, entrevista).

Podemos observar nesta categoria as experiências de dois perfis de sujeitas políticas – as mulheres que eram jovens mulheres no início dos anos de 2000 e as jovens mulheres que atuaram nas ocupações de 2015 e 2016 – que significam a juventude já vivida e a vivida na atualidade trazendo para este espaço suas vivências e relações com os movimentos sociais e também suas visões de mundo a partir da juventude. Abaixo exponho as considerações sobre a categoria Feminismo.

### 6.2.2 Feminismo

Ao formular esta categoria procuro compreender como as interlocutoras da pesquisa conheceram o feminismo, como este movimento está relacionado com a organização/formação das sujeitas políticas jovens mulheres no cenário brasileiro e como elas compreendem o feminismo.

Como pontuado o contato com o feminismo de grande parte de nossas interlocutoras que eram jovens no início dos anos 2000 se dá a partir da participação em outros movimentos e lutas. Para Julia Zanetti a entrada no movimento feminista começa aos 22 anos quando ela começa a trabalhar na CAMTRA

Eu comecei a militar mais aproximado do movimento de mulheres, do movimento feminista quando eu fui trabalhar na CAMTRA. É isso, né? Pela trajetória da minha mãe, por ser irmã mais velha, né? Somos duas meninas e dois meninos. Essas questões da divisão das tarefas domésticas sempre foram pautas muito presentes no cotidiano, mas nada de maneira

sistematizada. Acho que começo a sistematizar mais essas discussões quando eu vou pra CAMTRA e começo a atuar lá (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

Entretanto, essa entrada no movimento de mulheres e feminista não se dá sem conflito com a formação e a prática religiosa que Julia já trazia em sua trajetória:

Quando eu fui para a CAMTRA eu ainda não me identificava como feminista, porque para mim tinha uma questão que era um nó, que era a coisa sobre aborto. Como eu tinha dificuldade com a discussão do aborto eu não me sentia de me declarar feminista, ainda que pactuasse com todas as outras questões. Mas, no processo de várias formações, enfim. E, em algum momento, que eu não lembro mais qual, eu comecei a entender que é isso. Enfim, que eu podia ser católica e ser a favor da legalização do aborto ainda que eu nunca tivesse coragem de fazer um, né? Enfim! Uma vez que eu resolvi esse nó na minha cabeça é que eu comecei de fato a me reivindicar, a me dizer feminista (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

Para Julia o processo formativo foi importante para se reconhecer como feminista. E ela pontua a necessidade de entender toda a agenda feminista para poder se afirmar feminista. Já Fernanda Grigolin possui outra entrada no seu reconhecimento como feminista, como pontuado, foi a partir da fala de um professor na escola que a chama de feminista, a partir dali, ela busca compreender o que é esta identidade:

Eu comecei daquela forma que eu te falei, na adolescência e tal. Depois, eu fui a umas reuniões, é no Centro Cultural de São Paulo tinha umas meninas que se reuniam para discutir a questão de assédio e violência, eram reuniões meio abertas... Depois, assim, de uma forma mais sistemática eu participei de um projeto da Mariana Nasser que, na época, era jovem. Ela é da minha idade, ela é minha amiga até hoje, chamava Jovens Lideranças Feministas, que ela recebeu uma bolsa e ela fazia reuniões para discutir a questão das mulheres jovens, e aquilo me acionou um gatilho e eu falei: “– Gente, nossa é isso! Juventude é junto com juventude e vem tudo”. [...] E, aí, desse embriãozinho que nasceu as Jovens Feministas de São Paulo que eu fazia parte, então, foi tão importante, pelo menos, pra mim, esse projeto da Mariana e ele foi tão generoso, porque ela foi agregando a gente e a gente formou um grupo mesmo (GRIGOLIN, Ago./2019, entrevista).

A entrada da Iara Amora no feminismo se dá partir do seu trabalho com a CAMTRA, para ela:

Acho que foi muito a partir da CAMTRA, assim, né? Mas fiquei tentando pensar se antes também. Mas, eu acho que elaboração enquanto identificação de identidade, com certeza a partir da inserção na CAMTRA, que é sei lá há 20 anos. (AMORA, Set./2019, entrevista).

Larissa Borges narra a sua apresentação ao feminismo a partir da sua inserção na cultura hip-hop:

Inclusive, a primeira pessoa que me fala sobre feminismo foi a Vanessa Beco: "– A gente precisa construir uma história feminista, vamos juntar as mulheres jovens do hip-hop, vamos ocupar o nosso espaço, vamos nos fortalecer". Foi muito importante isso pra mim assim. Então, naquele momento, a gente estava na construção inicial sobre o feminismo entre as mulheres jovens, então, assim, tinha menos possibilidade de ter, os textos eram menos acessíveis, ainda não tinha internet, né?! A internet veio mais para o final. Então, isso também modificou muito a nossa incidência, né?! E nossa existência, né? O diálogo com os meninos também era difícil, por exemplo, na cultura hip-hop para entrar no final da década de 90, a gente precisava em um primeiro momento é quase que transvestir de homem. Tinha uma linguagem muito masculinizada e a gente foi entrando e subvertendo, né?! Então, isso foi uma construção que se deu na relação, gerou transformação para nós e para eles (BORGES, Dez./2019, entrevista).

Áurea Carolina também relata sua entrada no movimento feminista a partir da intercessão com a cultura hip-hop:

Nossa! Eu comecei, assim, de uma forma mais explícita foi aí no hip-hop, participando de grupos de mulheres, que era uma novidade na minha época, assim, a gente não tinha coletivos de mulheres da cultura hip-hop na minha cidade. Então, a gente começou a propor isso de maneira inovadora e foi nesses espaços e que eu fui aprendendo (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

Nos fragmentos selecionados para marcar a entrada das interlocutoras no movimento feminista temos essa entrada relacionada com o estar em um grupo, excetuando Fernanda, que recebe livros de sua tia para entender o feminismo. As demais relatam a entrada em grupos para entender mais a fundo o que é o feminismo e Julia, inclusive, relata a necessidade das formações para conseguir se afirmar como feminista. O que me leva a entender que no cenário do início dos anos 2000 o feminismo ainda se constituía como uma identidade não acessível para muitas pessoas, como Larissa sinaliza ao argumentar sobre a dificuldade de ter textos e o não acesso à internet. Esse cenário do início dos anos 2000 ajuda a configurar o feminismo ainda como um tabu, ou seja, havia (há ainda?) um imaginário que tornava o feminismo um movimento proibido e atrelado a práticas e costumes que são disruptivas e a falta de acesso a informações e materiais, que trouxessem outros pontos de vista, ajudavam a tornar essas crenças mais verdadeiras e a fazer com que o acesso ao feminismo fosse mais restrito.

Ao serem questionadas sobre se reconhecerem como feministas as interlocutoras afirmam que sim e pontuam que na atualidade o feminismo faz parte das suas identidades de uma forma inegociável:

Eu acho que feminismo é parte do que eu sou, é algo que é parte do que é inegociável para mim (GRIGOLIN, Ago./2019, entrevista).

Por causa da vida toda. É, o feminismo na verdade é onde eu construo grande parte da minha identidade, assim, inclusive, da minha identidade como mulher, assim, através do feminismo que eu acho que me construí mesmo e me reconheci enquanto mulher, e acho que o próprio debate de juventude foi o movimento do feminismo, muito mais a partir da prática do que uma discussão teórica. Eu acho que hoje eu tenho muito mais discussão teórica, aprofundamento de teorias que pra mim nem faziam tanto sentido antes, e, enfim, acho que é minha leitura de mundo, acho que não consigo ver, ler o mundo sem pensar através do feminismo, sem pensar na desigualdade que atravessa a vida das mulheres e homens, e de ver também, de me reconhecer, de como atravessa a minha vida, enfim (AMORA, Set./2019, entrevista).

Ah, nossa até o carço! Feminista assim de trás pra frente, de frente para traz, do avesso... Porque ser feminista para mim é ter uma postura de não me conformar com nenhuma injustiça, com nenhuma forma de opressão e trabalhar essas violências também na minha conduta e nas minhas emoções. Então, lutar por direitos, por uma sociedade de justiça, né?! De oportunidades, de felicidade, de bem viver para todo mundo, significa também descolonizar as minhas práticas e o meu pensamento (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

O feminismo se torna, assim, além de prática presente na vida destas mulheres uma forma de ser e agir no mundo, fazendo com que os ideais feministas em que acreditam estejam presentes em seus diferentes espaços de atuação, e se constituam como um elemento inegociável em suas vidas, tal como Fernanda pontua, compondo desta forma, suas identidades. As interlocutoras, que eram jovens no início dos anos 2000, fazem parte de um grupo que conseguiu observar diversas mudanças no feminismo brasileiro no decorrer dos últimos vinte anos, até por que elas, enquanto grupo, mobilizaram muito destas mudanças.

Uma primeira grande mudança é o fato de que para elas terem contato com o feminismo foi necessário estar em um movimento, em um grupo e acessarem um feminismo organizado em uma estrutura. Faziam parte de movimentos e grupos que tinham agenda, pauta e uma organização estruturada. Como pontua Julia Zanetti:

Então, eu entendo o feminismo hoje... Fantástico, primeiro uma coisa que eu acho muito fenomenal é isso quando eu, lá no início dos anos 2000, quando

eu comecei a participar do movimento eu comecei a participar do movimento muito estruturado. Eu entrei no ano que estava tendo a marcha mundial das mulheres (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

E essa realidade, de precisar estar em um movimento estruturado para ser feminista já é algo que se transformou ao longo destes anos, como pontua Iara Amora:

Eu acho que a gente, a gente falando de dentro do grupo feminismo, eu acho que a gente avançou muito, chegar em muitos lugares que a gente não chegava assim, tem algumas coisas práticas para mim que eu sempre uso de referência para isso, que é tipo, quando eu estava na faculdade não existia praticamente coletivo de jovens mulheres e hoje, pegando o Rio de Janeiro é difícil você achar uma faculdade ou uma Universidade, pelo menos, que não tenha essa discussão tão presente, tão organizada (AMORA, Set./2019, entrevista).

Uma segunda grande mudança são os chamados conflitos intergeracionais, que eram conflitos despertados pela entrada das jovens em um movimento que apelava para uma estrutura hierárquica mais rígida, na qual o ser jovem era subalternizado como chama atenção Julia Zanetti:

E quando eu entrei na CAMTRA, a CAMTRA, logo em seguida, virou secretaria da marcha e tal e para mim, vinda do movimento de juventude de igreja, o tempo todo era cobrado os jovens tivesse uma participação autônoma, que os jovens tivessem uma participação ativa, que não fosse só para carregar cadeira e distribuir panfleto fiquei chocada com o lugar da juventude no movimento feminista (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

E Áurea Carolina também relembra:

Quando eu tô no hip-hop não, depois eu não lembro, acho que isso não era importante, mas depois, quando eu entro no movimento de mulheres jovens mesmo, né?! É que eu vou entender que esses conflitos existem assim. Quando eu participo do Fórum Cone Sul essa é uma questão que aparecia lá, os diálogos intergeracionais. E, aí, mais adiante, eu começo a ver tensões também, por exemplo, eu me lembro de prestar uma consultoria junto à secretaria de políticas para as mulheres que foi extinta, né?! No governo federal, sobre o pacto de enfrentamento à violência contra as mulheres e eu jovem tendo que trabalhar com feministas históricas, bem mais velhas e eu percebi uma diferença na relação de poder, muito grande, no trabalho, é... alguns silenciamentos, até assédio moral. Assim, e eu vi que, embora fossem feministas, não, necessariamente, estavam dispostas a questionar a sua posição numa hierarquia, sabe? (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).



Larissa Borges também pontua a existência desta relação:

Era muito difícil, assim, porque em alguns contextos a gente era vista como as meninas, as juvenzinhas ou que não sabiam nada, ou que era muito petulante, ou que estava querendo chegar na hora e sentar na janelinha e não foram com todas que a gente teve um acolhimento e uma orientação. Elas, em alguma medida, se sentiram ameaçadas com a nossa presença, mas depois foram entendendo que era preciso, era possível, era necessário ter outras relações, né? E a gente também foi aprendendo a aprender com elas com os acertos e com os erros. A luta, ela precisa de continuidade, né? E essa continuidade tem o tom das novas gerações. Então, quem vai chegando vai trazendo seus elementos, seus sonhos, seus desafios, suas potencialidades, suas limitações também e a gente vai aprendendo com isso, né? (BORGES, Dez./2019, entrevista).

A identificação desses conflitos pelas interlocutoras da pesquisa dialogam com as referências bibliográficas utilizadas para mapear a entrada das jovens mulheres no feminismo, tais como: Araujo (2013) e Sousa (2014). E, na atualidade, podemos observar uma nova relação dos diferentes feminismos com as juventudes, inclusive por que uma expressiva parte das pessoas que se reivindicam feministas são jovens. Jovens que utilizam diferentes linguagens para comunicar o que é o feminismo e conseguem grande alcance através das redes sociais. Expressando, assim, as principais demandas do movimento feminista. Julia Zanetti (entrevista, 2019) argumenta que “as estratégias das jovens é que estão dando visibilidade” e este fato cria uma crise de identidade para organizações do movimento feminista, do tipo estruturado, que até bem pouco tempo atrás seguia fortalecido através da estrutura de ONG’s, com maior disponibilidade de recursos para construir suas ações.

Uma terceira questão apontada pelas interlocutoras desta pesquisa é que hoje o feminismo é reconhecidamente múltiplo e plural. Por isso, a importância de falar de feminismos. O feminismo na atualidade transborda os limites imaginados e praticados durante muito tempo. Para Larissa Borges:

Hoje eu acho que, a gente só pode falar de feminismos, porque a luta das mulheres de diferentes lugares foi construída de diferentes, vamos dizer, assim, tonalidades, né?! É como se a gente tivesse cores, é uma paleta de cores muito mais ampla do que a gente tinha no início, né?! Assim, olhando de longe, a gente pensava que era uma coisa só. Mas, a vivência a experiência de cada mulher, o jeito de lutar, a conjuntura de cada contexto, vai gerando outras formas de pensar e de fazer a luta das mulheres, né? Então, por exemplo, as mulheres que estão lutando nas ocupações têm uma dinâmica, as mulheres que estão lutando no interior, nas cidades, do campo. O campo têm outra dinâmica, a periferia e a academia têm outras dinâmicas e aí não é só a dinâmica, mas é um pensamento e uma forma de fazer, o agir que é diferenciada, e, às vezes, um foco também que é diferenciado, né.

Então, enquanto algumas feministas estão preocupadas em gerar produções acadêmicas, outras estão gerando produções artísticas, né? A gente vê nos saraus. Então, a gente tem aí diferentes formas de fazer essa luta das mulheres, diferentes formas de as mulheres existirem que vão se complementando, né?! (BORGES, Dez./2019, entrevista).

Que é algo que foi alimentado também pelas práticas das jovens mulheres, de trazerem para dentro da cena feminista o debate sobre as variadas intercessões de suas identidades. Inicia-se já na primeira década dos anos 2000 quando as jovens mulheres declaram sua juventude como uma identidade específica e conseguem somar outras questões a esta identidade como a identificação étnico-racial e a orientação sexual. E, também com esses diálogos vão ampliando as formas de identificação com o feminismo. Como podemos observar no histórico sobre a entrada das jovens mulheres no feminismo, quando sinalizam os espaços criados naquele momento como locais para além de debaterem sobre suas demandas e especificidades se fortaleceram politicamente (PAPA, 2009; ZANETTI 2009; 2011).

As questões que as jovens mulheres trazem tanto para o debate no interior do movimento feminista, quanto no debate das políticas públicas no início dos anos 2000, não estão somente relacionadas à sua identidade de mulher, mas sim a toda uma construção que elas fazem desta identidade relacionando-as com geração, etnia, orientação sexual. E, deste modo, trazem para o tecido social questões que eram problematizadas em outros tempos históricos por outras mulheres, tais como Sojourner Truth (*apud* Ribeiro, 2017), mulher negra que foi escravizada, que questiona a uma plateia, em 1851, se ela não era uma mulher. Ou Judith Butler (2008), que afirma nos anos de 1990 que ser mulher não é tudo que alguém é. E somam-se, também, as considerações de Kimberlé Crenshaw (2002) quando esta propõe a interseccionalidade como forma de entender como os sistemas discriminatórios criam desigualdades. E que, portanto, devemos considerar as diversas intersecções da identidade das mulheres ao propor políticas públicas, por exemplo.

Essas formas de se identificar socialmente, pontuando além da identidade de jovem mulher, podem ser lidas como um amadurecimento que as jovens mulheres trazem para dentro do movimento feminista hegemônico, até então, majoritariamente, branco e elitista. Criando espaço para que demandas históricas, como a defesa da humanidade de todas as mulheres, pudessem ser pluralizadas, trazendo para aquele espaço outras possibilidades de vivência do feminino. Como já pontuado, isso não foi feito sem disputa e conflitos geracionais, como visto nas entrevistas acima e nos trabalhos de Zanetti (2009; 2011) e Sousa (2014), foram vividos por estas jovens mulheres. Entretanto, como nos sinaliza Larissa Borges (2019, Entrevista): “a luta precisa de continuidade e essa continuidade tem o tom das

novas gerações”. E jovens mulheres e mulheres mais velhas foram aprendendo a se comunicar.

As jovens mulheres que atuaram em ocupações estudantis em 2015 e 2016 tiveram contato com feminismo através da sua participação em atividades do movimento estudantil ou ações de grupos feministas dentro da escola. Além da participação nestes coletivos e grupos algumas jovens relatam a importância da internet e a utilização das redes sociais para conhecer mais sobre o feminismo.

Interessante pontuar que a forma como o feminismo chega a algumas destas jovens causa estranhamentos e contradições, existe uma consciência que o movimento feminista é importante, mas existe, nestas jovens, questionamentos à forma como este movimento é apresentado a elas, como podemos observar nas falas de Mariana Oliveira e Mariana Teodosio:

Vamos lá, a gente vai ter que fazer um *remember*. Eu me considero uma jovem feminista, mas a questão raça sempre foi mais latente pra mim. Porque o contato que eu tive com o feminismo de primeira foi um contato acolhedor, mas foi um contato que eu não me identificava, porque eram referências muito brancas e, obviamente, essa roupa não ia me vestir e, aí, foi um momento de muita confusão mental. Na verdade, de tipo querer me identificar nessa categoria de mulher feminista, mas ainda ter as minhas contradições dentro do próprio movimento, me ver afastada e, ainda, são questões que, ainda, eu vivo. Mas que são menos latentes ou se desdobraram em outras, mas eu consigo me colocar como uma mulher feminista sem ter muitos pesos sobre isso (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Cara, eu vou confessar que eu tenho muita dificuldade com o feminismo, assim, de tá dentro de uma militância feminista. Inclusive, quando tentam me jogar para essa tarefa do movimento, eu tento fugir, porque eu acho que tem uma dualidade muito grande assim, né?! O feminismo para quem está disposto a construir uma luta feminista, né? Tipo, acho que o feminismo do Rio de Janeiro, a construção dessa militância feminista ainda é muito embraquecida (TEODOSIO, Nov./2019, entrevista).

Observo nestes trechos que as jovens mulheres que atuaram nas ocupações de 2015 e 2016 produzem críticas que são semelhantes às tecidas pelas jovens mulheres atuantes no início dos anos de 2000. Questionam, assim, as pautas tradicionais do feminismo, nas tensões que são geradas a partir dos seus pertencimentos de raça e classe. E, ao se movimentarem neste sentido, essas jovens fazem uma ponte com as questões apresentadas pelo feminismo negro, ao questionar o lugar de destaque dado à experiência das mulheres brancas dentro do feminismo, problematizadas no espaço desta tese com as contribuições de Lélia Gonzalez (2008; 2018) e Angela Davis (2016; 2017). E resgatam, também, a importância de se

considerar a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) nas dinâmicas sociais, como bem pontua Mariana Oliveira, ao ser questionada sobre se sentia bem ao participar das ações do movimento feminista:

No início, não. Porque eu tava tendo contato com muitas mulheres brancas e isso não me contemplava, a pauta delas. “– Ah, porque a gente quer vir com as nossas saias sem ser incomodada pelo tamanho”. Isso são demandas dentro do colégio, que pra mim já era um pouco além disso. Óbvio, que eu também queria andar com liberdade, me expressar como todo mundo, mas eu também queria que minhas colegas conseguissem passar do sexto ano, por exemplo (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Críticas estas que trazem à tona a importância de considerar a experiência das sujeitas que estão naquele espaço e, assim, criar estratégias para existências mais plenas das jovens mulheres ali situadas. Essas críticas são as também tecidas no capítulo referente ao feminismo, onde reconheço que existe uma predominância histórica de um feminismo hegemônico, que é branco, elitista e excludente e, por isso, tende a apagar e marginalizar as lutas e as demandas de outras mulheres, que são brancas pobres, negras, indígenas, lésbicas, periféricas (MCCLINTOCK, 2010; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2017). E, em dado momento da contemporaneidade, as denúncias à forma deste feminismo hegemônico tratar as mulheres teve que ser revista e hoje podemos ver, no Brasil, um feminismo plural sendo formado e defendido, um feminismo que é decolonial, mas que também é negro. Observo, ainda, que as críticas tecidas a este tipo de feminismo são feitas há muito tempo, no Brasil temos os esforços de intelectuais como Lélia Gonzalez (2008; 2018), que desde os anos de 1980, denuncia a forma como as mulheres brancas feministas tratam as mulheres negras. Hoje vivemos em um momento no qual a disseminação da informação é possível de forma mais plural, o que colabora com a construção de novas formas de pensar o feminismo e o mundo, formas estas mais inclusivas. Que tendem a acolher melhor as experiências de diversas mulheres.

Os apontamentos sinalizados pelas jovens mulheres frente ao feminismo podem ser possíveis em decorrência do fato de estas jovens se reconhecerem como negras – 6 jovens se declaram negras ou pardas – e, com isso, entendem que a questão da negritude não pode ser considerada como um acessório de suas identidades, a negritude as compõe e compõe também a forma como a sociedade as irá tratar:

E a virada de chave pra mim dentro do feminismo, foi quando eu consegui me articular com a Ana Beatriz e a gente começou a conversar, a gente saiu

conversando na hora do recreio com um monte de menina que a gente nem falava, mas que a gente queria conversar e saber o que elas estavam achando. Por ser um colégio pequeno e a gente ser muito inquieta, a gente conseguia fazer muitos festivais e movimentos e eventos. Desde, eu pegando o microfone no recreio e deixando o microfone aberto para todo mundo falar, e que trouxe experiências bem legais, a gente escutou histórias que a gente não esperava escutar. Mas a virada de chave foi quando eu consegui me encontrar com outras meninas negras dentro do colégio (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Estas tensões e questionamentos estarão presentes na forma como as jovens mulheres irão construir as ocupações estudantis em 2015 e 2016. Se somando às questões relacionadas à negritude, temos, também, as jovens mulheres que atuaram nas ocupações estudantis trazendo para a cena o debate sobre a classe, como sinalizam Beatriz Saraiva e Mariana Fernandes:

Olha, vou inverter. Então, ao invés de me considerar feminista eu vou me considerar comunista, que é o que de fato eu sou. Eu concordo com o que falou que da gente enquanto mulher querer defender a nossa emancipação, mas eu sei que não é uma coisa que mudando individualmente uma mulher a rede toda precisa ser mudada e a relação daquela estrutura ali vai ser mudada. Então, pensar que existe um modelo, uma sociedade por trás que, inclusive, necessita que o machismo continue existindo, seja para diminuir a média salarial dos trabalhadores, ou seja, para continuar tendo mulheres no papel reprodutivo, ou seja, para ter mais gente trabalhando. Ele precisa de mulheres nessa condição. Então, eu acho que se eu sou feminista, eu busco a emancipação das mulheres de uma maneira geral sim. Mas eu sou, sendo classista e comunista entendo que mulheres só serão emancipadas quando a classe, a raça humana inteira será, sabe? Eu busco a emancipação total dos trabalhadores, eu acho que é isso (SARAIVA, Dez./2019, entrevista).

Porque, eu sou de uma corrente do feminismo classista. Então, a gente acredita que a classe trabalhadora que vai de fato precisar se emancipar, né? Então, ali a partir das mulheres, né? Mas, são com as mulheres que vão dar o pontapé inicial para isso tudo, então, para isso a gente precisa estar coesa e organizada e é isso (FERNANDES, Dez./2019, entrevista).

Essas jovens trazem para a cena escolar o debate que estava sendo gestado na primeira década dos anos 2000 pelas jovens mulheres que se articulavam na construção da sujeita política jovens mulheres, um debate no qual a interseccionalidade tinha centralidade e elas, mais uma vez, questionavam a hegemonia do feminismo branco. E, com isso, construíam possibilidade de existência para a pluralidade e questionavam a imagem da mulher branca como única representante do segmento mulher.

Apesar dessas tensões e questionamentos feitos ao feminismo, enquanto movimento social, as jovens mulheres que participaram de ocupações estudantis em 2015 e 2016 se

reconhecem como jovens feministas e, ao serem questionadas se o feminismo mudou algo em sua vida afirmam que:

Com certeza. É, porque assim, eu sempre fui a neta. Mas, eu não era deslocada, eu era revoltada, que era o que eles diziam a palavra que a minha família falava... é... assim: "– Ah, Carol, passa maquiagem", "– Não quero", "– Mas, você vai sair assim?". E quando eu conheci a palavra feminismo, eu virei uma pessoa muito chata para a minha família, porque, aí, eu sabia que eu não estava louca. Entendeu? Que, assim, não era que estava sendo, como que eu vou dizer?... Eu não era, assim, um indivíduo ali sozinho subversivo ao que a minha família estava falando que era o certo. Existem outras pessoas que também não achavam aquilo certo (GONÇALVES, Nov./2019, entrevista).

Mudou para novas inquietudes e, ao mesmo tempo, confortos, porque não me achava maluca, ponto e isso é um grande ponto [...] Então, o feminismo me ajudou a acreditar nas minhas falas, nas narrativas que eu queria colocar ali, com a perspectiva de uma mulher, não necessariamente por ser mulher é que vai ser feminista. Mas... acho que deu pra entender (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Acho que sim, eu acho que mudou completamente, pelo que eu tava falando, assim, porque se não fosse por isso eu não estaria militando hoje e toda minha vida hoje é pautada por isso, pela militância. Então, tipo, eu acho que de muitas mulheres, inclusive, que tão nessa trajetória comigo de militância começaram a militar por causa do feminismo. Assim, e que eu acho que foi até de uma época que eu acreditava em um monte de coisa que hoje eu discordo completamente. Então, amadurecimento político, que faz parte também, mas que, tipo, se não fossem estas referências feministas que eu lia, que eu tentava acompanhar, ficava pesquisando discussão na internet sobre feminismo para tentar entender mais. Eu acho que se não fosse isso, tipo, eu, sei lá, talvez, eu nem fosse de esquerda (TEODOSIO, Nov./2019, entrevista).

Ah, nossa, muito! Tudo eu acho, acho que desde as relações pessoais, de conseguir namoros extremamente saudáveis, de conseguir ter relacionamento com as pessoas, de saber o meu limite, de me conhecer mais, de entender que eu posso e preciso me conhecer. Até saber das minhas possibilidades o que eu posso ser capaz de fazer sabe? De não me entender, não me sentir inferior ou impossibilitada de fazer determinadas coisas. Acho que construiu boa parte do que eu sou hoje. Ah, não sei, acho que é isso (FERNANDES, Dez./2019, entrevista).

Acho que mudou bastante coisa. Principalmente, uma coisa que eu percebo muito no dia a dia é a relação com a minha mãe. Eu acho que a gente é muito mais amiga, sabe? Acho que a gente conversa mais, acho que a gente fala mais sobre as coisas do nosso dia a dia, da gente, de mulher, sabe? Foi muito importante pra eu me entender como lésbica, pra eu sentir meu corpo, ver meu corpo e entender que é isso mesmo quem eu sou, que não tem nada de errado com o meu corpo, comigo. De entender que eu tenho condição

intelectual de me formar, de estar numa universidade, por exemplo, daqui a algum tempo. Eu acho que são coisas que o movimento feminista me trouxe, que acho que se eu não tivesse hoje o movimento feminista, se eu não conhecesse o movimento feminista, eu acredito que eu não seria essa pessoa que eu sou hoje. Então, eu sou muito grata a tudo que aprendi com o movimento feminista e tudo que eu ainda tenho para aprender como o movimento feminista, eu acho que é uma coisa da gente se entender, o que a gente é no mundo, o que são as mulheres, sabe? O que a gente pode fazer, qual o nosso papel na sociedade e qual o papel que é imposto pra gente na sociedade. Acho que é isso (SILVA, L. Dez./2019, entrevista).

Reproduzo parte das respostas da maioria das jovens entrevistadas para que possamos perceber as similaridades presentes na forma como estas jovens afirmam como o feminismo mudou algo em suas vidas. Existe na relação delas com o feminismo, a identificação de que este foi e é importante em suas construções identitárias, uma vez que permite que elas tenham voz, acreditem em si mesmas e não se vejam sozinhas no mundo. Além disso, as posicionam de forma coletiva, na qual reconhecem a sua posição na sociedade, enquanto jovens, mulheres, negras e periféricas e, a partir disso, criam estratégias para estar no mundo de uma forma mais plena, na qual é possível ser quem você é. Ao sinalizarem o papel de relevo que o feminismo tem em suas construções identitárias, reconhecem a importância da história deste movimento para que as jovens mulheres pudessem agir na atualidade, como nos aponta Beatriz Saraiva:

Acho que, não sei... porque, tem tudo a ver né, você pensar que a gente vive um processo histórico e nada é separado uma coisa da outra, o movimento sufragista lá em mil novecentos e bolinha influenciou a gente conseguir votar hoje. Aquela feminista francesa que fez a declaração da mulher também influenciou com que a gente tivesse direitos políticos e de uma maneira geral vai virando uma bola de neve que a própria dialética de Marx, né? Que... hoje em dia, as mulheres têm mais direitos, ou mais atuação, ou mais visibilidade em relação a isso, o que não significa que todas tenham, que não sejam a maioria esmagadora que vá ter e que seja igual em todos os países, porque existem múltiplas desigualdades para além da desigualdade central, né?! (SARAIVA, Dez./2019, entrevista).

Ao reconhecer esse legado deixado pelo feminismo, enquanto movimento social, as jovens mulheres defendem a importância desta história e, ao mesmo tempo, nos sinalizam da necessidade de construir e de desconstruir muita coisa ainda, como já sinaliza Beatriz em sua fala acima e como também expõe Ana Carolina:

Com certeza, se não tivesse tido todos os movimento desde a década de 60 até hoje, né? Que foi um dos mais fortes, assim, até onde eu sei, até onde eu estudei, a gente hoje não teria a mesma facilidade em... sei lá... Sair de casa e



perguntarem para você: "– O que você tá indo fazer?" e você falar que está indo em uma manifestação ou, sei lá, só dizer que vai sair, se não tivessem tido esses embates, a gente hoje ia estar bem mais atrás. Assim, em questão de conquistas a serem feitas, a gente ainda tem muita coisa para fazer, mas eu entendo que o que a gente tem hoje já é bastante coisa se a gente compara, sei lá, 60 anos atrás (GONÇALVES, Nov./2019, entrevista).

O que resgata algo que foi sinalizado quando observamos a entrada das jovens nos feminismos no início dos anos 2000 de que o movimento feminista tinha conquistas sim, mas que era preciso ainda avançar muito mais. E, ao reconhecerem a necessidade de avanço, reconhecem que o retrocesso é uma possibilidade, mas que não será feito sem disputa:

Eu acho que o movimento feminista vem, ao longo da história, fazendo essas lutas e garantindo, fazendo esses enfrentamentos e garantindo vários direitos para as mulheres como, por exemplo, conseguirem sair de casa [...] Acho que todas essas coisas, que não estão nem perto de ser o ideal, mas ao longo do tempo a gente foi debatendo, a gente foi arrancando deles essas coisas, sabe? O direito de trabalhar, o direito de estudar, o direito de sair na rua, sabe? Foi coisa que a gente arrancou e eu acho que o movimento feminista foi o espaço onde a gente aglutinou essas pautas e pensou e foi fazer, acho que é muito importante, por exemplo, a questão do direito ao aborto. Foi uma das principais pautas da União Soviética. A questão das mulheres no mercado de trabalho, sabe? [...] Eu acho que isso puxou muitas coisas, as grandes manifestações, por exemplo, a questão do voto, várias coisas que foram histórias que possibilitaram da gente avançar e não ter mais a perspectiva de retroceder, sabe?! Toda vez que tentam tirar um direito nosso, sabem que vão ter trabalho, por exemplo, a questão do Cunha, acho que foi em 2015 (SILVA, L. Dez./2019, entrevista).

Reconhecem, também, que na atualidade o feminismo não se configura mais como um tabu, um tema que era desconhecido e desconsiderado por grande parte das mulheres. Na atualidade, o feminismo está presente nos mais diversos lugares, como expõe Mariana Oliveira:

Acho, porque o feminismo ou você gosta ou você não gosta. Ele é um ponto de debate hoje em dia, ele tá na mesa de bares, ele tá nas escolas, ele tá nos encontros de família, ele tá no natal, tá no ano novo. Tá, aí, pra ser discutido, lide com isso. Gostando ou não, e aí eu acho, assim, até para o próprio capitalismo, é uma coisa, ele se apropriou legal (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Com isso, observo que as jovens mulheres atuantes nas ocupações de 2015 e 2016 possuem, em sua maioria, uma trajetória no feminismo que é anterior ao processo de ocupação. E que esta inserção no feminismo se dá em diálogo com eventos ocorridos no âmbito escolar ou a partir dele, mas também pela busca destas jovens através da internet.

Expõem conflitos com o feminismo inicialmente apresentado a elas, pois trazem em suas trajetórias questões relacionadas à raça e à classe que, por vezes, são invisibilizadas em alguns movimentos feministas. Entretanto, este ponto não retira o reconhecimento destas jovens como jovens feministas, mas aponta para a necessidade de formação de movimentos feministas que possam dialogar com as questões trazidas pelas jovens. Como um movimento que observamos na contemporaneidade, em relação ao movimento feminista, que é ampliação de suas bandeiras e uma adesão cada vez maior das jovens mulheres.

O acesso que as jovens mulheres, que participaram de ocupações em 2015 e 2016, tiveram no feminismo foi diferente da forma das mulheres que eram jovens nos anos 2000. Como já sinalizado, essas jovens dos anos 2000 entram em um feminismo estruturado, e, portanto, organizado em forma de movimento social ou em ONG's, já o segundo grupo de jovens mulheres possuem outras vivências, não, necessariamente, estando em um movimento feminista, e nenhuma das jovens mulheres entrevistadas menciona a participação em ONG's feministas. O que indica mudança na forma que essas jovens vivenciam o feminismo, enquanto movimento social.

Observo, também, que as diferenças que as jovens mulheres trazem, tanto as jovens atuantes no início dos anos de 2000, quanto as jovens atuantes em 2015 e 2016, fazem diferença no feminismo. E atualizam, desta forma, a defesa da diferença como um elemento importante para a prática feminista, como aponta Audre Lorde (2019). Nas vivências dos dois perfis das interlocutoras desta pesquisa, observamos que a prática feminista tende a possibilitar que estas jovens mulheres e estas mulheres construam novas formas de ser e estar no mundo, contribuindo, assim, para o questionamento das subalternidades e a emancipação humana (LORDE, 2019). Essas diferenças forçam os limites estabelecidos, produzindo uma identidade que deve ser vista de forma interseccional, desestabilizando a forma histórica com que o feminismo era conhecido até bem pouco tempo atrás: um movimento branco e elitista. Hoje observamos múltiplas identidades se reivindicando como feministas, as fronteiras se ampliaram, como argumenta Áurea Silva, ao ser questionada sobre se observa mudanças no feminismo:

Ah, eu acho, porque os feminismos vão ampliando continuamente os seus limites, até que não tenha limites. Então, quando vêm as mulheres trans e problematizam a questão da cisgeneridade de uma maneira tão primordial. Eu acho, que ele tá rompendo com esses limites também. Então, eu acho que... As mulheres negras, né? As mulheres indígenas, as mulheres quilombolas, as mulheres da saúde mental. Então, assim, as mulheres jovens... Esses muitos pertencimentos vão expandindo todas as fronteiras e

vão criando circuitos também, né? Porque de saída nenhuma dessas coisas é fixa, ser mulher lésbica, trans, não. São marcas que nos ajudam a circular e fazer pontes, conexões. Porque o exercício é de liberdade, é de emancipação, é pra isso que serve (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

E, assim, o feminismo como um movimento social se atualiza, se construindo e sendo construído de forma cada vez mais plural, mas não sem disputa. Abaixo exponho a categoria Campo Político.

### 6.2.3 Campo Político

Compreendo as mulheres que eram jovens no início dos anos 2000 como jovens mulheres que contribuíram ativamente com a formação da sujeita política jovens mulheres. Como observado ao longo desta tese essa construção é algo recente no cenário brasileiro, por isso, se torna importante ouvir essas mulheres que estiveram presentes em um momento de “aprofundamento da democracia no país”, como descreve Larissa Borges (2019, Entrevista).

Ao categorizar o Campo Político busco descrever os eventos que levam essas jovens a se pensarem enquanto sujeitas coletivas e, portanto, atrizes políticas importantes na construção e no debate de políticas públicas direcionadas para as juventudes e para as mulheres. Descrevo os eventos lembrados pelas interlocutoras como marcos importantes para se pensarem enquanto jovens mulheres e, a partir daí, construir uma identidade coletiva. Identidade esta consolidada no cenário brasileiro, que encontra ecos, também, nas ocupações estudantis de 2015 e 2016, na quais observamos um grande protagonismo de jovens mulheres. As ocupações estudantis de 2015 e 2016 também trazem um campo político específico que será considerado na construção da categoria Ocupações.

Julia, Fernanda, Iara, Larissa e Áurea, na primeira década dos anos 2000, eram jovens que já atuavam em movimentos sociais. Julia e Iara, além de trabalharem na CAMTRA, compunham o Núcleo de Mulheres Jovens, daquela instituição no Rio de Janeiro; Fernanda formava, em conjunto com outras jovens, o grupo Jovens Feministas de São Paulo; Larissa compunha o Negras Ativas em Belo Horizonte e Áurea compunha o Coletivo Hip-hop Chama e o grupo de rap Liricaos. Essas inserções possibilitaram a essas jovens atuarem em diferentes espaços e participarem de diferentes encontros.

Esta pesquisa parte da hipótese de que as jovens mulheres primeiro se organizam como jovens feministas para, em seguida, reivindicarem a identidade coletiva de jovens mulheres e, ao dialogar sobre isso com as interlocutoras, elas me fazem pensar em questões

que não considere anteriormente. Áurea chama minha atenção para como esta identidade de jovem feminista e jovem mulher começa a ser formada:

Eu acho que o fluxo vem dos grupos de juventude para o de mulheres, não o contrário. Assim, claro, que existiu, a gente pode falar assim de mulheres jovens que vieram antes de coletivos feministas mistos, né?! Com mulheres mais velhas, mas eu acho que é nas juventudes que esse debate vai se conformando mesmo para pautar movimentos mais genéricos, né?! De mulheres. A questão geracional, assim, é sempre o polo que está questionando, tipo, os movimentos... as discussões raciais surgem a partir do questionamento das mulheres negras, as questões da identidade de gênero vêm do questionamento das mulheres trans, das mulheres lésbicas, bissexuais, sabe? Então, eu acho que o polo de questionamento vem das jovens, né? Reivindicando estar de igual para igual, né?! Problematizando as relações de poder, e isso que vai explodindo, né?! Aquela coisa mais enquadrada, mais limitada do que seria a experiência feminista, né?! (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

Julia Zanetti já chamava a atenção para a forma como a juventude era tratada dentro do movimento feminista, como destacado anteriormente e isso a motiva a fazer sua dissertação de mestrado tentando entender as relações intergeracionais no contexto do movimento feminista no Rio de Janeiro, dissertação defendida em 2009 (ZANETTI, 2009). Além disto, em sua pesquisa Zanetti (2009; 2011) destaca que as jovens que entram nos grupos feministas no início dos anos de 2000 já estavam atuando em outros grupos e coletivos, ou seja, o argumento pontuado por Áurea tende a demonstrar um fluxo que foi sinalizado em trabalhos como o de Zanetti.

Interessante pontuar que tanto Áurea, quanto Julia são interlocutoras que relatam um percurso em movimentos de juventudes anterior à entrada no feminismo e são elas que chamam a atenção para esse fluxo de questionamento. Apesar de trazerem ressalvas, todas concordam com esta hipótese:

É, não sei, porque assim, o que me parece é que, talvez, tenha se tornado, passado a nomear jovens mulheres quando passou a ser uma disputa de políticas públicas. Enquanto é uma disputa dentro do movimento acho que é. Talvez, fossem jovens feministas e, aí, eu me lembro da primeira atividade do Forito que eu participei, em algum momento, tinha uma atividade desta pesquisa Juventude do Instituto da Cidadania e, aí, uma das questões era essa: quais seriam as políticas públicas específicas para jovens Mulheres? Nesse momento, era uma dificuldade em identificar: “– Ok, vocês são jovens feministas, mas o que vocês querem?” Sabe, assim? Então, eu acho que talvez tenha uma hipótese é que este primeiro momento, talvez tenha sido um primeiro momento de afirmação dentro do movimento e um momento posterior, a partir da coisa das conferências, tenha sido um momento de construção de políticas públicas. E, aí, você não pode falar de política

pública para feminista, né?! Se constroem políticas públicas para as mulheres. Forçando rapidamente é o que me parece mais, que faz mais sentido. Não sei se é isso (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

Olha, olhando pela minha vivência, sim. Eu primeiro me reconheci como uma mulher jovem. Não, primeiro eu me reconheci como feminista e fui encontrando outras feministas, né, de várias gerações aí dentro dessa questão e fui percebendo a questão da mulher jovem, por que outras mulheres jovens estavam falando disso, e isso dizendo para o lado da Mariana Nasser (GRIGOLIN, Ago./2019, entrevista).

Eu acho que, pensando nesse histórico faz sentido, porque todas essas mulheres, a maioria, eram de organizações ou movimentos sei lá. Algo que era mais do movimento hip-hop, pensando identidade mesmo num geral, que eu lembro é era muito mais a partir de pessoas, mulheres jovens que estavam ligadas a instituições, organizações ou movimentos feministas, eu acho que sim [...] Uma coisa que eu fiquei pensando agora, para além do que eu vivi, conheci, é que, fiquei pensando num movimento contrário, se saísse de uma identidade de juventude para depois... os movimentos de juventudes (estou dando minha visão superficial) e acho que hoje também não é muito assim, quer dizer, acho que já avançou muito. É, mas acho que a princípio quando as mulheres estão em movimento mais de juventude ou naquela época acho que tinha mulher, mas muito mais identidade jovem porque acho que a identidade mulher, o feminismo que possibilitou discutir essa identidade mulher, mas você vê não que na própria atuação e acho que tudo que a gente viveu e viu, em contato com muitas mulheres, né? Assim, jovens até nos cursos e não só na atuação de juventude, nas tensões (AMORA, Set./2019, entrevista).

Dentre os questionamentos, na hipótese levantada está o fato de que ser feminista na primeira década dos anos 2000 era tido como um tabu, mas foi justamente a entrada no movimento feminista que permitiu a estas jovens refletir sobre a sua identidade de mulher, e, posteriormente, de jovem. Estas interações são possibilitadas pelos encontros que estas jovens participam, mas também pela fomentação de variados espaços onde elas puderam refletir sobre sua identidade, como destacado na fala de Julia Zanetti acima. E ao conjugar sua identidade de jovem com sua identidade de mulher percebem que possuem especificidades que as difere de outros grupos.

Já Larissa Borges chama a atenção para a construção que é feita sobre a identidade de jovem negra dentro do movimento negro:

Eu acho que tem diferentes jovens com diferentes trajetórias, então, por exemplo, para nós, negras, primeiro, nós nos reconhecemos como negras e depois a gente foi se reconhecer como feministas, né? E a gente já fazia essa discussão de juventude negra e, embora, o movimento negro não tenha agilidade da sistematização que os acadêmicos brancos tiveram a gente iniciou essa discussão do que era juventude, né? No momento que a gente

não tinha essa construção do estruturado na academia do que era juventude, a gente já estava discutindo juventude, a gente já tinha grupos de jovens organizados politicamente. Então, quando a academia conseguiu sistematizar, a gente já tinha uma vivência muito intensa, né? Não é a toa que um dos principais teóricos que falam sobre juventude, pesquisou a juventude em Belo Horizonte né? (BORGES, Dez./2019, entrevista).

Ou seja, já havia uma construção feita pela juventude negra sobre juventude que não chega a ser sistematizada tal como as construções feitas no interior de ONG's, como a Ação Educativa, que contavam com maiores recursos para tal, e que, portanto, conta com variadas publicações, incluindo dois livros que são utilizados como referências para esta tese. Ao buscar produções que pudessem sistematizar a experiência da juventude negra narrada por Larissa Borges encontro a publicação *Juventudes Negras do Brasil – Trajetórias e Lutas*, organizada pelo Observatório de Juventudes Negras (OJN), que “reúne ensaios, testemunhos e estudos sobre a condição, mobilização e vitórias da juventude negra, durante a busca por seu merecido lugar como cidadão e atores políticos brasileiros” (PAIM, 2012). Nesta publicação podemos acessar artigos que buscam registrar a experiência das negras jovens mulheres, dentre essas experiências ali registradas, temos um registro sobre o 1º Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas, no qual as autoras argumentam:

Apesar de a identidade política autônoma ‘Negras Jovens Feministas’ somente ter sido reconhecida e marcada ao longo dos anos de 2000, estas jovens estavam presentes em vários movimentos sociais, em especial, nos movimentos de juventude, negro e feminista, construindo e propondo estratégias para a superação do racismo, sexismo, machismo, adultocentrismo e lesbofobia. No entanto, as relações raciais desiguais se estruturam, até mesmo, nos espaços legítimos para a superação das iniquidades forjadas pelas relações de poder; mesmo com a participação dessas jovens, a invisibilidade da identidade política negra jovem esteve latente nos movimentos sociais, as discussões políticas trilham o caminho de eleger o ‘carro chefe’ das demandas e as mulheres negras jovens não eram prioridade em nenhum desses espaços (ANDRADE; LUIZ; QUEIROZ, 2012).

Podemos observar nesta crítica que as autoras sinalizam que esta identidade esteve presente em variados espaços, construindo-os, entretanto, a sua especificidade não foi definida como prioritária. O que demandou destas jovens processos de auto-organização, para que pudessem ser “visíveis”, o que inclui o próprio Encontro de Negras Jovens Feministas. Apesar desses esforços, vejo, em conjunto com Larissa Borges, que há uma dificuldade de a juventude negra sistematizar suas trajetórias. Processo que se dá, entre outras causas, por esta identidade não ter sido vista como prioritária em muitos espaços de articulação. O que

atualiza as denúncias de autoras como Gonzalez (2008; 2018); Davis (2016); Lorde (2019) em que essas intelectuais negras denunciam a dificuldade que movimentos feministas brancos e elitistas possuem de considerar a humanidade das mulheres negras, indígenas, latinas, não-brancas. E, também, as considerações de Grada Kilomba (2019) ao argumentar que as mulheres negras falam, mas, muitas vezes, devido ao sistema racista, suas vozes não são ouvidas, tal como destacado na citação acima. O que nos permite, também, entender que, apesar da identidade das mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000, ter sido reivindicada a partir da interseccionalidade, o que encontramos, muitas vezes, nas documentações é um perfil de jovens mulheres brancas.

Áurea Carolina reconhece, também, o aprendizado gerado pelo movimento feminista e pelo movimento negro, neste momento, para a consolidação do segmento jovens mulheres:

Sim, porque é na percepção crítica e que os feminismos proporcionam que se dá essa identificação como jovens mulheres mesmo, porque primeiro é preciso reconhecer que ser mulher significa uma diferença atravessada por muitas desigualdades e por muitas marcas, então politizar isso a partir dos feminismos é que traz essa nova categoria mesmo. Ela não surge, assim, do nada: “Então, somos jovens mulheres”, não! Assim, da mesma forma, assim, que dizer, somos jovens negras vem do aprendizado dos movimentos negros, de questionamento do racismo: “Ah, então somos jovens negras”. Então, como você descobriu que você é uma jovem negra? Pensando que o racismo, esse grande problema que vai condicionar a sua trajetória de vida, né? Então, sim, eu concordo totalmente com essa análise (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

Como destacado ao longo desta produção desde a sua formação as jovens mulheres trazem os seus variados pertencimentos como pautas importantes para serem debatidas dentro dos movimentos que fazem parte e esses pertencimentos se tornam temas de debates porque fazem parte de acúmulos que estas jovens trazem dos diversos lugares em que puderam refletir sobre sua identidade, como Áurea pontua. Ao sinalizar na hipótese de pesquisa que as jovens mulheres, primeiro, se configuram como jovens feministas é por observar, como dito anteriormente, que essas jovens tiveram dentro do feminismo espaço – não sem disputas – para refletir e construir sua identidade. Entretanto, isto não fica somente dentro do movimento feminista, a formação de um cenário de ampliação democrática permite que essas jovens construam perspectivas mais plurais e inclusivas e, assim, se construam enquanto jovens mulheres. É importante pontuar que para muitas negras jovens mulheres a construção primeira é sobre sua negritude, como pontuam Larissa Borges e Áurea Silva e, somente depois, é que estas jovens se pensam como juventude e como feminista. Então, ao entender as sujeitas da



pesquisa temos que localizar as sujeitas com as quais dialogamos a fim de entender o seu processo de formação.

Para as interlocutoras desta pesquisa, que eram jovens no início dos anos de 2000, ao nomearem o momento de ampliação democrática, afirmam que esse se dá nas gestões petistas do governo federal, que é quando o governo federal realiza um maior diálogo com a sociedade civil na forma, também, de Conferências Nacionais, como Julia e Áurea destacam:

As políticas identitárias foram ganhando força. Então, não só de juventude, de mulher, racial. Enfim, as mais variadas e é isso nesse campo acho que essa coisa de juventude cresceu e ganhou a legitimidade, virou políticas públicas. Acho que coisa de o governo Lula de criar uma Secretaria Nacional de Juventude, eu não lembro mais o ano, mas quando ele começou essa coisa de política de juventude, primeiro ele fez aquela pesquisa anterior do Instituto da Cidadania que foi fundamental para dar subsídios, para articular o que tinha de discussão sobre Juventude e, aí, depois começou aquela coisa do SNJ, CNJ, PROEJA. Não, PROJÓVEM que era o tripé inicial da política de juventude do governo Lula e de lá para cá foi se avançando se conseguiu o Estatuto Nacional de Juventude com alguns direitos específicos (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

Eu acho que isso é bem datado, eu acho que isso tá no processo de afirmação dos direitos da Juventude em conexão com os direitos das mulheres em um momento bem específico da história brasileira, que se dá a partir das gestões petistas no governo federal, quando se abre um debate sobre políticas para mulheres e políticas para juventude, de uma maneira muito mais ampla do que a gente tinha até então, não que não houvesse a discussão de políticas para as mulheres e políticas para a juventude antes de 2003, porque existiu. Mas é diferente como que isso passa a ser pautado no país e o processo de participação nas conferências, nos conselhos tudo aquilo foi uma arena de debate e de construção política e trouxe novos pertencimentos, novos sujeitos que constituíram emergiram na sociedade brasileira. Então, a gente pode falar de jovens indígenas, jovens negros, jovens mulheres, jovens LGBTI de uma maneira inédita, né, realmente. Então, eu tive a experiência de participar de conferência de mulheres, de juventude, de vários temas, né?! E eu estudei muito esse assunto e eu vi que é ali que a gente tem esse marco mesmo, é porque nós precisamos desenvolver estratégias para ocupar esses espaços com esses pertencimentos múltiplos (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

A ampliação das possibilidades de pensar a diversidade faz emergir novas sujeitas políticas, e isso também é alimentado por encontros que acontecem fora do espaço governamental. Ao criar mecanismos para que novas sujeitas políticas se expressem perante o governo, o Estado está cumprindo uma de suas promessas democráticas, em que possibilita que diferentes grupos de cidadãos e cidadãs formulem suas demandas e lutem por maior inclusão social. Conforme argumentado por Charles Tilly (2013), a democratização se pauta

em permitir que as pessoas de um dado Estado possam se comunicar com o Estado, apresentando suas demandas, e as Conferências Nacionais e demais encontros promovidos no âmbito do governo federal no Brasil, naquele tempo histórico, serviam a este propósito. A partir da compreensão do político, conforme apresentado por Mouffe (2015), podemos entender os processos vivenciados pelas mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000 como condizentes com uma prática política na qual as relações se baseavam em um conflito agonístico, reconhecendo que a outra e o outro não eram considerados inimigos e sim adversários.

Estes espaços possibilitaram que essas jovens experimentassem o uso de canais políticos legítimos criados pelo Estado. Sabemos que as decisões tomadas nestes espaços, infelizmente, não conseguiram ser vivenciadas por toda a juventude brasileira, entretanto, concordo com Castro (2011) quando ela afirma que uma das importâncias deste cenário político brasileiro – de eventos nacionais – foi a possibilidade de socializar as jovens mulheres para o jogo político institucional, conforme explorei no capítulo um desta tese. Além disso, estes espaços permitem que segmentos que, historicamente, não eram ouvidos possam ter suas vozes consideradas, permitindo uma reescrita de sua subalternidade (SPIVAK, 2010). Ocupando e disputando o espaço político e promovendo, desta forma, a consolidação de uma sujeita política ativa na sociedade brasileira, que são as jovens mulheres.

Ao serem questionadas sobre que grupos possibilitam a formação e articulação das jovens feministas as sujeitas de pesquisa reconhecem que o Forito (Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas) foi um destes espaços de articulação. Inclusive, porque foi um espaço formativo que atuou por quase oito anos promovendo encontros onde as jovens mulheres podiam refletir sobre suas especificidades:

Então, no início dos anos 2000, naquele contexto da pesquisa do Instituto Cidadania a Fundação Friedrich Ebert, tinha o Fórum Cone Sul de Jovens Mulheres Políticas que articulava jovens mulheres lideranças do país todo. Não, necessariamente, de esquerda e tal, mas que não, necessariamente, se identificava como feminista. É eu acho, não lembro isso. Eu participei um tempo deste grupo, que se reunia anualmente pra discutir a partir da perspectiva fem..., mesmo que a convocação não fosse explicitamente feminista, a finalidade era feminista assim. Os encontros eram sempre feministas, feministas históricas vinham dar palestra e tal, era um espaço regular de Encontro Nacional feminista, mas em um grupo bastante restrito (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

Aí, pra mim foi muito transformadora, né?!Eu participei... Teve também o Forito de Juventude Negra, né?!Eu participei mais do Forito de Juventude Negra do que do Forito de Mulheres, no Forito de Mulheres, eu fui como

facilitadora de uma das etapas e foi super massa, assim. Porque é isso, a potência do encontro das mulheres, a potência da gente conhecer a luta de cada uma, da gente se reconhecer tanto na dificuldade, mas, também na força uma da outra, é acessar figuras estratégias, porque o Forito também fazia essa conexão entre gerações mais experientes e as gerações que estavam chegando, entre pessoas que eram referência nas pautas que a gente queria atuar, a gente teve uma produção de um livro do Forito, né?! (BORGES, Dez./2019, entrevista).

[...] eu entro no Fórum Cone Sul de mulheres jovens políticas que já era uma articulação de mulheres jovens de várias origens, de luta, né?! progressistas. E ali foi um espaço importante também, né?! De me deparar com outros femininos. É, na universidade eu tive uma formação acadêmica sobre as questões de gênero, né?! E ali também foi um espaço importante de formação (SILVA, A. Jul./2020, entrevista).

Mas, como observado, esse era um espaço restrito, potente, mas restrito. O fato de precisar de um convite para estar ali também era algo que limitava a participação e possibilitava o acesso somente para algumas jovens. Além disso, conservava relações de poder não condizentes com práticas emancipadoras, como destacado por Julia Zanetti:

Cara, eu acho que foi bem importante. Não sei se foi chave, mas era o momento em que dentro do próprio feminismo havia fortalecimento dessa identidade. Então você ter um espaço Nacional de articulação. É isso mesmo nesse fórum, muitas vezes, eu era um pouco crítica à forma como as outras jovens lidavam com as mais velhas, né? Que era muito mais de tietagem do que questionar o lugar que se colocava, porque era isso a minha impressão na minha época era essa “o jogo virou”. Que isso da mesma forma que algumas hoje algumas mais velhas são eleitas naquela época também: “Oh, nós somos inclusivas”. Aí, elegia aquela menina que seria a herdeira oficial desde que andasse na linha (ZANETTI, Abr./2019, entrevista).

O que corrobora a crítica tecida por Fernanda Grigolin, quando esta afirma que uma das grandes perdas das organizações feministas deste momento é não pensar as relações de poder que estão ali estabelecidas:

[...] eu acho que o feminismo institucional ele tem uma relação de poder ali muito posta, muitas mulheres são de partido e tem uma hierarquização muito forte ali dentro, né?! E tem códigos muito não ditos dentro do feminismo institucional e, aí, tem essa questão de generosidade e apoio mútuo, né?! Que eu acho que é bem interessante e o que eu percebi foram os conflitos, eu, até hoje, já enfrentei muitos conflitos na minha vida feminista né?! É mais as coisas que eu percebi nesses meus conflitos foram sempre que eram relacionadas ao poder, eu não sabia lidar com o poder, eu acho que eu era ingênua de dizer “Ah, somos todas jovens...” (GRIGOLIN, Ago./2019, entrevista).

Outros espaços que as interlocutoras reconhecem como espaço que possibilitaram a formação e articulação das jovens mulheres são: as Jovens Feministas de São Paulo, um dos primeiros grupos a reivindicar essa identidade, como destaca Julia Zanetti (Abr./2019, entrevista):

Na época, tinha um grupo bem legal, bastante forte assim. Pelo menos, era o primeiro, único grupo, local de jovens feministas que eu me lembro. Era as Jovens Feministas de São Paulo que, na mesma época, que o Forito tava (eu não entrei no Forito no primeiro ano, entrei no segundo ou terceiro). Mas elas eram, pelo menos, no meu registro, eram o grupo de fato que tinham mais acúmulo na discussão de juventude e feminismo, porque é isso tinha muita gente militante de esquerda, tinha muita gente feminista e gente que, menos gente que discutia juventude enquanto condição juvenil. E a articulação era a que me parecia que tinha um trabalho mais consistente logo de cara assim, mesmo na CAMTRA a gente começou a ter um trabalho de juventude, num sei o que, acho que aqui no Rio foi o primeiro de jovens feministas e elas já estavam muito à frente, faziam oficinas, tinham até publicação. Eram umas meninas que tinham condições financeiras, lembro que tinha uma estudante de medicina. Sabe, assim? Então, elas tinham recursos de diferentes ordens para fazer um trabalho muito legal. Assim, de oficinas, mas é o único grupo que eu lembro assim mais, mais organizado contemporâneo, a coisa do Forito com a pauta de jovens feministas explícito.

As Jovens Feministas de São Paulo, fundada em 2003, são tidas como pioneiras na nomenclatura de se afirmar jovem e feminista e, também, de fazer um trabalho de jovens voltado para jovens, ao conversar com Fernanda Grigolin, que participou da formação do grupo ela relembra:

Ele foi um grupo, a gente tinha reuniões frequentes, pessoas que se diziam parte do grupo eram por volta de 20, mas no dia a dia, no cotidiano mesmo, na coisa do grupo no começo era eu, a Jaque, a Ana e Mariana [...] a gente trouxe para o português do Brasil e traduziu um manual de Direitos Humanos das Mulheres Jovens. E a gente aplicou, escreveu um projeto e viajou para vários lugares do Brasil com o dinheiro do Fundo Global das Mulheres, aplicando oficinas, foram momentos muito mágicos. E assim, um momento muito mágico foi a oficina do Nordeste que, pra mim, foi a mais especial, a gente dormiu todo mundo na mesma casinha, a gente discutiu o tempo inteiro, e foi muito viva a dinâmica, guardo no meu coração, é, sabe...? Foi forte, foi importante, foi essencial [...] (GRIGOLIM, Ago./2019, entrevista).

Além das Jovens Feministas de São Paulo, são citadas o Núcleo de Mulheres Jovens da CAMTRA, as Negras Ativas, as Jovens Feministas de Pernambuco como espaços que possibilitaram a articulação e a formação da sujeita política Jovens Mulheres, pois são espaços nos quais essas jovens criam um “nós” e, assim, conseguem se organizar para

representar sua identidade coletiva em outros espaços organizados. Os diálogos produzidos por essas jovens culminam, entre outras coisas, com a sua presença organizada na II Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres em 2007, no Encontro Nacional de Juventude Negra também em 2007, na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude em 2008, no I Encontro Nacional de Jovens Feministas, ocorrido em 2008 e consolidando-se como segmento, no qual se buscava fortalecer uma agenda política para as jovens mulheres, tornando-as sujeitas políticas ativas no cenário político brasileiro da contemporaneidade.

#### 6.2.4 Ocupações

A categoria Ocupações procura entender como as jovens mulheres entrevistadas atuaram nas ocupações, os sentidos atribuídos às vivências naquele espaço e qual o impacto das ocupações na organização política dessas jovens mulheres. As ocupações estudantis de 2015 e 2016 são o campo político de atuação do segundo perfil das entrevistadas, interlocutoras jovens mulheres que atuaram nestes espaços.

Entendo as ocupações estudantis como um dos momentos que tendem a demonstrar a consolidação das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas na sociedade brasileira. Este movimento vem de uma série de processos gestados a partir do reconhecimento de jovens como jovens feministas, no qual iniciam uma série de ações que visibilizam as demandas das jovens mulheres, aliado, também, a uma maior disseminação de ideias feministas, possibilitada pelo uso da internet e das redes sociais. Observo, ainda, que esta movimentação se inicia no final dos anos de 1990 e se aprofunda na primeira década dos anos de 2000. Quando temos as jovens mulheres se reconhecendo a partir desta identidade coletiva e, assim, organizando-se para participar de diversos espaços. Estes eventos tendem a propiciar um ambiente no qual as jovens mulheres estudantes podem atuar de forma mais enfática nas ocupações estudantis, pois possibilitam formas de se expressar politicamente, que, historicamente, estiveram negadas às mulheres brasileiras em toda a sua diversidade.

Como observamos até aqui nas categorias Juventude e Feminismo as interlocutoras jovens mulheres desta pesquisa que atuaram nas ocupações estudantis de 2015 e 2016, em sua maioria, já possuíam uma trajetória em movimentos sociais, principalmente, o estudantil e já possuíam uma vivência do feminismo.

Todas as jovens entrevistadas se envolveram no processo de ocupação, principalmente na segunda onda das ocupações, que foi no segundo semestre de 2016, somente duas das

jovens entrevistadas estavam envolvidas em ocupações ainda em 2015. São as jovens Mariana Fernandes e Laura Silva, do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG) que foi ocupado tanto no final de 2015, quanto no segundo semestre de 2016. Na primeira ocupação, em 2015, Mariana era a presidenta do grêmio e Laura compunha, também, a direção do grêmio. E a principal reivindicação, deste momento, era quanto à estrutura do prédio, como nos informa Mariana:

[...] o IEMG foi a primeira escola fora do estado de São Paulo a ser ocupada em 2015. É que, aí, depois, surge a onda das ocupações contra... com diversas pautas. Mas, antes disso, a gente ocupou por uma pauta muito específica, que era relacionada à escola mesmo, a estrutura, chegou, em um momento que os alunos não tinham aula, porque tava na aula, a sala de aula tava encharcada, tava alagada, ventilador pegando fogo. A gente, e aí, falou não dá, porque a escola parte dela é tombada como patrimônio histórico. Então, a desculpa que, até então, a gente tinha do Estado, da Secretaria de Educação, é de que não podia mudar nada ali (FERNANDES, Dez./2019, entrevista).

Como apontado acima a inspiração vem das ocupações de São Paulo que permitem as jovens e os jovens entenderem que essa ação era possível. A ocupação do IEMG durou dois dias e foi finalizada com a promessa de restauração do prédio, que, infelizmente, não foi cumprida. Mas, Mariana Fernandes sinaliza também o processo necessário para que a ocupação pudesse acontecer:

Porque, na verdade, assim, foram dois dias de ocupação, mas antes tem todo um processo de conversar com as pessoas e falar: “– Cara, a gente precisa se organizar pra fazer isso”. Nessa época, eu era presidente do grêmio, então, a gente começou o processo passando em todas as salas e tentando conversar, explicando para as pessoas o que estava acontecendo e o porquê de puxar uma assembleia para tomar uma decisão e, aí, na assembleia, a gente, inclusive, porque as assembleias que tinham lá era sempre no auditório e, dessa vez, a gente fez a assembleia no hall de entrada. Que, aí, tá na porta da sala da diretora, junto com o setor administrativo, vamos fazer aqui mesmo e é isso, vamos ter autonomia pra isso e lá foi aprovado que a gente ia ocupar. Pelo trabalho que a gente tava fazendo, as pessoas já estavam organizadas, já estavam com barracas, com roupa de cama e aí a primeira noite a gente fez algumas atividades culturais. É, enfim, fizemos... Cada vez mais politizar esse processo para as pessoas entenderem o porquê daquilo ali (FERNANDES, Dez./2019, entrevista).

As demais ocupações aconteceram no segundo semestre de 2016, com tempo de duração variável: Jeniffer Oliveira construiu a ocupação da Escola Estadual Duque de Caxias, em Juiz de Fora (MG), onde estudava, esta ocupação durou 21 dias; Beatriz Saraiva construiu

a ocupação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde é aluna, que durou um mês e meio; Morgana Cortes, Mariana Oliveira, Mariana Teodosio e Ana Gonçalves construíram a ocupação do Colégio Pedro II – Campus Engenho Novo, que durou três meses.

Ao serem questionadas sobre os motivos que levaram o movimento de ocupar as suas escolas, as jovens relatavam como motivação as pautas nacionais, mas havia ocupações onde se mesclavam essas pautas com questões locais. A ocupação feita na escola de Jeniffer Oliveira girava em torno das pautas nacionais, segundo ela:

Eu falaria hoje que eu não me arrependo de nada, assim, que eu vejo que realmente foi importante. Nós lutamos contra o congelamento de gastos e eu acho que esse foi um fator muito importante na nossa luta porque iria prejudicar a gente. Não sei se é bem assim, mas ia prejudicar nós. Então, nós tínhamos que lutar por isso, mesmo tendo gente leiga lá, como eu também, no começo, depois eu acho que todo mundo foi se aprofundando no assunto, sabe? Eu acho que todo mundo pegou mesmo a causa e abraçou. Igual o Conselheiro Tutelar de Juiz de Fora, falou que nós estávamos lá dentro por pura diversão e, assim, teve até uma plenária em Juiz de Fora. Eu não lembro do local, foi no Conselho Tutelar mesmo e, aí, ele falou essas coisas com a gente e falou que ninguém sabia de nada e a gente chamou ele para uma reunião individual com cada um para cada um explicar o motivo do porquê estávamos ali (OLIVEIRA, J. Ago./2019, entrevista).

A ocupação do CEFET-MG também foi motivada por pautas nacionais e pelo clima de insatisfação com o cenário político brasileiro, como sinaliza Beatriz Saraiva:

A PEC 241, assim, foi muito a PEC. O clima político de insatisfação, o fato de terem tirado a Dilma, o governo Temer já estar implementando coisa, o CEFET em si o Grêmio do CEFET sempre foi muito crítico. Então, quando a Dilma fez o primeiro corte da educação dela, então, a gente também tava trancando a Amazonas, inclusive a gente tem essa mania de falar que o CEFET tranca a Amazonas<sup>69</sup> [...] (SARAIVA, Dez./2019, entrevista).

Vemos na fala de Jeniffer Oliveira e Beatriz Saraiva que a motivação da ocupação estava relacionada com pautas nacionais, que as jovens e os jovens dessas escolas entendiam que esses projetos iniciados no governo Temer, reconhecido aqui como um governo golpista, iria afetar diretamente a vida delas e deles. E, ao mesmo tempo, Jeniffer sinaliza que no início da ocupação não havia um aprofundamento tão grande das pautas, mas que no decorrer da ocupação elas e eles foram se informando, ajudados também pelas oficinas e debates que

---

<sup>69</sup>Uma das principais vias da cidade de Belo Horizonte.



promoviam e, assim, chegam a um ponto no qual saberiam informar para qualquer pessoa as motivações que faziam elas e eles estarem ali ocupando.

A escola de Jeniffer faz parte da rede estadual e ocupar no contexto da rede estadual foi um grande desafio para essa juventude, pois a rede estadual conta com precariedades que não atingem a rede federal. A rede estadual é formada, em sua maioria, por estudantes das classes populares, que possuem renda baixa. O que impossibilitava, muitas vezes, que essas ocupações contassem com a doação de alimentos da comunidade ao redor e, por algumas escolas estarem em áreas periféricas, não contavam também com as visitas e ajuda de apoiadoras e apoiadores das ocupações.

No capítulo 5 desta tese, temos autoras e autores que trazem em seus artigos a realidade da rede estadual em diferentes unidades da federação, tais como Barreto (2019) e Holanda (2019) e com as entrevistas das interlocutoras que frequentavam essa rede temos a oportunidade de corroborar as informações fornecidas, de que, por exemplo, muitas ocupações estaduais vivenciaram a falta de alimentos como sinaliza Jeniffer em sua ocupação:

Isso, nós conseguimos um ofício, é um amigo nosso que ele é da UF, ele conseguiu um ofício pra gente, eu não lembro agora o lugar que deu esse Ofício e nós passávamos nos lugares pedindo as coisas nos mercados, com este ofício explicando, sabe?! E a gente foi pedindo mesmo. Aí, teve uns dois dias que a gente ficou zerado assim, mesmo com alimentos na escola. Nós ficamos zerados e, aí, conversamos com vários professores que estavam a favor, eles se juntaram deram um dinheiro para a gente, com um cartão e com responsável, nós fomos no mercado comprar umas coisas e devolvemos o cartão (OLIVEIRA, J. Ago./2019, entrevista).

Ao sinalizar que ficaram zerados na escola, mesmo com alimentos lá é porque era comum as ocupações não pegarem os alimentos que seriam das escolas e sim utilizar somente o que recebiam de doação e, infelizmente, na maioria das vezes, a direção da unidade não doava esse alimento para a ocupação, o que fazia com que diversos alimentos estragassem. Laura Silva também relata essa dificuldade das escolas estaduais, no segundo semestre, quando acompanhou diversas ocupações:

Aí, a galera das escolas estaduais passava perrengue cara, da gente passar uma semana comendo macarrão alho e óleo, às vezes, tinha uma salsichinha lá e ia um molho, macarrão e molho, é isso. E a galera ficava. Passava a maior dificuldade, mas ficou (SILVA, L. Dez./2019, entrevista).

Somando-se às dificuldades quanto à arrecadação de doação, as ocupações das escolas da rede estadual sofriam com a ação truculenta da Polícia Militar, autorizada pelos governos

estaduais, fato que não acontecia com a mesma frequência nas ocupações da rede federal. Além de, nas áreas periféricas dos estados, terem que lidar com os poderes paralelos da localidade, como o tráfico e as milícias, fato sinalizado Barreto (2019) no capítulo 05.

Na ocupação realizada no Campus Engenho Novo do Colégio Pedro II, uma escola pertencente à rede federal, as motivações giravam em torno das pautas nacionais, mas também de pautas locais, como podemos observar nas falas de Mariana Oliveira e Ana Gonçalves:

Primeiro, eu vou falar das nossas inquietudes que era com uma direção que era difícil o diálogo. Então, a gente tentava fazer muito evento no colégio, festival, eventos e a gente entende que existe um calendário que precisa ser cumprido, mas a gente também entende que é uma narrativa tão antiga já. Que é mais fácil você, simplesmente, responder que não pode abrir espaço nesse calendário, para uma atividade complementar aos estudos tão essencial quanto uma aula (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Então, a gente tinha, enquanto Pedro II Engenho Novo, a gente tinha uma série de questões assim, que a gente queria colocar para nossa direção que nunca foi, assim, uma direção muito amigável com os estudantes. Por exemplo, teve uma vez que a gente fez uns cartazes para falar do Impeachment da Dilma e, aí, eu fiz um cartaz que estava escrito assim "Já vimos isso em 64" com um olhinho, assim, e tal, muito bonitinho, assim, o cartaz, particularmente, assim, modéstia à parte. E eu coloquei ele bem na frente, assim, bem na entrada do prédio principal e, assim, foi uma série de cartazes sendo tirados e rasgados e, assim, só jogados no lixo. E, assim, sempre foi uma direção que qualquer coisa que o Grêmio fazia era quase suspensão, assim, tipo no Pedro II, você tem que levar 3 advertências, aí, na terceira, você é suspenso, se você não corrigir seu comportamento, né?! E, assim, qualquer coisa que o Grêmio fazia os alunos do grêmio eram chamados para a sala da direção e, aí, saía de lá, assim, sempre muito à beira de levar uma suspensão e, assim, todo mundo ficava muito marcado. Quem participava de qualquer coisa assim, ficava muito marcado pela direção do colégio. Então, a gente queria mudar isso sabe? Para poder ter mais espaço, para grupo feminista, pra discussões raciais, era uma coisa, assim, que os professores estavam fomentando e a gente, enquanto estudante, estava querendo também... E, aí, juntou com a PEC. Aí, assim, juntou uma série de coisas, mas, assim, motivado pela conjuntura interna do colégio e pela conjuntura da educação no geral (GONÇALVES, Nov./2019, entrevista).

Para essas alunas, além de lutar contra o congelamento de gastos e contra a reforma do ensino médio, era imprescindível questionar o sistema opressivo que reinava na escola, vindo, na maioria das vezes, da direção que não entendia a escola como um lugar onde a aluna e o aluno possam ter voz e ainda marcavam aquelas e aqueles que tentavam construir uma posição política no contexto escolar. Essa junção de pautas nacionais e pautas locais foram comuns no processo de ocupação em 2016, e era uma possibilidade que as estudantes e os estudantes tinham de visibilizar questões que passavam despercebidas no cotidiano escolar. E,

somando-se a isso, a possibilidade que elas e eles possuíam de construir uma forma de educação na escola, na qual fosse possível a existência plena delas e deles e, com isso, terem suas vozes ouvidas. Promovendo, desta forma, uma reescrita de suas subalternidades (SPIVAK, 2010), permitindo, assim, que questões que eram faladas, mas não ouvidas, fossem consideradas em suas escolas, ao menos, no tempo das ocupações. Segundo Mariana Teodosio:

Mas eu acho que, tipo, o principal pra gente, que motivou a gente foi ver que todas as escolas estão sendo ocupadas e que a gente queria tá passando, ter aquela experiência também, a experiência de ter o poder de construir uma escola totalmente dos estudantes. Então, tipo, eu acho que isso movimentava mais os estudantes do que a PEC, apesar da preocupação, a gente queria muito tá com, ter aquela experiência de ter uma escola na nossa mão e o Pedro II é uma escola que vive uma contradição muito grande, porque é uma escola progressista, né?! Que tem, tipo, professores muito qualificados, professores doutores, professores mestres e tudo mais, mas ao mesmo tempo é uma escola que se enraíza em uma tradição muito grande, então, existe... A gente é muito punido na escola por coisas pequenas tipo: os estudantes que têm dificuldades, tipo, de aprendizagem, né?! Tipo, assim, a escola não liga muito para isso. (TEODOSIO, Nov./2019, entrevista).

Podemos observar, assim, que uma das ânsias presentes no processo de ocupação era a possibilidade de ser protagonista da sua escola, ressignificando a partir de suas vivências o que queria dizer protagonizar. E nesse movimento podem desta forma se apropriar do real significado da palavra protagonizar, conforme recuperado por Regina Souza (2009) no capítulo 01. E isso estava diretamente relacionado com tomar a frente, conforme explorado no capítulo 05, um dos princípios desta prática era a realização de assembleias todos os dias, para decidir os rumos da ocupação, conforme nos relata Beatriz Saraiva e Mariana Teodosio:

Aí, depois da janta era a assembleia, só que a gente terminava de jantar era, assim, nove horas. E, aí, tinha gente que não tomou banho ainda, no final a assembleia começava sempre dez horas da noite, e gente ia dormir sempre uma da manhã, quase morrendo... E, aí, teve uma coisa interna nossa que foi tipo assim, uma vez uma menina que foi mesa falou assim, ao invés de abstenção, ela falou abstinência. Aí, todo mundo levantou a mão (risos), aí ninguém... Tipo assim, ficava cansativo, acordar 7 horas da manhã ou 8, era uma coisa e dependendo do nível da discussão que a gente tinha, a gente tinha assembleia e dependendo da discussão ia até 2 horas manhã, sabe?! Aí, a gente ia acordar o quê? 5 horas depois, então, a gente ficava cansado, querendo ou não era uma rotina mais cansativa também (SARAIVA, Dez./2019, entrevista).

E todo dia, à noite, a gente fazia uma plenária final do dia pra pensar como foi o dia e pensar nas organizações para o dia seguinte e, aí, acabava que

nessas plenárias a gente acabava tendo um monte de debates políticos porque, tipo, o que pode acontecer dentro da ocupação e o que não pode acontecer dentro da ocupação. Será que pode, tipo, fazer sexo dentro da ocupação, esse tipo de coisa ou não pode e se fizerem e as pessoas descobrirem como é que essa pessoa vai ser punida? Vai ser punida como? De fato, a gente tinha um poder da escola na nossa mão, então, tipo, a gente tava lá refazendo todas as regras da escola do que podia e do que não podia ser feito. Então, acabava que a plenária era esse espaço onde a gente discutia, a gente deveria discutir, né? O que ia ser feito no dia seguinte, mas a gente acabava discutindo todo poder que tava na nossa mão aí, tipo, era um espaço bem importante que a gente não deixa de fazer, que acontecia toda a noite, fazendo show, a gente tando cansado ou estando triste ou feliz tinha plenária, porque não tinha como não ter. (TEODOSIO, Nov./2019, entrevista).

As assembleias e/ou plenárias finais fizeram parte da experiência de grande parte das ocupações, pois eram espaços em que as jovens e os jovens tinham a oportunidade de construir aquele ambiente de forma coletiva, levando em consideração todo o poder implícito neste ato, mas também as diferenças existentes entre si e através do diálogo contínuo construía pontes que possibilitavam a vivência das pluralidades existentes. Como bem sinalizou Miriam Leite (2017), era uma oportunidade de abrigar e honrar a diferença. Este ato não era feito sem disputa, mas a defesa da democracia radical (MOUFFE, 2015) possibilitava que as jovens e os jovens mediassem suas relações, entendendo o espaço da ocupação como um movimento político e, como tal, tinha regras e diretrizes que não podiam ser desconsideradas para que o movimento continuasse, como observa Laura Silva:

Aí, geralmente, era isso, a gente fazia muita assembleia, qualquer coisa: “– Vamos fazer assembleia!”. A gente brigava, aí, ficava com raiva do outro e “– Vamos fazer assembleia, tá errado isso aqui”. E, foi maravilhoso, a gente nunca teve problemas, assim, de não resolver, sabe?! A gente ia para a assembleia, xingava uns aos outros, falava uns trem, era isso que a gente fazia (SILVA, L. Dez./2019, entrevista).

Essa consciência não impossibilitou a existência de casos de assédio, racismo, machismo e/ou homofobia nas ocupações e, quando esses casos aconteciam, cada ocupação lidava de uma forma diferente. Na ocupação da escola de Jeniffer, ela relata que teve um caso de assédio, mas que houve dificuldade de lidar com a situação:

E, aí, um sábado à noite, a gente se juntou para ver um filme no anfiteatro e, aí, e a gente apagou a luz, a TV no fundo e, aí, a gente apagou a luz e, aí, uma amiga minha que tava deitada no colchão. Aí, veio, aí, sim todo mundo dormiu ali mesmo, porque tinha um quarto separado: era sala de cima de menina e sala de baixo de meninos. E, aí, nesse dia, todo mundo dormiu cada

um num canto, sabe?! Assim com respeito, óbvio. E, aí, ela acordou de madrugada e ele estava passando a mão nela [...] e a gente conversou sobre isso que medida a gente poderia tomar. Só que, aí, ele já tava dando aquela sacada das coisas, ele pegou as coisas dele e foi embora. Só que a gente resolveu as coisas quando as aulas voltaram, a gente deixou passar mesmo. Não era para ter deixado, mas, aí, por ter mais adolescentes lá dentro a gente não sabia muito o que fazer e quando as aulas voltaram a gente foi na direção da escola reclamou, mas nada se resolveu (OLIVEIRA, J. Ago./2019, entrevista).

E havia, também, ocupações onde a organização para lidar com essas questões passou por diversas fases, como na Ocupação do Colégio Pedro II - Campus Engenho Novo:

Em primeira instância, a gente levou isso para a plenária, só que foi muito delicado. Todos os casos, porque, assim, era todos jovens com outros jovens. Então, não tinha essa hierarquia etária, tipo: “Eu sou mais velho ou eu sou diretora da escola, ou sou professor ou eu sou mais velho e naturalmente eu mando aqui e vocês obedecem”. Então, era um debate político ferrenho, trocação de ideia braba e, também, tinha uma certa delicadeza quando a gente ia falar com as pessoas que sofreram um assédio, um caso de racismo, porque também era uma explanação, né?! Muito grande com o nome dessa pessoa ou, às vezes, só falando do caso, mas a gente está falando de uma comunidade tão pequena ali que meio que todo mundo sabia, tipo uma cidade pequena. Então, era delicado lidar com esses assuntos. Temos pessoas que foram convidadas a se retirar da ocupação porque não estavam caminhando com as diretrizes que a gente estabeleceu para manter, que a gente não ia tolerar... Eu acho que também essa palavra muito complicada porque entra no âmbito da tolerância e intolerância, não é bem isso. Pra participar da ocupação não bastava ser aluno, você tinha que tá integrado com o movimento político que aquela ocupação estava organizando naquele espaço. Então, o que ajudou foi conversar com homens que assediaram meninas, pra entender o caso, para dar oportunidades para eles falarem também e, aí, eles não conseguiam nem não dizer nem que não fizeram. Tipo, eles falaram que faziam e dizem: “– Ah, mas ela gostou”. A gente ainda conseguia ter um espaço de segurança que alguém que sofreu alguma coisa poderia contar com apoio, isso seria discutido, não ficaria impune. Não impune, porque isso cairia em pena. Olha, a gente se revelando (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

A partir da sensibilização das jovens mulheres para estas temáticas, nesta ocupação do Colégio Pedro II, houve um amadurecimento de que o espaço da plenária não seria suficiente para lidar com essas questões. Então, elas resolvem se organizar em um grupo feminista que se reunia para além da plenária, como explica Ana Gonçalves:

Mas, aí, depois disso, a gente criou um grupo que, assim, ao mesmo tempo, em que tinha as assembleias à noite, durante o dia, a gente se reunia em algum momento no refeitório, porque era onde a maioria das mulheres ficavam também. Porque a comissão que ficava responsável pela comida a

maior parte eram mulheres, então acabava que a gente se reunia no refeitório para se abrir mesmo, se alguém tivesse feito alguma coisa, a gente se sentir confortável de falar e de se organizar mesmo para saber como a gente ia se posicionar sobre isso na assembleia que era com todo mundo à noite. Então, por exemplo: Ah, tô aqui falando, tá na minha vez de falar e alguém vem e me corta; e aí a gente combinava de todas as mulheres falarem “não, ela que está falando, fica quieto aí”. Porque, muitas vezes, quando a gente não fala com as outras meninas que a gente está... Que a gente acha isso errado, que é se sentir silenciada, a gente não se sente confortável em repreender um homem, porque ele está fazendo aquilo, porque a gente não sabe se a menina vai entender que aquilo é algo ruim, entendeu?! (GONÇALVES, Nov./2019, entrevista).

Observo nestas falas que as ocupações lidavam de formas distintas com os casos de assédio, machismo, racismo e/ou homofobia. Mas, nos espaços em que estes casos eram reconhecidos, havia uma tentativa de resolução, que passava também pelo diálogo entre seus pares para lidar com a situação, apesar da delicadeza inerente a eles. E esse esforço passava pelo diálogo com as pessoas envolvidas com o caso, no qual se buscava, também, sensibilizar o praticante sobre o seu ato e, assim, buscar que ele mudasse seu comportamento. Nos casos em que esta mudança não acontecia uma das opções da ocupação, como o Pedro II, era convidar a pessoa a se retirar, como sinaliza Mariana Oliveira em sua fala acima. Ao lidar com estas situações, as ocupantes demonstram, mais uma vez, como o que estavam vivenciando na ocupação demandava delas e deles responsabilidade com aquele espaço, o que rompe com os estereótipos tradicionalmente atribuídos à juventude, mas também como o que a mídia oficial insistia em dizer das ocupações, os intitulando como baderneiras e baderneiros e, também, como invasores. Ao formar um grupo de jovens mulheres que partilhavam o que lhes acontecia a Ocupação do Pedro II – Campus Engenho Novo, nos informa de como é importante a criação de uma rede de apoio emocional para que essas jovens enfrentem os casos de assédio, racismo e/ou homofobia que lhes atingia, mas, também, possibilitando que elas se fortalecessem para continuar ocupando, cada vez mais, espaço na organização das ocupações.

A grande presença de jovens mulheres nas ocupações foi noticiada em diversos jornais e as interlocutoras ao serem questionadas se de fato havia muitas jovens mulheres nas ocupações, havia o consenso de que sim e abaixo exponho as falas de algumas jovens sobre esta temática:

Muitas, muitas. Inclusive muitas que estavam na frente, porque tinha umas comissões, só que não era um líder. Que a gente não gostava de usar essa palavra, não tinha ninguém que mandasse em nada, era todos nós ali. Só que tinha sempre alguém que estava mais à frente. De todas as comissões sempre

eram mulheres, inclusive da segurança. (OLIVEIRA, J. Ago./2019, entrevista).

As jovens que atuam no movimento estudantil trazem para o questionamento feito o debate tido em suas organizações sobre este tema:

Sim. Era uma avaliação que a gente tinha na época também. Que a maioria dos estudantes das ocupações que estavam ali construindo o dia a dia eram as meninas. Tanto é, que a própria AMES naquela época, se a gente for pegar as fotos das manifestações que a gente fazia, geralmente, quem estava lá na frente com megafone era mulher. E eu tenho um pouco de dificuldade de falar o porquê disso. Eu acho que a gente sentiu que a gente ia ser as primeiras a serem afetadas com essas propostas, sabe?! E eu acho também por conta do contexto que a gente vivia já naquela época. Já tinham acontecido as mobilizações "Fora Cunha" que foram, principalmente, mulheres, existia um debate maior na sociedade sobre a questão do feminismo... Eu acho que foi uma coisa aliada a outra que fez isso acontecer. Uma avaliação que a gente tem aqui conversando com a galera do Rio de Janeiro e eles têm também lá, galera de São Paulo também tem essa avaliação de que eram, principalmente, as meninas e que estavam ali no dia a dia, construindo todo dia, que dormiam, e era muito difícil porque as meninas de 16 e 17 anos que os pais ficavam em cima. Mas elas davam o jeito delas de ficar lá, às vezes, iam para a casa, tipo dez horas da noite e voltavam no outro dia, mas dava o jeito, mas ia. Foi muito importante nesse sentido também, sabe? Foi uma reviravolta no movimento estudantil. Porque acho que o movimento estudantil vem mudando muito a cara de um tempo pra cá e acho que no sentido das mulheres, a época das ocupações foi uma reviravolta muito grande pra gente. E ficou. São mulheres que saíram do Ensino Médio que vão com outra cabeça, com outra visão, outro entendimento do que ela pode ser. E a gente debatia muito essa questão nas ocupações. Feminismo, filme de mulheres e tal, essas paradas (SILVA, L. Dez./2019, entrevista).

Laura traz em sua fala questões importantes para pensar a grande presença das jovens mulheres nas ocupações estudantis de 2015 e 2016, sinaliza que esta grande atuação faz parte de um movimento contínuo, que vem junto com as mobilizações protagonizadas pelas mulheres no Brasil, como os Atos Fora Cunha e Contra a Cultura do Estupro, mas que também estão aliados a uma maior difusão do feminismo, fazendo com que as jovens mulheres tivessem contato com as temáticas do feminismo.

Outro ponto importante para pensar a presença das jovens mulheres nestas ocupações estudantis de 2015 e 2016 é que, além de serem jovens mulheres protagonizando e liderando a ocupação, eram, em grande parte destes espaços, jovens mulheres negras, como nos relata Mariana Oliveira:



Haviam muitas mulheres, na nossa ocupação, haviam muitas mulheres. Mas eu também tive a oportunidade de visitar outras ocupações do Pedro II e de fora do Pedro II, porque nós tivemos o projeto de levar o coco para outras ocupações. Eu tocava, cantava e dançava, eu fazia tudo. E a gente pode ir em colégios municipais e estaduais e o protagonismo de mulheres era bem forte e era bem preto também. E aí, mas aí, a gente volta para aquele fator que eu também disse da diferença de você ser jovem homem preto, a diferença se você é homem ou mulher. Porque eu entendo o afastamento de meninos da ocupação, de meninos negros da ocupação. Por que dificilmente se sentiam no espaço, de que será que eu posso ficar no colégio? E, aí, eu acho que a ocupação ela veio muito de tentar trazer essas pessoas. (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Essa especificidade traz uma questão para dentro do debate sobre protagonismo e liderança de mulheres no contexto estudantil, uma vez que estamos comumente relacionando liderança do movimento estudantil com jovens homens brancos e vemos um movimento da magnitude que foram as ocupações estudantis de 2015 e 2016 serem liderados por jovens mulheres negras. A explicação para esse processo poderia ser dada através de duas linhas possíveis, que analisam o espaço da escola. A primeira delas afirma a superação do hiato de gênero nas escolas. O hiato de gênero é uma expressão utilizada, segundo Beltrão e Alves (2009), para evidenciar as diferenças de acesso entre mulheres e homens ao ensino, denunciando, assim, as diferenças entre os níveis de escolaridade de mulheres e homens. Na atualidade, não observamos o hiato de gênero, já que existe uma ampliação do acesso das mulheres à escola. Em contrapartida, observamos o fenômeno oposto em relação aos homens, eles, historicamente, são o sexo que mais evade da escola, em todos os segmentos da educação. Esse índice aumenta quando falamos da frequência ao ensino médio, no qual temos uma maior evasão.

A evasão nesta etapa de ensino é maior entre jovens homens negros. Segundo o IBGE<sup>70</sup>, com dados da PNAD Contínua 2019, quase metade dos jovens homens negros entre 19 e 24 anos não concluíram o ensino médio, ou seja, 44% destes jovens não finalizaram a última etapa da educação básica. Assim, poderíamos afirmar que devido à evasão dos jovens homens a escola seria um espaço onde as jovens mulheres poderiam atuar, entretanto, a mesma pesquisa do IBGE aponta que 33% de jovens mulheres negras da mesma faixa etária abandonaram a escola. Ou seja, tentar explicar a grande atuação das jovens mulheres nas ocupações de 2015 e 2016 a partir dos dados numéricos, afirmando que elas estavam em maior número e, por isso, protagonizam e lideraram este movimento é uma maneira simplista

---

<sup>70</sup>Informações obtidas em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Último acesso em 24 de setembro de 2020.

de entender esse fenômeno. Uma vez que observamos que a mesma estrutura que expulsa jovens homens, principalmente, jovens homens negros, expulsa jovens mulheres negras e são elas que constroem a face das ocupações estudantis de 2015 e 2016. E ao estarem ali, liderando e protagonizando, e, ao mesmo tempo, ressignificando o que é liderar e protagonizar, elas buscam criar um ambiente onde fosse possível que quem é comumente expulso da escola, pudesse se sentir bem ali, como Mariana Oliveira relembra em sua fala sobre os jovens homens negros.

Essa era uma das demandas da Ocupação do Colégio Pedro II – Campus Engenho Novo, no ano de 2016, questionavam as práticas de jubramento das alunas e dos alunos da instituição, pois as alunas e os alunos que repetissem duas vezes a mesma série são convidados a se retirar da instituição, o que, na prática, é um convite à expulsão daquela pessoa. Mariana Teodosio apresenta um panorama sobre essa situação:

Eu, inclusive, repeti duas vezes, mas foram séries diferentes. Então, eu não fui jubilada. O jubramento acabou em 2017, eu acho. Inclusive, a gente considera meio que uma vitória da ocupação, o fim do jubramento. Porque, eu, por exemplo, que fui uma aluna que reprovou duas vezes, o máximo de coisas que faziam para tentar. Tipo, que a escola fazia comigo era chamar os meus pais para conversar, tipo, ou então, me oferecer um reforço, que era depois do horário de aula e eu não podia ficar na escola aquele horário. Então, tipo a minha mãe chegava e falava: ‘– Tudo bem, mas eu trabalho o dia inteiro o que você quer que eu faça? Que eu pague uma pessoa para dar aula para ela? Não posso pagar’. Acho que a escola não fazia muito, tipo, praticamente nada em relação a isso assim. Então, tinha uma alta taxa de reprovação, tinha muito aluno sendo jubilado, tinha muito aluno evadindo da escola, a gente vivia com essa contradição o tempo inteiro de ser uma escola tradicional. Então, a gente era muito punido, levava advertência, levava suspensão por coisas muito pequenas (TEODOSIO, Nov./2019, entrevista).

O questionamento dessa prática já estava dado antes do processo da ocupação e fazia parte da problematização que algumas alunas traziam em relação às pautas dos grupos feministas que a escola abrigava, como pontua Mariana Oliveira:

Ah, porque a gente quer vir com as nossas saias sem ser incomodada pelo tamanho, isso são demandas dentro do colégio, que, pra mim, já era um pouco além disso. Óbvio que eu também queria andar com liberdade, me expressar como todo mundo, mas eu também queria que minhas colegas conseguissem passar do sexto ano, por exemplo. O Pedro II tinha uma dinâmica de jubramento, você repete o mesmo ano duas vezes e aí você é convidado a se retirar você é expulso (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Observo, assim, que as jovens mulheres negras ocupantes estavam debatendo e tentando superar, ou minimizar, as práticas que conduziam à expulsão das alunas e dos alunos, até porque compreendiam que estas práticas, muitas vezes, recaíam sobre seus pares, jovens, mulheres ou homens, negros e, na maioria das vezes, periféricos. Porque o acesso a escolas federais, como o Pedro II, foi ampliado para a população negra e periférica através do sistema de cotas raciais. Entretanto, somente o acesso não garante a conclusão, são necessárias políticas de assistência continuada para todas as estudantes e todos os estudantes que apresentem dificuldade na aprendizagem das disciplinas escolares, como pontua Mariana Oliveira:

Sim, só que foi um caminho, foi um passo, só que o segundo passo não foi feito, que é tudo bem a gente não expulsa mais os alunos, mas a gente tá entendendo a trajetória dessas pessoas? Ainda mais que eu tô falando do Pedro II Engenho Novo, que é cercado de favela, cercado de favela e o nosso... E o Pedro II é um colégio elitista, mas o Pedro II Engenho Novo consegue ser um pouco mais negro e mais pobre, você consegue vê as pessoas, você consegue vê..., é um ambiente bem múltiplo, assim. E, aí, minha preocupação era conseguir vê a galera conseguir finalizar seu curso (OLIVEIRA, M. Nov./2019, entrevista).

Ao serem questionadas sobre o que a ocupação significou para elas, as jovens mulheres apontam o ato de ocupar suas unidades escolares como um momento de formação singular, no qual, apesar das dificuldades, puderam construir outra relação com elas próprias e com o mundo, como sinalizam Ana Gonçalves e Mariana Teodosio:

[...] então, foi bom para amadurecer para eu poder criar mais confiança em mim, para eu poder me encontrar assim, de área mesmo, do que eu queria fazer para o resto da vida, assim muitas coisas, muitas coisas. Mas, principalmente, isso de me encontrar mesmo, foi ali que eu criei a base do que é a Ana Carol hoje, que é tipo, quem eu sou assim (GONÇALVES, Nov./2019, entrevista).

Acho que me formou politicamente, apesar de que já era militante, já construía o Grêmio há muito tempo. Já construía um coletivo organizado, mas depois disso eu ganhei uma confiança muito maior para fazer falas públicas, para enfim pra colocar minha cara assim, sei lá nas coisas, nos debates políticos, depois dessa ocupação. Assim, acho que me deu uma segurança muito grande para continuar militando, acho que me deu um fôlego (TEODOSIO, Nov./2019, entrevista).

Além disso, as ocupações estudantis de 2015 e 2016 trazem para a cena política brasileira uma nova forma de educação, na qual as jovens e os jovens podem de fato ser

protagonistas e lideranças nos espaços que atuam, pois durante o tempo de ocupação elas e eles vivenciaram essa possibilidade, como nos traz Laura Silva e Mariana Teodosio:

Acho que... Acho que pra mim, como pessoa, foi um momento que eu me descobri muito. Porque a gente passou muito perrengue nas ocupações e era a gente para resolver. Era a gente com a gente. Eu acho que me trouxe uma perspectiva nova de educação, sabe? Do que pode ser uma escola organizada pelo povo, por nós que estamos pisando ali naquele chão todo (SILVA, L. Dez./2019, entrevista).

A gente não tava ali só ocupando as escolas, a gente tava falando como a escola deveria ser, como é a escola que a gente quer e que era muito diferente da escola. E que era muito diferente, muito diferente do que a gente já viveu na escola. Então, na escola a escola que a gente queria, a gente tava vivendo ela. Tipo, isso é uma oportunidade única e acho que me deu muito fôlego para continuar militando. Não foram tantas conquistas assim, mas mostrou pra muita gente ali que, tipo, é possível acreditar em outra forma de educação, sabe? Eu acho que isso dá fôlego para gente continuar lutando, que eu acho que é uma coisa que a gente tá precisando agora, por exemplo. (TEODOSIO, Nov./2019, entrevista).

Ao longo da construção da categoria Ocupações pudemos observar as motivações que deram início a este processo, a junção de pautas locais, a defesa da democracia radical se fazendo presente através das assembleias, dos debates e de outros atos que buscavam o diálogo. Observamos, também, como na fala das jovens mulheres aqui entrevistadas a ocupação era vista com cara de mulher, de jovens mulheres negras e como isto foi importante para potencializar os processos que estavam sendo ali vivenciados. Pontuei neste texto, também, que o fato de as jovens mulheres negras estarem na linha de frente da ocupação se constitui como um momento singular na história do movimento estudantil, que não deve ser apagada da nossa história e que também não se explica pela superação do hiato de gênero e/ou pela evasão dos jovens homens. Existe todo um processo político que culmina nas ocupações de 2015 e 2016, processos esses que são resgatados nas falas de jovens como Laura Silva, ao pontuar a importância de atos como o Fora Cunha e Contra a Cultura do Estupro. Que passam pela maior difusão de ideários feministas na sociedade como um todo e que impactam a forma como essas jovens veem e entendem o mundo, o que as mobiliza, também, para a ação. Mesmo com críticas sendo tecidas ao feminismo reconhecem a sua importância e como este movimento e/ou ideário trouxe mudanças significativas para suas identidades.

Sendo assim, as ocupações estudantis de 2015 e 2016 são um marco importante para que estas jovens mulheres se pensem de forma coletiva e me permite entender esse momento como um momento que consolida a atuação das jovens mulheres na sociedade brasileira,

enquanto sujeitas políticas ativas. Uma atuação que é levada para outros espaços, que são renovados como uma nova forma de fazer política, como as jovens que atuam no movimento estudantil afirmam. Foi no cenário de suas escolas, ocupando, que elas puderam experimentar de uma forma autônoma como podem se organizar de forma coletiva, dialogando sobre as melhores formas de agir e, assim, construindo uma política condizente com os valores que defendiam.

## 7 SOBRE SER UMA SUJEITA POLÍTICA ATIVA – APONTAMENTOS FINAIS

*Eu te digo o que liberdade significa para mim:*

*nenhum medo! Realmente nenhum medo.*

*Nina Simone<sup>71</sup>*

A presente tese de doutoramento buscou compreender como foi o processo de construção das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas no contexto brasileiro. Entendo que esta formação faz parte de um passado recente, por isso busquei mapear as forças políticas que culminam com a organização e a formação da sujeita política jovens mulheres, no início dos anos de 2000. Mas, também, quis entender a atuação das jovens mulheres durante o processo de ocupações estudantis em 2015 e 2016. Entendo estes momentos como ações que consolidam a atuação das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas. Com isso, o objetivo da pesquisa aqui desenvolvida foi compreender quando e como as jovens mulheres constituíram-se como sujeitas políticas ativas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi importante entender o que estaria sendo nomeado como jovem no Brasil, assim como recuperar quando a juventude no Brasil passa a ser um segmento específico e destinatário de políticas públicas. Na tentativa de compreender estes itens mobilizo teorizações que permitem que eu me localize quanto ao debate sobre a juventude, tanto como campo de estudos, quanto como segmento populacional. Assim, posso reconhecer que, no âmbito brasileiro, a juventude começa a ser um segmento da população separado tanto da infância quanto da adultez a partir dos anos de 2000, quando observamos a formação de políticas públicas específicas para este segmento. E é também nessa movimentação que temos a formação das jovens mulheres como sujeitas políticas.

No intuito de localizar a sujeita desta tese, as jovens mulheres, tornou-se importante entender como que a pesquisa acadêmica tematiza essa sujeita, sendo assim foi preciso para o desenvolvimento desta pesquisa fazer um levantamento no banco de dados da CAPES a fim de entender como as jovens mulheres aparecem na pesquisa acadêmica. Após as etapas do levantamento discriminadas no capítulo 01 foram identificadas 28 produções que foram consideradas de interesse para esta produção e, portanto, fazem parte das referências bibliográficas da presente tese.

---

<sup>71</sup>Extraído do sítio: <https://pt.calameo.com/read/0028993270bf48599a68e?authid=XBPIbB73411t>, último acesso em 30 de novembro de 2020.

A interlocução teórica estabelecida com estas e outras produções me permitem localizar a sujeita de pesquisa desta tese e sinalizam que a intercessão entre mulheres e juventudes produz o segmento jovens mulheres. Destacam, também, a importância do feminismo para a organização destas jovens, visto como a possibilidade de se fortalecerem enquanto um grupo identitário. Além disso, essas produções sinalizam a atuação de ONG's na fomentação da organização das jovens mulheres, principalmente no início dos anos de 2000.

A partir dessa compreensão foi importante produzir um diálogo sobre o feminismo, resgatando seu histórico e as tensões provenientes das problematizações e conflitos gerados a partir da disputa sobre a significação do ser mulher. Neste debate ganha destaque no texto as produções que questionam a formulação singular deste movimento, compondo desta forma o “s” do(s) feminismo(s). Sendo assim, entender as críticas geradas pelo feminismo negro e pelo feminismo decolonial é importante tanto para localizar minha sujeita de pesquisa – que no início dos anos de 2000 traz para a cena feminista brasileira um questionamento maior ao, que eu chamo no espaço da tese, feminismo hegemônico – quanto para problematizar o espaço da diferença dentro do feminismo e nas identidades das jovens mulheres nos dois perfis estudados: as mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000 e as jovens mulheres que participaram das ocupações nos anos de 2015 e 2016.

Ao começarem a se organizar como jovens feministas as jovens mulheres trazem para dentro do movimento uma vivência específica da sua condição juvenil, o que causa, dentre outras coisas, conflitos, entre eles o geracional, que tensionavam a relação das jovens com as mulheres mais velhas. Ao se fortalecerem enquanto grupo as jovens feministas se organizam e atuam em variados encontros nacionais e internacionais, reconhecidos aqui como importantes para que a identidade de jovens feminista fosse fortalecida e considerada dentro do movimento feminista. Além disto, com os avanços relacionados às políticas públicas direcionadas para as juventudes temos as jovens feministas sendo reconhecidas como jovens mulheres, como um segmento populacional que deve ser atingido por essas políticas públicas formuladas em decorrência, também, da atuação das jovens feministas. Essa movimentação no início dos anos de 2000 promove a formação de diversos núcleos de juventude em instituições feministas e a formação de setoriais de jovens mulheres em movimentos juvenis, permitindo, assim, uma consolidação desta identidade.

Na atualidade podemos observar uma nova configuração do feminismo alimentada pelas redes sociais e pelo ativismo nessas mesmas redes, que culminam, entre outras coisas, com a organização de grandes atos e manifestações pelo Brasil. Também é possível afirmar que existe uma nova forma de as mulheres se identificarem com o feminismo, pois muitas das



mulheres e das jovens que participaram desses atos se afirmavam feministas, mas não estavam organizadas em grupos feministas. Todo esse processo de visibilidade em 2015 foi batizado de Primavera das Mulheres. E somando-se a esses eventos temos no final de 2015 o início do processo de ocupação secundarista em São Paulo, que também seria vivenciado por outros estados da federação em 2016.

As ocupações secundaristas chamam a atenção pela forma de organização que rompe com o histórico do movimento estudantil e dentre esses rompimentos temos ocupações que se organizam a partir do questionamento sistemático as formas tradicionais de fazer política estudantil, se opondo aos aparelhamentos desse movimento, como por exemplos aos partidos ou as entidades estudantis. Observa-se, também, uma grande atuação das jovens mulheres nessas ocupações, que trazem para dentro daquele espaço questionamento aos valores machistas, construindo práticas mais inclusivas nas ocupações. As jovens configuram-se, assim, como expressivas protagonistas e lideranças no processo de ocupação secundarista, o que mais uma vez rompe com o histórico do movimento estudantil.

Através destes processos, debatidos nos capítulos 01 e 02 da presente tese, temos a formação da sujeita política jovens mulheres, trago para o espaço desta tese dois perfis de jovens mulheres, as que eram jovens no início dos anos de 2000 e as jovens que atuaram nas ocupações. Tornou-se importante para a pesquisa desenvolvida formar um diálogo com as representantes destes segmentos a fim de compreender, a partir de suas narrativas, como elas significam o processo de formação das jovens mulheres. A metodologia utilizada na tese busca o diálogo com a crítica feminista à ciência, na qual, mais uma vez, observo a necessidade de defender a diferença, questionando as formas tradicionais de se entender a ciência, formas essas que perpetuam valores e práticas que invisibilizam as mulheres e suas produções e que tendem a reforçar a visão da ciência como objetiva e neutra. Realizei entrevistas semiestruturadas e as organizei a partir das seguintes categorias: juventude, feminismo, campo político e ocupações.

A busca por tentar entender o campo político em que as jovens estavam inseridas trouxe para o espaço da tese a necessidade de debater os significados atribuídos à política e à democracia. Com interlocução teórica específica observo que tanto a política, como a democracia são processos dinâmicos, e que as jovens mulheres no início dos anos 2000 conseguem se organizar como sujeitas políticas, porque nossa organização estatal estava alicerçada em processos de democratização, no qual há consultas mais amplas à população e pautadas em um modelo de política que podemos identificar como agonístico, no qual o outro não é seu inimigo e sim seu adversário, criando, desta forma, espaço para o diálogo (TILLY,

2013; MOUFFE, 2015). Entretanto, esse não é o cenário observado nas ocupações secundaristas do segundo semestre de 2016, nas quais já estava em curso um processo de desdemocratização, com consultas cada vez mais estreitas e as vozes das estudantes e dos estudantes não foram ouvidas, pois havia um governo golpista administrando a nação. Com isso, as pautas questionadas por essa juventude ocupante não foram negociadas e tanto a PEC do Fim do Mundo, quanto a Reforma do Ensino Médio foram aprovadas.

As entrevistas realizadas me permitiram compreender as percepções das minhas interlocutoras no diálogo com as questões que mobilizaram essa tese. São relatos baseados em suas memórias e não pretendem estabelecer uma verdade, mas sim nos permitir entender as significações atribuídas por elas às questões mobilizadas para este tese. Na categoria Juventude, observo, por exemplo, que as mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000 avaliam que no momento de suas juventudes foi possível vivenciar um aprofundamento da democracia no país. Permitindo que elas acessassem variados lugares onde puderam construir sua formação política. Também podemos observar que para as mulheres negras a possibilidade de vivenciar o que era esperado para a juventude esteve diretamente relacionada à atuação em movimentos sociais, sejam eles juvenis, feministas ou ligados à cultura.

Já as jovens mulheres que participaram das ocupações em 2015 e 2016 reconhecem o momento da atualidade como desafiador para a juventude, principalmente a juventude negra, no qual não há uma perspectiva de futuro muito estabelecida. Fato agravado pela redução de gastos públicos com os direitos sociais, como saúde e educação e também pela crise social, política e econômica que vivenciamos na atualidade. Corroborada por um governo que possui uma prática política alicerçada em valores não democráticos. Apesar da hostilidade do cenário atual, muitas das jovens reconhecem que uma palavra para descrever a juventude brasileira é a resistência. Mesmo que haja um percentual de jovens brasileiros hoje que defendem ideais conservadores quando há mobilização em defesa da educação, por exemplo, vemos também um grande número de jovens atuando em defesa desta.

A categoria Feminismo me permitiu entender como a ligação com este movimento possibilitou a organização das jovens em um primeiro momento e como se identificar como feminista traz ganhos para as vidas das mulheres dos dois perfis entrevistados. A ligação com o feminismo permite uma nova compreensão sobre si e sobre o mundo, o que permite que essas mulheres ressignifiquem as formas de ser e estar no mundo. Estar no feminismo ou se entender feminista gera conflitos e tensões, pelos quais se questiona se de fato esse movimento pode abrigar a diferença de forma radical, mas apesar dos conflitos e tensões, o reconhecimento como feminista foi feito por todas as mulheres entrevistadas. Além disso,

através das entrevistas pude entender que o feminismo possui princípios com os quais as jovens se reconhecem, formando, assim a sua identidade política, já que as jovens mulheres no início dos anos de 2000 primeiro se reconhecem como feministas para depois se organizarem e pleitearem políticas públicas para as jovens mulheres. E durante as ocupações de 2015 e 2016, foram também as concepções das jovens sobre feminismo que possibilitaram que elas organizem uma nova forma de fazer política daquele espaço.

A categoria Campo Político me permite entender o campo em que as mulheres que eram jovens no início dos anos de 2000 se construíram como sujeitas políticas, e ao fazer isto reconheço a importância do feminismo para que esta construção fosse possível. Através do diálogo com minhas interlocutoras pude corroborar informações fornecidas pelos documentos utilizados como referências para a escrita da ação das jovens mulheres no início dos anos de 2000, mas trazendo para este espaço os conflitos e as tensões que, por vezes, os documentos apagam. Elas resgatam, assim, a forma como os conflitos geracionais se davam e a falta de debate relacionado ao poder, e, também, como os encontros organizados para fomentar a organização das jovens mulheres não possibilitavam a presença de todas as jovens mulheres. E que houve, sim, as escolhas de demandas e apesar de haver a defesa da diferença feita pelas jovens mulheres, as jovens mulheres negras se organizaram para além do espaço destinado as jovens, pois suas demandas não eram vistas como prioridade.

A categoria Ocupações se constitui como o campo político das jovens que atuaram nas ocupações de 2015 e 2016. Nela podemos observar a ação destas jovens no espaço das ocupações, que fazem uma reescrita subalterna de si mesmas e de suas vozes, construindo uma nova cultura política, que tende a radicalizar as noções de democracia e de feminismo. Suas falas trazem para este espaço as tensões e conflitos experienciados por elas, mas também os diversos ganhos obtidos durante o processo de ocupação, que reverberam em suas atuações da contemporaneidade.

Através deste processo de pesquisa, pude observar como as jovens mulheres se construíram como sujeitas políticas ativas no contexto brasileiro, como esta construção esteve alicerçada em práticas feministas e, num primeiro momento, teve o apoio de ONG's nacionais e internacionais. Construção esta relacionada à luta por inclusão de suas especificidades nas políticas públicas destinadas às mulheres e às juventudes, considerando nesta luta a interseccionalidade presente na composição da sujeita política jovens mulheres.

Que apesar de estarem presentes em diversos movimentos e grupos políticos as jovens mulheres começam a reivindicar esta identidade no início dos anos 2000, pois há um cenário positivo para o fortalecimento e possível inclusão deste segmento na agenda governamental.

A presença das jovens mulheres como sujeitas ativas no cenário brasileiro no começo dos anos de 2000 não produz para este segmento da população mudanças sistemáticas e significativas em sua condição enquanto grupo populacional, mas contribuiu com o fortalecimento desta identidade e com a formação de ideários democráticos e feministas para este grupo.

Ideários estes que foram acessados pelas jovens mulheres ocupantes que mesmo não estando em movimentos feministas estruturados trazem para o cotidiano das ocupações estudantis a perspectiva feminista, se organizando de forma autônoma e trazendo para a escola debates que dialogam com as perspectivas feministas e ampliam a possibilidade de existência dos indivíduos. Assim no espaço da ocupação a defesa da diferença era uma constante e havia diálogo para que a organização destes espaços não reforçasse valores machistas.

As jovens mulheres que atuaram nas ocupações de 2015 e 2016 são reconhecidas como grandes protagonistas e lideranças desse processo, pois muitas das ocupações contavam com grande presença feminina. Ao protagonizar e liderar nesses espaços ressignificam essas palavras, permitindo, assim, que uma nova cultura política fosse vivenciada pela juventude ocupante. Cultura essa que reverbera para além do processo de ocupação e pode ser vivido, por exemplo, em uma nova dinâmica assumida pelo movimento estudantil, conforme sinaliza as entrevistadas que ainda atuam neste movimento.

Ao pesquisar essa temática pretendi contribuir com a visibilidade da sujeita política jovens mulheres em dois momentos de nossa história recente, construindo, assim, um histórico sobre sua ação. Busquei contribuir, também, com o debate sobre a presença das jovens mulheres na política, governamental e estudantil. Demonstro dessa forma que as jovens mulheres enquanto sujeitas políticas lutaram por políticas públicas para seu segmento. Entretanto, suas vozes foram, muitas vezes, desconsideradas e ainda há uma necessidade de construção de políticas públicas que busquem superar as desigualdades que atingem esse segmento da população. Apesar de não terem suas vozes consideradas em variados momentos conseguiram se fortalecer enquanto grupo criando uma identidade dentro do segmento juvenil. No cenário das ocupações estudantis vemos que as jovens mulheres presentes nas ocupações criaram microsociedades onde puderam ter suas vozes consideradas, entretanto, ao finalizar o processo de ocupar suas demandas e angústias não foram consideradas na organização escolar.

Ao resgatar essa construção das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas, visibilizo a história das jovens mulheres e suas práticas que se atualizam de acordo com as

demandas de cada tempo. No início dos anos 2000, temos uma organização estruturada em instituições, porque era necessário se articular nacionalmente, nos anos de 2015 e 2016 temos um organização mais local, fazendo de cada escola um ambiente único, mas, ao mesmo tempo, conectado com todo o movimento em andamento. Assim, podemos observar que as jovens mulheres estão sempre em movimento, tendo por ideal um mundo onde seja possível existir e ter bem viver. Considero importante contribuir com a escrita desta história trazendo para a tese de doutoramento a compreensão deste fenômeno social que foi a formação das jovens mulheres como sujeitas políticas ativas, apesar da obscuridade que temos no Brasil da atualidade não podemos deixar de ver o quanto nós, mulheres, enquanto grupo social, avançamos e as jovens têm uma participação ativa nessa história.

Como declarado no decorrer desta escrita faço parte da matéria investigada, muito da minha construção juvenil foi feita em debates de ONG's e movimentos sociais, mas também em Conferências Nacionais, de Educação, de Mulheres, de Juventudes. Vejo-me como sendo formada para perceber a minha diferença e a diferença como um todo como uma força crucial. Mesmo que, por vezes, nos espaços em que atuava a minha e outras diferenças fossem postas de lado, mas estávamos lá reivindicando espaço através dos nossos corpos negros, periféricos, não inscritos na política convencional. A onda de formação de políticas públicas para as juventudes e para as mulheres no início dos anos de 2000 inscreveu novas sujeitas na política e também reivindicou novas formas de fazer política acontecer. Essas novas formas de fazer política foram radicalizadas com as ocupações de 2015 e 2016 quando a juventude ocupante conseguiu se organizar a partir de uma nova perspectiva, rompendo com movimentos estruturados como partidos e entidades estudantis, nos mostrando assim que é possível.

A ação das jovens mulheres promove a possibilidade de existência de diversas sujeitas e diversos sujeitos que buscam uma maneira de ter suas vozes ouvidas e consideradas na organização estatal, que se formula enquanto democrática. Lutam, assim, para ter acesso não só a políticas públicas, a educação de qualidade, a uma vida de não violência, mas também para serem reconhecidas como sujeitas políticas e como cidadãs. Lutam por uma inclusão social onde viver seja mais que ser livre, seja não ter medo de existir, nenhum medo, como bem diz a cantora Nina Simone na abertura deste capítulo. Observo que esta foi justa a construção das jovens mulheres e a presente produção tentou ser um registro formal de parte da movimentação feita pelas jovens mulheres, tanto no início dos anos de 2000, quanto nas ocupações de 2015 e 2016.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In FREITAS, M<sup>a</sup> Virginia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referencias conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 19-35. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>, último acesso em 03 de junho de 2020.

ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira – Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011, 2<sup>a</sup> reimpressão.

ADEVE, Ana. Memórias de um passado recente: I Encontro Nacional de Jovens Feministas. In PAPA, Fernanda; SOUZA, Raquel (Org.). *Jovens Feministas Presentes*. São Paulo: Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert; Brasília: Unifem, 2009.

ADRIÃO, Karla Galvão. *ENCONTROS DO FEMINISMO. Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. 2008. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ADRIÃO, Karla Galvão; MÉLLO, Ricardo Pimentel. As Jovens feministas: sujeitos políticos que entrelaçam questões de gênero e geração? Disponível em [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/133.%20as%20jovens%20feministas.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/133.%20as%20jovens%20feministas.pdf), último acesso em 19 de fevereiro de 2019.

ALVAREZ, Sonia et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. In *Revista Estudos Feministas*. Vol.11 N°.2 Florianópolis July/Dec. 2003.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In *Lua Nova*, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

ANDRADE, Allyne; LUIZ, Cristiana; QUEIROZ, Deise. Negras Jovens e Feministas – O 1º Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas. In Observatório de Juventude Negra (Org.). *Juventudes Negras do Brasil – Trajetórias e Lutas*. 2012. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11530.pdf>, último acesso em 27 de outubro de 2020.

ANG-LYGATE, Magdalene. Trazar los espacios de La deslocalización. De La teorización de La diáspora. In JABARDO, Mercedes (Org.<sup>a</sup>). *Feminismos negros. Una antología*. Madrid: Traficantes de Sonhos: Mapa, 2012.

ARAÚJO, Raissa Barbosa. *Jovens Feministas do Nordeste – um novo segmento político do movimento feminista brasileiro*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, UFP.



AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

BARRETO, Bruna A. L. *#OCUPATUDO: mobilizações secundaristas e resistências à precarização da educação*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, UFF.

BARRETO, Bruna A. L. Ocupações Secundaristas no Rio de Janeiro em 2016: resistências à precarização da educação. In MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Org.). *Ocupar e Resistir. Movimentos de ocupações pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Ed. 34; FAPESP, 2019.

BASTOS, Priscila da Cunha. *Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Estudos Sociais Aplicados – Universidade Federal Fluminense, UFF.

BECKER, Howard S. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. In *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BIANCHINI, Rejane Aparecida. *A relação entre o trabalho e a formação educacional das mulheres jovens na esfera da reprodução social em Santa Terezinha de Itaipi – PR*. 2012. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas nas Ciências Sociais. In *Em Tese*, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BORGES, Larissa Amorim. *NAS PERIFÉRIAS DO GÊNERO: Uma mirada negra e feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens participantes no Hip Hop e no Funk*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

BORGES, Larissa; PAPA, Fernanda. *Imaginando cores que nunca vimos*. LOBATO, Ana Laura (Org.<sup>a</sup>) *Jovens mulheres e políticas públicas*. Brasília: Presidência da República, 2014.

BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.

BRASIL. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília: senado Federal, coordenação de Edições técnicas, 2013.



BRASIL. Ministério da Educação. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa nacional sobre Perfil e opinião dos Jovens Brasileiros 2013*. Brasília: SNJ, 2014.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMILO, Adriana Almeida. *Um estudo dialógico sobre narrativas identitárias de mulheres jovens no contexto de coletivos lésbicos-bissexuais feministas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde). Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília, UnB.

CAMPOS, Antonia M. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações secundaristas em São Paulo. In MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.). *Ocupar e Resistir. Movimentos de ocupações pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Ed. 34; FAPESP, 2019.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CARDOSO, Ruth & SAMPAIO, Helena (Org.). *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: Editora da USP, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In PAPA, Fernanda; FREITAS, M<sup>a</sup> Virginia de (Orgs.). *Juventude em Pauta – Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná de. O campo de políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In PAPA, Fernanda; FREITAS, M<sup>a</sup> Virginia de (Orgs.). *Juventude em Pauta – Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011.

CASTRO, Fabiana Leonel de. *Negras Jovens Feministas: Sexualidade, Imagens E Vivências*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, UFBA.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sócias na produção dos sujeitos políticos. In: Estudos feministas. Rio de Janeiro (UFRJ/CIEC), v. 0, p. 57-73, 1992.

CASTRO, Mary Garcia. Desafios para quem faz o campo das políticas públicas de juventude. In PAPA, Fernanda; FREITAS, M<sup>a</sup> Virginia de (Orgs.). *Juventude em Pauta – Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011.

COELHO, Gustavo. O movimento das ocupações de escolas no Rio Grande do Sul: dinâmicas e tensões internas. In MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.). *Ocupar e Resistir. Movimentos de ocupações pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Ed. 34; FAPESP, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In JABARDO, Mercedes (Org.). *Feminismos negros. Una antologia*. Madrid: Traficantes de Sonhos: Mapa, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1* Janeiro/Abril 2016.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. *Em busca de autonomia: a trajetória de mulheres na economia solidária*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC- MG.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, jan./jul., 2002.

CRUZ, Fabíola Peres da. *Jovens Estudantes do IEG: Memórias do Movimento Estudantil (1964 A 1968)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-Goiás.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Educação e Sedução: normas, condutas, viores nos romances de M Delly*. 1995. Tese. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo – USP.

DARTORA, Ana Carolina Moura Melo. *As adolescentes negras e os 13 anos da Lei 10.639/03*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, UFPR.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco. *MARCHA DAS VADIAS: Entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos*. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

ELOY, Denise. As ocupações estudantis e a gestão democrática no Ensino Médio. [www.gestaoescolar.org.br](http://www.gestaoescolar.org.br). 2019. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

ERGAS, YASMINE. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In BUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.) *Histórias das mulheres no Ocidente: O século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

ESPINDULA, Brenda. Apresentação. In ESPINDULA, Brenda (Org.). *Protagonismo da Juventude Brasileira: Teoria e Memória*. São Paulo: Instituto Arte Cidadania (IAC); Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), 2009.

FEIXA, Carlos; LECCARD, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – História da violência nas prisões*. Rio de Janeiro, vozes, 2009.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. In *Paidéia*, 14 (28), 139 -152, 2004.

FREITAS, Rosângela Ramos de. *Adolescentes trabalhadoras na rua: as distribuidoras de folhetos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. In *RBP AE*, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan./abr. 2012.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. *Mulheres e Militância no Espírito Santo: Encontros e Confrontos durante a Ditadura Militar*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia). Centro de Ciências Humanas e Naturais – Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOLÇAVES, Christian P.; RENA, Luiz Carlos C. B. O movimento de ocupação das escolas em Minas Gerais: formação política através da ação coletiva. In : MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúion (Orgs.). *Ocupar e Resistir. Movimentos de ocupações pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Ed. 34; FAPESP, 2019.

GOMES, Nilma Lino. [Entrevista concedida a] Luciana de Souza Ramos. In GERALDES, Elen; RAMOS, Tânia; SILVA, Juliano; MACHADO, Liliane; NEGRINI, Vanessa (Orgs.). *Mídia, Misoginia e Golpe*. Brasília: FAC-UNB, 2016.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. In *Cadernos Pagu* (36), janeiro-junho de 2011:25-46.

GONDIN, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnicas de investigação qualitativa: desafios metodológicos. In *Paidéia*, n. 12, p.149-161, dez. 2002.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.<sup>a</sup>). *Guerreiras de Natureza – Mulher Negra, Religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In *Lélia Gonzalez – Primavera para as Rosas Negras*. Diáspora Negra, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. In *Lélia Gonzalez – Primavera para as Rosas Negras*. Diáspora Negra, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afrolatinoamericano. In *Lélia Gonzalez – Primavera para as Rosas Negras*. Diáspora Negra, 2018.

GROPPO, Luís Antonio. Juventude – Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUIMARÃES, Ângela. Dilemas da vivência da Juventude negra no Brasil. In PAPA, Fernanda; FREITAS, M<sup>a</sup> Virginia de (Orgs.). *Juventude em Pauta – Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

HOLANDA, Francisco U. X. Tirando o paletó e a máscara do príncipe: ocupações de escolas no Ceará. In MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.). *Ocupar e Resistir. Movimentos de ocupações pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Ed. 34; FAPESP, 2019.

HOLANDA, Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves. *Trajetórias de vida de jovens negras da UNB no contexto das ações afirmativas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade de Brasília, UnB.

IPEA & FBSP (Orgs.). *Atlas da Violência – 2017*. Rio de Janeiro, 2017.

IPEA & FBSP (Orgs.). *Atlas da Violência – 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Educação Porto Alegre/RS*, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

JOSSO, Marie-Christine. O Corpo Biográfico: corpo falado e corpo que fala. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 37, n.º 1, p. 19-31, jan./abr. 2012. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade).

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, Miriam. “Os alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. In *ETD – Educação Temática Digital*. Campinas, SP v.19 n.º esp., p. 23-47 jan./mar. 2017.

LIMA, Gabriela Rodrigues de. *Memória, Gênero e Política: A Militância das Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a Ditadura Militar (1969-1972)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais - Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.

LINTON, Rhoda. Rumo a um método feminista de pesquisa. In JAGGAR, Alinson; BORDO, Susan (Org.). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LISBOA, Carolina Langnor e Sousa. *Novos Feminismos: Perspectivas Sobre o Movimento Estudantil Feminista na Universidade Federal do Paraná*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Paraná, UFPR.

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença. In LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

*Lute como uma menina*. Documentário. Direção: Beatriz Alonso e Flávio Colombini. São Paulo: 76min, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA&t=725s>, acesso em 11 de fevereiro de 2020.

MACEDO, Severine Carmen de & SOARES, Vera. Apresentação. In LOBATO, A. L. (Org.) *Jovens Mulheres e Políticas Públicas*. Brasília: Presidência da República, 2014.

MANNHEIM, K. O problema das gerações. In Marialice M. Foracchi (org.), *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática, pp. 67-95.

MARQUES, Léa. A construção de uma agenda das jovens mulheres e o mundo do trabalho. . In LOBATO, A. L. (Org.) *Jovens Mulheres e Políticas Públicas*. Brasília: Presidência da República, 2014.

MARTELLO, Laura França. *Tensões E Desafios Na Construção De Espaços E Encontros Entre Feministas Jovens Autonomistas No Contexto Brasileiro E Latinoamericano (2011-2014)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

MATOS, Marlise. [Entrevista concedida a] Mariana Prandini Assis. In GERALDES, Elen; RAMOS, Tânia; SILVA, Juliano; MACHADO, Liliane; NEGRINI, Vanessa (Orgs.). *Mídia, Misoginia e Golpe*. Brasília: FAC-UNB, 2016.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010

MELO, Elinay. A ocupação tem a garra da juventude e rosto de mulher. [www.justificando.com.br](http://www.justificando.com.br). 2016. Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los Ojos de Occidente: Feminismo Académico y Discursos Coloniales. In: NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (editoras). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Espanha: Cátedra, 2008.

MORAES, Maria Lygia Q. de. Cidadania no Feminino. . In PINSKY, Carla B.; PINSKY, Jaime (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008.

MORESCO, Marcielly C. Corpos que não importam no fronte das ocupações: protagonismo feminino e LGBTQI+. In MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.). *Ocupar e Resistir. Movimentos de ocupações pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Ed. 34; FAPESP, 2019.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In *Política e Sociedade*. n. 03, p. 11-26. Outubro, 2003.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro – Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.



NASCIMENTO, Lissa Crisnara Silva do. *ESSA CIRANDA NÃO É MINHA SÓ, É DE TODAS NÓS: um estudo sobre feminismo, autonomia e consciência coletiva*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN.

NAVAZ, Liliana Suárez. Colonialismo, Gobernabilidad y Feminismos Poscoloniales. In NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (editoras). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Espanha: Cátedra, 2008.

OSÓRIO, Bruna da Silva. *A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: Do passado ao presente*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. In *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165.

PAIM, Paulo. Introdução. In Observatório de Juventude Negra (Org.). *Juventudes Negras do Brasil – Trajetórias e Lutas*. 2012. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11530.pdf>, último acesso em 27 de outubro de 2020.

PAPA, Fernanda. Prazer, Forito. In PAPA, Fernanda; SOUZA, Raquel (Orgs.<sup>a</sup>). *Jovens Feministas Presentes*. São Paulo: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert; Brasília: Unifem, 2009.

PAPA, Fernanda. *Juventude em Pauta – Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011.

PAPA, Fernanda; FREITAS, M<sup>a</sup> Virginia de (Orgs.). *Políticas Públicas – Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. *A participação feminina no movimento estudantil secundarista como espaço de luta política (Anos de 1980)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, História e Arte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRGN.

PEREIRA, Elcimar Dias. *Desejos polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

PÉREZ, Susana Roman Blanco. *"Ver-julgar-agir": Análise de práticas da juventude estudantil católica feminina (Entre décadas de 1950 e 1960)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In PINSKY, Carla B.; PINSKY, Jaime (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008.



PINTO, Célia Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Joana Plaza. Ler e Escrever Sobre Corpos: Metodologia Feminista para Letramento de Jovens. In *CADERNOS DE PESQUISA*, V.41 N.143 MAIO/AGO. 2011: pp. 538-558.

PITANGUY, Jacqueline. As Mulheres e a Constituição de 1988. In *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano II, n. 1, dez. 2008.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos Censos Brasileiros. In *REVISTA USP*, São Paulo, n.40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99.

REIS, Josemira Silva. Feminismo por hashtags: as potencialidades e riscostecidos pela rede. In Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 the Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Elaine. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In PAPA, Fernanda; FREITAS, M<sup>a</sup> Virginia de (Org.). *Juventude em Pauta – Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011.

ROMÃO, Carla de Oliveira. *Identificações do Feminino em Materiais Didáticos Contemporâneos*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Humanidades – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

RUA, Maria das Graças. As políticas e a Juventude dos Anos 90. In *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. 2º volume.

SABOIA, Ana Lúcia. Situação Educacional dos jovens. In *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. 2º volume.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade*. 3ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVA, Sueli. *Narrativas da vivência Juvenil Feminina: histórias e poéticas produzidas por jovens de periferia urbana de Porto Alegre*. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

SANTOS, Ana Paula dos; MIRANDA, Cynthia Mara. LUTE COMO UMA MENINA: questões de gênero nas ocupações das escolas de São Paulo em 2016. In *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 6, p. 417-444, out.- dez., 2017.

SANTOS, Carina. Ocupação: Substantivo Feminino. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/59430669/revista-elas-por-elas2017>. 2017. Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Maria Fernanda Teixeira dos. *Mulheres no movimento estudantil: Representações, discursos e identidades*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista. In COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *Feminismo, Ciência e Tecnologia/ Organizado por Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA*, 2002. 320p. - (Coleção Bahianas; 8).

SCHUMAHER, Schuma. O lobby do batom, para dar o nosso tom. In *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano II, n. 1, dez. 2008.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico V. *Dicionário de Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In *Educação e Realidade*. Volume 20, número 2, p.71-99, 1995.

SILVA, Áurea Carolina de Freitas e. *Ampliando os limites do Estado: conflito e cooperação entre agentes estatais e da sociedade civil na luta por inclusão das mulheres jovens na agenda governamental*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

SILVA, Mayris de Paula. *Memórias de Mulheres do Movimento Estudantil: Participação, Gênero e Educação*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Biológicas – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

SOARES, Diony Maria Oliveira. *Espelho, Espelho Meu, Eu Sou Bela? Estudando Sobre Jovens Mulheres Negras, Discurso Estético, Mídia e Identidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pelotas, UFP.

SOUSA, Roberta Menezes. *A cultura política feminista entre permanências e rupturas: um estudo com as jovens do movimento feminista de fortaleza*. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal de Pernambuco, UFP.

SOUZA, Regina Magalhães de. O conceito de Protagonismo Juvenil. In ESPINDULA, Brenda (Org.). *Protagonismo da Juventude Brasileira: Teoria e Memória*. São Paulo: Instituto Arte Cidadania (IAC); Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), 2009.

SOUZA, Jesse. [Entrevista concedida a] Patrícia Bandeira de Melo. In GERALDES, Elen; RAMOS, Tânia; SILVA, Juliano; MACHADO, Liliane; NEGRINI, Vanessa (Orgs.). *Mídia, Misoginia e Golpe*. Brasília: FAC-UNB, 2016.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SPOSITO, Marília. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In SPOSITO, Marília (Coord.<sup>a</sup>). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na Constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In PAPA, Fernanda; FREITAS, M<sup>a</sup> Virginia de (Org.). *Políticas Públicas – Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, Marília. Estado da Arte sobre juventude: uma introdução. In SPOSITO, Marília (Coord.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 1. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009a.

SPOSITO, Marília. A pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In SPOSITO, Marília (Coord.<sup>a</sup>). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009b.

TAVARES, Francisco M. M.; VELOSO, Ellen R. “A gente ainda nem começou”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia (2015-2016). In MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúion (Orgs.). *Ocupar e Resistir. Movimentos de ocupações pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Ed. 34; FAPESP, 2019.

TAYLOR, Alice; LAURO, Giovanna; SEGUNDO, Marcio; GREENE, Margaret. “Ela vai no meu barco” – Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US. Setembro 2015.

TELES, Amelinha. [Entrevista concedida a] Patrícia Cunegudes Guimarães. In GERALDES, Elen; RAMOS, Tânia; SILVA, Juliano; MACHADO, Liliane; NEGRINI, Vanessa (Orgs.). *Mídia, Misoginia e Golpe*. Brasília: FAC-UNB, 2016.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TOKARNIA, Mariana. Contrários a novo modelo de gestão, estudantes ocupam 27 escolas em Goiás. <http://agenciabrasil.ebc.com.br>. 2016. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

VARELA, Nuria. *Feminismo para principiantes*. Espanha: Ediciones B, 2008.

VARGAS, Janaína Charão. *Corpo, Experiência e Feminismo: um estudo do movimento marcha das vadias em Santa Maria*. 2016. (Dissertação em Ciências Sociais). Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde / con El feminismo negro. In JABARDO, Mercedes (Org.). *Feminismos negros. Una antología*. Madrid: Traficantes de Sonhos: Mapa, 2012.

VELOSO, Cyrana Borges. *Vadias das alterosas: um estudo da Marcha das Vadias de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. In *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.

WASELFISZ, Julio. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO Brasil.

WASELFISZ, Julio. Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil. FLACSO Brasil.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. In *Revista Sociedade e Estado*, Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

ZANETTI, Julia Paiva. *Jovens feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Estudos Sociais Aplicados – Universidade Federal Fluminense, UFF.

ZANETTI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. In *Cadernos Pagu* (36), janeiro-junho de 2011:25-46.

**ENTREVITAS ANALISADAS**

AMORA, Iara. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Rio de Janeiro: Prédio Comercial, Cinelândia. 12 de setembro de 2019. 1 Arquivo .wav (45min 46seg).

BORGES, Larissa. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Belo Horizonte, Novo Glória, Salão Afro. 05 de dezembro de 2019. 1 Arquivo .wav (41min 43seg).

CORTES, Morgana. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Rio de Janeiro: Méier, Praça Agripino Grieco, 13 de Agosto de 2019. 1 Arquivo .wav (46min 54seg).

FERNANDES, Mariana. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Belo Horizonte: Centro, Ocupação Carolina Maria de Jesus, 04 de dezembro de 2019. 1 Arquivo .wav (57min 45seg).

GONÇALVES, Ana Carolina. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Rio de Janeiro: UniRio, Urca, 21 de novembro de 2019. 1 Arquivo .wav (01h 09min 19seg).

GRIGOLIN, Fernanda. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Rio de Janeiro: UniRio, Urca, 21 de agosto de 2019. 1 Arquivo .wav (01h 20min 41seg).

OLIVEIRA, Jeniffer da Silva. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Minas Gerais: Juiz de Fora, 20 de Agosto de 2019. 1 Arquivo .wav (29 min 28seg).

OLIVEIRA, Mariana Pereira de. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 08 de Novembro de 2019. 1 Arquivo .wav (01 hora 19min 15 seg.).

SARAIVA, Beatriz. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Belo Horizonte: CEFET, 05 de Dezembro de 2019. 1 Arquivo .wav (59min 17seg).

SILVA, Laura Moreira da. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Belo Horizonte, Centro, Ocupação Carolina Maria de Jesus, 04 de Dezembro de 2019. 1 Arquivo .wav (01h 14min 15seg).

SILVA, Áurea Carolina da. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Entrevista online. 23 de julho de 2020. 1 Arquivo .wav (1h11min06seg).

TEODOSIO, Mariana. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Rio de Janeiro, UFRJ, Campus Praia Vermelha. 13 de novembro de 2019. 1 Arquivo .wav (46min 44seg).

ZANETTI, Julia Paiva. **Entrevista**. Entrevistadora: Carla de Oliveira Romão. Rio de Janeiro: Campus Pedro II, Engenho Novo, 18 de abril de 2019. 1 Arquivo .wav (59min 36seg).

## APÊNDICE A - Parecer do Comitê de Ética da UFJF



UFJF - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE JUIZ DE FORA -  
MG



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DO PROTAGONISMO À LIDERANÇA. TRAJETÓRIAS DE JOVENS MULHERES EM TEMPOS DE GOLPE OU DEMOCRACIA

**Pesquisador:** CARLA DE OLIVEIRA ROMAO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 92732118.9.0000.5147

**Instituição Proponente:** Faculdade de Educação da UFJF

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.796.585

#### Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto está clara, detalhada de forma objetiva, descreve as bases científicas que justificam o estudo, estando de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, item III.

#### Objetivo da Pesquisa:

Os Objetivos da pesquisa estão claros bem delineados, apresenta clareza e compatibilidade com a proposta, tendo adequação da metodologia aos objetivos pretendido, de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013, item 3.4.1 - 4.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios descritos em conformidade com a natureza e propósitos da pesquisa. O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo e benefícios esperados estão adequadamente descritos. A avaliação dos Riscos e Benefícios está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, itens III; III.2 e V.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N

**Bairro:** SAO PEDRO

**CEP:** 36.036-900

**UF:** MG

**Município:** JUIZ DE FORA

**Telefone:** (32)2102-3788

**Fax:** (32)1102-3788

**E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br





Continuação do Parecer: 2.796.585

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, ressarcimento com as despesas, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a,b,d,e,f,g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPEs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: dezembro de 2020.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N  
**Bairro:** SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900  
**UF:** MG **Município:** JUIZ DE FORA  
**Telefone:** (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br





Continuação do Parecer: 2.796.585

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1164097.pdf	03/07/2018 09:38:39		Aceito
Outros	entrevista_jovens.docx	03/07/2018 09:37:39	CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Aceito
Outros	entrevista_informantes.docx	03/07/2018 09:36:43	CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Aceito
Outros	Termo_Sigilo.pdf	28/06/2018 08:47:28	CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento.docx	28/06/2018 08:44:45	CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsaveis.docx	28/06/2018 08:44:25	CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_1.docx	28/06/2018 08:44:07	CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_COR.docx	28/06/2018 08:24:58	CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	28/06/2018 08:20:43	CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JUIZ DE FORA, 02 de Agosto de 2018

---

**Assinado por:  
Helena de Oliveira  
(Coordenador)**

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N  
**Bairro:** SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900  
**UF:** MG **Município:** JUIZ DE FORA  
**Telefone:** (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntária da pesquisa **DO PROTAGONISMO À LIDERANÇA. TRAJETÓRIAS DE JOVENS MULHERES EM TEMPOS DE GOLPE OU DEMOCRACIA**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é tentar compreender como as jovens mulheres se organizam politicamente nas ocupações de 2015. Nesta pesquisa pretendemos Construir/Mapear/Identificar as jovens mulheres enquanto sujeito político, resgatando a trajetória deste segmento no cenário nacional recente, ou seja, quais as formas que as jovens mulheres se organizam politicamente e os desafios que surgem desta organização.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: entrevista com roteiro semiestruturado, ou seja, você pode incluir questões que queira responder ou pode não responder algumas das questões propostas. A pesquisa será, se você concordar, gravada. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: identificação de sua voz por terceiros. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, podemos optar por usar pseudônimos ou mesmo não gravar a entrevista, tendo à entrevistadora a missão de coletar os dados de forma escrita. A pesquisa tem como possíveis benefícios contribuir com a construção do sujeito político jovens mulheres; visibilizar a atuação das jovens mulheres em nossa sociedade e permitir a documentação da trajetória política de jovens mulheres.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendida. A pesquisadora não vai divulgar seu nome, caso esta seja sua vontade. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar, caso esta seja a sua vontade.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. As pesquisadoras tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Concordo em gravar a entrevista? ( ) SIM ( ) NÃO

Concorda em usar seu próprio nome? ( ) SIM ( ) NÃO

Caso opte por não usar seu nome: qual nome gostaria de ser chamada: \_\_\_\_\_.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

**Carla de Oliveira Romão**  
**Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE**  
**Faculdade de Educação – FACED**  
**Universidade Federal de Juiz de fora**  
**CEP: 36036-900**  
**Fone: 21 982711748**  
**E-mail: petroyf@gmail.com**

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

## **APÊNDICE C -Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Mulheres que eram Jovens no início dos anos de 2000**

### Apresentação inicial

- Nome/ Como gostaria de ser chamada? – Se for o caso.
- Quando e onde nasceu
- Tem filhas ou filhos
- Onde e com quem mora
- Escolaridade
- Cor/Raça
- Orientação Sexual
- Ocupação
- Religião

### Breve História de vida

- Você poderia compartilhar conosco um pouco da sua história de vida: sobre sua infância e adolescência, aspectos marcantes.
- Na atualidade você costuma fazer tarefas domésticas? Quais?
- Se fosse fazer uma estimativa, quanto tempo você acha que gasta por dia fazendo essas atividades?
- O que você faz no seu tempo livre? Pra lazer?

### Sobre Juventude

- O que é ser jovem no Brasil hoje?
- Você pode ser jovem? Pode viver o que era esperado para uma jovem viver?
- Você acha que existe diferença entre ser jovem mulher e jovem homem no Brasil?

### Feminismo

- Quais mulheres são referência em sua vida?
- Você se considera feminista? Por quê?
- Como foi sua participação/entrada no movimento feminista?
- Você possui alguma referência no feminismo? Que te inspira? Por quê?
- Como você entende o feminismo hoje?
- Houve muitas mudanças desde que você começou a participar?
- Vivia conflitos intergeracionais? Como se davam?

### Atuação Política

- Para você quando as jovens mulheres começaram a se organizar como jovens feministas?
- Participou de algum encontro com este título? Quais?
- Você esteve presente na formação/articulação de demandas das jovens feministas?
- Quais grupos você considera que iniciaram esta articulação?
- Essa pesquisa trabalha com a hipótese de que as jovens primeiro se organizam como feministas para depois se organizarem como jovens mulheres. Você considera que esta assertiva é relevante?

### Sobre as ocupações:

- O que você pensa sobre as ocupações estudantis de 2015/2016?
- Neste processo a gente teve uma participação enorme de jovens mulheres, você considera isto um efeito cascata das políticas públicas para as jovens mulheres?
- Você acompanhou alguma ocupação? Qual?
- Poderia relatar algo sobre essa experiência? Organização das ocupações? Atividades? Você viu muitas jovens organizando/liderando as atividades?
- Você poderia nos indicar jovens que participaram das ocupações para serem entrevistadas?

[Agradecer a disponibilidade em realizar a entrevista e dizer que o material será enviado para a entrevistada assim que a defesa for realizada]

## **APÊNDICE D -Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Jovens Mulheres que atuaram nas Ocupações Estudantis em 2015 e 2016**

### Apresentação inicial

- Nome
- Quando e onde nasceu
- Onde e com quem mora
- Se tem filhas ou filhos
- Escolaridade
- Cor/Raça
- Orientação Sexual
- Ocupação
- Religião

### Breve História de vida

- Você poderia compartilhar conosco um pouco da sua história de vida: sobre sua infância e adolescência, aspectos marcantes.
- Em que escola cursou o Ensino Médio?
- E na sua juventude da atualidade o que mais te marca?
- Na atualidade você costuma fazer tarefas domésticas? Quais?
- Se fosse fazer uma estimativa, quanto tempo você acha que gasta por dia fazendo essas atividades?
- O que você faz no seu tempo livre? Pra lazer?

### Sobre Juventude

- O que é ser jovem no Brasil hoje? Você vive essa juventude?
- Você acha que existe diferença entre ser jovem mulher e jovem homem no Brasil?

### Feminismo

- Quais mulheres são referência em sua vida?
- Você se considera uma jovem feminista? Se Sim, por quê? Se não, por quê?
- Como foi sua participação/entrada no movimento feminista?
- Você possui alguma referência no feminismo? Que te inspira? Por quê?
- Conhece ou já participou de ações do movimento feminista? Quais?
- O que você achou delas? Se sentiu bem ali? Por quê?

- Você acha que a história do movimento feminista contribui com essa atuação das jovens hoje? O que exatamente?
- Você considera que o feminismo mudou algo em sua vida?

#### Atuação Política

- Na sua escola você participa/participou de algum grupo/movimento? Qual?
- Como foi/é sua participação?
- Você e/ou seu grupo esteve/estiveram envolvida/envolvidas com as ocupações de escolas entre 2015/2016?
- Como foi esta participação? Lembra-se da rotina da ocupação?
- E se você tivesse que dizer os motivos que levaram a ocupação, o que você destacaria?
- Quem organizava as atividades da ocupação?
- Houve casos de assédio? Machismo? Homofobia, que você se lembre? Como o grupo lidou com isso?
- Vocês viveram conflitos intergeracionais durante as ocupações?
- Você acha que as ocupações foram importantes no cenário político brasileiro? Por qual motivo?
- Durante as ocupações houve muitas matérias relatando a grande presença de jovens mulheres. O que você acha disso? Havia muitas mulheres? Qual a importância disso?
- Você atua no movimento \_\_\_\_\_. Existem muitas jovens mulheres ali?
- No caso de movimentos mistos: como se dá a relação entre os homens e as mulheres? Existe disputa? Apagamentos? Silenciamentos?
- Como você vê a atuação das jovens, aumentou pós 2015?

[Agradecer a disponibilidade em realizar a entrevista e dizer que o material será enviado para a entrevistada assim que a defesa for realizada]

**APÊNDICE E: Lista de Teses e Dissertações coletadas no Portal da CAPES e usadas como referência na Tese**

	ÁREA/UNIVERSIDADE	TÍTULO	METODOLOGIA	ANO	AUTORA	INTERLOCUÇÃO TEÓRICA DE JUVENTUDE	INTERLOCUÇÃO TEÓRICA DE FEMINISMO	CONCLUSÃO DE PESQUISA
JOVENS MULHERES NEGRAS	Mestrado em Psicologia Social - PUC/SP	Desejos polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade	Grupos focais; mapas dialógicos	2008	Elcimar Dias Pereira	"A razão pela qual a noção de juventude não será aprofundada diz respeito aos limites que a construção de uma pesquisa nos impõe" 14	Não há capítulo específico sobre o tema, mas a perspectiva feminista orienta a confecção do trabalho; existe uma teorização que usa o feminismo para falar: sobre saúde das mulheres negras e as diferenças em relação às mulheres brancas : Barros, 1995; Brah, 1992 ; Caldwell, 2000; Carneiro e Santos, 1985; Piscitelli, 1996; Stolke, 1993; Carneiro, 2003; Carone, 1996; Bento, 2002;	No que concerne o meio acadêmico, as contribuições que a princípio permito-me visualizar, são: a diversificação regional sobre o tema; a abordagem desse tema partindo de uma ótica construcionista [...] e, finalmente, o exercício de desfamiliarização de termos que tendem a reificar as ideias construídas sobre sexualidade das mulheres negras, e assim possibilitar a construção de novos discursos" p. 156
	Mestrado em Educação - UFP/Pelotas	Espelho, espelho meu, eu sou bela? Estudando sobre jovens mulheres negras, discurso estético, mídia e identidade		2008	Diony Maria Oliveira Soares	A produção não traça construção teórica sobre juventude	Louro (2001) e Moreno (1999); Ferreira (2003); SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 1994; LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 2000; AMOS; PARMAR; BRAH, 2006; GONZÁLES apud BAIROS, 2000; Carneiro, 1994; Ribeiro, 1995. Diálogo com as feministas negras	"As trocas desiguais do sistema global, manifestadas nas relações entre os grupos étnico/raciais que ocupam posições dominantes e subalternas, levam-me a cogitar que a subalternidade da condição mulher negra brasileira pode colocar em xeque as possibilidades, de fato, de deslocamentos identitários" p. 167



Mestrado em Educação - UNB	Trajetórias de vida de jovens negras da UNB no contexto das ações afirmativas	Entrevistas narrativas-biográficas	2008	Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves Holanda	Grosso, 2000; Pais, 1996; Carrano, 2003; Abramo, 2005; Ariés, 1986; Ribeiro, 2004; Weller, 2004, 2005;	Não existe uma discussão sobre feminismo na obra, mas existe uma seção destinada a gênero e nele traz: Conceição Nogueira, 2001; Scott, 1995; Louro, 1995; Sorj e Heilborn, 1999; Gregori, 1999; Fraser, 2000; 2001;	"O que podemos perceber no comportamento das cotistas dos dois cursos, é que ter ingressado na UnB - uma universidade de referência nacional - confere-lhes um <i>status</i> no âmbito familiar e no local de residência, sobretudo daquelas que moram nas chamadas cidades satélites, ou regiões administrativas do entorno de Brasília" p. 148.
Mestrado em Educação - UFF/Niterói	Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras	Observação e narrativas orais de jovens	2009	Priscila da Cunha Bastos	Bourdieu, 1983; Novaes, 2003; Castro (2005); Pais, 2003	Não existe a menção ao feminismo na obra	Ser jovem, mulher, negra e quilombola entre o quilombo e a cidade representa ser diferente, mas também ser desigual. Essa marca identitária acompanha as jovens nos seus percursos de idas e vindas. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a ampliação da rede social e o contato com novas possibilidades para formulação de projetos amplia o campo de possibilidades de se fazer sujeito, o ser negra quilombola reduz essas expectativas" p. 90.
Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - UFB/Salvador	NEGRAS JOVENS FEMINISTAS: SEXUALIDADE, IMAGENS E VIVÊNCIAS	Trabalho de campo com observação participante; Entrevistas	2010	Fabiana Leonel de Castro	Há a problematização da categoria geração, juventude sendo usada para indivíduos até 30 anos: Mota (1999); BRITO DA MOTA, 1999	O debate feminista perpassa a produção, mas não há um capítulo específico para abordar a temática, há também o uso do conceito de gênero com: Suárez (1992); Scott (1990); Costa (1994); Carneiro (2003); Corrêa (1996); <u>Sistematiza o I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas o</u>	"Então, antes de tudo esse trabalho é um diálogo com jovens negras feministas que através da lente do ativismo antirracista, antileisbofóbico e feminista reorganizaram suas lembranças de modo significativo a construir suas auto-estimas" p. 101

							<u>que pode ser interessante para a pesquisa.</u>	
	Mestrado em Psicologia - UFMG/BH	NAS PERIFERIAS DO GÊNERO: Uma mirada negra e feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens participantes no Hip Hop e no Funk	Etnografia; Entrevistas semiestruturadas	2013	Larissa Amorim Borges	Mayorga & Prado, (2010); Crenshaw (2002); Piscitelli (2008); Novaes e Vannuchi (2004); Abramo, 1994, 1997; Abramovay, 2002; Novaes, 2005, Abramovay & Castro, M. G., 2006	Carneiro (2001), Anzaldúa (2000), Roland(2000), Ribeiro (1998) Davis (2005), Romio (2009), Mayorga (2007), Papa (2009), Azeredo (2010) Curiel (2009), Toneli (2008)	"Nas Encruzilhadas desta Pesquisa militante é possível perceber que já temos alguns instrumentos metodológicos para ouvir vozes silenciadas e lentes para ver invisibilidades entre eles, mas ainda precisamos criar outras, avançar na criação de —armas para desconstruir desigualdades" p. 167
	Mestrado em Educação - UFPR	AS ADOLESCENTES NEGRAS E OS 13 ANOS DA LEI 10.639/03	Autoetnografia; pesquisa do tipo etnográfico; Entrevistas Semiestruturadas	2017	Ana Carolina Moura Melo Datora	Seção sobre juventude negra traz dados desta juventude no país; fazendo o recorte etário para categorizar juventude. BENTO; BEGHIN, 2005; Albuquerque (2003)	Dados sobre a situação da mulher negra no Brasil; MARCONDES et al., 2013; apresenta o feminismo ao falar da lei 10639/03, mas não traz teorização sobre.	"percebem-se os pequenos, mas importantes, avanços na sociedade brasileira com os 13 anos da implantação da lei 10.639/03 e outras políticas afirmativas que se complementam a esta, observadas em tantas pesquisas" p.91

	ÁREA/UNIVERSIDADE	TÍTULO	METODOLOGIA	ANO	AUTORA	INTERLOCUÇÃO TEÓRICA DE JUVENTUDE	INTERLOCUÇÃO TEÓRICA DE FEMINISMO	CONCLUSÃO DE PESQUISA
MOVIMENTO ESTUDANTIL	Doutorado em Psicologia-UFES/Vitória	Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar	Entrevistas	2006	Ingrid Faria Gianordol-Nascimento	Não há	Não há nenhuma menção.	"Já não podiam mais continuar "escondendo", em si mesmas, aspectos relevantes para a consolidação da democracia nesse país, furtando às gerações de seus filhos e netos a certeza de que alguns acontecimentos não podem se repetir" p. 306

Mestrado em Educação - PUC/SP	"Ver-julgar-agir": Análise de práticas da juventude estudantil católica feminina (Entre décadas de 1950 e 1960)	Análise documental.	2007	Susana Roman Blanco Pérez	Não há	Não há nenhuma menção.	
Mestrado em História - UFRGN/Natal	A participação feminina no movimento estudantil secundarista como espaço de luta política (Anos de 1980)	História Oral, colhida através de entrevistas coroteiro; arquivos do Mov. Estudantil: UMES; APES; UBES.	2007	Adriana Cristina da Silva Patrício	Não há um debate teórico sobre juventude	Não há um capítulo sobre feminismo e nem demonstra ser uma problemática para o trabalho, mas existe um capítulo sobre mulheres e nele há as seguintes referências: Perrot, 1992; Rago, 1985; Pedro, 2003; Pinto, 2003;	"embora o movimento estudantil apresente práticas e heranças culturais ainda machistas na década de 1980, caracterizando-se assim como espaço de permanências, frisamos sua heterogeneidade, caracterizando-o também como espaço de rupturas" p. 126.
Mestrado em Ciências Sociais - UFJF/Juiz de Fora	Mulheres no movimento estudantil: Representações, discursos e identidades	Etnografia	2011	Maria Fernanda Teixeira dos Santos	Cardoso e Sampaio, 1995; Pais, 1990; Mathieu, 2009; Mische, 1997.	Sobre gênero, feminismo e política: Mead, 1979; Scott, 1990; Fonseca, 1995; Moore, 1997; Rosaldo, 1995; Butler, 2003; Perrot, 2001; Pinto, 1992; Pinheiro, 2006; Barreira, 1998; Miguel, 2001; Matos, 2010.	"O estudo nos mostrou que a orientação partidária das militantes não é unilateral, sendo considerada histórica e um provável resultado das tensões em que encontravam as mulheres nos partidos políticos" p. 90
Mestrado em Educação - PUC/Goiás	Jovens Estudantes do IEG: Memórias do Movimento Estudantil (1964 a 1968)	Entrevistas com ex-alunas	2013	Fabiola Peres da Cruz	Peralva (apud NOVAES, 2006; Branco (2008); Melucci (1997); Bourdieu (1983); Guimarães (2012); Brandão e Duarte (1990); Machado (2006); Foracchi, 1965, 1972;	A teoria feminista não é apresentada no texto. Utiliza gênero: Rocha (2002, Rubin (1986); Scott (1995; Godoy (2011)	"Assim, entende-se que a participação no movimento estudantil possibilitou às jovens vivenciarem um complexo de relações sociais e de ações. Nesse processo, instituíram-se na qualidade de sujeito coletivo [...]" p. 115
Mestrado em Psicologia - UFSM/Santa	A (In)Visibilidade e Das	Análise documental do jornal A razão, na década de 1980.	2014	Bruna da Silva Osório	Não há.	Não há.	"A invisibilidade perpassou todas as reportagens, em que as mulheres acabam por

Maria, Rio Grande do Sul	Mulheres No Movimento Estudantil: Do Passado Ao Presente						desempenhar apenas um papel planejado por homens, e na maioria das vezes, ocupado também por eles. A ênfase prestada pela mídia escrita continua sendo no ativismo dos homens, como se eles fossem os responsáveis pela influência social e pela transformação da sociedade" p. 73
Mestrado em Educação - UFSC/Sorocaba, SP *A conclusão pode ser interessante, assim como abordagem sobre mulheres e participação política	Memórias De Mulheres Do Movimento Estudantil: Participação, Gênero E Educação	História Oral com quatro entrevistadas	2016	Mayris de Paula Silva	Não há.	Sobre gênero, estudos feministas: LOURO, 1997; Rago (1998); NICHOLSON, 2000; GABRIELLI, 2007; PISCITELLI, 2001; SCOTT, 1989; Perrot (2012); Bezerra (2010)	"A pesquisa apresentou como diferentes mulheres obtiveram sua significação e a ressignificação de si em busca da liberdade, como atuaram no movimento estudantil gerido pelo outro (homens) e como sua "estética da existência" e seus modos de subjetivação experiência dos constituíram-se em uma subjetividade, em um "cuidado de si" com o outro, colocando-as em meio ao movimento no qual se reinventaram diante de lutas (que outras mulheres perpassam atualmente) para resistir e transformar o espaço hegemônico masculino" p. 134
Mestrado em Educação - UFP/Curitiba	Novos Feminismos: Perspectivas Sobre O Movimento Estudantil Feminista Na Universidade Federal Do	Audiografia: tópicos e questões abertas gravadas para posterior análise.	2017	Carolina Langnor e Sousa Lisboa	Não há.	TELLES, 2015; KARAWEJCZYK, 2014; RAGO, 1995, 1998; SILVA, 2005; GORDON, 2015; LOURO, 2008; AGUIAR, 1997; hooks (2000); HENRY, 2015; Pinto, 2010; dentre outras	"Através das narrativas das entrevistadas pude observar que há atualmente uma polarização crescente quanto ao pensamento feminista sem que seja possível delimitar com exatidão em qual vertente do feminismo os grupos estão se

		Paraná						embasando" p. 102
	Mestrado em História - UFES/Vitória	Memória, Gênero E Política: A Militância Das Estudantes Da Universidade Federal Do Espírito Santo Contra A Ditadura Militar (1969-1972)	História oral	2017	Gabriela Rodrigues De Lima	Não há	Não há	"Com o intuito de subverter parte desta lógica, esta pesquisa foi um esforço em registrar a voz, e através dela a vida e o pensamento das mulheres que participaram de determinado contexto político, o da resistência ao regime militar no Espírito Santo, especificamente no movimento estudantil da UFES" p.101

	ÁREA/UNIVERSIDADE	TÍTULO	METODOLOGIA	ANO	AUTORA	INTERLOCUÇÃO TEÓRICA DE JUVENTUDE	INTERLOCUÇÃO TEÓRICA DE FEMINISMO	CONCLUSÃO DE PESQUISA
FEMINISMOS	Mestrado em Educação - UFF/RJ	Jovens feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro	Observação de atividades do movimento; análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com jovens e adultas militantes feministas	2009	Julia Paiva Zanetti	Mannheim (1993); ABRAMO e BRANCO, 2005; IBASE e PÓLIS, 2006; ABRAMO e LÉON, 2005; Abramo (2007); DAYRELL e CARRANO, 2006; Souza (2006); Crenshaw (2002:	ALVES e PITANGUY, 2003; PINTO, 2003; SCHUMAHER e BRAZIL, 2003; Ochy Curiel (2003), SCOTT, 1990, 1998; STOLCKE, 1991; GOHN, 2003; MELUCCI, 1984	Diante da escassez de produção científica sobre jovens mulheres, e quase inexistência de estudos sobre jovens feministas, os dados e análises iniciados nessa investigação convidam ao aprofundamento da reflexão sobre o panorama das relações intergeracionais no movimento, a dimensão que isso tem para a permanência dessas militantes e para a continuidade do feminismo em sua luta histórica pela autonomia das mulheres, em toda a sua diversidade – p.87
	Mestrado em Desenvolvimento humano e	Um estudo dialógico sobre narrativas	Entrevista narrativa autobiográfica, segundo: Chaitin,	2010	Adriana Almeida Camilo	Escola de Chicago; Boghossian & Minayo, 2009; H.S. Gonçalves,	Não Havia	?

saúde - Psicologia - UNB	identitárias de mulheres jovens no contexto de coletivos lésbicos- bissexuais feministas	2004; Jovchelovitch & Bauer, 2002; Flick, 2002; Fraser & Godim, 2004; González Rey, 2005; observação etnográfica			2005; Bock, 2004; Salles, 2005 – participação juvenil ; Sposito 2006; Instituto Ibase/Pólis, 2006;		
Mestrado em Psicologia - UFP/Recife	Jovens Feministas do Nordeste – um novo segmento político do movimento feminista brasileiro	Entrevistas Semiestruturadas	2013	Raissa Barbosa Araujo	Abramo (1997); Áurea Silva (2009); Melucci (1997); CURY, 2009); Adrião (2008); Ana Adeve (2009); Júlia Zanetti (2008)	Lourdes Bandeira (2000). Ana Alice Costa (2005); Muzart, 2003 – Imprensa feminina; Costa, 2005, Pinto, 2003; BESSE, 1999; ADRIÃO, 2008 (Sujeito político no feminismo)	Analisa a chegada de mulheres jovens ao mov. Feminista brasileiro; jovens feministas; “Ao longo de meu percurso de pesquisa busquei compreender os contextos de formação política das jovens feministas nordestinas, os processos que viabilizaram a constituição de um „nós“, p.117
Mestrado em Serviço Social - UFP/Recife	A Cultura Política Feminista Entre Permanências E Rupturas: Um Estudo Com As Jovens Do Movimento Feminista De Fortaleza	Técnica de entrevista semiestruturada na pesquisa de campo, com cinco jovens do movimento feminista de Fortaleza, durante os meses de outubro e novembro de 2013.	2014	Roberta Menezes Sousa	Abramo (2003; 2007); Levi e Schmitt (1996); Schindler (1996); Dayrell (2003); MORIN, 1997, MISCHE, 1996, SPOSITO, 2009,	Zanetti (2011); Adrião e Mello (2009); GONÇALVES; PINTO, 2011; Costa (2002); GODINHO, 2008; CAMURÇA, 2007; FOUGEYROLLAS- SCHWEBEL, 2009; HAHNER, 2003, COSTA, 2005; Sarti (2001); BEZERRA, 1992, SARDENBERG; ALCÂNTARA, 1985, RAGO, 1995; SOARES, 1994; MARIANO; CARLOTO, 2009; CYPRIANO, 2013, ÁVILA, 2007; PISCITELLI, 2004; DELPHY, 2009; SAFFIOTI, 2004, FIRESTONE apud SCOTT, 1989; KERGOAT,	Mapeia a construção das jovens feministas; "Os resultados do processo investigativo indicam, portanto, que mesmo diante de aspectos que apontam para certos limites no processo de transmissão do legado feminista, existem mais elementos que apontam para as permanências da cultura política feminista, considerando que seus princípios, valores e visões de mundo forjados no processo de sua constituição estão presentes nas gerações atuais" p.97

						2009; HIRATA; ZARIFIAN, 2003; MAYORGA et al., 2013, RUBIN, 1993, Butler (2003)	
Mestrado em Serviço Social - UFRN/Natal	Essa Ciranda Não É Minha Só, É De Todas Nós: um estudo sobre feminismo, autonomia e consciência coletiva	Acompanhar a transição de um ong feminista para um coletivo autônomo: observação participante, diário de campo, oficina temática	2015	Lissa Crisnara Silva do Nascimento	Não apresenta.	Parte dos anos de 1980 para localizar a onguização dos movimentos feministas: Gurgel (2014), Cisne, 2014; Falquet (2014), SAFIOTTI, 2004, Fernandes (2004); Histórico do feminismo a partir da revolução francesa: Gurgel, 2009; Álvarez González (2010); Pinto (2010), COSTA, 2005; Godinho (2004)	
Mestrado em Ciências Políticas - UFMG/BH	Tensões E Desafios Na Construção De Espaços E Encontros Entre Feministas Jovens Autonomistas No Contexto Brasileiro E Latino-americano (2011-2014)	Pesquisa de campo e entrevista; autoetnografia feminista - Julia Downes (2010)	2015	Laura França Martello	Helena Abramo (2005) e Alberto Melucci (1997)	(CRENSHAW, 2002; BRAH, 2011); Helena Hirata (2014) e Daniele Kergoat (2012); Facchini (2008); YOUNG, 2006; Sonia E. Alvarez (1994, 2003); ADRIÃO E MELO, 2009; SILVA, 2009; ZANETTI, 2008; MATOS, 2010; Adrião (2008); ITACARAMBY, 2012; Kirkwood (1987); BATRA, 2000; GOMES-RAMIREZ e CRUZ, 2011	Esta pesquisa deve ser pensada especialmente como um esforço (auto)etnográfico de contribuição à construção de memórias e histórias de/entre/para feministas jovens e/ou autonomista, para que mais feministas sejam afetadas pelas surpresas e deslocamentos que emergem do contato e fricção entre posicionamentos corporais políticos. p. 196
Mestrado em Ciências Sociais - UFSM/Rio Grande do Sul	Corpo, Experiência e Feminismo: um estudo do movimento marcha das vadias em Santa	Pesquisa etnográfica	2016	Janaína Charão Vargas	Não define, usa critérios etários – 20 a 30 anos, recorte da pesquisa	Perrot (2008); Gohn, 2004; Pinto, 2003; Beauvoir, 1970; Creshaw;	Coletivo da Marcha se dissolve por questões internas



		Maria						
	Mestrado em Sociologia - UFMG/BH	Vadias das alterosas: um estudo da Marcha das Vadias de Belo Horizonte.	observação participante e de entrevistas em profundidade com figuras consideradas lideranças dentro do movimento.	2016	Cyrana Borges Veloso	A juventude é anunciada, como sendo perfil da marcha, mas não é teorizada.	GOMES; SORJ, 2014; Pinto, 2003; SANTOS, 2006; COSTA, 2005; Adrião, 2008; Cardoso 2004;	Entende a Marcha das Vadias como uma espécie de síntese do movimento feminista contemporâneo
	Mestrado em Psicologia Social - UFRGS/Porto Alegre	MARCHA DAS VADIAS: Entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos	"Entre pesquisar e militar" Bonetti e Fleischer (2007); etnografia; entrevistas	2016	Daniela Dalbosco Dell'aglio	Não há	Questionamento as ondas, feminismo pós-colonial: HEMMINGS, 2009; Bahri (2013); SPIVAK, 2010; ROGUE, 2014, ALVAREZ, 2014; MARIANO, 2005; ALVAREZ, 2014; Butler, 1998; 2010; Scott, 1999; LORDE 1983	Com isso, evidencia-se que os feminismos de Porto Alegre, e os feminismos como um todo, estão em constante transformação, uma vez que muitas dessas tretas e divergências já não se encontram mais com o mesmo modelo, nem sendo debatido pelas mesmas pessoas, assim como outras podem ter surgido. p. 129

	ÁREA/UNIVERSIDADE	TÍTULO	METODOLOGIA	ANO	AUTORA	INTERLOCUÇÃO TEÓRICA DE JUVENTUDE	INTERLOCUÇÃO TEÓRICA DE FEMINISMO	CONCLUSÃO DE PESQUISA
ab	Doutorado em Educação - UFRGS/Porto Alegre	Narrativas da vivência Juvenil Feminina: histórias e poéticas produzidas por jovens de periferia urbana de Porto Alegre	Diário autobiográfico	2008	Sueli Salva	Sposito, 1997, 2005; Abrantes, 2003; Melucci, 1997, 2001; Dávila, 2005, Dayrell, 2005, Margulis, 1998, Reguillo, 2003, Criado, 1998, Pais, 1993.	Não há	"Ao examinar os diários e acompanhar parte do cotidiano de seis jovens mulheres, estudantes de escolas públicas municipais e estaduais [...] foi possível perceber que as características principais e unificadoras de suas vidas são a precariedade e a imprevisibilidade" p. 371
al	Mestrado em	A relação entre	Questionário com	2012	Rejane	Alves, 2008; Castro,	Não há	"Nasce, a partir dos

	Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE, Toledo	o trabalho e a formação educacional das mulheres jovens na esfera da reprodução social em Santa Terezinha de Itaipu - PR	questões abertas, fechadas e de múltipla escolha		Aparecida Bianchini	Aquino e Andrade, 2009;		levantamentos expostos neste trabalho, a necessidade de ampliarmos os estudos, divulgações e debates sobre meios de como prover a combinação apropriada entre a instituição de uma educação de qualidade e o apoio financeiro e político aos jovens que necessitam e que são excluídos frente a esse processo" p. 108
Jovens e Políticas Públicas	Mestrado em Ciências Políticas - UFMG/BH	Ampliando os limites do Estado: conflito e cooperação entre agentes estatais e da sociedade civil na luta por inclusão das mulheres jovens na agenda governamental	Entrevistas semiestruturadas	2015	Áurea Carolina de Freitas e Silva	CARRANO; SPOSITO, 2003; CARRANO, 2011; CASTRO, 2011 ; NOVAES, 2011; Souza, 2011;	Alvarez (1990, 2000); MATOS; PARADIS, 2012, 2014; BOHN, 2010; Matos (2010); PITANGUY, 2003;	"Esta dissertação buscou interpretar de forma original o processo de emergência e afirmação política das mulheres jovens como um novo segmento social no Brasil contemporâneo, situando esse fenômeno no contexto das lutas por inclusão democrática de grupos subalternizados" p. 120